FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 34.031 — DOMINGO, 5 DE JUNHO DE 2022 — R$ 7,00

49% se identificam com a esquerda

Pesquisa Datafolha aponta encolhimento dos alinhados à direita, de 40% para 34%; 17% dos ouvidos ficam no centro

Levantamento do Datafolha a partir de respostas sobre temas que separam direita e esquerda —como armas, criminalidade e impostos— mostra que o total de brasileiros que se identifica com a esquerda subiu para 49%.

Em 2017, quando foi feita a pesquisa anterior, 41% se identificavam com a esquerda e 40%, com a direita. Na mais recente, que ouviu 2.556 pessoas em 25 e 26 de maio, 34% se alinham à direita, e 17% ficam no centro.

A classificação ideológica foi feita pela soma da pontuação das respostas de cada entrevistado, em uma escala que inclui esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Na economia, o alinhamento à esquerda subiu 6 pontos, de 44% para 50% (o maior da série), e a adesão às pautas de direita caiu de 28% para 25%. Das 6 questões nesse campo, porém, 2 indicam avanço do ideário da direita.

Ainda assim, foi tímido: os que defendem que empresas privadas são as maiores responsáveis por investir no país foram de 20% para 24%. Já a parcela que diz preferir pagar mais impostos para ter serviços subiu de 43% para 48%.

Em temas comportamentais, evocados com frequência na campanha eleitoral pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e por apoiadores à direita, a esquerda saltou de 31% a 42%; a direita encolheu de 47% para 39%. Política A4 a A7

Datafolha A6

Apoio a receber migrantes pobres cresce para 76%

Parcela contrária à pena de morte sobe de 55% a 61%

79% dizem que a homossexualidade deve ser aceita

Defesa a punição de jovens como adultos cai a 65%

ANÁLISE *Luciana Chong e Renata Nunes*

Questões sobre valores sociais, políticos, culturais e econômicos originam escala

ENTREVISTA

Marcelo Queiroga

Gastamos uma fortuna com vacinação contra a Covid

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse à Folha que o governo já gastou uma "fortuna" para promover a vacinação contra a Covid e minimizou a estagnação da campanha. Queiroga se esquivou de falar sobre o papel do presidente Jair Bolsonaro (PL) em desestimular a imunização. "Ele é contra forçar as pessoas a tomarem a vacina, e concordo." Saúde B1

Pandemia muda hábitos e impacta transporte em SP

O transporte público da Grande São Paulo sentiu o efeito da pandemia. Menos gente usa trens e ônibus do que em 2019, último ano sem Covid. Não há estudos consolidados, mas analistas apontam fatores como teletrabalho e compras online. Mercado A18

Ana Paulo Vescovi

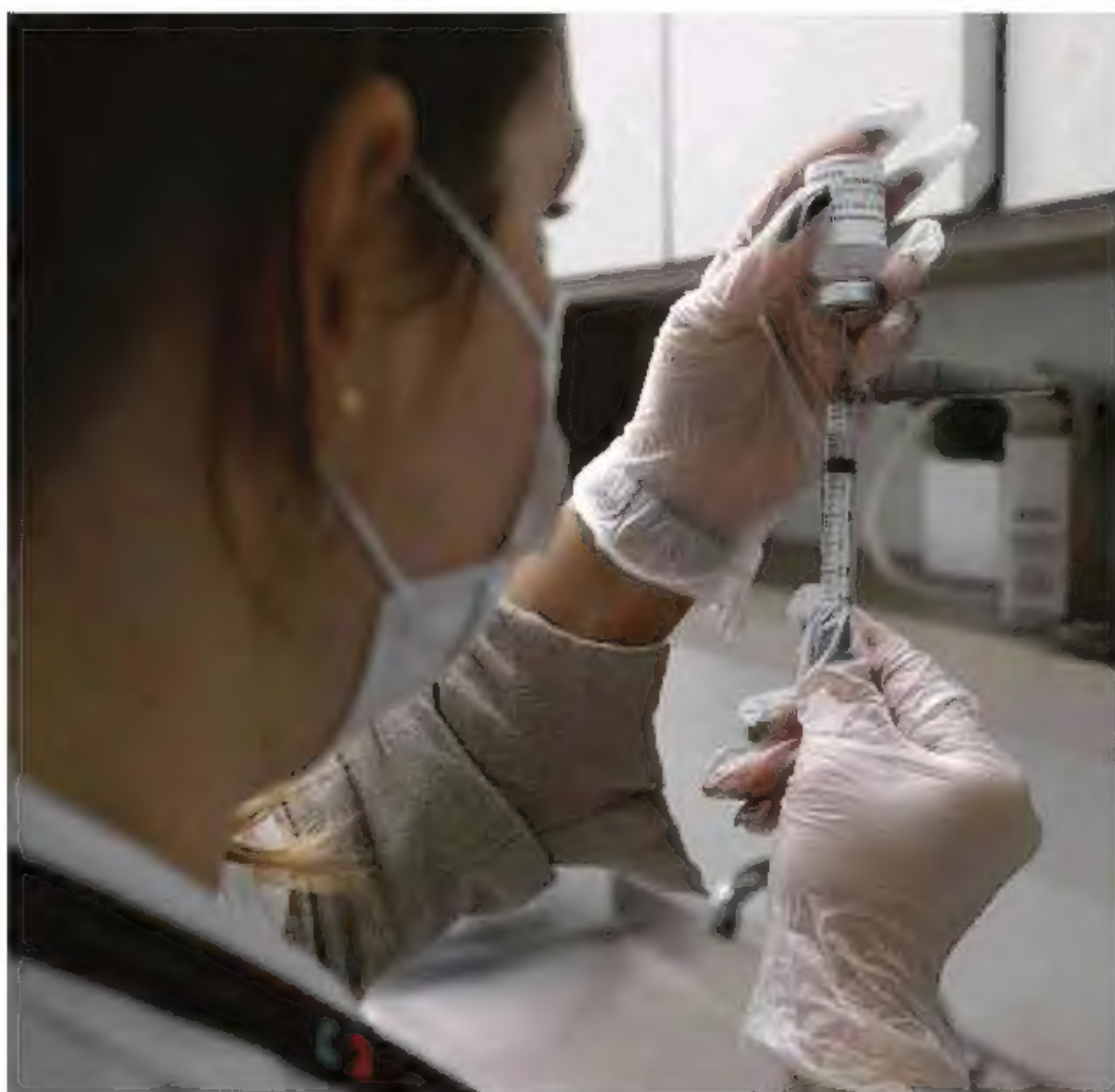
Não existe combate sem dor à inflação

A recessão será tão menos aguda e mais passageira quanto mais convencidos estivermos de que não há combate à inflação indolor. Evitar uma correção mais custosa depende das escolhas públicas. Mercado A24

Cúpula nos EUA dá a Bolsonaro chance de não se isolar

Jair Bolsonaro (PL) chega aos Estados Unidos nesta semana para o primeiro encontro com o presidente Joe Biden, na Cúpula das Américas. A reunião é vista como uma oportunidade para o brasileiro amenizar a imagem de isolamento. Mundo A15

Engenheiro se torna o segundo brasileiro a ir para o espaço

Ciência B5

Eraldo Gomes/Folhapress

COMEÇA A VACINAÇÃO PRIVADA CONTRA O CORONAVÍRUS NO BRASIL

A procura pela vacina contra a Covid foi baixa nas duas farmácias que passaram a vender o produto em São Paulo; só pode pagar e ser vacinado quem está apto para receber o imunizante nos postos de saúde, de forma gratuita Saúde B1

Dia mundial do meio ambiente

O cerrado restaurado

Xavantes coletam e vendem sementes para recuperar bioma em MT p. 6

Diderot previu crise do clima no séc. 18 C4

MÔNICA BERGAMO

'Torci muito pelo remake', diz Luciene Adami, a Guta da 1ª versão de Pantanal C2

Marcus Nagelstein/Folhapress

Esporte B6

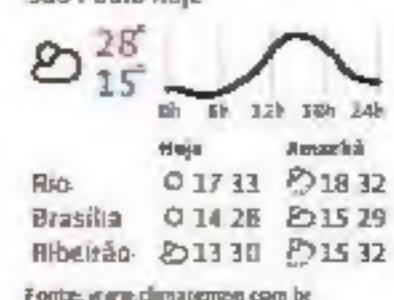
No dia 102 da guerra, seleção da Ucrânia joga por vaga na Copa do Mundo

EDITORIAIS A2

Movimento profundo
Sobre inclinações ideológicas do eleitor brasileiro.

Água destratada
A respeito de desperdício e atraso no saneamento.

ATMOSFERA

São Paulo hoje

	Hoje	Amanhã
Rio	17 33	18 32
Brasília	14 28	15 29
Ribeirão	13 30	15 32

Fonte: www.climatempo.com.br

ISSN 1414-5723

opinião

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Movimento profundo

Aumenta rejeição à intolerância e cresce apoio a intervencionismo econômico, mostra Datafolha

A agitação na superfície da política dificulta enxergar tendências, mas abaixo o movimento costuma ser lento e efetivo. Nesse registro, o Datafolha captou a transição dos brasileiros aptos a votar rumo a mais tolerância nos costumes e maior apoio à intervenção do governo na economia.

O questionário desenvolvido pelo instituto no início da década passada estimula o eleitor a posicionar-se sobre dicotomias. A homossexualidade deve ser aceita ou desencorajada? O governo é o maior responsável por investir na economia ou são as empresas privadas?

A bateria comporta dez antagonismos e abrange temas econômicos e comportamentais. De acordo com a composição das respostas, o entrevistado é alocado em uma de cinco posições da escala ideológica: esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita.

A trajetória desde 2013 corrobora a hipótese de que o brasileiro primeiro se aproximou de posições associadas à centro-direita e à direita —como o endosso à posse de armas e à livre competição empresarial— e mais recentemente se acerca de bandeiras identificadas com a centro-esquerda e a esquerda —como a valorização dos imigrantes e dos sindicatos.

Outro recorte permitido pela pesquisa mostra que posições liberais nos costumes voltam a ganhar força, enquanto na economia são impulsionadas em geral as opiniões iliberais, que chancelam maior atuação do Estado nos negócios.

A boa notícia é que se avoluma a maioria popular que rejeita a agenda de intolerância propagada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Abraçar aberta ou veladamente discursos como o armamentismo e a homofobia vai custar votos a quem se arriscar nesse caminho.

Já o incremento das opiniões intervencionistas na economia deve ser visto com preocupação, uma vez que essas ideias populistas encontram ressonância em Bolsonaro, em Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e na maioria que controla o Congresso, o chamado centrão.

A estagnação de uma década da economia, que obstruiu o caminho para a prosperidade de gigantescos contingentes situados abaixo ou pouco acima do limiar da pobreza, há de explicar ao menos parte do anseio para que um Estado interventor dê jeito na situação.

Já políticos profissionais, responsáveis e tarimbados não deveriam se esquecer das lições do passado recente nem das limitações impostas pelas contas públicas.

A reincidência na aventura do Estado demiurgo, que se pretende mais sábio que a sociedade nas decisões econômicas, está fadada a produzir um novo desastre e a prolongar o empobrecimento do país.

Água destratada

Perdas na distribuição são mais uma evidência do atraso brasileiro no saneamento básico

O conhecido adágio de que o país melhora enquanto governantes dormem não se aplica, certamente, à distribuição de água para a população. Ainda há 35 milhões de brasileiros sem acesso a água tratada, e as perdas no sistema progridem mais rápido que a universalização desse serviço sanitário.

A estatística do desperdício está no último relatório do Instituto Trata Brasil: as perdas na distribuição alcançaram em 2020 o patamar escandaloso de 40,1%. São 7.800 piscinas olímpicas diárias de diferença entre o volume tratado e o consumido, suficientes para abastecer 66 milhões de pessoas.

O conceito de perda, nesse caso, abrange também água desviada, como em ligações clandestinas. A maior parte (60%), entretanto, corresponde a vazamentos em tubulações velhas submetidas a pressões inadequadas.

O mais alarmante não está no dado presente, mas na sua evolução: em 2016, as perdas estavam em 38,1%; houve piora de dois pontos percentuais em quatro anos.

Em paralelo, na trilha da universalização da água encanada avançou-se apenas 0,7 ponto percentual no mesmo intervalo, de 83,3% da população atendida para 84%.

O valor médio da perda oculta realidades díspares. Considerando o índice mundialmente aceitável de 25%, constata-se que um único estado se aproxima dele, Goiás, com 27,7%. Outros exibem desempenho calamitoso, como Amapá (74,6%), lanterna da pior região, Norte.

Algumas cidades se destacam por índices virtuosos, a demonstrar que o poder público tem, sim, meios de estancar a sangria de reservatórios. É o caso de Limeira (SP), com 18,9%, e de Campo Grande (MS), com 19,3%.

O desempenho do Brasil é ruim na comparação internacional, com base no critério de perdas de faturamento. Na América Latina, perde feio para a Bolívia (27%) e o Chile (31%), embora se saia melhor que Costa Rica (47%) e Uruguai (51%).

A meta oficial é reduzir o desperdício físico para 33% e a perda de faturamento para 25%. Há que enfrentar o problema em ambas as frentes, monitorando e modernizando a rede de distribuição, para não deitar fora água tratada e o gasto para tanto, mas também coibindo o desvio e gerando mais recursos para expandir o sistema.

Mantido o padrão atual de investimento, o país não cumprirá a meta de universalizar o acesso até 2033. Espera-se que o novo e meritório marco regulatório do saneamento básico cumpra a tarefa de elevar os aportes no setor.

Alucinação controlada

Hélio Schwartsman

Não são poucos os neurocientistas que estão convencidos de que a percepção, e, em última instância, a própria realidade, não passa de uma alucinação controlada, mas, para não chocar muito o público, tendem a dizer isso tom semijocoso. Anil Seth, autor de "Being You" (sendo você), diz com todas as letras que a alucinação é mesmo a base de nossa consciência. Apenas enfatiza que o termo "controlada" é uma parte importante da equação.

Manter-se vivo não é tarefa para amadores. Evitar predadores, encontrar sustento e reproduzir-se exige de cada animal que ele antecipe perigos e oportunidades. Da modesta ameba que percebe e busca alimentos aos sofisticados seres humanos, bichos desenvolvemos sentidos como visão, audição, ecolocação que transformam instâncias da realidade em experiências subjetivas, as quais nos fazem agir de modo a reduzir as incertezas da vida.

Mas o mundo é um lugar complexo. Os sinais captados pelos sentidos vêm em quantidades brutais, cheios de descontinuidades, são frequentemente contraditórios e podem não significar nada sozinhos. Há algo de tautológico, mas nossos cérebros organizam essa bagunça fazendo com que percebamos o mundo de acordo com suas expectativas prévias. O controle é muito mais de cima para baixo —isto é o cérebro dizendo aos sentidos como as coisas devem ser percebidas— do que os sentidos informando livremente o cérebro.

Nesse contexto faz sentido descrever a percepção como uma alucinação. A realidade nada mais é do que aquelas percepções sobre as quais todos estamos de acordo. E a inversa também vale. O delírio é a percepção descontrolada.

Partindo disso, Seth escreveu um excelente livro, que, sem abusar do jargão da neurociência, oferece um interessante modelo para pensarmos a consciência. Há belas incursões pela filosofia. Seth até reabilita a distinção númeno-fenômeno de Kant, um autor que não envelheceu muito bem.

helio@uol.com.br

A máquina da reeleição engasgou

Bruno Boghossian

Seis meses depois de lançar seu programa social, Jair Bolsonaro colheu uma silenciosa indiferença dos eleitores que recebem o Auxílio Brasil. Apesar dos bilhões de reais em benefícios, o presidente enfrenta alguns de seus piores índices de popularidade nos grupos mais pobres do país.

A máquina da reeleição engasgou. A versão turbinada do Bolsa Família ainda deixa Bolsonaro muito distante da lua de mel que ele viveu em 2020, quando o governo pagou parcelas de R$ 600 do auxílio emergencial. Na época, o presidente alcançou um pico de aprovação e chegou a ter o apoio de 37% dos brasileiros de baixa renda. Hoje, a popularidade dele no segmento é de apenas 20%.

O humor atual dos eleitores mais pobres está próximo do quadro visto no final do ano passado —quando já não havia auxílio emergencial nem o primeiro pagamento do Auxílio Brasil. O índice de aprovação de Bolsonaro na população de baixa renda naquele momento era de 17%.

A resistência ao presidente sugere que existe um limite aos esforços do governo para conquistar o voto dos mais pobres. Uma pesquisa do Datafolha mostrou que um beneficiário do Auxílio Brasil tem atitudes parecidas com o comportamento de um eleitor que não recebe o pagamento.

Entre brasileiros de baixa renda que recebem o benefício, só 18% dizem que o governo é ótimo ou bom. Esse índice é de 21% entre aqueles que não participam do programa, dentro do mesmo grupo de renda.

Alguns números ajudam a explicar por que o programa social de Bolsonaro parece um tiro de festim. As parcelas de R$ 600 do auxílio emergencial chegaram a 65 milhões de beneficiários, num país com inflação de 4,5% ao ano. Os pagamentos de R$ 400 do Auxílio Brasil batem na conta de 18 milhões de brasileiros, diante de uma inflação de 12%.

A má notícia para Bolsonaro é que outras medidas econômicas que o governo estuda lançar até a eleição podem enfrentar o mesmo cenário adverso: alcance reduzido ou potência insuficiente para suportar o peso da alta de preços.

Sabe aquela da Dorothy Parker?

Ruy Castro

Dorothy Parker estava com seu poodle Troy num saguão de hotel em Nova York, esperando um amigo. O homem demorou a descer e Troy, impaciente, fez xixi numa pilastra. O gerente ouviu o esguicho, viu a poça e marchou em direção a Troy. Dorothy, sentindo o perigo, sussurrou, como que envergonhada: "Fui eu...".

Essa era uma tirada típica de Dorothy Parker (1893-1967), o nome mais famoso da Mesa Redonda do Algonquin Hotel, uma turma de cerca de 20 intelectuais criativos e debochados que, espontaneamente, sem pedantismos teóricos, marcou a cena cultural americana dos anos 20. Pior para Dorothy —suas frases, desfechadas de primeira, abafaram para a posteridade a contista, poeta, roteirista de cinema e crítica de teatro e de literatura que ela foi. Mas quem a mandou ser tão rápida?

Perguntaram-lhe qual era o seu tipo de homem. Ela disse: "Burro, grosso e bonito". Mas depois se queixou de seu ex-marido Eddie Parker: "Era tão burro que conseguiu quebrar o braço fazendo ponta no lápis". Sobre um bonitão que a esnobou: "O corpo lhe subiu à cabeça". E sobre uma escritora pretensiosa cuja carreira se dava principalmente na horizontal: "Ela fala 18 línguas e não sabe dizer 'Não' em nenhuma". Dorothy foi também a autora do célebre epitáfio "Desculpe o meu pó".

Uma amiga lhe confidenciou: "Já decidi. Só quero envelhecer com dignidade". Dorothy perguntou: "E você conseguiu?". Dorothy foi presenteada com um papagaio e deu-lhe o nome de Onan —"porque ele despeja suas sementes no chão". Sua crítica sobre a estreante atriz Katharine Hepburn: "Ela domina todo o leque de emoções, de A a B". E sobre um livro recém-lançado: "Este não é um livro a ser deixado casualmente de lado. É para ser atirado longe".

Dorothy era alcoólatra e tentou três vezes o suicídio. Sem sucesso. Até que se conformou num poema: "Armas são ilegais/ Nós afrouxam/ Gás fede/ É melhor viver".

Astúcias para novos golpes

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "A Sociedade Incivil" e "Pensar Nagô". Escreve aos domingos

Interlocutor expressivo de filósofos europeus contemporâneos, o argentino-mexicano Enrique Dussel é um dos maiores pensadores vivos da América Latina.

Extensa para um resumo, sua obra poderia, porém, ser caracterizada como uma reinterpretação dos Evangelhos pelos pontos de vista do que chama genericamente de "pobres", isto é, não apenas os destituídos de bens, mas também os que foram postos à margem das decisões constitutivas da história. Dussel enuncia agora, em termos bem claros, uma hipótese politicamente delicada: os evangélicos seriam a nova arma dos EUA para golpes de Estado na América Latina.

Isso viria de um novo tipo de olhar para a periferia dependente latino-americana após o fracasso das tentativas de dominação americana no Oriente Médio. Exemplo da mudança teria sido dado na Bolívia com a derrubada de Evo Morales.

Apesar de ter superado índices históricos de pobreza por meio de governos progressistas, o país também despertou para outras aspirações, que, para Dussel, confluem para uma mudança na subjetividade: "Passa-se à subjetividade consumista, que acredita que certos projetos de direita poderiam solucionar suas novas aspirações".

Para certos setores emergentes, não se trata apenas de aumento de renda, mas de um rearranjo da consciência social, cujas linhas ideológicas mostram afinidade com as interpretações bíblico-evangélicas das seitas norte-americanas.

Assim, nos países andinos, as tradições ancestrais (aymaras, incas), que têm ainda enorme força popular entre indígenas e cholas, deveriam ser rigorosamente substituídas por uma espécie de reinterpretação neoliberal do cristianismo. O mesmo pode-se dizer naturalmente de tradições afros ou originárias presentes em quase todas as regiões latino-americanas.

Toda religião compõe-se de fé individual e de cultura, sua parte coletiva, que pode hipertrofiar-se, afetando ou neutralizando a primeira como se fosse mero protocolo de adesão a dogmas. Isso já aconteceu e acontece hoje no fenômeno de disseminação das seitas integristas, cujo pano de fundo é uma ecologia mental perpassada pela lógica financeira implícita na "teologia da prosperidade". Na prática, um agregado de estímulos oriundos de marketing empresarial, literatura de autoajuda e doutrinação pseudocientífica relativa tanto à aquisição de riquezas como à gerência da vida pessoal, tudo respaldado pelos protocolos do culto.

Nesse modelo se esboçam as variações de passagem para um novo sujeito histórico do capital, em que a pretensa religião (mais mobilização neural e conduta do que fé) assegura a previsão dos comportamentos nas classes populares. Em suma, um totalitarismo "soft".

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Educação dá voto?

O que está em jogo agora é o processo civilizatório

Maria Paula Dallari Bucci

Professora da Faculdade de Direito da USP; ex-secretária de Educação Superior do Ministério da Educação (2008-2010, governo Lula) e ex-consultora jurídica do ministério (2005-2008, governo Lula)

Educação dá voto? Esta foi a pergunta feita por integrantes do Todos pela Educação a quatro governadores que falaram no ato de lançamento do movimento suprapartidário Educação Já 2022, no dia 26 de abril, em São Paulo. Os depoimentos gravados de pré-candidatos à Presidência da República, apresentados no mesmo ato, também buscaram votos nas suas respostas em favor da educação.

Aparentemente, a educação começou a dar voto no Brasil há cerca de uma ou duas décadas, quando houve um esforço consciente para vincular as duas coisas —sucesso eleitoral e melhoria educacional. Onde esse casamento acontece, ele se explica pela construção de políticas públicas educacionais. Não qualquer programa, mas políticas bem-sucedidas, que melhoram de fato a vida de estudantes, suas famílias e professores, formando jovens para a cidadania e o mundo do trabalho, geralmente reconhecidas por bons indicadores de desempenho educacional.

O marco inicial dessa virada de entendimento é difícil de precisar. Talvez o Plano Nacional de Educação, que se tornou lei em 2001. Muito debatido, seu sucessor, o plano de 2014, não teve melhor sorte em termos de efetivação, embora suas metas e estratégias, parcialmente experimentadas, tenham contribuído para criar a consciência que deságua no documento orientador do Educação Já 2022: "Contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na educação básica brasileira". Essa concepção sistêmica vem sendo incorporada pela comunidade da educação pública, que encara os problemas de forma muito mais sofisticada do que no passado, evidenciando quão simplórios eram os diagnósticos resumidos a uma saída única, como falta de financiamento ou de vontade política.

É evidente que recursos financeiros e sustentação política são pilares da política educacional e o começo de tudo. Mas quem acompanha de perto as soluções educacionais que vêm inspirando as melhores práticas no Brasil, como as adotadas nos estados do Ceará, Pernambuco e Espírito Santo, sabe que o desafio é manter a sustentabilidade política que garante a perenidade do financiamento e a continuidade das medidas que demoram mais de uma gestão governamental para mostrar resultados. Quando os produtos da política pública aparecem, dá-se a virada, e os resultados passam a ser, em si, os sustentáculos da política, como defendeu o cientista político estadunidense Theodore Lowi ao afirmar que "policies determine politics". O segredo para atingir esse ponto é um mix de técnica e política, um conjunto bem articulado de respostas sobre financiamento, gestão escolar, formação de professores e aprendizagem, entre outras. Mais importante, só se chega a ele pela colaboração dos vários atores envolvidos.

Essa combinação entre política e governo —virtuosa, poderíamos dizer— tem também uma forma viciosa. No caso da educação, cumpre lembrar a prática corrente da nomeação política dos diretores escolares, que se espera superar com a alteração da Lei de Diretrizes e Bases em debate no Congresso Nacional, exigindo a adoção de critérios técnicos de mérito e desempenho, além de participação da comunidade escolar para essa escolha.

Mas o exemplo mais gritante da junção viciosa está no desgoverno das últimas gestões no MEC, em que as pautas de costumes mascararam trocas de favores em benefício dos amigos do ministro. O ativismo do atraso também dá voto.

É alentador constatar que o trabalho pela construção das políticas públicas mais consistentes, como a alfabetização na idade certa, a escola em tempo integral e a educação na primeira infância, foi capaz de manter a mobilização da comunidade educacional num período em que a militância do atraso se mostrou mais ruinosa, com a pandemia sacrificando a vida escolar de milhões de jovens sob a omissão escandalosa do Ministério da Educação.

O que está em jogo nas próximas eleições não são dois padrões equivalentes para o jogo da competição política, mas visões distintas do significado da educação no processo civilizatório. Mobilizar a sociedade para cimentar com o voto a sustentação política das boas políticas públicas educacionais é uma vacina contra o retrocesso.

Fido Nesti

Brasil e os combustíveis sustentáveis da aviação

País pode liderar expansão da produção no mundo

Landon Loomis e Sheila Remes

Vice-presidente para América Latina e Caribe e de Política Global e diretor-geral da Boeing Brasil
Vice-presidente de Sustentabilidade Ambiental da Boeing

Há mais de meio século as pessoas refletem sobre como deixar o mundo mais sustentável. Neste ano, essa visão está muito mais clara para o setor de aviação —assim como o papel de liderança que o Brasil pode desempenhar.

A indústria da aviação se comprometeu a zerar as emissões líquidas de carbono até 2050, ano em que se estima que serão transportados mais de 10 bilhões de passageiros, sustentando 180 milhões de empregos e gerando quase US$ 9 trilhões em atividade econômica, de acordo com o Grupo de Ação de Transporte Aéreo (Atag, na sigla em inglês).

Para zerar emissões, é necessária uma estratégia ampla, que inclui a substituição de frotas antigas por aeronaves mais novas e mais eficientes, maior eficiência operacional com análises de dados digitais e desenvolvimento de aeronaves que usem novas tecnologias de propulsão, incluindo hidrogênio e eletricidade. E, finalmente, o elemento mais decisivo e imediato para remover o carbono da atmosfera: os combustíveis sustentáveis de aviação, ou SAF.

O uso de SAF —produzido a partir de matérias-primas não oriundas do petróleo, incluindo óleos de cozinha usados e resíduos agrícolas— pode reduzir cerca de 80% das emissões em comparação com combustíveis fósseis, de acordo com a Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata). E já é uma realidade: companhias aéreas realizaram mais de 370 mil voos movidos a SAF desde 2016.

Com a solução tão clara, você pode estar se perguntando qual o desafio para a indústria atingir sua meta. A dificuldade é produzir o SAF em escala. O setor estima que os SAFs se tornarão mais acessíveis quando o mundo puder produzir o suficiente para atender a 2% do consumo global, que atingiu 68 bilhões de litros em 2019.

E o Brasil, atualmente o segundo maior produtor de biocombustíveis do mundo, está bem posicionado para liderar a expansão dessa produção. O país tem matéria-prima mais do que suficiente para apoiar a transição para combustíveis sustentáveis de aviação em seu mercado de aviação local e internacional.

Estudo realizado em 2021 pela Roundtable on Sustainable Biomaterials (RSB), com colaboração da Agroicone e Unicamp e apoio da Boeing, descobriu que o Brasil pode produzir anualmente até 9 bilhões de litros de SAF a partir de resíduos biológicos (palha e bagaço de cana-de-açúcar, sebo bovino, óleo de cozinha usado e gases de combustão), o que corresponde a 125% do consumo atual de querosene fóssil.

Em 90 anos de operação no Brasil, a Boeing testemunhou em primeira mão a capacidade que o país tem em reimaginar a aviação, desde quando entregamos ao governo brasileiro um avião de caça biplano com asas de madeira em 1932.

Reconhecido globalmente por sua atuação nos setores aeronáutico, de energia renovável e agricultura, o Brasil pode ajudar de forma decisiva o setor da aviação a acelerar o seu processo para atingir a descarbonização. E, neste momento em que o setor se recupera de um de seus períodos mais difíceis em mais de um século, essa capacidade e potencial de liderança são particularmente importantes.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Aborto

É alvissareiro o resultado da pesquisa Datafolha indicando que houve aumento da porcentagem da população que é, de alguma forma, favorável à descriminalização do aborto no país ("Cai parcela da população que quer proibir aborto em qualquer caso", Cotidiano, 3/6). Nota-se que está entre os mais jovens a maior fração dos que são a favor de não punir quem aborta. Isso porque essa é a parte da população mais suscetível às violências sexuais e à gravidez indesejada. Quiçá a conscientização continue crescente e possamos tratar a questão exclusivamente como saúde pública.

Adilson Roberto Gonçalves
(Campinas, SP)

Ministros do STF

O ministro terrivelmente evangélico André Mendonça, escolhido para o STF, surpreende positivamente por suas decisões jurídicas condizentes com a lei. Enquanto o outro, Kassio Nunes Marques, também escolhido para o Supremo Tribunal Federal pelo mesmo Jair Bolsonaro, se presta a ser serviçal a quem lhe indicou. Isso tem que mudar! Cruzes!

Tania Tavares
(São Paulo, SP)

Cracolândia

A reportagem "Cracolândia vive 30 anos de eterno retorno" (Cotidiano, 4/6), da jornalista Fernanda Mena, retratou uma das maiores tragédias sociais do nosso país. O que mais choca no texto é a descrição da impotência do poder público em encontrar uma solução para o problema, mesmo sabendo-se necessária uma política intersetorial que integre saúde, segurança, assistência social, habitação e outras áreas afins. A fragmentação entre os gestores não é diferente da que se vê entre os usuários de drogas.

José Elias Aiex Neto, médico psiquiatra (Foz do Iguaçu, PR)

Ciro Gomes

É mentira que o pré-candidato do PDT à Presidência, Ciro Gomes, tem poupado o presidente Jair Bolsonaro de críticas e que ele "só bate em Lula", como afirmou Alvaro Costa e Silva ("O Destruidor", 4/6). Segundo levantamento da consultoria Bites, publicado em O Globo no dia 31/5, Bolsonaro é o maior alvo das críticas de Ciro: só neste ano foram 339 posts no Twitter, Facebook e Instagram contra o presidente. Já as críticas ao ex-presidente Lula foram o tema de 196 posts no mesmo período.

Max Monjardim, assessoria do PDT nacional (Brasília, DF)

Temas mais comentados pelos leitores no site

De 28.mai a 3.jun • Total de comentários: 15.085

501	Bolsonaro enforca dias úteis e faz do lazer uma rotina em governo mal avaliado (Política) 30.mai
369	Flávio Bolsonaro agora diz que renda como advogado ajudou a pagar mansão de R$ 6 milhões (Política) 1º.jun
334	Lula diz que PSDB 'acabou' e ironiza 'golpe do Bolsonaro' em evento na PUC-SP (Política) 31.mai

ASSUNTO QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A POLÍTICA DE COMBATE ÀS DROGAS NO BRASIL?

É uma droga.

André Luiz Lopes Magela
(São João del-Rei, MG)

★

Um conto de fadas.

Cristóvão José Schneider
(Monte Carlo, SC)

★

Irresponsável, porque mata inocentes, e irrelevante no que se propõe, afinal o tráfico só cresce, assim como o uso das drogas.

Luana Gabriela da Silva (Curitiba, PR)

★

Sempre combatemos os traficantes, que muitas vezes são pobres, negros e sem muitas alternativas de vida melhor. Nunca combatemos os usuários ricos, poderosos, brancos e intocáveis.

Mauricio Garuti Noronha
(São Paulo, SP)

★

Não funciona há décadas, e nossos representantes não conseguem perceber que tem alguma coisa errada nisso. Assim, todos os anos, centenas de pessoas inocentes morrem, porque esse assunto não é tratado como prioridade.

Camilla Yumi Endo (Maringá, PR)

★

A atual política combate pretos e pobres da periferia e protege os grandes traficantes de drogas pesadas. Não admitem discutir a liberação da maconha para não perderem o mercado e a motivação para as chacinas.

Eduardo Fernandes de Mello
(São Paulo, SP)

★

Ineficaz. Enquanto as drogas não forem legalizadas, essa política continuará abastecendo a bandidagem com armas poderosas, oprimindo a população das periferias e gerando mortes e mais mortes, cadeias superlotadas, custo alto e corrupção desenfreada.

Laudgilson Fernandes
(Rio de Janeiro, RJ)

Qual política? Existe? O que temos é uma fiscalização porca e uma violência generalizada.

Marcos de Toledo Benassi
(Campinas, SP)

★

Não existe política de drogas no Brasil. Existe uma política de extermínio, alimentada pela mídia, de favorecimento à distribuição de armas e de muito acobertamento das ações policiais. Caso legalizassem o consumo, os recursos poderiam ser investidos no tratamento da dependência.

Fernando Fernandes de Mello
(Rio de Janeiro, RJ)

★

Um desastre. Não funciona. Nunca funcionou. Precisamos tratar as drogas como assunto de saúde pública, não como assunto de segurança. Além do mais, precisamos de policiais mais bem educados em leis e questões sociais relevantes.

Jordi Sanchez-Cuenca
(Florianópolis, SC)

★

A única solução plausível é a mesma que é aplicada ao álcool e ao cigarro comum: descriminalizar o uso, vender legalmente, cobrar impostos altos, investir em educação e saúde e endurecer as penas de crimes praticados sob a influência da droga.

Marinial Galvão (Vitória, ES)

★

É um desperdício de dinheiro e de efetivo policial e um genocídio de vidas pretas e pobres. Não há nenhuma justificativa plausível atualmente para continuar com esse tipo de combate.

Marta Almeida (Rio de Janeiro, RJ)

★

Não existe uma organização, uma estratégia, um trabalho realmente de inteligência que envolva os estudiosos da área do combate às drogas e da segurança pública.

Elenice Maria de Souza Ferreira
(Parnaíba, PI)

política

PAINEL | Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Temporada de caça

O lançamento da pré-candidatura de Luciano Bivar a presidente não arrefeceu o apetite de outras campanhas por uma aliança com a União Brasil, dona dos maiores tempo de TV e fundo eleitoral. A de Jair Bolsonaro (PL), por exemplo, mantém esperanças de contar com a legenda em sua coligação. "Foi Bolsonaro quem fez a União Brasil desse tamanho, é importante que esteja com ele. Se não, vai ser lembrado como o partido que traiu o presidente", diz o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

MUNDO REAL Outro que sonha com uma aliança é o MDB, de Simone Tebet, mas a coligação é tida como altamente improvável — a aliança poderia atrapalhar arranjos locais já feitos. Seria o caso da Bahia, onde o MDB indicou o vice do petista Jerônimo Rodrigues, adversário de ACM Neto, secretário-geral da União.

SABOR DOS VENTOS O apresentador José Luiz Datena indicou, em um vídeo divulgado na manhã deste sábado (4), que desistiu da pré-candidatura ao Senado por São Paulo. Duas horas depois, em outro vídeo, reafirmou que segue na disputa, mas atacou bolsonaristas que o criticam.

TRAÍRAS "Exatamente pela sua confiança, povo de São Paulo, que eu reafirmo a minha pré-candidatura ao Senado, ao lado do Tarcísio [de Freitas]. Este é um recado principalmente a pretensos aliados do presidente que parecem estar fazendo campanha exatamente para o adversário, ou os adversários".

DIA D Em meio à guerra na Ucrânia, o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o russo Vladimir Putin poderão estar frente a frente, ainda que virtualmente, no próximo dia 24 de junho. Foi essa a data escolhida para a cúpula de líderes dos países que compõem o grupo dos Brics, que reúne também China, Índia e África do Sul.

SINUCA Conforme mostrou o Painel, o evento virou uma saia justa diplomática para o Brasil, uma vez que Putin tornou-se um pária em grande parte do mundo após a invasão do país vizinho, em fevereiro. Bolsonaro a princípio deve participar, embora não haja ainda confirmação da Presidência. Da mesma forma, a presença de Putin é esperada, mas não foi oficializada.

NOVIDADES? Assessores do ministro Paulo Guedes (Economia) entraram em contato com o gabinete do senador José Serra (PSDB-SP) para perguntar como está o projeto dele que retira da Petrobras a preferência na licitação do pré-sal.

PRIORIDADES O projeto está parado na Comissão de Infraestrutura da Casa. O relator, Eduardo Braga (MDB-AM), diz que não deu parecer por "não ser o momento", em razão das discussões sobre o teto para o ICMS dos combustíveis.

PRESSA Ex-assessor e uma das pessoas mais próximas de Jair Bolsonaro, Waldir Ferraz já participa de eventos como pré-candidato a deputado federal pelo Rio. Ele tem um cargo de confiança na Secretaria de Esportes do estado, para o qual foi nomeado em 25 de maio, e precisa sair até 2 de julho, segundo a lei eleitoral.

MISTÉRIO Ferraz participou na última quarta (1º) de um debate virtual com outros pré-candidatos bolsonaristas, mas diz que ainda não bateu o martelo sobre concorrer. Também afirma que não quer ficar no governo e já pediu para sair. "Deixei um cargo em maio. Depois me botaram em outro, não sei como". Ele diz que justamente por isso não tem aparecido para trabalhar.

EXPEDIENTE O diretor de Operações e Abastecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), José Trabulo Jr., deve se afastar do cargo nos próximos dias para se dedicar à campanha de reeleição de Jair Bolsonaro.

DIGITAL Ele é uma indicação do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP), e já coordenou campanhas do piauiense, senador licenciado. No comitê de Bolsonaro, Trabulo comandará a estratégica área operacional e de infraestrutura.

CONTINÊNCIA Às vésperas do início de uma campanha eleitoral em que o capitão reformado Jair Bolsonaro (PL) buscará novo mandato, o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Jr., gravou vídeo em que enaltece o Exército e a formação militar que recebeu.

RECRUTA "Há quatro décadas, eu me apresentava assim: soldado 939 Lazari, ao seu comando", diz ele, que afirma ter aprendido valores como retidão, determinação e respeito. A assessoria do banco diz que foi uma iniciativa pessoal de Lazari, após almoço com o comandante do quartel onde serviu.

FORÇA A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon) ofereceu ao TSE auxílio no exame de prestação de contas de candidatos. A ideia foi levada pelo presidente da entidade, Cezar Miola, ao ministro Edson Fachin na quarta (1º). A Atricon, que representa 32 tribunais da União, estados e municípios, se propõe a disponibilizar técnicos para ajudar no trabalho de checagem.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO ★★★

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	Venda avulsa dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
353.872 exemplares (abril de 2022)

Identificação com esquerda cresce e vai a 49%, aponta Datafolha; direita recua

De acordo com instituto, percentual é o maior desde 2013; direita representava 40% na pesquisa anterior, em 2017, e hoje está em 34%

Joelmir Tavares

SÃO PAULO A identificação dos brasileiros com o espectro ideológico de esquerda cresceu e alcança hoje 49% da população, segundo o Datafolha. O percentual, que abrange ideias sobre comportamento, valores e economia, é o mais alto da série histórica para a pesquisa, iniciada em 2013.

De 2017, quando foi realizado o levantamento anterior, para cá, o perfil ideológico mudou: antes havia uma divisão mais igualitária entre direita (40%) e esquerda (41%), e agora a segunda opção é predominante.

A pesquisa, feita a partir de respostas dos entrevistados a perguntas sobre temas que separam as duas visões de mundo — como drogas, armas, criminalidade, migração, homossexualidade e impostos —, mostra que 34% têm ideias próximas à direita e 17% se localizam ao centro.

É sob esses humores que o país se prepara para a eleição de outubro, com disputa polarizada entre dois candidatos associados aos dois universos: pela esquerda, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que lidera as intenções de voto, e, pela direita, o presidente Jair Bolsonaro (PL).

A pesquisa do Datafolha com a conclusão sobre inclinação política, que ouviu 2.556 pessoas acima dos 16 anos em 181 cidades nos últimos dias 25 e 26, também trouxe o petista com 48% das preferências no primeiro turno, ante 27% do postulante à reeleição.

Contratado pela **Folha**, o levantamento está registrado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sob o número BR-05166/2022 e possui margem de erro de 2 pontos percentuais, para mais ou menos.

A classificação ideológica foi feita conforme a soma da pontuação das respostas do entrevistado, em uma escala definida pelo instituto que varia entre esquerda (17% da população), centro-esquerda (32%), centro (17%), centro-direita (24%) e direita (9%). Os valores foram arredondados.

Segundo o instituto, a mudança rumo à esquerda já tinha sido observada em 2017, mas de forma menos acentuada.

A parcela de direita, que cinco anos atrás totalizava 40% e recuou 6 pontos percentuais, diminuiu principalmente por causa do maior apoio a posições no campo de comportamento e valores associadas ao ideário antagônico, como a pauta dos direitos humanos.

Foi sentida alteração significativa, por exemplo, na questão sobre adolescentes que cometem crimes (juridicamente, atos infracionais). Aqueles que acham que os jovens devem ser reeducados passaram de 25% para 34%. Os que defendem que sejam punidos como adultos são 65%.

Está diferente também a percepção sobre sindicatos, que perderam influência com a reforma trabalhista de 2017. Naquele ano, 58% consideravam que as entidades serviam mais para fazer política do que para defender os trabalhadores. Hoje são 50%.

Já a visão de que os sindicatos são importantes para defender os interesses dos trabalhadores subiu de 38% para 47%.

A guinada em direção à esquerda também é notada no campo econômico isoladamente, embora em ritmo mais brando.

No conjunto de assuntos de comportamento, a esquerda atingiu seu recorde da série histórica, com 42% (ante 31% em 2017, uma diferença de 11 pontos percentuais). Já a direita diminuiu e obteve o menor índice desde o primeiro levantamento, 39%. Na sondagem anterior, o percentual era de 47%.

Na esfera da economia, a adesão à esquerda passou de 44% para 50% (a maior da série histórica, um salto de 6 pontos) e o apoio a bandeiras do segmento oposto foi de 28% para 25% (o menor já registrado).

Das seis perguntas que compõem a escala de pensamento econômico, duas apresentaram elevação do percentual de respostas à direita.

Uma delas foi a avaliação, típica do receituário liberal, de que as empresas privadas devem ser as maiores responsáveis por investir no país e fazer a economia crescer. A proposta tem concordância de 24% hoje, ante 20% cinco anos atrás. Por outro lado, a fração que atribui o papel ao governo caiu de 76% para 72%.

A discussão sobre a responsabilidade do Estado ganhou força no mundo após os impactos financeiros da pandemia de Covid-19 e é tema do debate eleitoral — com a tendência da campanha de Bolsonaro de acenar ao mercado, enquanto a de Lula aponta um modelo de maior participação estatal.

Algumas das opiniões com maior gradação rumo à esquerda foram a de que o governo deve ajudar grandes empresas nacionais em risco de falência (de 63% para 71%) e a de que é preferível pagar mais impostos e receber mais serviços gratuitos de saúde e educação (de 43% para 48%).

Aspectos da pauta de comportamento que ganharam impulso com a onda de direita que levou Bolsonaro ao poder em 2018, em meio à ascensão mundial de líderes populistas, estão longe de serem apoiados pela maioria dos brasileiros.

O tema das armas, também aferido pelo Datafolha em pesquisas intermediárias em 2017, 2018 e 2019, não acompanhou a campanha declarada do presidente da República e seus apoiadores por armamento da população, com medidas que facilitaram compra, porte e posse.

A ideia de que possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender era apoiada por 43% da população na rodada anterior da sondagem ideológica e caiu numericamente até atingir o atual patamar de 35%.

Continua na pág. A6

Metade dos brasileiros se identifica com a esquerda

Em quase cinco anos, percentual de entrevistados que se identifica com a direita caiu de 40% para 34%

No comportamento e na economia
Respostas, em %*

Esquerda dispara em assuntos comportamentais

Percentual foi de 31% a 42% em relação à última pesquisa, de 2017; centro se mantém estável

Comportamento, em %*

Direita cai menos quando o assunto é economia

Em assuntos econômicos, identificados com a direita foram de 28% em 2017 para 25%

Economia, em %*

*Valores arredondados. Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.556 pessoas com 16 anos ou mais nos dias 25 e 26 de maio. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais para mais ou para menos

Manifestantes de esquerda e de direita separados, na época do impeachment de Dilma Rousseff Diego Padgurschi - 17.abr.16/Folhapress

Identificação com esquerda cresce e vai a 49%, aponta Datafolha; direita recua

Continuação da pág. A4

O brasileiro está mais à esquerda, ainda, em relação à pena de morte (61% acham que não cabe à Justiça matar uma pessoa, mesmo que ela tenha cometido um crime grave, ante 55% em 2017).

As posições de direita, entretanto, são preponderantes em temas como drogas e fé. Uma parcela de 83% acha que o uso de entorpecentes deve ser proibido porque toda a sociedade sofre com as consequências, crescimento de 3 pontos percentuais em relação à pesquisa anterior, na margem de erro.

A afirmação de que acreditar em Deus torna as pessoas melhores permanece com apoio da maioria, mas decresceu numericamente na comparação com 2017, indo de 83% para 79%.

Desde que o Datafolha começou a aferir a tendência ideológica dos brasileiros, em 2013, o país passou por três presidentes da República — Dilma Rousseff (PT), Michel Temer (MDB) e Bolsonaro— e por fatos que influenciaram o quadro político geral, como o impeachment da petista e a prisão de Lula.

A maior taxa de brasileiros identificados com a direita foi observada em setembro de 2014, com 45%, ante 35% dos afinados com a esquerda. Dilma seria reconduzida à Presidência no mês seguinte, com margem apertada (51% dos votos válidos), e não concluiria o mandato, sendo derrubada em 2016.

A queda de Dilma, as condenações de Lula na Operação Lava Jato e o surgimento do bolsonarismo simbolizaram reveses para a esquerda.

Eleito com um discurso conservador que ajudou a catapultar nomes da direita para o Congresso, Assembleias Legislativas e governos estaduais, Bolsonaro perdeu apoio popular ao longo do mandato e tem seu governo reprovado por 48% da população.

Pesquisa Datafolha do fim do ano passado mostrou que o PT alcançou seu melhor resultado na preferência partidária do brasileiro desde 2013. A sigla, que sempre liderou o ranking, mas acumulava altos e baixos no levantamento, foi apontada como a predileta por 28% dos entrevistados.

Apoios a migração e homossexualidade têm alta em pesquisa

Homossexualidade

A ideia de que a homossexualidade deve ser aceita por toda a sociedade conta com o apoio de 79% dos brasileiros hoje, ante 74% em 2017, segundo a rodada da pesquisa Datafolha.

Em linha com a cultura de maior tolerância à diversidade sexual, o pensamento de que a homossexualidade deve ser desencorajada por toda a sociedade passou, no intervalo de cinco anos, de 19% para 16%. Uma fatia de 6% não opinou.

A elevação do índice de aceitação dos homossexuais é um dos aspectos que explicam a aproximação maior da população com o ideário de esquerda, que passou ao pico da série histórica, iniciada em 2013.

Na primeira edição da pesquisa, a crença de que a homossexualidade deve ser aceita contava com o apoio de 67% das pessoas. O índice passou para 64% em 2014 e 74% em 2017.

Hoje, a resistência é maior entre os que têm ensino fundamental (22%).

Migração

Aumentou no país o sentimento positivo sobre a contribuição de imigrantes pobres para o desenvolvimento e a cultura de uma cidade, segundo a pesquisa que mapeou o perfil ideológico dos brasileiros.

Uma parcela de 76% dos entrevistados afirmou neste ano concordar com a ideia de que pessoas pobres que saem de outros países e estados podem ajudar a região para onde se mudam, ante 70% em 2017, na rodada anterior do levantamento. Uma fatia de 5% não opinou.

A elevação de avaliações positivas nessa questão é um dos aspectos que explicam a aproximação maior da população com o pensamento de esquerda.

Na primeira edição da pesquisa, a migração de pessoas pobres era vista como positiva por 67% das pessoas. O índice passou para 63% em 2014, subiu para 70% em 2017 e atingiu agora 76%.

Já a visão de que esse tipo de imigrante acaba criando problemas para a cidade se manteve minoritária ao longo dos levantamentos de cada ano: 25%, 26%, 24% e, hoje, 19%.

Punição de jovens

Mais brasileiros acham hoje que adolescentes envolvidos em criminalidade devem ser reeducados do que cinco anos atrás, segundo a pesquisa Datafolha. A maioria ainda defende que os jovens sejam punidos como adultos, mas o índice recuou.

Também houve redução no grupo que defende a pena de morte para criminosos em geral, enquanto ganha impulso o pensamento de que não cabe à Justiça matar uma pessoa mesmo em casos graves.

A ideia de que adolescentes que cometem crimes (juridicamente, atos infracionais) devem passar por processo de reeducação é endossada por 34% da população, ante 25% em 2017. O percentual de agora é o maior desde 2013, quando começou a série histórica.

A maioridade penal no Brasil é atingida aos 18 anos. Antes disso, adolescentes que cometem infrações vão para os sistemas de cumprimento de medida socioeducativa, geridos pelos governos estaduais. Menores de idade podem ficar até três anos internados.

No recorte dos entrevistados por faixa etária, a punição equivalente à dos adultos é menos aprovada justamente pelos mais jovens, de 16 a 24 anos. Nesse estrato, 57% concordam com a alternativa mais dura, enquanto, entre os cidadãos com 35 a 59 anos, o índice sobe para 68%.

Classificação

Para chegar a essa classificação, o Datafolha consultou os entrevistados sobre uma série de questões envolvendo valores sociais, políticos, culturais e econômicos, e a partir daí os posicionou em escalas de comportamento e pensamento econômico, dentro das quais eles foram segmentados em esquerda, centro-esquerda, centro, direita e centro-direita. A união dos resultados dessas escalas resultou em uma escala geral de posicionamento ideológico, definida pela mesma segmentação

Para obter os resultados dessa escala, o Datafolha atribuiu peso 1 a cada uma delas, e segmentou os grupos de acordo com a pontuação obtida nas questões de comportamento. A cada resposta identificada com a esquerda, neste caso, é atribuído um ponto. Os grupos são obtidos de acordo com a soma desses pontos, obedecendo aos seguintes critérios

● Direita
● Esquerda

Escala de comportamento e pensamento econômico
- Esquerda: 9, 10, 11 e 12 pontos
- Centro-esquerda: 7 e 8 pontos
- Centro: 6 pontos
- Centro-direita: 5 e 6 pontos
- Direita: 0, 1, 2 e 3 pontos

Escala de pensamento econômico
Esquerda: 5 e 6 pontos
Centro-esquerda: 4 pontos
Centro: 3 pontos
Centro-direita: 2 pontos
Direita: 0 e 1 ponto

- ● É bom que o governo atue com força na economia para evitar abusos das empresas
- ● Quanto menos o governo atrapalhar a competição entre as empresas, melhor para todos
- ● É preferível pagar menos impostos ao governo e contratar serviços particulares de educação e saúde
- ● É preferível pagar mais impostos ao governo e receber serviços gratuitos de educação e saúde
- ● Quanto menos eu depender do governo, melhor estará minha vida
- ● Quanto mais benefícios do governo eu tiver, melhor estará minha vida
- ● O governo tem o dever de ajudar grandes empresas nacionais que corram o risco de ir à falência
- ● O governo não deve ajudar grandes empresas nacionais que corram o risco de ir à falência
- ● As leis trabalhistas no Brasil mais atrapalham o crescimento das empresas do que protegem os trabalhadores, por isso boa parte delas deveria ser eliminada
- ● As leis trabalhistas no Brasil mais protegem os trabalhadores do que atrapalham o crescimento das empresas, por isso boa parte delas deveria ter seus benefícios ampliados
- ● As empresas privadas devem ser as maiores responsáveis por investir no país e fazer a economia crescer
- ● O governo deve ser o maior responsável por investir no país e fazer a economia crescer

Escala de comportamento
- Esquerda: 8, 9 e 10 pontos
- Centro-esquerda: 6 e 7 pontos
- Centro: 5 pontos
- Centro-direita: 3 e 4 pontos
- Direita: 0, 1 e 2 pontos

- ● Possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender
- ● A posse de armas deve ser proibida, pois representa ameaça à vida de outras pessoas
- ● Boa parte da pobreza está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar
- ● Boa parte da pobreza está ligada à falta de oportunidades iguais para que todos possam subir na vida
- ● Pessoas pobres de outros países e estados que vêm trabalhar na sua cidade acabam criando problemas para a cidade
- ● Pessoas pobres de outros países e estados que vêm trabalhar na sua cidade contribuem com o desenvolvimento e a cultura da cidade
- ● A maior causa da criminalidade é a falta de oportunidades iguais para todos
- ● A maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas
- ● A pena de morte é a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves
- ● Não cabe à Justiça matar uma pessoa, mesmo que ela tenha cometido um crime grave
- ● O uso de drogas deve ser proibido porque toda a sociedade sofre com as consequências
- ● O uso de drogas não deve ser proibido, porque é o usuário que sofre com as consequências
- ● A homossexualidade deve ser aceita por toda a sociedade
- ● A homossexualidade deve ser desencorajada por toda a sociedade
- ● Acreditar em Deus torna as pessoas melhores
- ● Acreditar em Deus não necessariamente torna uma pessoa melhor
- ● Os sindicatos são importantes para defender os interesses dos trabalhadores
- ● Os sindicatos servem mais para fazer política do que defender os trabalhadores
- ● Adolescentes que cometem crimes devem ser reeducados
- ● Adolescentes que cometem crimes devem ser punidos como adultos

Datafolha traça perfil com sistema de pontos

Instituto desenvolveu, de acordo com teor das respostas, escala que busca determinar posicionamento ideológico

ANÁLISE

Luciana Chong e Renata Nunes
Diretora-geral do Datafolha e diretora de pesquisas do Datafolha

SÃO PAULO Em 2013, o Datafolha desenvolveu uma metodologia com o objetivo de conhecer o perfil ideológico dos brasileiros com base em uma série de questões envolvendo valores sociais, políticos, culturais e econômicos. A partir daí, os posicionou em escalas de comportamento e pensamento econômico, dentro das quais eles foram segmentados em esquerda, centro-esquerda, centro, direita e centro-direita. Essa metodologia foi repetida em 2014, 2017 e agora novamente.

A união dos resultados dessas escalas resultou em uma escala geral de posicionamento ideológico, definida pela mesma segmentação. Na escala de comportamento, os brasileiros foram confrontados com as alternativas, como: "A maior causa da criminalidade é a falta de oportunidades iguais para todos" ou "A maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas"?

Para obter os resultados dessa escala, o Datafolha atribuiu peso 1 a cada uma delas, e segmentou os grupos de acordo com a pontuação obtida nas questões de comportamento. A configuração para cada grupo, desse modo, ficou determinada de acordo com a seguinte pontuação:

- esquerda: 8, 9 e 10 pontos
- centro-esquerda: 6 e 7 pontos
- centro: 5 pontos
- centro-direita: 3 e 4 pontos
- direita: 0, 1 e 2 pontos

Na escala de economia, os brasileiros foram confrontados com alternativas como: "Quanto menos eu depender do governo, melhor estará minha vida" ou "Quanto mais benefícios do governo eu tiver, melhor estará minha vida".

A configuração dos grupos foi determinada pela seguinte pontuação:

- esquerda: 5 e 6 pontos
- centro-esquerda: 4 pontos
- centro: 3 pontos
- centro-direita: 2 pontos
- direita: 1 e 0 ponto

Processados de forma conjunta, os resultados das escalas de comportamento e pensamento econômico possibilitaram construir a escala geral de posicionamento ideológico.

Devido ao diferente número de questões sobre comportamento (10) e pensamento econômico (6), os resultados dessas duas escalas foram ponderados para terem o mesmo peso (50% para cada uma) na composição da escala de posicionamento ideológico.

A pontuação, neste caso, é:

- esquerda: 9, 10, 11 e 12 pontos
- centro-esquerda: 8 e 7 pontos
- centro: 6 pontos
- centro-direita: 5 e 4 pontos
- direita: 3, 2, 1 e 0 pontos.

política

Escala de comportamento

Concorda com qual alternativa? Em %

Maioria é contra o porte de armas

68 — 63 A posse de armas deve ser proibida, pois representa ameaça à vida de outras pessoas

30 — 35 Possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender

2 — 2 Não sabe

28 e 29.nov.13 — 25 e 26.mai.22

A proibição do uso de drogas é defendida por 83%

83 — 83 O uso de drogas deve ser proibido porque toda a sociedade sofre com as consequências

15 — 15 O uso de drogas não deve ser proibido, porque é o usuário que sofre com as consequências

2 — 2 Não sabe

28 e 29.nov.13 — 25 e 26.mai.22

76% veem pobreza ligada à falta de oportunidade

65 — 76 Boa parte da pobreza está ligada à falta de oportunidades iguais para que todos possam subir na vida

32 — 22 Boa parte da pobreza está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar

3 — 2 Não sabe

28 e 29.nov.13 — 25 e 26.mai.22

79% acham que a homossexualidade deve ser aceita

67 — 79 A homossexualidade deve ser aceita por toda a sociedade

25 — 16 A homossexualidade deve ser desencorajada por toda a sociedade

7 — 6 Não sabe

28 e 29.nov.13 — 25 e 26.mai.22

19% são contra a vinda de pobres de fora

67 — 76 Pessoas pobres de outros países e estados que vêm trabalhar na sua cidade contribuem com o desenvolvimento e a cultura da cidade

25 — 19 Pessoas pobres de outros países e estados que vêm trabalhar na sua cidade acabam criando problemas para a cidade

8 — 5 Não sabe

28 e 29.nov.13 — 25 e 26.mai.22

Maioria acha que acreditar em Deus faz as pessoas melhores

87 — 79 Acreditar em Deus torna as pessoas melhores

12 — 21 Acreditar em Deus não necessariamente torna uma pessoa melhor

1 — 0 Não sabe

28 e 29.nov.13 — 25 e 26.mai.22

Maioria acha que criminalidade é motivada por maldade

63 — 56 A maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas

34 — 42 A maior causa da criminalidade é a falta de oportunidades iguais para todos

2 — 2 Não sabe

28 e 29.nov.13 — 25 e 26.mai.22

Cai percepção de que sindicatos são plataforma política

45 — 50 Os sindicatos servem mais para fazer política do que defender os trabalhadores

49 — 47 Os sindicatos são importantes para defender os interesses dos trabalhadores

6 — 3 Não sabe

28 e 29.nov.13 — 25 e 26.mai.22

Mais da metade é contra a pena de morte

49 — 61 Não cabe à Justiça matar uma pessoa, mesmo que ela tenha cometido um crime grave

47 — 36 A pena de morte é a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves

4 — 3 Não sabe

28 e 29.nov.13 — 25 e 26.mai.22

Sobe fatia dos que pregam reeducação de jovem infrator

72 — 65 Adolescentes que cometem crimes devem ser punidos como adultos

26 — 34 Adolescentes que cometem crimes devem ser reeducados

2 — 1 Não sabe

28 e 29.nov.13 — 25 e 26.mai.22

Escala de pensamento econômico

Concorda com qual alternativa? Em %

Interferência do governo na economia é defendida por 50%

58 — 50 É bom que o governo atue com força na economia para evitar abusos das empresas

31 — 44 Quanto menos o governo atrapalhar a competição entre as empresas, melhor para todos

10 — 6 Não sabe

28 e 29.nov.13 — 25 e 26.mai.22

Maior parte acha que governo deve socorrer empresas

57 — 71 O governo tem o dever de ajudar grandes empresas nacionais que corram o risco de ir à falência

34 — 25 O governo não deve ajudar grandes empresas nacionais que corram o risco de ir à falência

10 — 4 Não sabe

28 e 29.nov.13 — 25 e 26.mai.22

Pagar mais ou menos impostos tem empate técnico

45 — 48 É preferível pagar mais impostos ao governo e receber serviços gratuitos de educação e saúde

43 — 46 É preferível pagar menos impostos ao governo e contratar serviços particulares de educação e saúde

8 — 6 Não sabe

28 e 29.nov.13 — 25 e 26.mai.22

Leis trabalhistas têm imagem positiva

54 — 58 As leis trabalhistas no Brasil mais protegem os trabalhadores do que atrapalham o crescimento das empresas, por isso boa parte delas deveria ter seus benefícios ampliados

34 — 37 As leis trabalhistas no Brasil mais atrapalham o crescimento das empresas do que protegem os trabalhadores, por isso boa parte delas deveria ser eliminada

12 — 7 Não sabe

28 e 29.nov.13 — 25 e 26.mai.22

Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.556 pessoas com 16 anos ou mais nos dias 25 e 26 de maio. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais para mais ou para menos

política

Favoritos enfrentam entraves na pré-campanha

Faltando quatro meses para eleição, Lula e Bolsonaro tentam superar gargalos nas alianças e consolidar estrutura

O ex-presidente Lula, em evento em São Paulo Nelson Almeida - 27.mai.2022/AFP

O presidente Jair Bolsonaro em Umuarama, Paraná, na sexta-feira (3) Danilo Martins/Ofotográfico

Relação com militares e empresariado ainda é desafio para petistas

Catia Seabra e Victoria Azevedo

SÃO PAULO Superados entraves para celebração da aliança com o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB) e remontagem da estrutura de comunicação, o comando da pré-campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem novos desafios pela frente.

Além da rivalidade entre PT e PSB em estados-chave, como Rio de Janeiro e São Paulo, aliados de Lula reconhecem a resistência de militares e de setores do empresariado —ambos alinhados ao presidente Jair Bolsonaro (PL)— como obstáculo a ser transposto.

As disputas dentro do arco da aliança impuseram embaraços nas primeiras viagens protagonizadas por Lula depois da oficialização de sua candidatura, no dia 7 de maio. Os palanques estaduais não estavam montados nos três estados selecionados para a largada da pré-campanha.

A falta de acordo pesou, por exemplo, para cancelamento da visita, programada para quinta-feira (2), a Santa Catarina.

Também para evitar contratempos, nenhum dos seus três pré-candidatos ao Governo do Rio Grande do Sul pôde discursar ao lado de Lula durante ato na quarta-feira (1º) em Porto Alegre.

Na última terça-feira (31), Lula se reuniu com os presidentes do PT e do PSB, Gleisi Hoffmann e Carlos Siqueira, para análise das disputas locais. Fixaram o prazo de 15 de junho, inclusive em São Paulo.

Há percalços também no Espírito Santo, na Paraíba e em Pernambuco. De acordo com um interlocutor do petista, é preciso resolver os estados o quanto antes, para não "ficar arrastando problemas".

Embora publicamente minimizem a necessidade de diálogo com representantes das Forças Armadas ainda na pré-campanha, sob o argumento de que a tarefa foi assumida por membros do Judiciário, colaboradores do ex-presidente admitem preocupação com a falta de canais com militares, especialmente os da ativa.

Os ex-ministros Celso Amorim, Aloizio Mercadante e Jaques Wagner são apontados como possíveis emissários. Mas, nas palavras de um colaborador de Lula, os militares estão ariscos, refratários ao diálogo.

E, mesmo duvidando de uma predisposição para um golpe no caso de vitória de Lula, petistas temem que os militares cruzem os braços diante de um eventual arroubo autoritário de Bolsonaro.

Com a tibieza da terceira via e a liderança de Lula nas pesquisas de opinião, cresceu a frequência com que representantes do mercado financeiro e setores da economia têm convidado Lula e aliados para reuniões sobre cenário econômico.

Esses interlocutores admitem, porém, ainda enfrentar resistências. Lula tem sofrido críticas por parte do empresariado por não apresentar propostas claras do que irá fazer em um eventual governo e não indicar quem são seus interlocutores nessa área.

Em entrevista à rádio Bandeirantes FM de Porto Alegre, no dia 31, Lula disse que não irá indicar economistas para essas conversas e que vai conversar com mercado "na hora que tiver interesse".

O ex-presidente tem defendido em falas recentes que não precisa apresentar essas propostas porque tem um legado dos anos de seus governos que falam por si só.

Além das reuniões com empresários, o economista Persio Arida, um dos pais do Plano Real, se reuniu com Mercadante, que é coordenador do plano de governo da chapa. Segundo Lula, ele foi indicado por Alckmin.

"É razoável que se converse, nós não somos os donos da verdade, queremos conversar com todo o mundo. O plano de governo não pode ser do PT. Tem que ser desses sete partidos que estão conosco mais a sociedade", disse Lula na mesma entrevista.

O próprio petista afirmou em evento nesta semana em São Paulo que irá conversar com banqueiros e empresários. Segundo relatos, há possibilidade de um encontro nos próximos dias.

Um outro desafio para a coordenação de campanha de Lula seria a ampliação do leque de alianças, com a cobiçada união com o PSD de São Paulo. O partido do ex-prefeito Gilberto Kassab tem na bancada grande número de bolsonaristas, o que dificultaria um acordo.

Apesar de Lula liderar as pesquisas de intenção de voto, aliados do ex-presidente ouvidos pela reportagem afirmam que a disputa será dura e que ainda há um longo caminho até o dia 2 de outubro —e rebatem críticas de que petistas estariam de salto alto.

Pesquisa Datafolha divulgada no último dia 26 apontou que o ex-presidente tem 21 pontos percentuais de vantagem sobre Bolsonaro e lidera a disputa presidencial com 48% das intenções de voto no primeiro turno, ante 27% do principal adversário.

De acordo com o ex-governador Wellington Dias (PI-PT), a orientação do próprio Lula é a de que a pré-campanha não deve usar o resultado das pesquisas para criar um clima de "já ganhou, de salto alto". "Nada de arrogância", disse.

"Temos consciência que será uma batalha que teremos que vencer na disputa de ideias. Eles vão usar um aparato muito forte de fake news, vão elevar o tom e são capazes de qualquer coisa", diz Luciana Santos, presidente do PC do B, partido que integra a coligação.

Entraves resolvidos

- Composição de chapa com Alckmin
- Formalização da candidatura em ato no dia 7 de maio
- Coligação com sete partidos (PT, PSB, PC do B, PV, PSOL, Rede e Solidariedade)
- Definição de coordenadores da comunicação da pré-campanha
- Montagem da coordenação da pré-campanha

Entraves atuais

- Aprovação oficial da chapa pelo PT
- Resolução de disputas locais com o PSB
- Elaboração de programa de governo
- Construção de alianças regionais com partidos de centro
- Redução de resistência no meio militar e empresarial

Presidente encara racha na comunicação entre Carlos e siglas do centrão

Marianna Holanda, Matheus Teixeira e Julia Chaib

BRASÍLIA A campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) vive um racha na comunicação entre aliados do centrão e o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do mandatário e responsável pelas redes sociais do pai.

Considerado o mentor da atuação de Bolsonaro nas plataformas digitais, Carlos é crítico das estratégias convencionais do marketing.

Antes internas, as divergências se tornaram públicas na semana em uma mensagem do vereador no Twitter.

"Vou continuar fazendo o meu aqui e dane-se esse papo de profissionais do marketing.... Meu Deus!", disse Carlos, com emojis de risada, em resposta a uma publicação sobre o slogan que seria usado por Bolsonaro na inserção do PL na TV protagonizada pelo pai.

"Sem pandemia, sem corrupção e com Deus no coração, seremos uma grande nação", diz Bolsonaro nas peças publicitárias.

Numa das inserções, de 30 segundos, Bolsonaro aparece numa roda de conversa com jovens, em que exalta Deus, a família e destaca a importância de que eles ouçam os conselhos dos pais. A equipe de marketing do partido também retratou um presidente calmo, para tentar diminuir a percepção de temperamento explosivo.

Segundo relatos, Carlos tem se queixado do que considera a linguagem mais artificial. O filho do presidente argumenta que é justamente a espontaneidade que diferencia o presidente dos demais candidatos.

A disputa pelo comando das estratégias de comunicação é uma constante na carreira política de Bolsonaro. A interferência de Carlos na área também é alvo de críticas internas desde o início do governo, mas ele se consolidou como o principal conselheiro do pai para assuntos de comunicação digital.

Tanto que a equipe de comunicação do PL não tem qualquer ambição de tentar reduzir a influência de Carlos, considerada hoje incontornável para quem assessora o presidente em assuntos de mídias.

O marqueteiro do PL que atuou nas propagandas que serão veiculadas até 11 de junho é Duda Lima. Na campanha, ele também tem a missão de tocar a estratégia nas mídias tradicionais.

Nome com ligação histórica com o PL, ele tem experiência em campanhas passadas e foi indicado pelo presidente da sigla, Valdemar Costa Neto.

De acordo com interlocutores, as críticas de Carlos não são personalizadas à figura de Lima, uma vez que o vereador sempre se opôs à ideia de seguir as estratégias eleitorais clássicas.

Diante das queixas de Carlos, conselheiros de Bolsonaro têm tentado conciliar a visão do vereador e incorporar sugestões feitas por ele nas peças. Isso porque ele segue como uma das pessoas mais ouvidas pelo presidente.

Em 2019, Bolsonaro disse que Carlos foi o responsável por sua eleição.

"Acho até que devia ter um cargo de ministro. Ele que me botou aqui. Foi realmente a mídia dele que me botou aqui. E ele não tá pleiteando cargo de ministro. Poderia botá-lo, mas não tá pleiteando isso aí", declarou, na ocasião.

Além do mais, no período de transição, Bolsonaro chegou a cogitar a recriação da Secretaria de Comunicação Social e a nomeação do vereador para chefiá-la. A ideia não foi adiante.

Questionados sobre as críticas de Carlos, membros da campanha jogam panos quentes sobre o caso e dizem que é normal que o vereador exponha suas divergências. O objetivo atual da ala política da comunicação, dizem, é encontrar soluções para que Bolsonaro possa se defender de ataques de adversários sobre a alta dos preços dos combustíveis, por exemplo.

Interlocutores ouvidos pela Folha dizem reservadamente que a comunicação da campanha de Bolsonaro deve ser dividida em dois braços: uma tocada pelo PL e outra liderada por Carlos.

A ideia é que os dois times atuem de forma independente, mas que o filho do presidente tenha a palavra final sobre a presença de seu pai nas redes sociais. Carlos deve liderar uma equipe formada por integrantes do chamado gabinete do ódio, estrutura montada no Palácio do Planalto para produzir mensagens de difamação contra antagonistas do presidente.

O QG eleitoral do presidente é coordenado pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e pelo presidente do PL. Conta ainda com participação ativa de Ciro Nogueira, ministro da Casa Civil e cacique do PP.

O filho do presidente não participa das reuniões de campanha e desde o início apresentou ressalvas à profissionalização dela.

A profissionalização da estrutura política em torno de Bolsonaro não se limita ao marketing. Passa também por uma equipe jurídica liderada pelo ex-ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) Tarcísio Vieira de Carvalho Neto e pela advogada Caroline Maria Vieira Lacerda; e envolve a própria migração do mandatário para o PL, partido com maior acesso ao fundo eleitoral e a tempo de televisão.

A aposta do núcleo político é que Bolsonaro não se reelegerá da mesma forma como em 2018, apenas com redes sociais. Dessa forma, será preciso investir nas ferramentas tradicionais de campanha.

Entraves resolvidos

- Formação de equipe com experiência de campanha, diferentemente do que ocorria em 2018
- Arco de alianças com partidos do centrão (hoje Bolsonaro conta com PL, PP e Republicanos)

Entraves atuais

- Resistência de Carlos Bolsonaro a trabalho com equipe de aliados
- Alta no preço dos combustíveis e pressão da inflação sobretudo entre os mais pobres
- Desvantagem nas pesquisas, incluindo rejeição mais elevada
- Dificuldade em avançar politicamente no Nordeste

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

Dois-pontos: uma praga

Google adestra a redação dos títulos, que trocam a criatividade pela audiência

José Henrique Mariante

Mario Sergio Conti, no último fim de semana, escreveu sobre o risco de extinção do ponto e vírgula. Lembrou também que "abundam os pontos de exclamação, enterrados no jornal pelo bate-estaca de colunistas fanfarrões". Acrescento outra abundância incômoda à análise: o sinal de dois-pontos.

Assim como os imperativos "entenda" e "veja", os dois-pontos estão em muitos títulos da **Folha** *e de outros veículos por concisão, em princípio. Palavra ou expressão, que identifica o assunto do texto, é separada por dois pontos da informação a ser transmitida. Exemplo na última semana foi o "Datafolha:", utilizado à exaustão. "Datafolha: Eleitor de Bolsonaro desconfia das urnas, defende armas e vê otimismo na economia"; "Datafolha: 7 em cada 10 rejeitam ideia de que armas trazem mais segurança"; "Datafolha: Aversão a Bolsonaro é dominante entre mulheres pobres e ricas".*

Sobre este último, um comentário no Painel do Leitor até brincou com o formato. "Mulheres: sempre superiores."

Já o enunciado "98% querem que vacina contra Covid permaneça gratuita a todos, diz Datafolha" é a exceção dos últimos dias que explica a regra não escrita. Evitar o "diz", "vê", "revela" é poupar toques preciosos para citar tudo o que o instituto apura. Além disso, no mundo plano da internet, onde apenas títulos são lidos, o chamado chapéu, aquela palavra-chave que vem acima do enunciado, quase sempre é ignorado. Um problema sério dos jornais é deixar bem claro que alguns artigos são de opinião e de humor. Aí a solução é "Opinião: O PIB melhorou, mas pouca gente sentiu no bolso, na pele ou na alma".

A coisa começa a complicar quando o sistema contamina os títulos onde o marcador não é necessário. "Pelé usa jogo da Ucrânia para pedir a Putin: 'Pare com essa invasão.'" Esse chegou ao impresso, na quinta-feira (2), em colisão com o Manual da Redação (pág. 215). O último item sobre títulos pede para que sejam evitados exclamação (salvo situações excepcionais), ponto, dois-pontos, interrogação, reticências, travessão e parênteses. A Redação, no entanto, se vale de outra instrução na mesma página do Manual, que orienta, em plataformas digitais, o uso de palavra-chave "destacada no início de qualquer título".

Tudo isso seria apenas curiosidade se o resultado final não fosse o enfado. Pela forma dos títulos, por vezes necessária, mas principalmente pela escancarada falta de criatividade. E a crítica aqui não é para os jornalistas. Sistemas de busca, leia-se Google, adestram a redação dos enunciados, ditam as fórmulas de audiência. Entre o título genial e o mais buscável, qualquer um optará por aquele que paga as contas.

Imaginar que tal influência dos buscadores fica apenas no título é ingenuidade.

Depp v. Heard

Johnny Depp processou a ex-mulher por um artigo dela publicado no Washington Post em 2018 em que seu nome não é citado. Após um carnaval planetário, que muitos acompanharam e muitos ignoraram, o júri questionou qual era um dos objetos de julgamento, tudo o que ela tinha escrito ou apenas o título. A juíza respondeu que era para levar em conta o título: "Amber Heard: Falei alto contra a violência sexual — e encarei a fúria de nossa cultura. Isso tem que mudar".

Com dois-pontos, é claro.

Agregados

Dias depois de a **Folha** *trazer a mais importante pesquisa do ano até aqui, a que aponta para a chance de uma eleição decidida em primeiro turno, seu concorrente direto anunciou um agregador de levantamentos. O Estado de S.Paulo usa dados de 14 empresas para antever "o cenário mais provável da disputa a cada dia".*

Agregadores são comuns nos EUA, mas novidade para o grande público brasileiro. O segredo está na calibragem do algoritmo que equilibra as diversas pesquisas, atribuindo pesos diferentes de acordo com metodologia, tamanho do campo e outras características. Agentes do mercado financeiro, que patrocinam boa parte dos institutos atualmente, usam ferramentas parecidas para análises particulares.

O ônus de buscar uma média ponderada das pesquisas é perder a notícia. O Datafolha foi a notícia da última semana justamente pelo resultado que trouxe sozinho. Tivesse seus números diluídos com outros, que não captaram o mesmo movimento dos eleitores, não estaria na boca do mundo político, que se movimentou bastante diante da perspectiva de primeiro turno.

Não obstante, há méritos na análise conjunta, desde que assim seja entendido, como um estudo de dados, não uma pesquisa efetiva. O que, obviamente, não vai acontecer, como se vê nos títulos do Estadão e de outros veículos com agregadores, como o site Jota, onde as ferramentas ganham o confortável papel de pesquisa própria. O dispendioso orçamento alheio é mero detalhe.

A feijoada de festa

Esquisito regime leva pedaços de democracia e sobras variadas de ditadura

Janio de Freitas
Jornalista

O esquisito regime brasileiro, feijoada institucional que leva pedaços de democracia e sobras variadas de ditadura, não é o mesmo dos três anos anteriores. Sendo brasileiro, muda para pior. Piorado, adquire desproporção crescente entre a vontade de democracia e o vício do autoritarismo. É a assimilação, como práticas normais no exercício de funções públicas, da licenciosidade de Bolsonaro ante os limites legais, morais e políticos.

Uma aberração assim veio em nome do Supremo. O guarda-costas de Bolsonaro no tribunal, Kassio Nunes Marques, cumpriu essa função como só na ditadura alguns ousaram. Sua pretensa argumentação para invalidar decisão do Tribunal Superior Eleitoral é muito mais do que anular a cassação de um deputado bolsonarista, por falsear notícias de fraude eleitoral.

Esse ocupante de uma cadeira no Supremo, por nomeação de Bolsonaro e aprovação do Senado, faz na decisão escancarada defesa de fake news como costume e como ativismo antidemocrático. Para isso, mente com a negação de efeitos maléficos das falsificações informativas, que não quer ver "demonizadas". Um juiz do tribunal constitucional contrário à Constituição e a eleições limpas.

A ideia de dar armas a 10 mil policiais militares aposentados é um atentado antissocial. Trata-se, no entanto, de medida adotada por um governo. O do Rio de Janeiro, claro.

Adepto da linha "tiro na cabecinha", de cujo autor cassado era vice, o governador Cláudio Castro é um ocupado candidato bolsonarista à reeleição. Tal como na ditadura bastou um secretário de Segurança do estado, general França, para criar um esquadrão da morte, bastou agora um secretário estadual de Polícia Militar, coronel, para levar às ruas mais 10 mil armados. Por simples portaria do coronel, como foi a do general que tinha "dez homens de ouro".

A criminalidade infiltrada na PM é um dos maiores problemas, se não o maior, do Rio. É extensivo ao restante do país, mas no caso fluminense concentra-se no Rio-cidade. Os fatos escandalosos com PMs e ex-PMs aí se sucedem apressados, de mortes e de corrupção. São sinais de muito ainda não descoberto, com PMs e ex-PMs.

É legítima, portanto, a constatação de ameaça dos rearmados 10 mil a cada pessoa da cidade, na roleta russa das "balas perdidas" e das outras. Para reforço da ameaça, cada pistola .40, um canhão manual, será acompanhada de três carregadores e ao menos 50 balas. Muito uso pela frente.

Como na ditadura havia os crimes a serem investigados e os crimes protegidos, a depender de sua natureza ou dos autores, é vergonhosa a fuga do Judiciário, do Ministério Público e das polícias nos casos de Flávio Bolsonaro. E do fuzilamento do ex-PM Adriano da Nóbrega na Bahia. E do assassinato de Marielle Franco.

As idas e voltas para chegar a lugar nenhum, nesses casos, têm o mesmo motivo: os incumbidos de resolvê-los sabem onde vão dar. De responsáveis pela aplicação da lei, passam a confundir-se com os fugitivos da lei.

É o que faz, tal como os procuradores-gerais da República ao tempo da ditadura, Augusto Aras. Não levar às devidas consequências o concluído pela CPI da Covid é, diante de quase 700 mil mortos, atitude pelo menos equivalente à dos crimes comprovados pela investigação do Senado. Aras também foge do final previsível.

A corrupção acelera-se neste ano. São bilhões em computadores, mesas escolares, tratores, cartões da Presidência e de ministérios, orçamento secreto, negócios pessoais fraudulentos, falsos servidores do Congresso e do Executivo, compras superfaturadas para as casernas, e por aí até ao desconhecido.

Mas não se sabe de consequências penais em nem um só desses e dos demais assaltos aos recursos públicos e aos códigos legais.

A licenciosidade antidemocrática, modelada pela ditadura e amparada pelos mesmos de então, faz do país um grande fim de festa. Com feijoada.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | **SEG. Celso Rocha de Barros** | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

PL, partido de Bolsonaro, ignora teste de código de urnas

Presidente cobra auditoria, mas única participação da sigla em discussão no TSE, em 2021, não teve análise técnica

Renata Galf

SÃO PAULO Apesar de estar disponível para inspeção desde 4 de outubro na sede do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o chamado código-fonte da urna eletrônica não foi alvo até o momento de análise do PL, partido do presidente Jair Bolsonaro.

O código-fonte é um conjunto de linhas de programação que dão as instruções de funcionamento para a urna eletrônica, que é alvo de uma série de mentiras e teorias conspiratórias do presidente da República, candidato à reeleição em outubro.

A realização da inspeção não é obrigatória, mas é uma das principais fases de auditoria do processo eleitoral.

Em maio, durante sua live semanal, o presidente disse que o PL contrataria uma empresa para fazer uma auditoria privada das eleições deste ano. O partido ainda não confirmou se contratará ou não uma empresa.

O anúncio sobre a auditoria ocorre no momento em que Bolsonaro amplia os questionamentos ao processo eleitoral e faz insinuações golpistas. Em tom de ameaça, ele disse que os resultados dessa futura análise podem complicar o TSE se a empresa constatar que é "impossível auditar o processo".

Bolsonaro afirmou que a auditoria não seria feita após as eleições, mas que a empresa começaria a trabalhar assim que contratada e solicitaria ao TSE uma "quantidade grande de informações".

Até agora, porém, a única visita do PL ao TSE para acompanhamento dos sistemas ocorreu em 9 de dezembro, quando três representantes do partido estiveram no tribunal por cerca de três horas.

Eles assistiram a apresentações sobre o processo eleitoral e os principais sistemas utilizados, bem como sobre o funcionamento da urna e seus dispositivos de segurança. Também tiveram dúvidas esclarecidas. Na data, não houve nenhuma análise do código.

A visita foi agendada por meio de ofício do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, datado de 23 de novembro — uma semana antes do evento oficial de filiação de Bolsonaro ao partido.

Ele respondia a convite do TSE do início de outubro, também remetido aos demais partidos e entidades fiscalizadoras, em que o então presidente da corte, Luís Roberto Barroso, comunicava que os códigos estavam disponíveis para inspeção. O ministro recomendava ainda que a fiscalização fosse realizada por "profissionais da área de tecnologia da informação".

Representaram o PL na visita Luiz Henrique Sampaio Guimarães, Rui Fernandes Ribeiro Júnior e Glaydson Gomes Guerra. Os dois últimos são assessores parlamentares na Assembleia Legislativa de São Paulo, atuando respectivamente junto à liderança do PL na Casa e a uma deputada do partido. Já Sampaio Guimarães consta como segundo tesoureiro do PL na executiva nacional.

A **Folha** conseguiu entrar em contato apenas com Ribeiro Júnior, que confirmou que não houve análise dos códigos em sua visita. Ele relata que assistiu a apresentações básicas sobre o processo eleitoral e diz que a visita era uma primeira etapa.

Gomes Guerra foi procurado no gabinete em que trabalha, mas não retornou às ligações, já Sampaio foi procurado por meio da assessoria de comunicação do partido.

O TSE afirmou que posteriormente a essa visita o PL não retornou ao tribunal para inspecionar os códigos-fonte nem fez menção de retorno. Fora o PL, o PV foi o único partido a comparecer, mas também não inspecionou o código-fonte.

Além dos partidos, há um rol de entidades e órgãos que podem atuar na fiscalização, como OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Polícia Federal e Forças Armadas. Até o momento, compareceram ao TSE para inspecionar os códigos-fonte CGU (Controladoria-Geral da União), MPF (Ministério Público Federal) e o Senado, além da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A análise pode ser feita até agosto.

A legislação atual prevê outras etapas de auditoria antes, durante e após o pleito. Entre elas está o Teste Público de Segurança, em que hackers e especialistas tentam encontrar vulnerabilidades para posterior correção. Peritos da PF examinaram os códigos durante o evento. O PL não participou.

Partidos e entidades podem desenvolver programas próprios de verificação dos sistemas, mas há prazo. Os programas devem ser apresentados até 4 de julho para homologação da Justiça Eleitoral.

Além de ser permitida a contratação de terceiros para as diferentes fases de auditoria, na Lei das Eleições é mencionada expressamente a possibilidade de contratação de empresas de auditoria pelos partidos, que deverão ser credenciadas junto à Justiça Eleitoral.

Em resolução específica estão elencados quais arquivos e programas podem ser solicitados e em que momento. O prazo para pedir os arquivos da votação começa nos dias seguintes ao primeiro e segundo turnos, indo até 10 de janeiro.

Após as eleições de 2014, o PSDB solicitou a realização de auditoria especial que passou por aprovação do TSE. O partido não identificou nenhuma fraude, mas fez um relatório final com várias críticas ao formato de auditoria do tribunal.

Nas regras atuais, está prevista a possibilidade de solicitação de verificações extraordinárias dos sistemas eleitorais após as eleições, desde que sejam "relatados fatos e apresentados indícios e circunstâncias que a justifiquem". Caso contrário, podem ser indeferidas liminarmente.

Essa solicitação pode ser feita até 5 de janeiro e deve ser acompanhada de plano de trabalho. As regras preveem os sistemas que podem ser averiguados.

A princípio, o discurso de Bolsonaro sinaliza que não é essa verificação que ele pretende empreender, já que afirmou que a auditoria não seria feita após as eleições. No entanto, a exemplo do que fez o PSDB, o presidente pode vir a apontar lacunas entre as verificações previstas e aquelas que pretenderia realizar, tornando o cenário incerto.

A fiscalização de partidos também é prevista tanto na cerimônia de assinatura digital, compilação e lacração dos sistemas eleitorais, em agosto, assim como na cerimônia de lacração das urnas após instalação dos sistemas.

No dia da eleição também podem fiscalizar o teste de integridade, em que voluntários votam em papel, e os mesmos votos são digitados em urnas sorteadas. Tudo é filmado e, ao final, é verificado se os resultados batem.

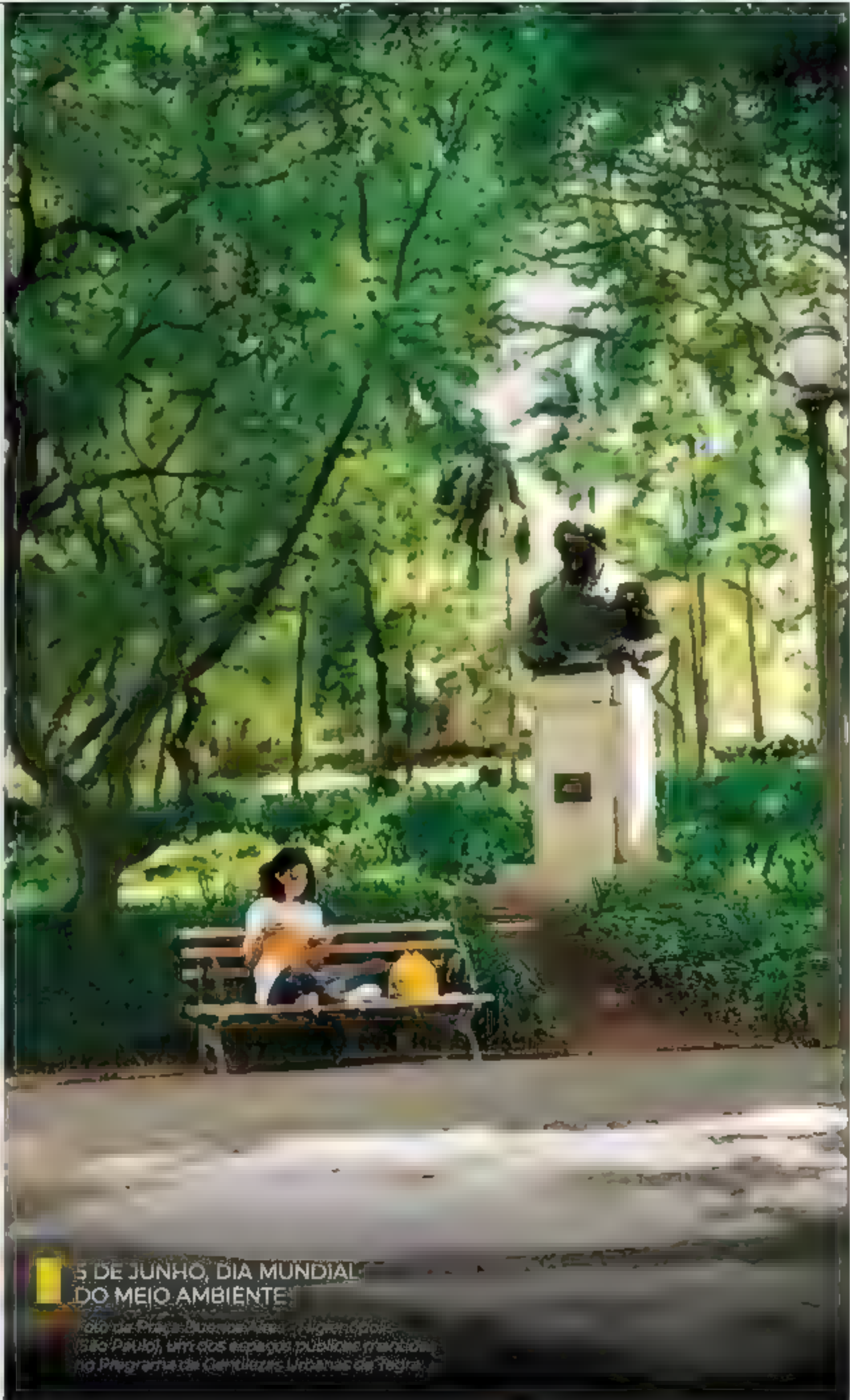
A **Folha** perguntou ao PL por que o partido não inspecionou o código-fonte, mas não houve resposta até a publicação do texto. Questionou também se o partido contrataria uma empresa para auditoria do processo eleitoral e, em caso positivo, de quais etapas de auditoria previstas na legislação ela participaria.

Segundo a assessoria, o PL ainda não tem nada oficial sobre o assunto e tampouco há informação sobre até quando se pretende definir a questão. "Isso, certamente, já deve estar sendo tratado, mas não temos nada oficial até o momento."

Participante do Teste Público de Segurança das urnas eletrônicas, que foi promovido pela Justiça Eleitoral, em Brasília, em maio Pedro Ladeira - 11.mai.22/Folhapress

> **"** Essa auditoria não vai ser feita após as eleições. Uma vez contratada, a empresa começa a trabalhar, a empresa vai pedir ao TSE, com toda certeza, quantidade grande de informações. Ela vai pedir às Forças Armadas o trabalho que fez até agora
>
> **Jair Bolsonaro**
> Em maio, ao falar da contratação de auditoria

No Dia do Meio Ambiente e em todos os outros, a Tegra se compromete com essa causa.

5 DE JUNHO, DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

Hoje, no Dia Mundial do Meio Ambiente, a Tegra reforça o compromisso de construir uma cidade e um mundo melhor para todos viverem. Temos orgulho de publicar pelo 3° ano consecutivo, o nosso Relatório de Sustentabilidade padrão GRI, o qual garante a nossa gestão para as questões socioambientais e econômicas, além de apresentar as metas Cidades Regenerativas 2030, nas quais nos comprometemos a gerar mais impactos positivos na sociedade, zerar o balanço líquido de emissões de CO_2 e promover negócios transparentes, impulsionando a economia circular.

Neste dia, agradecemos a todos os nossos parceiros, clientes e colaboradores que partilham de nossa preocupação de realizar ações em prol do meio ambiente, da sociedade e das cidades em que atuamos. É isso que inspira a Tegra há 44 anos.

Acesse **tegraincorporadora.com.br/esg** e conheça todas as nossas iniciativas.

TSE é cobrado para que não omita dados de candidaturas

Tribunal promove audiência sobre aplicação da LGPD no contexto eleitoral

Mateus Vargas

BRASÍLIA Especialistas e entidades que tratam de direito eleitoral e à informação cobraram que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) não passe a omitir dados sobre o pleito deste ano por causa da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

Em audiência pública encerrada na sexta (3) e promovida pela corte, a maior parte dos debatedores concordou que alguns itens, como endereço residencial de candidatos, podem ser retirados do ar.

De forma geral, os participantes sugeriram que permaneçam abertas as informações sobre trajetória do candidato, antecedentes criminais, declarações de bens e sobre doadores das campanhas.

A audiência pública foi convocada para o TSE receber sugestões sobre a aplicação da LGPD na divulgação dos dados de candidatos das eleições deste ano.

O presidente da corte, Edson Fachin, é relator do processo administrativo para definir estas regras. Na quinta (2), durante a abertura do evento, o magistrado disse que a corte precisa equalizar o cuidado com dados sensíveis com a "necessária fiscalização" do processo eleitoral.

Os debatedores se posicionaram sobre quatro questões formuladas pelo TSE.

A corte perguntou se é preciso fazer ajustes nas plataformas de divulgação das informações sobre candidatos e doadores e de tramitação dos processos da Justiça Eleitoral.

Também questionou se é necessário reconsiderar o acesso ao teor das certidões criminais dos candidatos, e de dados pessoais de quem deseja registrar a candidatura. Além disso, se a LGPD exige mudar a forma de apresentar ou até vedar a divulgação da lista de bens declarados dos candidatos.

Representante da Procuradoria-Geral Eleitoral, Edson Resende disse que as informações coletadas pelo TSE não servem apenas para deferir ou não o registro das candidaturas. Por isso, ele defende que documentos que permitam conhecer o político sigam disponíveis.

"A necessidade de manter aberta a publicização dos dados atende a necessidade pública e cidadã de proporcionar uma escolha consciente [de candidato]", disse Resende.

O procurador, porém, recomendou que esses dados fiquem públicos somente até o fim das eleições. Outras entidades pediram que as informações sejam disponibilizadas mesmo após o pleito, ainda que por período determinado.

Samara Castro, representante da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político), recomendou que os dados de quem não foi eleito fiquem abertos por cinco anos. Daqueles que venceram o pleito, por dez anos.

Vice-presidente da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e representante do Fórum de Direito de Acesso à Informações Públicas, Katia Brembatti disse que seria um retrocesso estabelecer data para deixar de divulgar as informações sobre os candidatos.

> A necessidade de manter aberta a publicização dos dados atende a necessidade pública e cidadã de proporcionar uma escolha consciente [de candidato]
>
> **Edson Resende**
> Representante da Procuradoria-Geral Eleitoral

> Qual é a pragmaticidade de abrir totalmente os dados? Só uma, que sirvam para coações
>
> **Walber Agra**
> Advogado do PDT

Brembatti afirmou que a pessoa pública não perde direitos, mas fica "mais exposta ao escrutínio social". Disse ainda que a divulgação dos dados amplia a possibilidade de fiscalização do poder público.

Walber Agra, advogado do PDT, cobrou maior restrição de acesso às informações. "Qual é a pragmaticidade de abrir totalmente os dados? Só uma, que sirvam para coações", afirmou.

A LGPD foi sancionada em setembro de 2020. Pela lei, o cidadão passa a ser titular de seus dados. Regras passam a ser impostas aos setores público e privado, que se tornam responsáveis pelo ciclo de uma informação pessoal na organização: coleta, tratamento, armazenamento e exclusão.

O texto caracteriza como sensíveis os dados relativos à filiação partidária. Por esse motivo, no ano passado o TSE decidiu retirar do ar as bases de dados com essas informações.

Em fevereiro, Fachin disse que não haverá imposição de sigilo sobre dados de doadores eleitorais e de pessoas que prestem serviços para campanhas políticas.

Os debatedores sugeriram que o tribunal crie tecnologia para tarjar dados sensíveis como endereços dos candidatos. Ou que o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) padronize a forma de divulgação de certidões, entre outras informações.

Fernanda Campagnucci, diretora do Open Knowledge Brasil, disse que preocupam as manifestações sobre "criminalizar" o uso massivo de cruzamento de dados, por meio de robôs, por exemplo. "Não cabe ao TSE inibir a divulgação dos dados por riscos hipotéticos", afirmou ela.

Os debatedores também divergiram sobre a divulgação de dados da autodeclaração de cor ou raça dos candidatos.

A advogada Patricia Peck sugeriu que o político deve escolher se apresenta ao público essa informação. Já Brembatti defendeu que este dado deve ser liberado. Alguns debatedores citaram que conhecer a autodeclaração ganhou maior relevância com medidas de incentivo a candidaturas de negros.

Daniel Falcão, advogado e controlador-geral do município de São Paulo, disse que não há necessidade de mudar a forma de divulgação dos bens declarados dos candidatos.

Ele afirmou que os dados hoje expostos são "necessários ao processo eleitoral" e diferentes de uma declaração de imposto de renda, que contém informações mais sensíveis.

Os debatedores concordaram que algumas informações, como contas bancárias, endereços declarados e assinatura do candidato, não precisam ser divulgadas na declaração de bens.

Alckmin e Lula no evento deste sábado sobre a pauta ambiental na campanha do PT Reprodução/Canal Lula no YouTube

Lula cita guerra de Bolsonaro, esquece elo Salles-Alckmin e defende lei ambiental dura

Flávio Ferreira

SÃO PAULO O pré-candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu neste sábado (4) leis mais duras para combater a degradação do meio ambiente e disse que se vencer a eleição, seu governo não fará concessões em temas de proteção de áreas demarcadas, como reservas indígenas e florestas.

Ao falar de garimpo em terras indígenas, o petista citou fala de Jair Bolsonaro (PL) de sexta-feira (3), quando o presidente falou em "ir à guerra" contra inimigos internos.

"Estamos brigando contra uma parcela da sociedade organizada de forma miliciana. Ontem mesmo no comício no Paraná, o Bolsonaro está dizendo: 'nós vamos ter que ir para a guerra'. E eles não querem perder. Enfrentar garimpeiro é uma coisa complicada, porque a febre do ouro é uma coisa que faz o cidadão fazer qualquer coisa", afirmou Lula.

A proteção ao ambiente é vista por especialistas como uma das principais áreas sob desmonte no governo Bolsonaro. Em gestões do PT, porém, também houve críticas à atuação federal, principalmente sob Dilma Rousseff (PT).

Ao pedir demissão do governo Lula em 2008, a então ministra Marina Silva também apontou uma série de problemas, incluindo a falta de apoio para levar adiante medidas duras de combate ao desmatamento na Amazônia.

Lula discursou neste sábado em encontro organizado pela sua pré-campanha para discutir temas ambientais para seu programa de governo.

O pré-candidato disse que em muitos temas é preciso entrar em negociações políticas, mas que há pontos das pautas de preservação do meio ambiente e de proteção de comunidades indígenas nos quais não haverá concessões caso ele vença o pleito de outubro.

"Nesse negócio não tem meio-termo. A gente tem que ter coragem de dizer: não haverá garimpo em terra indígena neste país. Outra coisa: as terras que forem demarcadas como áreas de proteção ambiental terão que ser respeitadas. Não vai ter concessão", disse.

Lula aproveitou para elogiar a ex-senadora e ex-ministra de Meio Ambiente de seu governo Marina Silva (Rede), em momento em que busca o apoio dela à sua candidatura.

"Acho que nós acertamos nos ministros. A Marina foi uma extraordinária ministra. O [Carlos] Minc é um cara de muita qualidade. E depois a Izabella [Teixeira], que ganhou muita responsabilidade pela eficácia do trabalho dela."

A ex-senadora tem mágoas do PT em razão do pleito de 2014, quando se candidatou à Presidência e foi fortemente atacada pela campanha de Dilma. Ela deixou o PT em 2009.

Em seguida, Lula criticou o ex-ministro da área na gestão Bolsonaro, Ricardo Salles, que foi alçado a seu primeiro cargo de projeção por Geraldo Alckmin (PSB), seu vice na chapa à Presidência e que estava a seu lado durante o discurso.

Salles foi secretário do Meio Ambiente em São Paulo no governo Alckmin.

> Aí depois aparece um tal de [Ricardo] Salles, que ninguém sabe de onde veio, para onde foi. Um rapaz que eu achei que era até moderno, porque era todo moderninho, óculos cor-de-rosa, sabe? E depois o seguinte: o cara era um desmatador profissional
>
> **Lula (PT)**
> pré-candidato à Presidência, sobre ex-ministro de Bolsonaro que já foi secretário de Alckmin, vice na chapa do petista

"Aí depois aparece um tal de Salles, que ninguém sabe de onde veio, para onde foi. Um rapaz que eu achei que era até moderno, porque era todo moderninho, óculos cor-de-rosa, sabe? E depois o seguinte: o cara era um desmatador profissional. O Brasil não merece isso", afirmou Lula.

O líder petista defendeu também que órgãos de proteção ambiental esvaziados no governo Bolsonaro passem por um processo de recuperação e que leis mais rígidas sejam aprovadas para evitar a destruição do ambiente.

"O Estado precisa assumir responsabilidade. Então o ministério vai ter que ter mais gente, a fiscalização vai ter que ser mais forte, a gente vai ter que ter leis mais duras, sabe?"

Em seu discurso, o ex-presidente também fez um aceno ao setor do agronegócio.

"Ontem tive uma reunião com um empresário e ele me dizia: 'Presidente, vocês têm que nos ajudar, têm que separar a gente que é produtor rural, que negocia com a União Europeia, com a China, com os Estados Unidos. A gente não quer ser misturado com esses caras que querem comprar armas, desmatar, fazer garimpo e matar índio'."

"Vocês percebem que até do lado de lá tem gente que quer ganhar dinheiro, que é dono do agronegócio, mas tem responsabilidade", completou Lula, em mais uma estocada no campo político rival.

Na sexta (3), Bolsonaro afirmou em entrevista à imprensa em Foz do Iguaçu (PR) que irá a debates eleitorais se Lula também comparecer.

O atual mandatário disse, porém, que ainda está analisando o tema. "Vou ver, isso é questão de estratégia. Nunca um presidente, que eu tenha conhecimento, participou do primeiro turno de debates."

Na terça, Bolsonaro já havia afirmado que deve comparecer aos debates apenas no segundo turno das eleições. Ele relatou que evitará participar no primeiro turno por acreditar que receberá "pancada" de todos os candidatos sem ter tempo para se defender.

A campanha de Lula, por sua vez, deve propor aos adversários a realização de debates em pool de órgãos de imprensa, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos. Pela proposta, a ideia é que sejam dois debates no primeiro turno e um no segundo.

TRE-SP manda tirar fotos de Tarcísio de ônibus

SÃO PAULO O TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo) considerou como propaganda eleitoral antecipada as fotos fixadas em ônibus de Osasco (na Grande SP) de Tarcísio de Freitas (Republicanos), pré-candidato ao governo paulista, ao lado do vereador Ralfi Silva (Republicanos), que deve concorrer a deputado estadual.

Na imagem estampada nos veículos do transporte coletivo constava a frase: "Bem-vindo, novo cidadão osasquense, Tarcísio de Freitas", em referência ao ex-ministro da Infraestrutura e candidato lançado ao governo pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

A decisão do desembargador do TRE-SP Sergio Nascimento, de caráter liminar, ordena que as fotos sejam retiradas dos ônibus e prevê multa diária de R$ 1.000 em caso de descumprimento. Os penalizados seriam Tarcísio de Freitas, Ralfi Silva e a empresa Auto Viação Urubupungá.

Procurado pela Folha, Tarcísio afirmou via assessoria que a publicidade em questão não foi promovida por sua pré-campanha.

A empresa Urubupungá informou que "tem uma agência de publicidade contratada para comercializar esses espaços no ônibus, mas, ao perceber que a propaganda tinha sido colocada, antes de qualquer decisão, retirou dos veículos imediatamente".

O vereador Ralfi Silva não respondeu até a conclusão desta edição.

A decisão do TRE-SP foi justificada pelo fato de a foto trazer "dois pré-candidatos às eleições gerais de 2022, cuja intenção é a de promover a imagem pessoal de cada um, para que se tornem conhecidos dos munícipes e, possivelmente, obtenham votos dessa população nas eleições que se avizinha".

A representação foi protocolada pelo PT, cujo candidato ao Governo de São Paulo é o ex-prefeito da capital paulista Fernando Haddad, líder das pesquisas de intenção de voto. Com UOL

Deltan terá candidatura contestada por adversários

Argumento é que ele estaria inelegível; ex-procurador diz que ato não avançará

Ranier Bragon

Deltan Dallagnol durante a cerimônia de filiação ao Podemos Theo Marques - 18.dez.21/UOL

BRASÍLIA Adversários de Deltan Dallagnol devem dar no início de agosto o primeiro passo formal da tentativa de barrar a eleição do ex-coordenador da Lava Jato para o Congresso. Partidos prometem impugnar o pedido de registro de candidatura de Deltan, que deve tentar uma vaga na Câmara dos Deputados pelo Podemos do Paraná.

A medida parte de uma tese jurídica, a de que Deltan estaria inelegível por ter pedido exoneração do cargo de procurador com o objetivo de escapar de punições administrativas no Ministério Público, mas tem por trás um objetivo político, o de tirar do páreo um concorrente que possivelmente irá absorver boa parte dos votos de deputados de centro e de direita do Paraná.

Nas últimas semanas a Folha ouviu de deputados do estado a afirmação de que a impugnação (o questionamento da candidatura, a ser analisada pela Justiça) é certa porque os potenciais votos que Deltan obteria representariam um risco à eleição de vários parlamentares.

"Acho que ele vai ser impugnado por todos os partidos. Ele é servidor público, renunciou à carreira com o processo administrativo aberto. Tem uns casos que estão em segredo de Justiça e um que está suspenso no Supremo Tribunal Federal. Se está suspenso, está aberto [o processo]. E a lei é clara, não pode", afirma o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR).

Embora faça menção à tese jurídica, que é repetida por outros parlamentares, Barros não esconde o objetivo político. "Todos os partidos vão entrar porque ele atrapalha todo mundo, não tem relação com ninguém, não conversa com ninguém. Ele é um agente político que quer disputar eleição, vai tirar voto de alguém, vai tirar o espaço de alguém, especialmente na capital. Então, os da capital vão ao STF."

Chefe da força-tarefa de procuradores da Lava Jato que jogou por terra boa parte dos pilares do mundo político de 2014 a 2018, Deltan foi exonerado do cargo, a pedido, em 3 de novembro de 2021.

Na ocasião, a Lava Jato já enfrentava um contínuo processo de desgaste e desmonte iniciado após o ingresso do ex-juiz Sergio Moro no governo de Jair Bolsonaro e as suspeitas de que magistrado e procuradores agiram de forma parcial nas investigações.

Deltan pediu exoneração em meio a uma série de reclamações disciplinares contra ele no CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) e apenas 16 dias após o órgão aplicar pena de demissão ao procurador Diogo Castor de Mattos, membro de sua equipe, pela contratação de um outdoor em homenagem à operação.

A lei complementar 64/1990 estabelece inelegibilidade de oito anos a membros do Ministério Público que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar.

O CNMP afirmou que na data da exoneração de Deltan não pesava contra ele nenhum PAD (Processo Administrativo Disciplinar) aberto no órgão, apenas reclamações disciplinares, que são procedimentos anteriores e que podem ou não resultar em um PAD.

Ocorre que Deltan havia ingressado no STF com recurso contra decisão de um PAD anterior em que o CNMP decidiu lhe aplicar advertência por ele ter feito críticas públicas ao STF. O ministro Luiz Fux atendeu parcialmente o pedido, suspendendo os efeitos da condenação até o julgamento do mérito do caso pela corte, o que ainda não ocorreu.

Com isso, adversários dizem considerar que o PAD estava aberto quando o procurador pediu exoneração do cargo, e essa será uma das teses apresentadas à Justiça Eleitoral.

Em nota, a assessoria do ex-procurador afirmou que ele já esperava que "integrantes da velha política e seus aliados" se opusessem à sua candidatura, mas que, em sua visão, não há qualquer chance de a impugnação prosperar.

"Deltan Dallagnol não respondia a nenhum Processo Administrativo Disciplinar quando saiu do Ministério Público. A existência de meras reclamações, que são simples pedidos feitos à Corregedoria, sem exame de mérito, por força da lei, que é clara, não torna ninguém inelegível. Os políticos corruptos e representantes do sistema querem, a todo custo, inventar uma narrativa de que Deltan está inelegível, mas essa batalha eles já perderam."

Os candidatos às eleições de outubro serão oficializados nas convenções partidárias, que vão de 20 de julho a 5 de agosto. Após isso, ocorre o registro das candidaturas.

Os pedidos de registro poderão ser impugnados por qualquer outro candidato, por partido político ou pelo Ministério Público Eleitoral, no prazo de cinco dias. A partir daí, a Justiça decide o caso, que, em última instância, pode parar no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e STF.

Advogados eleitorais e especialistas ouvidos pela Folha afirmam, ainda, que não há precedentes claros que indiquem qual será o desfecho certo no caso do procurador.

Alguns disseram considerar que o recurso de Deltan ao STF deixou seu PAD em aberto, o que o enquadraria na Lei de Inelegibilidades. Outros, porém, argumentaram que mesmo que essa seja a constatação, entendem que a pena máxima no caso era de advertência, não de perda do cargo, o que afastaria a inelegibilidade.

O ex-procurador tem sido alvo em uma série de flancos. Em março, a Quarta Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que ele deve pagar indenização de R$ 75 mil por danos morais ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por "ataques à honra" na apresentação de PowerPoint em que ele divulgou a denúncia do tríplex em Guarujá (SP).

Nesta sexta-feira (3), a Justiça Federal do Paraná mandou suspender liminarmente investigação do TCU (Tribunal de Contas da União) sobre gastos da força-tarefa da Lava Jato com diárias, passagens e hospedagens.

O saque na educação pública

Atacar o cofre do FNDE é covardia

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Houve tempos em que se roubava na licitação de plataformas da Petrobras. Bolsonaro insiste que em seu governo não há corrupção, mas o que acontece com o dinheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação é uma covardia. Avançam no dinheiro da educação pública. Em alguns casos os mecanismos de controle do Estado impedem a consumação dos crimes. Em todos ninguém é responsabilizado.

O último ataque foi revelado pelos repórteres Patrik Camporez, Paula Ferreira e Aguirre Talento. A Controladoria Geral da União pescou um edital para a compra de dez milhões de mesas e cadeiras escolares com um sobrepreço que poderia chegar a R$ 1,59 bilhão. O total da fatura chegaria a R$ 6,3 bilhões.

A CGU mostrou que oito empresas disputavam o negócio. Uma não tinha empregados e funcionava num condomínio residencial, outra pertencia à filha do dono de outra participante do certame.

Desde 2020 o FNDE faz parte da reserva de caça do centrão. Quem reclama dessa apropriação é o ex-ministro e Madalena Arrependida, Abraham Weintraub. O atual presidente do fundo chefiou o gabinete do senador Ciro Nogueira, chefe da Casa Civil.

O ataque ao FNDE tem tintas de covardia porque avança no dinheiro destinado ao ensino da garotada. O fundo gasta mais com robótica do que com creches. Esse seria um indicador norueguês, mas em Pindorama os robôs vão para escolas que não têm água e a Viúva paga R$ 14 mil por um equipamento que custa R$ 2.750.

Ao lado disso, um consultor (leia-se atravessador) faturou R$ 2,4 milhões assessorando prefeituras nordestinas na liberação de verbas do fundo. Pastores da Noite vendiam Bíblias com fotografias do ministro da Educação e num caso pediu-se capilé em barra de ouro. No Piauí, foi autorizada a construção de 52 escolas de mentirinha enquanto o Estado tinha 99 colégios, creches e quadras esportivas com obras inacabadas. Brasília anunciou a construção de 2.000 novas escolas sabendo que não tem verbas para isso e que há 3.500 escolas inacabadas no país.

No primeiro ano do governo de Bolsonaro, o FNDE produziu um edital para a compra de 1,3 milhão de computadores, notebooks e laptops destinados à rede pública de ensino. Coisa de R$ 3 bilhões. A CGU abateu a trama em voo mostrando que o edital estava direcionado e, entre seus vícios, destinava a 355 escolas um número de equipamentos superior ao de alunos. Os 255 alunos de uma escola de Itabirito (MG) receberiam 30 mil laptops.

Passaram-se três anos e o FNDE continuou com suas gracinhas, até porque em abril passado, com o aval do Ministério Público, o Tribunal de Contas da União resolveu arquivar a investigação em torno da autoria e dos propósitos do edital de 2019.

O fator TT

Simone Tebet tem a favor de sua candidatura o fator TTT. É ajudada nos bastidores e fora dele por Tasso Jereissati e Michel Temer. Juntos, formam uma dupla que pode não sair vitoriosa, mas nunca entra em causas perdidas.

O estilo de Rosa Weber

Em setembro, a ministra Rosa Weber assumirá a presidência do Supremo Tribunal Federal. Com ela virá um novo estilo.

Como a ministra já comunicou a uma delegação de guildas do Judiciário, suas portas estarão abertas, mas não enfeitará eventos com discursos. Farojas ao apelido que puseram no seu gabinete: Correio do Norte, pois de lá não saem notícias.

Musk avisou

Elon Musk é o queridinho do Planalto. Bolsonaro chamou-o de "mito da liberdade". Tudo bem, cada um escolhe seus mitos, mas o empresário americano já mostrou a essência de sua relação com a democracia.

Em 2020, ele foi acusado de ter estimulado o golpe de Estado que depôs o presidente boliviano Evo Morales no ano anterior.

Associar golpes de Estado a empresários americanos é um velho hábito da esquerda, mas Musk vestiu com orgulho a carapuça. Numa curta resposta, informou:

"Nós vamos golpear quem quer que seja! Lidem com isso".

Logo depois apagou o texto.

Musk desentendeu-se com Morales porque o presidente boliviano havia nacionalizado as reservas de lítio da Bolívia, matéria-prima dos carros elétricos da Tesla.

Vale lembrar que o golpe boliviano de 2019 começou com uma rebelião de policiais.

Bolsonaro condecorou Musk com a medalha da Ordem do Mérito da Defesa.

Minas e São Paulo

Depois de ter fechado sua aliança com Alexandre Kalil em Minas Gerais, Lula depende de uma amarração em São Paulo, com a retirada da candidatura de Márcio França.

Se a terceira via de Simone Tebet patinar, essa aliança passará de possível a provável.

A diplomacia prevaleceu

Em silêncio, o chanceler Carlos França tirou do ar geradores de ruídos e restabeleceu alguma racionalidade nas relações do Planalto com a Casa Branca de Joe Biden.

O encontro de Bolsonaro com Biden poderá resultar em algum apaziguamento.

Kassio Nunes Marques sabe o que faz

Quando a liminar concedida pelo ministro Nunes Marques em favor do deputado Fernando Francischini for derrubada pelo plenário do Supremo Tribunal, ele terá consolidado o seu isolamento na corte. Para seus inimigos, o episódio soará como uma vitória. Para ele, pouco importará.

Até o fim do governo de Bolsonaro, Nunes Marques tem uma preocupação principal: interferir na nomeação de magistrados ou bloquear pretensões.

Ele já expôs a sua doutrina, inspirada na frase do treinador Zagallo ("vocês vão ter que me aturar"), pois só deixará o tribunal em 2047.

Bicentenário

Felizmente, foi para o ralo a ideia de maquiar o velho Museu Nacional, transformando-o num centro turístico dedicado à família imperial, que viveu no casarão até 1889.

As comemorações do Bicentenário da Independência giraram em torno da magnífica recuperação do Museu do Ipiranga, em São Paulo.

O atual governo só conseguiu marcar presença na área cultural com iniciativas desastradoras, e o Bicentenário passará por baixo de suas pernas.

Com falta de imaginação, surgiu um projeto para se trazer ao Brasil, emprestado, o coração de d. Pedro 1º que está numa igreja da cidade do Porto. Seria uma reedição do patriotada de 1972, quando a ditadura repatriou os restos do primeiro imperador, colocando-os numa cripta do Museu do Ipiranga.

Trinta anos depois a entrada da cripta tinha virado mictório de notívagos.

Durante a ditadura o governo Médici patrocinou diversas iniciativas acadêmicas relevantes. Agora, nem isso.

Há 200 anos

Em junho de 1822, há 200 anos, José Bonifácio obteve do príncipe d. Pedro a primeira lei de arrocho na imprensa.

Um ano depois estava fora do governo e fundou seu próprio jornal, atacando d. Pedro. Em novembro de 1823, foi preso e deportado.

Fadiga do material

O PT batalha para aumentar sua influência nas redes sociais. Nesse mundo, os militantes do bolsonarismo são mais organizados.

Antes da passagem dos comissários pelo poder uma situação dessas seria inimaginável.

STF marca sessão para analisar decisão de Kassio

A pedido de Carmen Lúcia, Fux agenda reunião extra sobre caso de deputado que pode gerar nova crise com Bolsonaro

Fabio Serapião

BRASÍLIA O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux, acatou um pedido da ministra Cármen Lúcia e agendou para terça-feira (7) uma sessão extraordinária do plenário virtual para analisar a decisão de Kassio Nunes Marques que suspendeu a cassação do deputado bolsonarista Fernando Francischini (União Brasil-PR).

Kassio suspendeu na quinta (2) a decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que cassou Francischini.

O parlamentar aliado de Bolsonaro havia perdido o mandato devido à publicação de vídeo, no dia das eleições de 2018, no qual afirmou que as urnas eletrônicas tinham sido fraudadas para impedir a votação no então candidato a presidente da República.

O pedido de Cármen foi dentro de um mandado de segurança protocolado pela defesa de um dos suplentes de Francischini que assumiu a vaga na Assembleia Legislativa do Paraná.

Pedro Paulo Bazana (PSD) pede que a decisão seja revertida e seja declarada a incompetência (ilegitimidade) de Kassio para conduzir o caso.

Os ministros Kassio Nunes Marques e Luiz Fux, do STF Fellipe Sampaio - 22.out.2020/STF

Segundo a petição, a concessão de liminar "possui efeito contrário ao pretendido" pelo ministro, "pois os mencionados postulados da segurança jurídica e da soberania popular podem ser severamente afetados, de modo que nova alteração nos mandatos parlamentares, a menos de 6 meses do término do mandato".

A ministra solicitou a sessão extraordinária sob o argumento de que há urgência.

A decisão de Kassio de anular a cassação de Francischini aumentou o desgaste de Fux entre ministros da corte. Integrantes do tribunal ouvidos reservadamente pela Folha responsabilizaram o presidente do órgão pelo que consideraram uma manobra de Kassio.

Segundo eles, o resultado foi a derrubada de um entendimento que era visto como um marco na estratégia do TSE de conter ataques de bolsonaristas contra o Judiciário e a contagem de votos.

Na quinta, Kassio suspendeu as cassações de Francischini e do deputado federal José Valdevan de Jesus, o Valdevan Noventa (PL-SE).

Kassio é o relator de uma ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental) que abordava se os votos de um deputado da Bahia cassado também deveriam ser anulados.

A estratégia de Francischini foi recorrer ao Supremo e fazer um pedido dentro dessa ADPF, sob o argumento de que eram temas correlatos. Com isso, o parlamentar esperava ter o caso analisado por Kassio, o primeiro ministro indicado ao STF pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

Kassio inicialmente disse que os dois casos não poderiam tramitar no mesmo processo e que deveriam correr em separado, mas sob sua própria relatoria, num movimento contestado por uma ala no STF, uma vez que manteve em suas mãos o caso Francischini.

Ministros ouvidos pela Folha disseram que o processo do bolsonarista deveria então ter sido sorteado entre os integrantes do tribunal. Mas Fux validou a manutenção da relatoria do caso com Kassio.

A manobra de Kassio foi validada por Fux após a ministra Cármen enviar à presidência do STF um pedido da defesa de deputados do Paraná.

Fux rebateu as críticas de que haveria uma manobra na escolha do relator do processo. A presidência do STF disse, em nota, que a distribuição seguiu "o critério técnico da anterioridade do pedido".

Quando indagado por interlocutores sobre o tema, Kassio tem respondido que sua decisão de ficar com a relatoria foi antes submetida a Fux, que a teria validado.

A análise da decisão anuncia uma nova crise entre o presidente Bolsonaro e o STF caso a posição de Kassio seja derrotada no plenário virtual.

Em sua live semanal na noite na quinta (2), o chefe do Executivo defendeu a decisão de Kassio, disse que a ordem do TSE havia sido "inacreditável" e voltou a atacar a corte e a espalhar teorias da conspiração sem provas contra o sistema eletrônico de votação e sobre o último pleito presidencial.

A decisão de Kassio foi no sentido contrário da tese utilizada pelo TSE para punir o uso da internet para disseminação de fake news e ataques às instituições.

A controvérsia é sobre a equiparação do uso da internet por políticos aos meios de comunicação como rádio e TV.

O presidente Jair Bolsonaro em evento no Palácio do Planalto; ele vai viajar aos Estados Unidos para a Cúpula das Américas, que começa nesta segunda Gabriela Biló - 25.mai.22/Folhapress

Encontro com Biden dá a Bolsonaro oportunidade de romper isolamento

Brasileiro viaja à Cúpula das Américas após pedido dos EUA que indica possível mudança de postura

Ricardo Della Coletta
e Rafael Balago

BRASÍLIA E WASHINGTON Jair Bolsonaro (PL) desembarca nos próximos dias em Los Angeles para seu primeiro encontro com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em uma agenda vista pelo Palácio do Planalto como a oportunidade para romper a imagem de isolamento e "pária" internacional do líder brasileiro.

A reunião, realizada em meio à Cúpula das Américas, ocorre um ano e meio após Biden chegar à Presidência, período em que os dois presidentes nunca se encontraram.

A inexistência de diálogo entre os chefes das duas maiores economias do continente não é por acaso. Bolsonaro era considerado uma figura tóxica pela Casa Branca, e assessores de Biden descartavam a possibilidade até de um telefonema —um encontro estava menos ainda no radar.

A guinada na política externa dos EUA é resultado de diferentes fatores. No plano imediato, a possibilidade de a Cúpula das Américas se transformar em um fracasso diplomático devido à ausência dos países mais importantes da América Latina foi explorada por Bolsonaro e aliados, que valorizaram o passe da presença do brasileiro.

Mas interlocutores ressaltam que a dinâmica da relação bilateral sofreu alterações e que temas antes predominantes —como clima e meio ambiente— perderam espaço diante de um quadro geopolítico conflagrado e marcado pela Guerra da Ucrânia.

"Trata-se de uma mudança muito profunda da posição dos EUA. Significa uma concessão de legitimidade internacional, a despeito de ele [Bolsonaro] ter uma política ambiental devastadora, de afrontar a democracia e de ter uma posição muito dúbia em relação ao conflito na Ucrânia", avalia Hussein Kalout, pesquisador na Universidade Harvard e conselheiro do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais).

Para Paulo Abrão, pesquisador na Universidade Brown e diretor do Washington Brazil Office, a reunião será para Bolsonaro uma oportunidade de "reverter sua imagem de despreparo na arena internacional". "Ele só tem a ganhar em uma reunião cuja origem é um pedido do próprio Biden, em um contexto no qual os EUA querem o Brasil mais distante da Rússia e da China", afirma.

Bolsonaro só decidiu ir a Los Angeles depois de receber um emissário de Biden em Brasília. Além de afirmar que o democrata aceitaria se reunir com o brasileiro à margem da cúpula, o ex-senador Christopher Dodd disse que os EUA não pretendem criar constrangimentos para o líder brasileiro durante o evento.

O Planalto entendeu a mensagem como uma promessa de que Biden não deve fazer cobranças para que Bolsonaro pare de promover ataques golpistas ao sistema eleitoral.

A possibilidade de uma cobrança do tipo era citada como uma das razões pelas quais Bolsonaro não deveria viajar, principalmente após a agência de notícias Reuters divulgar que, em 2021, o chefe da CIA teria transmitido mensagem semelhante em Brasília.

Especialistas convergem na análise de que são baixas as chances de algum anúncio robusto após a conversa dos líderes. Diplomatas americanos e brasileiros não estão trabalhando em um comunicado conjunto para a ocasião.

Os efeitos serão principalmente simbólicos, e Bolsonaro parece ser o grande beneficiado. Ao tirar a foto com Biden, terá um argumento para dizer que, ao contrário do que afirmam seus críticos, não é um líder isolado e sem relevância no cenário internacional.

"A conversa entre os presidentes cobrirá uma gama ampla de tópicos. Insegurança alimentar, resposta econômica à pandemia, saúde. E o tema da mudança climática, algo que o presidente [Biden] tem deixado claro como prioridade", disse Juan González, diretor para o Hemisfério Ocidental do Conselho de Segurança Nacional dos EUA.

Questionado sobre os ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral, González disse que os EUA confiam nas instituições locais. "A questão das eleições brasileiras é algo para os brasileiros decidirem."

Perguntado sobre o mesmo tema, o embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, chefe da secretaria de Américas no Itamaraty, destaca que a defesa da democracia é um assunto que o governo aborda com tranquilidade.

"Um dos documentos que estamos discutindo na cúpula é sobre democracia e direitos humanos. O Brasil está participando dessa negociação desde o início, e é um tema tranquilo para nós. Os compromissos que o Brasil assumiu internacionalmente fazem com que a discussão seja muito tranquila", disse.

A pauta da reunião entre Bolsonaro e Biden será definida em última instância pelos próprios líderes, mas as diplomacias dos dois países sugerem uma gama de assuntos. Além do documento sobre democracia, a expectativa é que os líderes em Los Angeles assinem outras declarações conjuntas, em discussão.

Há ainda uma negociação em relação a um texto sobre migração, mas trata-se de um tema delicado. "A problemática da migração não pode ser vista só do ponto de vista dos americanos", afirma Costa e Silva.

A nona edição da Cúpula das Américas, de segunda (6) a sexta (10), foi pensada por Washington para simbolizar o retorno da liderança dos EUA em assuntos da América Latina, após a Presidência de Donald Trump, durante a qual temas da região ficaram em segundo plano —na última cúpula, em 2018, o republicano não foi a Lima, no Peru.

O evento, no entanto, sofreu o risco de ficar esvaziado após Bolsonaro e o presidente do México, o esquerdista Andrés Manuel López Obrador, terem sinalizado que não pretendiam comparecer. Até este sábado, ao menos 15 países haviam confirmado presença.

No caso de AMLO, a possível ausência é uma resposta à decisão dos americanos de não convidarem para o encontro os líderes de Cuba, Nicarágua e Venezuela, ditaduras tratadas como párias pelos EUA.

Depois de Los Angeles, Bolsonaro deve esticar a viagem até Orlando, na Flórida, para inaugurar um vice-consulado do Brasil e encontrar apoiadores. Na mesma data devem estar na cidade o deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) e o blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, considerado foragido pela Justiça brasileira.

Para Benjamin Gedan, diretor de América Latina no Wilson Center, o risco de esvaziamento foi um sinal claro sobre o grande ceticismo que há em relação ao encontro. "Os EUA provavelmente não vão anunciar investimentos em larga escala na América Latina ou propor novos tratados."

Uma das propostas comentadas por autoridades americanas é o avanço do "nearshoring": trazer para a América Latina parte das cadeias de produção industriais hoje baseadas na Ásia. A medida ajudaria a reduzir a dependência econômica da China e a gerar empregos em países onde as pessoas querem emigrar.

Segundo o Departamento de Estado, o setor privado já teria anunciado investimentos de ao menos US$ 1,2 bilhão na América Central, após pedido da vice Kamala Harris.

"Para as economias menores, esse movimento poderia servir para conter a influência econômica da China e da Rússia. Porém, a efetividade disso para o Brasil é mais complexa. A China é o nosso principal parceiro comercial e os próprios EUA são nosso maior competidor no fornecimento de commodities agrícolas para Pequim", avalia Paulo Abrão.

> Bolsonaro precisa reverter a imagem de despreparo na arena internacional e só tem a ganhar em uma reunião cuja origem é um pedido do próprio Biden, em um contexto no qual os EUA querem o Brasil mais distante da Rússia e da China
>
> pesquisador na Universidade Brown

Como será a 9ª Cúpula das Américas

Países confirmados
- Argentina
- Brasil
- Canadá
- Chile
- Colômbia
- Costa Rica
- Guiana
- Equador
- Estados Unidos (sede)
- Panamá
- Paraguai
- Peru
- República Dominicana
- Trinidad e Tobago
- Uruguai

Não foram chamados
- Cuba
- Nicarágua
- República Dominicana

Fonte: OEA e Departamento de Estado. As Américas reúnem 35 nações

ALGUNS DOS DEBATES, POR TEMA

Democracia
Criar mecanismos de defesa da democracia, apoiar missões de observadores internacionais em eleições, reforçar combate à corrupção e estimular a proteção ao trabalho da imprensa e de ativistas de direitos humanos

Saúde
Expandir acesso a centros de atendimento, o treinamento de médicos e a pesquisa científica

Transição energética
Criar metas de adoção de energias limpas, trocar conhecimentos técnicos e estimular parcerias entre empresas

Mudança climática
Avançar no combate ao desmatamento, com base nos termos da Declaração de Glasgow de 2021, reduzir as emissões de carbono e a poluição das águas

Transformação digital
Criar uma agenda regional do tema, para aumentar o acesso à internet e a serviços digitais

EUA tentam aliviar frustração de palestinos sobre consulado

Biden deve nomear enviado enquanto não cumpre promessa de campanha

Diogo Bercito

WASHINGTON O governo de Joe Biden tem tentado apaziguar a crescente frustração das autoridades palestinas, que esperam que o presidente cumpra a promessa de reabrir um consulado em Jerusalém. A tarefa de agradar os palestinos, porém, esbarra nas expectativas de Israel, um país com o qual os Estados Unidos vivem hoje um momento de excepcional afabilidade.

Os americanos tinham um consulado em Jerusalém para representação junto aos palestinos. Quando, em 2018, o então presidente Donald Trump transferiu a embaixada americana em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, ele fechou o escritório. O gesto foi importante porque sinalizou apoio a israelenses na disputa com palestinos na cidade que os dois lados consideram sua capital.

Foi também um símbolo do rebaixamento dos palestinos nas prioridades americanas.

Biden venceu as eleições em 2020 e, desapontando a Autoridade Nacional Palestina, nunca reabriu o consulado. Ned Price, porta-voz do Departamento de Estado, repetiu a promessa na terça (31) e negou que tenha sido abandonada. No mesmo dia, o presidente palestino, Mahmoud Abbas, reiterou a cobrança em telefonema a Antony Blinken, responsável pela diplomacia —ele já havia pedido a reabertura do escritório em março, numa reunião presencial.

Abbas disse esperar que Biden transforme palavras em ações, segundo a agência de notícias estatal palestina Wafa. Não há, porém, data para a eventual inauguração nem indícios de que Biden tenha feito algum gesto concreto.

Circulam, nesse meio-tempo, rumores de que os EUA podem tomar medidas temporárias para afagar os palestinos. O jornal Times of Israel, por exemplo, afirmou no último dia 29 que Biden deve nomear Hady Amr, de origem libanesa, como enviado especial para assuntos palestinos.

A ideia é que a embaixada americana em Israel, que Trump transferiu para Jerusalém, deixe de cuidar de temas ligados aos palestinos. Esses seriam tratados pela equipe de Amr, com base em Washington, incrementando a representação diplomática sem reabrir o consulado. De acordo com o jornal, citando diplomatas, o arranjo existe mas não foi formalizado. A ideia é fazer o anúncio antes da viagem de Biden à região, prevista para o fim de junho.

"Há uma tremenda frustração entre os palestinos", diz à Folha Ghaith al-Omari, analista sênior do Washington Institute. Ex-conselheiro de Abbas para relações com os EUA, ele afirma que a nomeação de Amr é vista como meia-medida. O nome do servidor circula bem entre palestinos e ele é visto como justo na mediação das desavenças, "mas não tem o mesmo peso diplomático que reabrir o consulado".

> O governo Biden prefere o premiê atual [Bennett, em relação a Netanyahu] e sabe que, se pressionar muito com o tema do consulado, essa coalizão pode se desintegrar, o que seria uma escolha ruim
>
> **Eytan Gilboa**
> professor de relações internacionais na Universidade Bar-Ilan, em Israel

A liderança palestina tem poucas saídas hoje, além de continuar a expressar seu desgosto. Biden tampouco tem muitas opções. Os israelenses interpretariam o consulado como uma sinalização de que os americanos enxergam Jerusalém como possível capital de um Estado palestino —ideia que a eles causa horror.

Os EUA não querem desagradar Israel, em parte porque os países vivem hoje um momento excepcional. "A relação entre o governo de Biden e o do primeiro-ministro Naftali Bennett está fortíssima", afirma Dov Waxman, professor na Universidade da Califórnia em Los Angeles. "É impressionante, se você comparar com o amargor e as disputas vistas entre Barack Obama e Binyamin Netanyahu."

Nesse contexto, afirma Waxman, a possível nomeação de Amr como enviado especial seria uma maneira de "apaziguar a frustração palestina sem prejudicar as relações americanas com Israel".

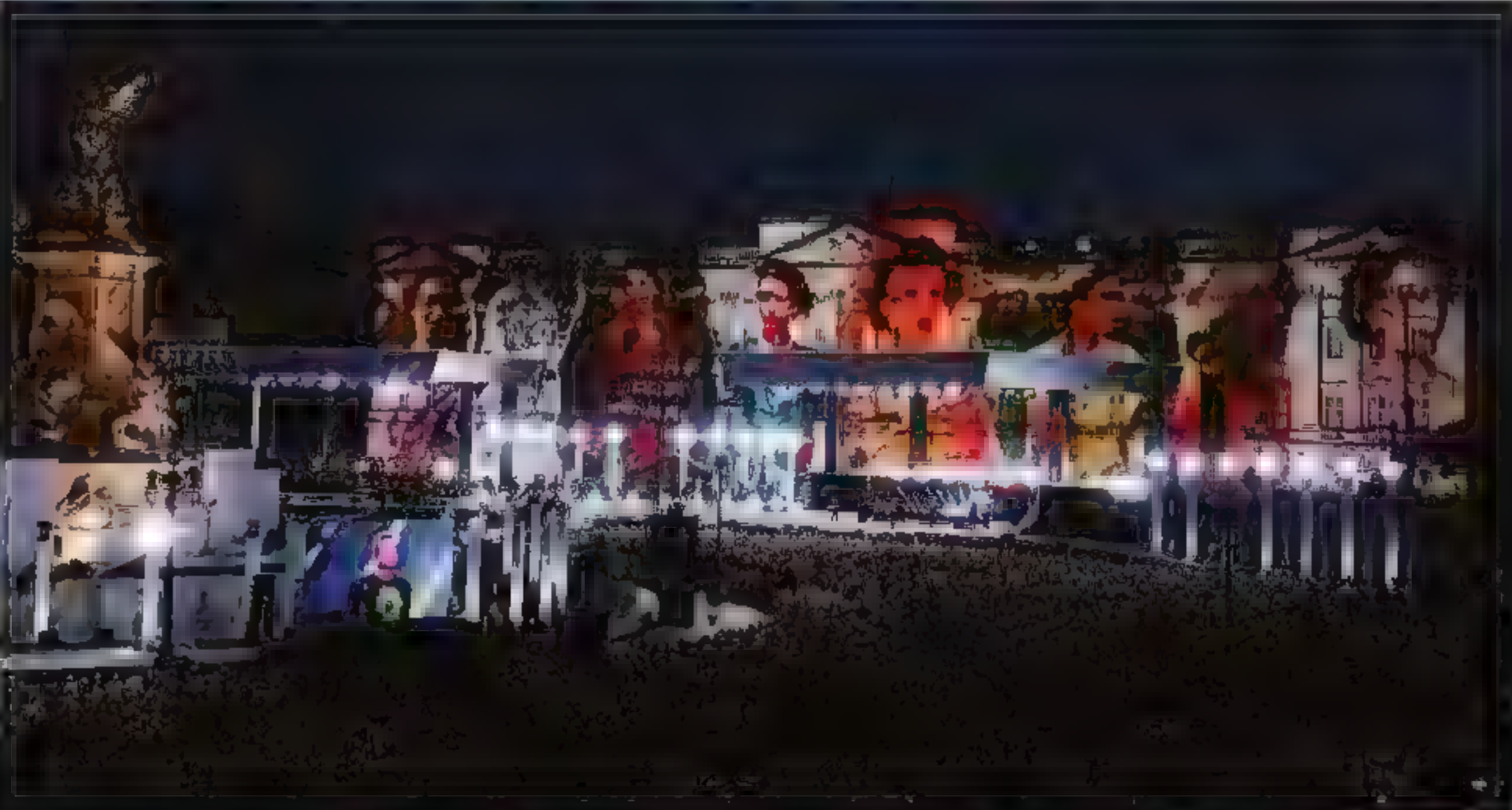
Há ainda mais um fator no cálculo de Washington. A reabertura do consulado poderia causar reações tão fortes que ameaçariam a frágil coalizão que mantém Bennett no poder —e Netanyahu fora dele. "O governo Biden prefere o premiê atual e sabe que, se pressionar muito com o tema do consulado, essa coalizão pode se desintegrar, o que seria uma escolha ruim", afirma Eytan Gilboa, professor de relações internacionais na Universidade Bar-Ilan, em Israel.

A aliança, que reúne siglas da esquerda à ultradireita, incluindo parlamentares de origem árabe, registrou defecções e sofreu abalos, em meio a críticas pela ação das forças de segurança em confrontos recentes com palestinos.

Como os demais ouvidos pela Folha, Gilboa diz não acreditar que os EUA reabram o consulado em Jerusalém nos próximos meses. Biden deve continuar a priorizar as boas relações com Israel e se debruçar sobre o que o professor descreve como as questões urgentes da diplomacia americana na região: o acordo nuclear com o Irã e os Acordos de Abraão entre Israel e países árabes.

"O tema dos palestinos é o menos importante, hoje."

COM QUEEN, MAS SEM RAINHA, JUBILEU TEM HOMENAGEM DE PRÍNCIPE CHARLES A ELIZABETH 2ª

Hannah McKay/Pool/Reuters

Coube aos membros da família real britânica reforçar as homenagens à rainha Elizabeth 2ª neste sábado (4), o terceiro e penúltimo dia de comemoração do Jubileu de Platina, que marca os 70 anos de reinado da monarca. A rainha, que tem 96 anos e alegou desconfortos relacionados à mobilidade, mais uma vez não pôde participar dos eventos. Elizabeth foi substituída pela filha Anne, 71, em uma tradicional corrida de cavalos e homenageada pelo filho Charles, 73, em um show no Palácio de Buckingham.

Jornalista narra em autobiografia transformações de Israel

WASHINGTON Henrique Cymerman não queria escrever sua autobiografia. "Estou na metade do filme", diz o jornalista israelense de origem portuguesa. Cedeu, porém. Um veterano no Oriente Médio, ele é uma dessas figuras que todo repórter acaba conhecendo ao passar pela região. Trabalhou para veículos israelenses, como o jornal Maariv, e colaborou com o português Expresso, a britânica BBC e a brasileira GloboNews.

Migrante judeu do Porto, de família com origens no norte da África e no Leste Europeu, Cymerman, 63, chegou a Israel em 1975, aos 16 anos. Assistiu às transformações do país, incluindo a guinada à direita após décadas de governos de esquerda. O livro conta, assim, três histórias: a sua, a do jornalismo e a de Israel. "É uma narrativa judaica. Cada um em Israel poderia ser um filme de Hollywood."

Mas nem todo mundo teve o acesso que Cymerman teve a personagens-chave da história política da região. O jornalista conta em "Conversando com o Inimigo: Do Porto a Abu Dhabi via Tel Aviv", por exemplo, como conheceu Golda Meir, primeira-ministra de 1969 a 1974. Narra também os encontros com outros líderes, como os premiês Ariel Sharon e Binyamin Netanyahu e o presidente Shimon Peres.

De todas essas conversas, diz, a que mais lhe marcou foi a que teve com Yitzhak Rabin. O premiê havia assinado os Acordos de Oslo em 1993, um dos momentos em que a paz esteve mais próxima.

Cymerman afirma que esteve com ele horas antes de seu assassinato, em novembro de 1995. "Estou olhando para a foto agora", diz à Folha por telefone. "Mudou a história da região, e foi algo extremamente traumático para mim."

Cymerman também conheceu a liderança palestina e entrevistou, inclusive, Yasser Arafat —o outro signatário dos Acordos de Oslo— durante o sítio à sede de seu governo. O repórter esteve, ainda, com Ahmed Yassin, fundador da facção radical Hamas, que hoje governa a Faixa de Gaza.

São episódios marcantes, mas o livro é saboroso também nos encontros mais casuais, coincidências que correspondentes acabam vivendo como subproduto de seu ofício. O jornalista conta, por exemplo, que em 1993 urinou ao lado de Juan Carlos, hoje rei emérito da Espanha. "A emoção me bloqueou por completo", escreve Cymerman. "O rei entendeu o que estava me acontecendo e fez uma piada que, se o responsável pelo protocolo estivesse ali, provavelmente teria um infarto."

O jornalista Henrique Cymerman Divulgação

> É uma narrativa judaica. Cada um em Israel poderia ser um filme de Hollywood

Apesar de o fio narrativo de "Conversando com o Inimigo" ser a vida de Cymerman, a autobiografia parece ter uma mensagem política também. O jornalista afirma acreditar que a solução para resolver a alta tensão entre Israel e Palestina —exacerbada pela ocupação israelense da Cisjordânia— tem que ser regional. Isto é, precisa envolver os demais países do Oriente Médio.

Vem daí seu entusiasmo com os Acordos de Abraão, nome dado à aproximação entre Israel e alguns países médio-orientais em 2020. "Há governos, chefiados por Egito, Arábia Saudita, Emirados Árabes e Marrocos, que têm interesse real em reduzir as tensões", diz. "Hoje, viajo a países árabes e vejo coisas que há dois ou três anos, pareceriam coisa de ficção científica."

São mudanças rápidas, das quais foi testemunha. Só que outras coisas, afirma, parecem nunca mudar. Cymerman narra no começo do livro alguns episódios de antissemitismo que viveu na infância.

"Eu tinha a ilusão de que quando eu fosse adulto e tivesse filhos e netos, aquilo tudo seria apenas história", conta. "Pensava que eu ia enterrar essas memórias. Mas como vejo que o antissemitismo está vivo, e mais presente, senti a necessidade de retornar a essas histórias."

Na manhã de terça (7), ele fala no clube A Hebraica, em São Paulo. À noite, na Unibes Cultural. A viagem é uma parceria do Instituto Brasil-Israel com a editora Talu Cultural, que publicou a obra. DB

Conversando com o Inimigo: Do Porto a Abu Dhabi via Tel Aviv
Autor: Henrique Cymerman. Ed. Talu Cultural. R$ [illegible] (273 págs.). Lançamento ter. (7), às 8h, na Hebraica (r. Hungria, 1000), e às 19h, na Unibes Cultural (r. Oscar Freire, 2500), em São Paulo

Pedestres em Battery Park City, em Manhattan, às margens do rio Hudson Yuvraj Khanna - 12.mai.20/The New York Times

NY testa tolerância a medidas de contenção da crise do clima

Demolição de parque que será reerguido em outro nível enfrenta oposição

Lúcia Guimarães

NOVA YORK Uma década depois do desastre que acordou Nova York para a gravidade da crise climática, novas obras começam a testar a tolerância local para medidas de proteção contra inundações.

O furacão Sandy, em outubro de 2012, é um marco, o alerta violento para um futuro que já bate à porta. A tempestade matou 43 pessoas na cidade, provocou prejuízos de US$ 19 bilhões, inundou quase meio milhão de domicílios e tornou evidente que a maior frequência desses eventos, somada à elevação do nível do mar, torna inviável a ocupação de 858 quilômetros de costa sem obras de prevenção.

No vulnerável sul da ilha de Manhattan, um parque será demolido para ser erguido três metros acima do nível atual. O Wagner Park fica num trecho de Battery Park City, próximo a Wall Street, que tem arranha-céus construídos sobre um aterro com vista para a Estátua da Liberdade. A obra é parte de vários planos coordenados pelo prefeitura e pelo estado e vai incluir a construção de barreiras em torno do Battery Park.

Estudo projeta impacto de tempestades extremas em NY; em amarelo, áreas que seriam comprometidas pela maré alta em 2080; em azul escuro, as que sofreriam enchentes após chuvas de mais de 88 mm em 1 h; em azul claro, as sujeitas a inundações NYC Stormwater Flood Maps

Como sempre, em metrópoles é impossível propor, aprovar e conseguir apoio público a obras sem navegar um emaranhado de interesses em conflito. A elevação do Wagner Park, marcada para começar em julho, já tem oposição ferrenha da associação Battery Alliance, que reúne 16 mil moradores de 18 condomínios.

À Folha o presidente do grupo, Daniel Akkerman, admitiu a necessidade de obras para conter as águas, mas criticou a agência estadual administradora local, que ele acusa de ignorar argumentos da comunidade. Além de a obra acabar com uma área de esportes por dois anos, tempo previsto para o processo ser concluído, o Wagner Park não foi inundado pelo furacão Sandy, não está situado num nível exposto como o resto da área e "até o ex-prefeito [Michael] Bloomberg concorda conosco", diz Akkerman, citando o bilionário e primeiro chefe da cidade a fazer do ambiente uma agenda prioritária.

Ele sugere que a obra atende a interesses comerciais para criar atrações turísticas, como restaurantes, enquanto os que vivem nos 18 condomínios já pagam impostos extras para manutenção da área verde.

Os americanos usam a expressão "não no meu quintal" (NIMBY, na sigla em inglês) para se referir à aversão automática de residentes a mudanças. A reação faz, por exemplo, nova-iorquinos abastados se revoltarem cada vez que a prefeitura tenta abrir novos abrigos para moradores em situação de rua.

Assim, a disputa que se forma na península que abriga a maior extensão de praias acessíveis por transporte público aos nova-iorquinos vai testar a força dos argumentos ambientais contra os interesses dos quintais. As obras da costa de Rockaway, imortalizada em "Rockaway Beach", dos Ramones, e habitada por um mosaico étnico de 130 mil moradores, forçaram o fechamento de praias e enfureceram moradores e comerciantes que precisam dos meses de verão para fechar as contas.

Uma manifestação foi convocada em maio, e John Cori, da Amigos de Rockaway, explica que o problema é a falta de assistência e de outras soluções para mitigar a mudança de rotina. Mas o foco maior do comitê municipal que representa os interesses locais é bloquear a construção de 1,1 mil apartamentos na área, que tem vastas extensões de terrenos da prefeitura.

Numa reunião do grupo nesta semana, foi aprovado um documento para cobrar exigências ambientais ao prefeito e à Câmara Municipal. Cori diz que a argumentação política hoje passa pela preservação e cita a ausência de rotas de saída numa tempestade, as inúmeras obras prometidas mas não realizadas desde o furacão Sandy e a falta de estudos de impacto ambiental.

É difícil hoje encontrar quem defenda cruzar os braços diante da sucessão de eventos climáticos extremos, como o furacão Ida, em setembro, que matou 45 pessoas afogadas em casas e carros e transformou túneis do metrô em leitos de rios furiosos. Mas numa metrópole densa e desigual como Nova York, a bandeira da justiça ambiental acrescenta complexidade à cadeia de decisões públicas.

A cidade está na reta final do debate sobre o Ato de Liderança em Clima e Proteção Comunitária, que garante a alocação de recursos para reduzir a poluição do ar, aumentar áreas verdes em bairros de renda mais baixa e encontrar soluções para moradia.

"Nova-iorquinos enfrentam a mudança de clima desigualmente", diz à Folha Paul Gallay, da Universidade Columbia, líder do Projeto de Resiliência de Comunidades Costeiras. "Se você mora em conjuntos habitacionais em terrenos baixos, está exposto a impacto maior porque eles geralmente sofrem com manutenção falha e têm menos acesso a serviços de emergências."

Nova York, diz Gallay, é um manual de complexidade, pela diversidade da costa e a concentração de 8 milhões de habitantes. A infraestrutura antiga, acrescenta, faz com que qualquer obra para reinventar a costa se torne um enorme desafio. O professor critica a decisão do governo municipal de parar de ouvir sugestões de arquitetos e grupos comunitários sobre áreas de proteção no sul de Manhattan.

O plano adotado desconsidera, por exemplo, a ideia, inspirada em experiência holandesa de fazer obras que permitem inundações periódicas de áreas verdes, sem efeito catastrófico para as habitações.

"Se o governo não trabalha com moradores nem usa o conhecimento local acumulado, monta o cenário para conflito." Sobre o prefeito Eric Adams, não exatamente um paladino verde, que tomou posse em janeiro e está sob intensa pressão para aliviar a alta de crimes, o acadêmico soa diplomático. Diz esperar que ele considere a proteção ambiental uma prioridade.

Hong Kong proíbe vigílias que lembram Praça da Paz Celestial

HONG KONG | REUTERS E AFP A ilha de Hong Kong observou, pelo segundo ano consecutivo, relativo silêncio durante o aniversário do massacre da Praça da Paz Celestial, maior manifestação pró-democracia registrada na China e reprimida de forma brutal pelo regime. Os que quiseram marcar a data tiveram de fazê-lo com discrição neste sábado (4).

A líder da região, Carrie Lam, informou que quaisquer eventos para lembrar o episódio estariam sujeitos à lei de segurança nacional, mecanismo imposto há dois anos por Pequim para apertar o cerco a opositores locais.

O massacre, que completa 33 anos, ocorreu quando o regime enviou tanques e tropas para reprimir manifestantes pacíficos que ocupavam havia semanas a praça Tiananmen —ou da Paz Celestial— para exigir mudanças políticas.

A repressão causou um número incerto de mortes, mas estimativas apontam que a cifra real pode passar de mil.

Os tradicionais locais de vigília em Hong Kong, como o parque Victoria, assim como quadras de futebol e de basquete, amanheceram vazios, cena bem diferente da observada antes de 2020 —no ano anterior, mais de 180 mil compareceram, segundo estimativas. Centenas de policiais, alguns acompanhados de cães farejadores, patrulhavam a área.

"Lembrar é resistir", disse à agência Reuters o advogado de direitos humanos chinês Teng Biao, que está nos Estados Unidos. "Se ninguém se lembrar, o sofrimento das pessoas nunca vai parar, e os perpetradores continuarão seus crimes impunemente", seguiu.

Entre os moradores, no entanto, pesava o temor. O honconguês Victor, 57, que pediu para ser identificado apenas pelo primeiro nome, relatou que todos estão em silêncio porque têm medo de ser presos. Alguns, de fato, foram detidos após tentarem fazer pequenos protestos na noite de sexta (3) no horário local.

Três artistas de rua encenaram pequenas performances com referências sutis a Tiananmen, segundo relato da agência AFP. Uma mulher foi levada pela polícia após tentar esculpir uma batata em forma de vela e fingir que iria acendê-la, e um homem de camiseta preta também foi levado pelos agentes de segurança.

Mulher é detida por agentes em Hong Kong durante repressão a atos que lembrem o massacre de 1989 Lam Yik/Reuters

Um ex-líder da Aliança de Hong Kong, que antes organizava as vigílias, foi cercado e revistado por policiais enquanto caminhava pelo bairro ao redor do parque Victoria com um buquê de rosas vermelhas e brancas nas mãos. Já outro líder, Lee Cheuk-yan, disse que jejuaria neste sábado em homenagem aos mortos no massacre de 1989.

A persistência da repressão reverberou também em Taiwan, território autônomo que Pequim descreve como uma província rebelde. Atos públicos em referência ao episódio reuniram centenas de pessoas na capital Taipé, e a presidente Tsai Ing-wen criticou que a memória coletiva do 4 de junho esteja sendo negada.

"Acreditamos que essa força brutal não pode apagar a memória das pessoas", escreveu a líder em suas redes sociais. "Quando a democracia está ameaçada e o autoritarismo está se expandindo, precisamos ainda mais defender os valores democráticos", seguiu.

Jeremy Chiang, 27, que participou da vigília na Praça da Liberdade, em Taipé, disse que lembrar o episódio se trata de um símbolo de como a democracia é preciosa e frágil ao mesmo tempo. "E como as pessoas que se preocupam com esse sistema precisam defendê-lo, ou então os autoritários vão pensar que as pessoas não se importam", afirmou.

O secretário de Estado americano, Antony Blinken, também fez comentários. Em um comunicado, ele chamou a repressão de um ataque brutal e continuou: "Os esforços desses corajosos indivíduos não serão esquecidos; todos os anos, homenagearemos e lembraremos aqueles que defenderam os direitos humanos e as liberdades fundamentais".

Pequim voltou a reforçar sua linha de interpretação sobre o episódio na praça da Paz Celestial. O porta-voz da chancelaria chinesa Zhao Lijian disse, na quinta-feira (2), durante entrevista coletiva, que "o governo há muito chegou a uma conclusão clara sobre o incidente político que aconteceu no final dos anos 1980".

Desde que a repressão chinesa avançou em Hong Kong, marcadamente após as manifestações pró-democracia ao longo de 2019, foram inúmeras as medidas para suprimir o legado das mobilizações.

No último mês de dezembro, por exemplo, uma escultura de oito metros de altura em memória das vítimas do massacre foi removida por seguranças do campus da Universidade de Hong Kong.

Batizado de "Pilar da Vergonha", o monumento retratava 50 rostos angustiados e corpos dilacerados empilhados uns sobre os outros. A estátua foi lembrada nos atos de Taiwan, onde manifestantes construíram uma espécie de réplica para homenagear a luta pela democracia na região.

mercado

Zanone Fraissat/Folhapress

Ronny Santos/Folhapress

Rivaldo Gomes/Folhapress

1 Os ônibus estão menos lotados na capital paulista e região metropolitana. A realidade também observada, embora em menor intensidade, nos trens da CPTM 2 e nas linhas de metrô, em comparação com o período antes da epidemia

Uso de transporte público pós-Covid cai até 34% em SP

Idosos, beneficiários do vale-transporte e estudantes usam menos rede de ônibus, metrô e trens

Vinicius Torres Freire

SÃO PAULO A epidemia deixou sequelas no transporte público da cidade e da região metropolitana de São Paulo. Menos gente viaja agora nos trens e ônibus do que em 2019, o último ano inteiro livre do coronavírus.

Em abril deste ano, o número de passageiros que embarcaram nas linhas do Metrô estatal era 34% menor do que em abril de 2019. Nos ônibus municipais, o número de passageiros transportados era 26% menor. Nos trens da CPTM, que atravessam a região metropolitana, 11,6% menos.

Ainda não existem pesquisas sobre o motivo dessa baixa, mas dados sobre o tipo de passageiro que usa ou deixou de usar trens e ônibus dão pistas. Idosos, estudantes e trabalhadores que dependiam do vale-transporte viajam bem menos.

Especulações razoáveis, baseadas em dados indiretos, indicam que a vida nas cidades mudou, com mais teletrabalho, recurso a serviços digitais e compras no comércio eletrônico.

"Ouço muita gente dizer que o medo de infecção afastou as pessoas do transporte público. Pelos dados que temos, não era um dos motivos principais nem durante o pior da epidemia e muito menos agora, quando deve ser um motivo marginal. A epidemia provocou mudanças sociais e econômicas no comportamento das pessoas, e crise, e isso mudou o transporte público", diz o presidente do Metrô, Silvani Pereira.

O nível de atividade econômica e da gravidade da epidemia contrasta com o esvaziamento relativo de trens e ônibus urbanos.

Quase todas as restrições oficiais a atividades econômicas e sociais devidas ao vírus foram canceladas em março. O número de mortes por Covid em abril era apenas maior do que em março de 2020, no começo da epidemia.

O número de pessoas com emprego na região metropolitana é 6% maior do que no início de 2019; as vendas do comércio e o volume de serviços no estado são também maiores. Os dados são do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Pedro Moro, presidente da CPTM, também chama a atenção para a mudança no perfil dos passageiros. Ressalva que a empresa vai fazer apenas em agosto uma espécie de censo preciso da situação.

Entre os pagantes da CPTM, a redução do número de passageiros em relação a abril de 2019 é de pouco mais de 3%. Entre os que viajam de graça, ainda de 31%, dizem as estatísticas compiladas pela Folha.

No grupo da "gratuidade", como diz o jargão, cerca de 75% são idosos e outros quase 20% são pessoas com mobilidade reduzida, explica Moro. No caso do Metrô, o número de passageiros idosos e de mobilidade reduzida baixou 61%.

Moro, da CPTM, e Silvani, do Metrô, observam que a frequência menor dos idosos em parte se deve à mudança da idade-limite para viagens grátis, que baixou de 65 anos para 60 anos em fevereiro de 2021.

Note-se ainda que, no estado de São Paulo, pelo menos 170 mil pessoas com mais de 20 anos morreram de Covid.

Salários baixos, no pior nível em uma década, e a qualidade dos empregos também parecem dificultar viagens. No Metrô, o número de passageiros com "Bilhete Único-Vale Transporte" diminuiu 36%.

Caiu muito também o número de passageiros com bilhetes de estudante no Metrô: 60% em dois anos.

Parte disso pode ser consequência do aumento do número de cursos ou aulas online, diz Silvani. Para Moro, é possível que a crise tenha diminuído o número de estudantes em faculdades privadas. Não foi possível obter números recentes das instituições de ensino.

Qual o motivo da diferença grande entre CPTM (que perdeu menos de 12%) e do Metrô (queda de 34% do número de embarcados)?

Moro, da CPTM, diz que quem usa os trens da empresa tem perfil diferente. São viagens mais longas e as alternativas são mais caras e demoradas. Na cidade, com viagens mais curtas, é possível recorrer a outros modos de transporte.

É uma possibilidade, diz Francisco Christovam, presidente do SPUrbanuss (Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo), dos ônibus, que ainda perdem 26% do total de passageiros transportados, de abril de 2019 a 2022.

A entidade faz conta diferente: compara o número de passageiros dos meses depois da epidemia com a média da primeira quinzena de março de 2020, uma perda de 20%.

Christovam diz que na periferia de São Paulo a ocupação dos ônibus voltou ao normal pré-pandemia. No centro expandido e entorno próximo, não.

"Na região da cidade onde as pessoas têm mais renda e opções, pode ter havido mudança mais duradoura de comportamento", diz.

Isto é, no centro mais rico de São Paulo haveria mais possibilidade de teletrabalho, mais recurso ao veículo próprio, à carona e mesmo à bicicleta. Muita gente teria se habituado a recorrer a reuniões, serviços e compras virtuais.

É uma hipótese também do economista Ciro Biderman, professor da FGV-SP, pesquisador do Centro de Estudos de Política e Economia do Setor Público, estudioso do assunto e que foi chefe de gabinete da Companhia de Trânsito de São Paulo (SPTrans) de 2013 a 2015.

Biderman faz a ressalva de que faltam dados de pesquisas específicas e observa que a epidemia não acabou, o que continua a afetar comportamentos.

Não basta que exista alternativa de meio de transporte para que ocorram mudanças de hábitos e preferências, mas também a experiência de um novo modo de se locomover, marcha forçada pela epidemia.

"É possível que as pessoas tenham aprendido a usar outros modos [de transporte] por causa do ambiente novo da epidemia, talvez até pela redução da frequência de ônibus, o que é preciso pesquisar", afirma.

"Entre as pessoas de renda mais alta ou também para viagens mais curtas, pode ter havido a volta para o carro particular, uso de moto, aplicativo, carona ou bicicleta. Experimentaram a novidade e talvez não voltem [para o transporte público]", complementa Biderman.

Lembra também "hipóteses óbvias, à espera de estudos": mudança de comportamento de idosos, teletrabalho, mais vida digital e online.

Moro, da CPTM, diz que tem notado aumento de prestação de serviços como o Poupatempo nas cidades da região metropolitana e mais uso de serviços online do INSS, por exemplo.

De fato, o número de postos do Poupatempo nas cidades da Grande São Paulo aumentou desde 2019, assim como seus serviços digitais. Lembra ainda que idosos, mais sujeitos aos perigos da Covid, podem recorrer mais a serviços e comércio próximos de casa. Conta de sua mãe, que aos 86 anos deixou de ir ao sacolão para fazer compras online.

Marcelo Solimeo, economista-chefe da Associação Comercial de São Paulo, diz que a "hipótese do comércio eletrônico é plausível", mas faltam dados. Pode haver mais vendas virtuais, o que não implica necessariamente menos gente a circular pelas lojas físicas.

A participação do valor das vendas do ecommerce no total de vendas do comércio (pelos números do IBGE) aumentou. Era de 5,1% em abril de 2019, foi a 6% em fevereiro de 2020 e chegou a 13,2% em março deste ano, dado mais recente, segundo o estudo MCC-ENET, elaborado pela parceria entre a Neotrust e a camara-e.net.

Número de usuários cai

Passageiros transportados, em relação ao mesmo mês de 2019

Nota: os passageiros embarcados ou transportados em cada mês a partir de jan.2020 foram calculados como proporção dos embarcados ou transportados em mês equivalente de 2019, antes da epidemia

Passageiros transportados

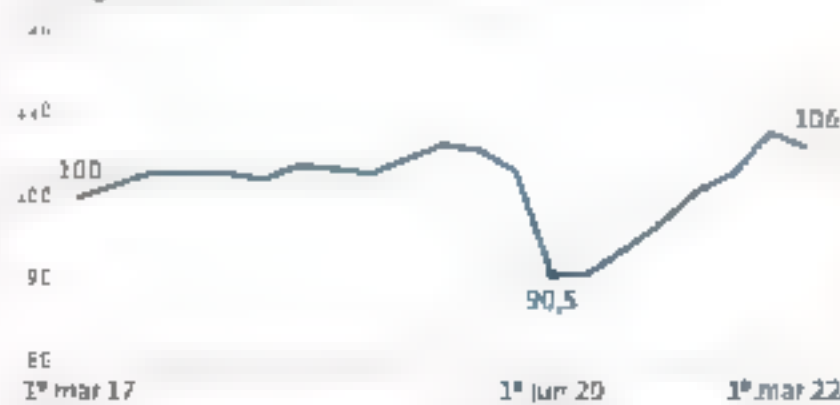
Ponderados pelo número de dias úteis

No bimestre mar-abr.2022, como proporção do mesmo bimestre de 2019, em %

CPTM **86,9** Metrô **65** Ônibus **78,2**

Fontes: Passageiros embarcados, região metropolitana de São Paulo, Companhia de Trens Metropolitanos. Entrada de passageiros por linha no Metrô de São Paulo, e linhas operadas pela Companhia do Metropolitano. Passageiros transportados no sistema de ônibus da cidade de São Paulo, SPTrans. Cálculo e elaboração: Vinicius Torres Freire

Nível de emprego em SP ultrapassou o pré-epidemia

Evolução acumulada do número de pessoas ocupadas na Região Metropolitana de SP

Nota: O número de ocupados em no primeiro trimestre de 2017 é equiparado a 100. Se o índice em março de 2022 é de 106, isso significa que havia 6% mais pessoas ocupadas em que em março de 2017

Comércio e serviços também se recuperam

Evolução de vendas do comércio e volume de serviços no estado de SP

Fontes: Fundação Seade, com base em dados da pesquisa Pnad Trimestral do IBGE, Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE, Pesquisa Mensal de Serviços. Elaboração: Vinicius Torres Freire

> A epidemia provocou mudanças sociais e econômicas no comportamento das pessoas, e crise, e isso mudou o transporte público
>
> **Silvani Pereira**
> presidente do Metrô

Nilce Coimbra, diretora do Centro de Ensino Fundamental 01, em Brasília Gabriela Biló/Folhapress

Parceria com Musk só chegaria a 27% de escolas sem internet no Brasil

Conexão fornecida por bilionário encontraria obstáculos como falta de equipamentos e até de eletricidade em unidades de ensino

Vinicius Sassine

BRASÍLIA O Centro de Ensino Fundamental 01 (CEF 01) da Vila Planalto está exatamente no meio do caminho entre os dois palácios mais emblemáticos de Brasília: o do Planalto, onde Jair Bolsonaro (PL) despacha, e o da Alvorada, onde o presidente mora.

Ali estão matriculados quase 600 alunos do ensino fundamental, a grande maioria de famílias carentes. Não há rede wi-fi e nem sequer computadores na sala que deveria ser de informática. Também falta material na biblioteca, que acabou transformada em um espaço para atividades físicas.

"Para que os funcionários e professores tenham internet, fazemos uma vaquinha nós mesmos e pagamos R$ 129 por mês", afirma a diretora do CEF 01, Nilce Coimbra. "Para fazer pesquisa, os alunos vão numa praça aqui ao lado atrás de conexão."

A praça não fica muito distante de um restaurante onde Bolsonaro costuma almoçar, segundo Nilce.

A diretora ouviu falar sobre a vinda do empresário mais rico do mundo ao Brasil há poucos dias para anunciar um projeto para fornecer internet por satélite a 19 mil escolas da zona rural no país. O bilionário Elon Musk foi recebido com pompa por Bolsonaro, ministros e autoridades militares no dia 20 de maio.

O projeto do dono da SpaceX (empresa de lançamento de foguetes espaciais) e da Starlink (braço do grupo responsável pelas conexões via satélite) foi anunciado como algo certo no governo e como uma solução promissora para a conexão das escolas brasileiras.

Mas, mesmo que a iniciativa vá adiante, os números mostram que o esforço para conectar as escolas precisaria ser maior do que o apresentado até agora.

A realidade do CEF 01 do Planalto, no coração da capital do país, é a mesma de pelo menos 63,3 mil escolas públicas municipais e estaduais que não oferecem internet a alunos do ensino fundamental.

Apenas 36% das escolas têm internet para esses estudantes, de acordo com dados do Censo Escolar de 2021, feito anualmente pelo Inep, do Ministério da Educação. No Norte, esse índice é de 17%.

Se somadas as escolas de ensino médio da rede pública sem internet para os alunos, o total de unidades é de pelo menos 69,7 mil, conforme os dados do Censo Escolar. Assim, o projeto de Musk encampado pelo governo Bolsonaro chegaria a apenas 27,2% do necessário.

Além disso, menos da metade das escolas públicas que oferecem ensino fundamental tem computador de mesa para os alunos. Com tablet, são menos de 8%.

Outro problema ainda mais básico é a falta de eletricidade. O Brasil tem 3.400 escolas sem fornecimento de luz e outras 2.000 funcionam com gerador. Não há água em 3.600 unidades de ensino da educação básica, segundo os dados do Censo Escolar.

Desde novembro de 2021, o governo Bolsonaro já tratava a ofensiva de Musk no país como uma parceria e dava a entender que o acordo estava pronto, mas sem fornecer detalhes. Foi o mesmo discurso adotado durante a visita do empresário ao país no último dia 20, organizada pelo ministro Fábio Faria (PP), das Comunicações.

Em entrevista à Folha no último dia 28, Faria disse que a empresa de Musk terá de participar de licitação para ofertar o serviço de conexão de escolas à internet.

A posição foi reforçada em nota do ministério à reportagem: "Para conectar as escolas sem internet, a Starlink — já autorizada pela Anatel a operar no Brasil — deverá participar de licitação, assim como qualquer outra empresa interessada em explorar o setor."

Não há valores de serviços, especificações de lugares a serem atendidos ou operação efetiva da Starlink no país, que abriu um escritório de representação legal no Brasil.

"Os custos, abrangência, tecnologia, assim como demais detalhes, serão definidos no edital a ser lançado na oportunidade, respeitando os princípios constitucionais de isonomia, legalidade, impessoalidade e transparência", informou o Ministério das Comunicações.

A ideia da pasta é incluir o serviço da empresa de Musk no programa Wi-Fi Brasil, do governo federal, em funcionamento desde 2018. O programa oferece conexão gratuita à internet em banda larga por satélite e por via terrestre.

Desde 2019, segundo números divulgados pelo programa, foram instalados 10 mil pontos de internet em escolas, ou 3.000 por ano, em média.

O ritmo, portanto, não atende a demanda necessária. E é caro, conforme valor de contrato entre Ministério das Comunicações e Telebras para instalação de pontos do Wi-Fi Brasil.

Um contrato assinado em 25 de junho de 2021 prevê a instalação de 2.000 pontos do programa, até 2023, a um custo de R$ 43,3 milhões (ou seja, R$ 21,6 mil cada um).

"Os alunos reclamam muito. Os professores até pedem para trazer o celular para pesquisa, mas nem todos têm [pacote de] dados", diz a diretora do CEF 01. "Na pandemia, quando o presencial foi suspenso, 80% dos alunos faziam o trabalho impresso, por não terem dados de internet em casa."

A Secretaria de Educação do DF, responsável pela escola, não respondeu aos questionamentos da reportagem.

O Ministério da Educação também não respondeu às perguntas sobre os indicadores nas escolas brasileiras e sobre eventuais programas para uma mudança da realidade.

O Ministério das Comunicações afirmou ter parceria com o Ministério de Minas e Energia para instalar painéis solares em escolas sem energia elétrica. A pasta disse ainda que existe "possibilidade de formar parceria" com Musk para fornecimento de energia solar "aliada ao provimento de internet em alta velocidade".

Também há programas voltados ao fornecimento de computadores, segundo o ministério. "Já foram doados mais de 26 mil computadores para 604 municípios nos quatro cantos do país", afirma.

A pasta disse ainda que Bolsonaro sancionou uma lei em 2022 que prevê internet gratuita em banda larga móvel a alunos da rede pública de educação básica que fazem parte do Cadastro Único de programas sociais.

63,3 mil
escolas da rede pública não oferecem internet a alunos de ensino fundamental e médio

3.400
não possuem fornecimento de luz

3.600
não possuem água

19 mil
é o número de escolas que seriam atendidas pela rede de internet por satélite da Starlink, de Elon Musk

PAINEL S.A. | Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

Marcílio Pousada

Vacina contra a Covid nas farmácias não é um mercado imenso

SÃO PAULO A gigante do varejo farmacêutico Raia Drogasil estuda entrar no mercado de vacina privada contra a Covid, mas não vê como um grande negócio. Marcílio Pousada, presidente do grupo RD, diz que a empresa tem um lote sendo negociado mas ainda é pequeno. Há planos de começar na próxima semana em apenas uma ou duas lojas.

As concorrentes Pacheco e São Paulo, que já anunciaram o início do serviço, também entram com apenas três lojas.

"Acho que o grande processo é o do governo e vai ser com ele por muito tempo. O mercado privado como um todo precisa entrar em algum momento para ajudar. Não acho que seria um grande volume. O governo está atendendo bem", afirma Pousada.

*

Como está o serviço de vacinação no grupo? E a da Covid? Nós aplicamos vacinas nas nossas lojas há cerca de seis anos, a da gripe e algumas outras. É normal para o nosso negócio. Estamos hoje com 300 farmácias prontas para vacina. A da gripe está a todo o vapor e ajuda a conter o surto que está acontecendo.

Estamos acompanhando também a entrada da vacina da Covid. Acho que vamos entrar agora. Tem um lote sendo negociado, mas pequeno ainda. Achamos que o governo ainda tem parte preponderante no gesto vacinal da Covid.

Qual é o tamanho desse mercado em um momento em que há facilidade de acesso à vacina gratuita? Acho que o grande processo é o do governo e vai ser com ele por muito tempo. O mercado privado como um todo precisa entrar em algum momento para ajudar. É o nosso foco. Não acho que seria um grande volume. O governo está atendendo bem.

Quem seria o público? O público para o lote de vacina no mercado privado pode ser, estou estimando aqui, que seja aquele cliente que ainda não entrou na quarta dose e quer fazer essa dose depois de quatro meses. Tudo tem que ter uma orientação do Ministério da Saúde. Se a gente for realmente aplicar a vacina nas farmácias, como pode ser que aconteça na semana que vem em uma ou duas lojas, vamos seguir o protocolo.

Não acho agora um mercado imenso. Agora é o governo que está fazendo bem. Mas temos que nos preparar para algum momento em que o governo troque os investimentos dele para outro lugar, e o mercado privado possa ajudar a população no gesto vacinal.

Tem alguma dificuldade logística? Para vacina sempre tem. Tem que ter cuidado com a temperatura. Essas 300 farmácias que temos estão preparadas para aplicar vacina.

Essa vacina do governo não foi feita para atender varejo. Então, tem um treinamento específico e um processo operacional. Essas doses, se não forem aplicadas no mesmo dia, parece que duram mais um dia, mas tem de guardar na temperatura certa. Estamos preparando tudo isso. Se formos realmente fazer, vamos fazer como o governo fez.

Qual é a diferença da vacina da Covid em relação às outras? Nas vacinas que hoje aplicamos na loja, cada aplicação tem exatamente o tamanho ideal na embalagem que eu recebo. Essas embalagens da vacina da Covid que foram feitas para governo, no mundo inteiro, são mais econômicas. Cada envase tem dez aplicações. Isso é uma adaptação na operação, mas o meu time está bem treinado.

Essa expertise vem também da experiência em que vocês atuaram na aplicação da vacina em parceria com o governo? Logo no começo da vacinação, a gente fez parceria com algumas prefeituras. Ajudamos na logística. Disponibilizamos estacionamento, sala de vacinação, pessoas para ajudar na fila. Isso foi muito forte em São Paulo. Já em Porto Alegre, que foi feito no estádio de futebol, o governo organizava, e quem aplicava a vacina era o meu time. Temos o protocolo montado e 10 mil farmacêuticos.

Outro mercado que a pandemia abriu ao setor foi a testagem. O que mudou após a chegada do autoteste? Caiu a demanda do teste na loja? Teve uma redução pelas ondas da Covid, mas também pela praticidade do autoteste. Um ponto importante de diferença é que na farmácia a gente coloca tudo no sistema integrado ao Ministério da Saúde.

E a máscara? Como estão as vendas? A gente viu uma queda muito grande na demanda de máscaras. E começou a voltar um pouquinho agora, há um mês mais ou menos. É muito parecido com o que acontece no resto do mundo.

E a inflação, como estão sentindo? Tem uma pressão muito forte nos custos, nossas despesas de aluguel, pessoal, energia, diesel para o transporte. E aconteceu com muito mais força até março. O nosso mercado é regulado. O governo define o aumento de preço. Teve a mudança agora e nós só repassamos, não tem o que fazer. A gente trabalho um pouco de promoção para o cliente não sentir o aumento com muita força, e com o tempo o aumento é absorvido pelo mercado.

Tem uma discussão na indústria para liberar o teto do reajuste do remédio. Como vocês olham isso? A gente acha que é uma decisão da indústria com o governo. A gente opera o que eles pedirem. A maneira que é feita hoje não é ruim. Tem uma regra bem montada, que parece justa. Mas quem pode falar melhor é a indústria, que é mais afetada pelos custos da produção. A gente é meramente um repassador desse reajuste todos os anos.

Raio-X
Formado em administração pela Faap, o executivo construiu a carreira em diferentes setores do varejo e está no comando do grupo RD Raia Drogasil desde 2013. Foi presidente também em empresas como livrarias Saraiva e Office Net. Pousada atuou em companhias como Submarino, Sam's Club (grupo Walmart), Mappin e C&A

Claudia Woods

Pandemia foi brutal para a WeWork, mas home office não é nosso concorrente

Empresa de escritórios compartilhados vê número de clientes no Brasil bater recorde e maior procura por grandes companhias

ENTREVISTA

Thiago Bethônico

SÃO PAULO Brutal. É assim que Claudia Woods, CEO da WeWork na América Latina, define o impacto da pandemia nos negócios da empresa. Em tempo relâmpago, a companhia de escritórios compartilhados viu sua taxa de ocupação despencar mais de 80% devido a uma crise que desarranjou o mundo do trabalho.

Passado o pior momento da emergência sanitária, a WeWork diz estar retomando o impulso, com crescimento das vendas e número recorde de clientes no Brasil. Diante do bom cenário, até as pazes com o trabalho remoto a empresa fez.

Segundo Woods, o home office não é um concorrente, mas um modelo complementar ao da WeWork.

"A empresa que adota uma política de trabalho 100% remoto ainda assim precisa se reunir com seus funcionários de vez em quando. Ela precisa fazer uma reunião de planejamento, happy hour, treinamento", diz.

Em entrevista à *Folha*, a executiva —que também foi CEO da Uber no Brasil— conta como conseguiu romper com o "teto de vidro", termo que se refere à barreira invisível que impede as mulheres de subir na carreira.

Ela diz que chegou a desenvolver táticas com colegas para fugir de situações como interrupções e mansplaining —quando um homem explica coisas óbvias para a mulher, inclusive sobre assuntos que ela domina.

No cargo mais alto da WeWork na América Latina desde maio de 2021, Woods encampou a diversidade como uma de suas bandeiras. Hoje, 54% do quadro de colaboradores da companhia na região é composto por mulheres.

"Se a empresa não olhar o processo de recrutamento e não criar travas, vai continuar colocando para dentro só uma maioria de homens, porque é mais fácil, os networkings são mais estabelecidos", afirma.

Bruno Santos/Folhapress

Claudia Woods, 46

Formada em economia pelo Bowdoin College, nos Estados Unidos, e mestre em marketing e estratégia pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Claudia Woods foi CEO da Uber no Brasil e, atualmente, é CEO da WeWork na América Latina. Em 2020, foi nomeada uma das mulheres mais poderosas do Brasil pela Forbes e, em 2021, umas das 500 pessoas mais influentes da América Latina pela Bloomberg

Você chegou na WeWork em 2021, durante uma pandemia que provocou uma disrupção enorme nas formas de trabalho. Qual foi o impacto nos negócios da WeWork? O impacto foi brutal. A empresa viu uma queda de ocupação e, consequentemente, de receita de mais de 80% num tempo relâmpago.

Passamos por várias fases. A primeira é uma fase de apoio aos membros, porque, ao mesmo tempo que estávamos sendo impactados, as empresas dentro dos nossos prédios também estavam.

Imagine a quantidade de membros que viram a receita caindo e ligaram desesperados falando que não tinham dinheiro para pagar o aluguel. Essa etapa de dar apoio e renegociar os contratos foi muito importante.

A segunda etapa, como todas as outras empresas impactadas, foi a redução de custo. O prédio ia ficar vazio, então isso envolvia desde desligar a energia elétrica até organizar o sistema de limpeza. Chegou a este nível: de entender como reduzir a frequência de limpeza, preservando o piso, o mobiliário e todo aquele ambiente.

A etapa 3 é a retomada. Aqui no Brasil já vemos o negócio retomando, numa ótica de crescimento de vendas. Já estamos há 18 meses no positivo. Nós fechamos esse primeiro trimestre com a maior receita vendida dos últimos 12 meses, mas, principalmente, com o número de clientes do Brasil sendo o maior da história.

Também vemos uma grande mudança no perfil de empresas que procuram a WeWork. Começamos com uma atratividade muito grande para startups, que eram, mais ou menos, 50% do nosso quadro de membros. Agora, no pós-pandemia, já vemos grandes empresas representando mais de 60%.

Isso simboliza como todas as empresas estão ressignificando a forma como suas equipes vão trabalhar.

O home office então não é um concorrente da WeWork? Não, pelo contrário. Na verdade, vemos o home office como algo complementar. Se alguém está no home office, não necessariamente vai querer estar todo dia.

A empresa que adota uma política de trabalho 100% remoto ainda assim precisa se reunir com seus funcionários de vez em quando. Ela precisa fazer uma reunião de planejamento, happy hour, treinamento... A WeWork acaba sendo um complemento perfeito disso. Hoje, nós já trabalhamos muito com o formato de alugar uma sala de reunião por hora ou por dia.

Tivemos que criar essa flexibilidade, revisitar os nossos produtos para realmente criar um ambiente onde esses formatos funcionem e sejam simples de contratar.

Raio-X da WeWork

OPERAÇÕES NA AMÉRICA LATINA
Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica e México

MEMBROS NA REGIÃO
28 mil

FUNCIONÁRIOS
288 no Brasil e 560 na América Latina

ESCRITÓRIOS NO BRASIL
32 unidades espalhadas por São Paulo, Osasco, Alphaville, São José dos Campos, São Bernardo do Campo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre

Recentemente, o CEO do Airbnb disse em entrevista à Folha que, se o escritório não existisse, não iríamos inventá-lo da forma como ele é hoje. Como você acha que vai ser o local de trabalho daqui a 15 anos? Imagino que não vai ter mesas. Esse mundo de chegar no trabalho e sentar à mesa, acho que acaba. Já está bem reduzido, né? Mas a mudança principal é o propósito do trabalho.

Por que eu estou indo para um escritório hoje? É para ter um lugar em silêncio para trabalhar, porque meus cinco filhos estão gritando no meu ouvido? Pode ser, e aí eu vou precisar, naquele dia, de uma mesa ou de uma cabine.

Eu acho que, mais e mais, os escritórios serão ambientes colaborativos. Serão salas com vários quadros, salas de descontração, ambientes de treinamento... Talvez muito lúdico, onde você consiga usar ferramentas de metaverso, hologramas, ambientes de interação 3D, simulação.

Cada vez mais, o momento do escritório será para as coisas que o profissional realmente se beneficia fazendo em conjunto. O momento de home office será para esse momento de trabalho individual.

Você é uma das poucas mulheres no comando de uma grande empresa no Brasil. Como foi romper com essa barreira? Já tem muito tempo que eu estou num cargo sênior e de alguma forma eu me acostumei com uma carreira em que olhava para cima e nunca via outra mulher. Esse sempre foi meu habitat natural.

Quando eu cheguei à WeWork, a quantidade de mensagens que eu recebi de mulheres falando sobre a importância de olhar para cima e ver outra mulher foi enorme.

Eu nunca tive esse privilégio. Trabalhei a minha vida inteira com chefes homens, nunca tive uma mentora feminina que me ajudasse a navegar de uma forma direcionada, entendendo quais são os vieses inconscientes, quais eram as batalhas que eu deveria comprar e quais eu não deveria. Mas eu tive o privilégio de ter muitos sponsors [patrocinadores] ao longo da minha carreira. Muitos homens que enxergavam valor no meu trabalho.

Eu tive a sorte de ter alguns que, nos momentos mais críticos —onde eu realmente senti que tinha chegado no famoso teto de vidro—, essas pessoas me ajudaram. Ajudar é uma palavra que passa até uma conotação pejorativa, de "vem aqui que eu vou te ajudar", mas não foi nesse sentido. Foi realmente muito estratégico e tático.

Estratégico no sentido de entender quem são os stakeholders que estão "na mesa", quais podem querer me deixar para trás por algum motivo. Com esse mapeamento feito, nós íamos para o tático. Era algo do tipo: se alguém interrompesse ou começasse com um mansplaining, esse sponsor entrava junto, puxava a pergunta e devolvia para mim.

Nos momentos mais críticos —de romper a barreira de gerente para diretora e depois para CEO—, isso fez muita diferença.

Ainda existe, dentro do ambiente corporativo, alguns atributos profissionais que são vistos como pejorativos para uma mulher, mas não para um homem? Eu adoraria responder que hoje em dia não existe mais essa distinção, mas eu estaria falando do topo da pirâmide das empresas, que tem essa autoconsciência de comportamento, que tem suas redes de denúncia muito estruturadas, grupos de apoio, metas de diversidade etc.

Infelizmente, quando olhamos para o universo de empresas no Brasil e no mundo ainda é muito baixo o volume de empresas que têm esse nível de consciência.

Mas eu acho que alguns atributos não são mais aceitos para nenhum dos dois gêneros. Um homem entrar numa reunião e xingar alguém, baixar o nível ou faltar com respeito não é aceito da mesma forma. A diferença é a repercussão. Isso ainda é muito diferente.

O homem talvez receba outro homem gritando para abaixar o tom. A mulher terá um processo que não vai ser tão facilmente resolvido ali. E depois fica com o famoso carimbo de que a pessoa perde o controle. O homem não fica tachado, porque é algo mais comum.

Estamos evoluindo muito rapidamente para que a exigência desse comportamento seja parecida, mas ainda temos que evoluir muito. As mulheres ainda sofrem consequências de médio prazo em razão de um momento de explosão comparado com os homens.

Isso mostra que inclusão não é só permitir que as mulheres acessem determinados cargos. É também uma mudança de comportamento para que elas, nessas funções, sejam tratadas de forma equânime. Como isso pode ser resolvido? Enquanto não existirem mais mulheres na liderança, isso vai demorar muito mais. A forma mais rápida de acelerar isso é tendo uma paridade maior dentro da sala. Da mesma forma que um homem pode se sentir superconfortável falando para outro abaixar o tom, eu vou me sentir superconfortável falando isso com a minha vara.

Para mim, esta é a resposta número 1: temos que aumentar a paridade em todos os níveis.

A forma como eu venho trabalhando esse assunto na minha carreira há mais de dez anos é que todo o trabalho de equidade precisa atuar em três grupos. O primeiro é olhando para dentro. Como é que estão os meus números? Isso parece uma sutileza, mas é muito comum você perguntar a proporção de homens e mulheres e a empresa não saber.

Eu também acredito que somos seres movidos a metas. Se uma empresa não colocar esse tema na mesma cesta de receita, Ebitda, crescimento, vai ficar sempre em segundo plano.

Depois vem um trabalho muito diligente de operação. Porque, se os processos não são revisados e a liderança muda, a empresa volta para onde estava. A única forma que a empresa não volta é criando um processo onde esse tema faça parte dos OKRs [sigla em inglês para objetivos e resultados-chave].

Se a empresa não olhar o processo de recrutamento e não criar travas, vai continuar colocando para dentro só uma maioria de homens, porque é mais fácil, os networkings são mais estabelecidos.

Hoje a WeWork já tem uma maioria de mulheres em todos os nossos países. Quando olhamos para o C-level [cargos executivos de uma companhia], esse número é absurdo.

Eu sou a CEO da América Latina. A CEO regional que cobre a Argentina, Chile, Colômbia e Costa Rica é mulher. A CEO na Argentina é mulher. A CEO no Chile é uma mulher. Isso foram mudanças que a WeWork fez depois da minha chegada. Foram cargos que identificamos que precisavam mudar e fomos atrás especificamente de uma liderança feminina.

Como estender esses conceitos e princípios de diversidade para as empresas que estão dentro da WeWork? Esse é um trabalho que estamos começando agora. O mais importante é promover um ambiente respeitoso. Impor que a empresa que está dentro da WeWork tenha mais de 50% de mulheres vai muito além do meu papel. Acho que ainda seria muito audacioso falar que uma empresa dentro da WeWork tem que mudar a paridade.

A etapa número 1 é olhar para o ambiente de trabalho. Como a essência da WeWork é a troca que acontece entre membros dentro dos prédios, o primeiro passo é realmente garantir que você chegue lá e seja tratado com respeito. Que você esteja na área comum e não receba uma cantada, que você não seja tratado de forma desrespeitosa por um funcionário ou outro membro.

Essas pessoas precisam de um lugar para falar que foram desrespeitadas. Essa é a minha prioridade neste quarto do ano. Isso começa com ferramentas e tem uma parte processual muito importante, que envolve garantir o sigilo da informação, ter uma equipe preparada para fazer a investigação.

A denúncia sem aprofundamento não vira uma melhoria. Pode até virar uma ação —no caso extremo, expulsar o membro ou demitir o funcionário—, mas não vira uma melhoria.

Quanto vale o show do sertanejo

Entenda quanto cidades gastam em cultura e o peso dos eventos nos orçamentos

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Um show sertanejo pode custar R$ 1,2 milhão para uma pequena prefeitura, soubemos por estes dias. Em alguns casos extremos, o gasto em uma noite de cantoria chega a quase R$ 100 por habitante da cidadezinha. Noutras, o cachê per capita é mais modesto, entre uns R$ 20 e R$ 60.

É muito dinheiro? Das cerca de 4.900 prefeituras que declararam gastos na "função cultura" em 2021, apenas 510 gastaram mais de R$ 1,2 milhão no ano passado. Em apenas 159 delas o gasto anual per capita em "cultura" foi maior do que R$ 100. São dados pescados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.

O show parece caro, pois. Para fazer uma dessas comparações aleatórias das estatísticas da administração pública, um aparelho de ultrassom "seminovo" custa uns R$ 300 mil. Um trator superfaturado, desses de emenda parlamentar do centrão, custa R$ 500 mil (mas vale R$ 200 mil).

Lembrei do ultrassom porque é uma queixa comum no interior e em periferias. O povo precisa de exame urgente e o ultrassom está quebrado ou inexiste. Mas tem show.

Esses exemplos acidentais, porém tristes de verdadeiros, alimentam conversas demagógicas sobre despesa pública, tal como aquela tolice de dizer que "se tirassem os privilégios dos políticos, o governo teria dinheiro" (não, não teria nem se o Congresso evaporasse, apesar de ser necessário tirar privilégios). Essa treta dos sertanejos ou da Rouanet tem sua demagogia. É preciso ter uma ideia mínima do conjunto do problema.

No ano passado, as prefeituras gastaram pelo menos R$ 4,2 bilhões na "função cultura". Os governos dos estados, R$ 3,5 bilhões. O governo federal, R$ 1,25 bilhão. Nessas contas, não estão incluídos descontos de impostos. Pela Lei Rouanet, o incentivo foi de R$ 1,0 bilhão. Com esses números já é fácil perceber a burrice satisfeita da campanha bolsonarista.

É nas cidades, pois, que está o maior gasto na "função cultura". Sabe-se lá que tipo de despesa é lançado nessa rubrica — os pesquisadores da área apenas começam a estudar o assunto. Sabe-se que muito município gasta mal, até pelo mero fato de existir: não tem receita própria para bancar governo, burocracia, vereador, prebendas, menos ainda para prestar serviço público.

Segundo o Perfil dos Municípios Brasileiros do IBGE (o mais recente é de 2018), o caso mais comum de apoio financeiro municipal para a cultura era então o de "festas, celebrações e manifestações tradicionais e populares" (acontece em 85,5% das prefeituras). Apoio a "eventos" vinha em segundo lugar (75,[illegible]% das cidades). "Apresentação musical" em terceiro (61,8%). Em quarto, empatados com 30%, vinham "desfile de carnaval", "montagem de peças teatrais" e "seminário, simpósio, encontro, congresso, palestra".

Turismo ou outras atividades ditas "culturais", festas ou patrimônio histórico, são importantes para as finanças e empregos de muita cidade. O gasto na "função cultura" pode ser uma política econômica local. Se é eficiente, são outros quinhentos. Uma noite de verão de show caro não deve multiplicar muito os negócios, a inteligência ou a educação.

Pegaram esse Gusttavo Lima para Judas, embora o cantor e seus amigos bolsonaristas do Sertanejistão devam saber por que estão apanhando. De modo explícito ou não, apoiaram a campanha de avacalhação da Rouanet e dos artistas que viveriam dessa mamata, que seriam uns comunistas, drogados, devassos e praticantes da ideologia de gênero.

Mas Chicos e Franciscos, levem pau da esquerda ou da direita, recebem esses dinheiros. Se o gasto faz sentido, a gente não quer saber, da cantoria ao subsídio da gasolina.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Reino Unido é exceção no trabalho remoto

Número de pessoas que vão ao escritório ainda está um quarto abaixo dos níveis pré-Covid, mesmo após reabertura

Valentina Romei

LONDRES FINANCIAL TIMES A mudança do Reino Unido para o trabalho em casa tornou o país uma exceção entre a maioria das outras economias avançadas, segundo uma análise do Financial Times, já que o tamanho de seu setor de serviços profissionais e um mercado de trabalho mais flexível devem impedir o retorno aos níveis pré-pandêmicos de ocupação de escritórios.

Meses após a suspensão das últimas restrições relacionadas à Covid, os dados mais recentes disponíveis mostram que o número de pessoas que trabalham em escritórios ainda está quase um quarto abaixo dos níveis de fevereiro de 2020, antes de o coronavírus se estabelecer no Reino Unido.

"Houve uma mudança de mentalidade permanente sobre como o trabalho é organizado entre a força de trabalho anteriormente baseada em escritórios no Reino Unido", disse Jane Parry, professora associada de trabalho e emprego na Universidade de Southampton e autora de estudo recente sobre práticas de trabalho após o confinamento.

Dados de mobilidade do Google para uma quarta-feira (11 de maio) — dia da semana de pico para o trabalho em escritórios — mostraram que o número de pessoas se deslocando estava 23% abaixo dos níveis pré-pandemia. Isso continua praticamente inalterado desde setembro passado, apontando o que pode ser uma nova norma pós-pandemia.

É mais que o dobro dos níveis na maioria dos outros países europeus usando dados equivalentes, com a Alemanha apenas 7% abaixo dos números de deslocamentos pré-pandemia. Os dados dos Estados Unidos e do Canadá são mais semelhantes aos do Reino Unido, mas ainda sugerem que mais trabalhadores retornaram aos escritórios.

Uma pesquisa global com 33 mil pessoas feita em fevereiro pela WFH Research mostrou que o Reino Unido teve o maior número de dias de trabalho remunerado em casa a cada semana na Europa.

Também revelou que os britânicos acreditavam que o trabalho em casa tinha aumentado sua eficiência, mais do que as pessoas em outros países europeus, e que o Reino Unido tinha a maior parcela dos que disseram que desistiriam se fossem forçados a retornar em tempo integral.

O economista Jack Leslie afirma que uma combinação de fatores contribuiu, incluindo grande parcela de empregos baseados em computador.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Aline Fernandes Santos, 41, que perdeu cerca de R$ 600 mil após sofrer um golpe envolvendo criptomoedas no aplicativo de namoro Tinder Bruno Santos/Folhapress

‘Perdi economia da vida’, diz vítima de golpe no Tinder

'Criptoroms' envolvem manipulação emocional e moedas digitais

Paula Soprana

SÃO PAULO Com o fim do seu casamento de 10 anos, a administradora de empresas Aline Fernandes dos Santos, 41, criou um perfil em aplicativos de namoro, o caminho quase natural de um solteiro em São Paulo.

Teve alguns encontros pouco animadores até dar match com Jack, um britânico atraente de 33 anos a 1 quilômetro de distância dela. "Sou de Londres, homem de negócios e investidor", dizia sua biografia no aplicativo.

Eles começaram a trocar mensagens em 11 de março. Ela jamais imaginou que um mês depois, o flerte resultaria em um prejuízo de cerca de R$ 600 mil. "É a economia de toda a minha vida, mais as dívidas que acabei fazendo", diz.

O perfil de Jack estava ativo no aplicativo até 24 de abril. Para ele, a plataforma era uma isca para conquistar a confiança das pessoas.

Aline recebia mensagens como "chegou bem em casa?", "tenha um bom dia de trabalho" e "você é a primeira pessoa que converso no Brasil".

"É uma amarração, vai envolvendo você. Até tem um momento em que ele fala do trabalho dele, que ele é muito apaixonado e dedicado", conta.

Jack dizia trabalhar com investimento em criptomoedas. Contava ter uma empresa e que estava no Brasil para cuidar de um tio doente, com idade avançada e em processo de demência — o que ele usa como justificativa para não marcar encontros. Aline até tentou conhecê-lo por vídeo, mas o tio também foi usado como desculpa.

No primeiro dia, a conversa em inglês já migrou para o WhatsApp. O código de área dele era 44, do Reino Unido.

No segundo dia, ele deu um jeito de introduzir o assunto principal. Disse "o mercado hoje está agitado" para falar sobre criptomoedas. Enviou uma foto com sua suposta mesa de trabalho, que tem um computador com a tela cheia de gráficos de ações. Foi o gancho para a pergunta que mudou tudo na vida de Aline: "Você entende de investimento?".

Ela, que até então só investia em ativos de baixo risco, respondeu que não, mas se mostrou aberta a aprender. "Eu tinha curiosidade, mas não sabia operar ações, quanto mais criptomoedas. Ele explicou como funcionava e disse que me ensinaria se eu quisesse. Aí as explicações vieram corretas, eu chequei, e decidi fazer um aporte." Não contou para ninguém.

Essas explicações eram conceitos sobre criptomoedas e o funcionamento do mercado — algumas cópias na íntegra de sites de corretoras. Dois especialistas em criptoativos ouvidos pela **Folha** analisaram essas mensagens e afirmaram que as informações eram coerentes.

Embora sem trabalho havia alguns meses, Aline tinha segurança financeira. O dinheiro que perdeu veio da venda de metade do apartamento que dividia com o ex-marido e de outros bens.

A primeira aplicação foi de US$ 1.000 (R$ 4.700 na atual cotação) em uma corretora internacional certificada, a Crypto.com, cujo garoto-propaganda é o ator Matt Damon.

"É aí que está o pulo do gato, ele te ensina a investir numa corretora idônea, que existe, e não pede seus dados, sua senha, ele só vai orientando." Ela enviava prints da tela do celular e ele os devolvia sinalizando onde ela deveria clicar.

Uma hipótese entre analistas é que esse site tenha sido usado pelo golpista apenas para converter os dólares em criptomoeda.

O dinheiro rendeu, Aline se animou, e Jack então sugeriu que ela transferisse tudo para uma corretora que "valia mais a pena". Noutra frente da relação virtual, ele começou a dizer que queria se estabelecer no Brasil e que estava interessado em uma relação mais séria.

Aline passou a quantia para uma corretora chamada BTX Exchange. Dessa vez, não checou a procedência na internet. Segundo o site Scamosite, que detecta a veracidade de alguns sites de investimento, trata-se de uma corretora fraudulenta, que oferece "investimento com moedas fictícias" e não tem nenhuma empresa associada a ela, de acordo com um relatório.

A **Folha** entrou em contato com a BTX Exchange por email, mas não obteve resposta. Não há número de telefone e nem localização da empresa no site. Na internet, há mais três relatos de pessoas que também não conseguiram resgatar a aplicação nessa plataforma.

"Uma hipótese é que o fraudador tenha criado uma exchange [que é a BTX] com regras de negócio próprias, usando vários recursos de código aberto disponíveis no mercado e que isso seja uma quadrilha internacional. As vítimas conseguem entrar com recursos, mas não conseguem mais tirar dinheiro de lá", diz Courtnay Guimarães, cientista-chefe de blockchain na empresa de tecnologia Avanade, que trabalha há oito anos no mercado de criptomoedas e há mais de 30 anos com criptografia.

Quando o investimento chegou a cerca de US$ 47 mil (dos cerca de US$ 89 mil aplicados, equivalente a R$ 425 mil), Aline quis resgatá-lo.

"Ele some por dois dias e depois reaparece no celular, feliz, bem feliz, muito empolgado. Diz que levou o tio embora para a Inglaterra, que os parentes de lá vão cuidar dele e que gostaria de me conhecer. Logo depois, manda mensagem dizendo que caiu na triagem [de Covid] do aeroporto e que vai ficar de quarentena."

Nesse momento, Aline começou a ficar nervosa porque ele ficava indisponível e ela não conseguia fazer o resgate sozinha pelo aplicativo. Jack mostrou-se triste por não poder ajudá-la — mais uma manipulação emocional. Ao entrar em contato com o atendimento ao cliente, a corretora disse que tinha taxas e impostos a serem pagos.

"Cada vez que eu conseguia pagar uma taxa nova, e eram muito altas, tipo R$ 30 mil, R$ 45 mil, chegava outra. Aí tinha a lista de espera, se eu quisesse passar na frente, tinha que pagar mais uma taxa." Nada disso havia sido dito por Jack.

Ao todo, foram exigidos 37.568 USDT (sigla para tether, uma moeda digital atrelada ao dólar) em taxas e impostos, quase R$ 180 mil. Para conseguir reaver seu dinheiro, Aline começou a pedir novos cartões de crédito no mercado. Para pagar as faturas, começou a fazer novas dívidas.

Enquanto isso, a relação virtual começou a ruir. "Ele provocou uma discussão sem sentido, dizendo que estava na quarentena, tratando de suposta fragilidade da quarentena, que eu não confiava nele, e me bloqueou."

A ficha de Aline caiu. Uma amiga sua que entende do setor leu todo o histórico de mensagens e concluiu que era atípico ela não conseguir descongelar seu próprio dinheiro. Quando as duas entraram em contato com o setor de atendimento ao cliente, Jack imediatamente desbloqueou Aline do WhatsApp.

Jack passou a ser evasivo nas respostas. Restaram, ao fim, três caminhos para Aline: fazer mais um depósito, dessa vez equivalente a R$ 10 mil, e sacar o dinheiro; fazer o depósito e não conseguir sacar o dinheiro; procurar ajuda na polícia.

Aline foi acolhida na delegacia de crimes cibernéticos, no centro de São Paulo. Registrou boletim de ocorrência, mas o escrivão disse tratar-se de um golpe e levantou a hipótese de aquele dinheiro já estar a léguas de distância, sendo quase impossível rastreá-lo. Sem muita esperança, ela ainda poderia abrir um inquérito para que o caso fosse investigado, explicou.

Para o delegado Thiago Cirino Chinellato, da divisão de Crimes Cibernéticos da Polícia Civil de São Paulo, golpes aplicados em apps de paquera têm alguns padrões: a pessoa normalmente diz não morar no Brasil, rouba fotos de outros na internet (o que é crime de falsidade) e em pouco tempo fala sobre dinheiro.

"O link que ela clicou ao baixar o app da BTX também pode ser uma carteira de criptomoeda dele, que ele transformou numa carteira fria [como se tirasse do sistema blockchain e colocasse num dispositivo físico], tornando muito difícil de rastrear", diz.

Golpes envolvendo criptomoedas em aplicativos de namoro são chamados de criptorom (fusão de cripto e romance). No Brasil, a polícia já configura esse tipo de crime como "golpe do amor".

O caso levou Aline a um trauma, que vem sendo tratado. Está concentrada em buscar recolocação profissional e quitar as dívidas com os bancos. Ela vive com ajuda dos irmãos até conseguir um novo posto.

A partir de uma pesquisa pelo Google Lens, é possível encontrar o dono da foto que Jack usava no Tinder.

Trata-se de Thiago Lazzaratto, 47 anos, brasileiro, morador de Londres. Por mensagem em uma rede social, disse à **Folha** que outras pessoas já haviam o alertado que perfis estavam usando suas fotos no Tinder. "Eu não moro no Brasil há 17 anos. Nem sei como fazer B.O. aí."

Aline mostrou à reportagem outras mensagens que trocou com um francês chamado Thomas.

"Eu vim aqui principalmente para examinar o mercado e visitar meu tio. Eu sou um empresário e um investidor, eu investir (sic) principalmente em imóveis com criptomoedas."

Dessa vez, Aline já estava vacinada.

Em nota, o Tinder diz lamentar o caso e ter uma política de tolerância zero para esse tipo de comportamento.

"Investimos constantemente em maneiras de manter os membros seguros enquanto usam o Tinder, incluindo um conjunto robusto de recursos de segurança e educação de segurança no aplicativo, tecnologia de detecção de fraudes e trabalho direto com aplicação da lei quando necessário."

"Incentivamos os membros a denunciar qualquer comportamento suspeito diretamente para nós, para que possamos identificar, parar e remover criminosos antes que alguém seja prejudicado."

A empresa recomenda aos usuários que procurem perfis verificados.

> Cada vez que eu conseguia pagar uma taxa nova, e eram muito altas, tipo R$ 30 mil, R$ 45 mil, chegava outra. Aí tinha a lista de espera, se eu quisesse passar na frente, tinha que pagar mais uma taxa
>
> **Aline Fernandes Santos**
> administradora de empresas que foi vítima de golpe com criptomoedas

> Eu vim aqui principalmente para examinar o mercado e visitar meu tio. Eu sou um empresário e um investidor, eu investir (sic) principalmente em imóveis com criptomoedas
>
> mensagem recebida em um app por Aline de um suposto francês chamado Thomas

R$ 425 mil
foi o total aplicado por Aline na corretora BTX Exchange

R$ 180 mil
foi o total exigido em taxas pela corretora para resgatar a aplicação

Edmar Bacha explica 'Para Não Esquecer'

Livro organizado por Marcos Mendes revê políticas adotadas nas últimas décadas

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Na segunda-feira da semana passada (30), houve no Insper o lançamento do livro "Para Não Esquecer: Políticas Públicas que Empobrecem o Brasil", organizado por Marcos Mendes, com 25 capítulos que reveem políticas adotadas nas últimas décadas.

Edmar Bacha fez, no evento, a apresentação do conteúdo do livro. Compartilho com meus leitores as observações de Bacha, por ele chamada de "politimétricas".

"Primeira observação é que metade das políticas analisadas nos 25 capítulos do livro lida com expansões equivocadas do gasto público, que não passam numa análise de custos e benefícios sociais; a outra metade com políticas que distorcem a alocação de recursos, reduzindo o bem-estar social.

Segunda observação é que 4/5 dessas políticas foram implantadas entre 2003 e 2021. Se associarmos às más políticas anteriores que tiveram continuidade nesse período, chegamos à conclusão de que 80% das políticas equivocadas analisadas no livro tiveram curso durante os governos do PT.

São políticas que foram aplicadas em nome do chamado nacional-desenvolvimentismo. Trata-se de uma visão de política econômica que tem quatro vertentes, todas danosas. A primeira é a ideia de que "gasto é vida", que justifica o expansionismo fiscal-monetário. A segunda é o estatismo, que justifica as empresas públicas. A terceira, o intervencionismo, que justifica a interferência do setor público no setor privado. A quarta, o protecionismo, que justifica o fechamento da economia.

O período 2003-2012 teve duas características. A primeira já mencionada é que foram de governos do PT. A segunda é que foi nesse período que se manifestou o superboom das commodities ao qual se associou a descoberta do pré-sal.

Foi da conjunção das ideias econômicas erradas do PT com a abundância de recursos nas mãos do governo que resultou a maior parte das políticas equivocadas analisadas no livro. A união de ideias erradas com dinheiro na mão é explosiva. Provocou aqui o "efeito voracidade" de que trata a literatura sobre a maldição dos recursos naturais.

O fato é que essas ideias erradas continuam por aí e poderão ascender de novo ao poder a partir de 2023. Só que nesse caso será sem dinheiro na mão —dinheiro este que, no superboom das commodities, impediu que essas políticas equivocadas tivessem efeitos ainda mais inflacionários e fossem ainda mais danosas do que já foram."

(Observação minha: na coluna de sábado passado, dia 28, no gráfico da IFI —Instituição Fiscal Independente— da evolução do superávit primário do governo central, as barras azuis representam o efeito do boom de commodities sobre as contas públicas.)

"Levadas à frente no ambiente externo desafiador que se afigura para os próximos anos, tais ideias poderão levar a economia brasileira para um desastre completo, ao estilo da Argentina ou da Venezuela.

Daí a importância deste livro. Dar munição a pessoas esclarecidas que estejam num eventual novo governo do PT —se for essa a alternativa ao descalabro bolsonarista de que todos queremos nos livrar— a impedir a repetição do rosário de políticas equivocadas implantadas entre 2003 e 2012.

Melhor ainda se o livro tiver o efeito de alavancar uma terceira via política (agora representada pela muito bem-vinda candidatura de Simone Tebet), porque aí sim poderíamos nos livrar de uma vez tanto dos populismos de esquerda quanto dos da direita.

E assim retomar as reformas econômicas progressistas e liberalizantes que caracterizaram o governo de Fernando Henrique Cardoso. Reformas essas bem descritas nos 30 episódios dos podcasts da Casa das Garças sobre a Arte da Política Econômica."

O livro pode ser baixado gratuitamente no link bit.ly/30G3iqi.

DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Laura Carvalho, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Bahia afrouxa normas para irrigação de área agrícola

Poços artesianos poderão captar água em menor distância; especialistas alertam para riscos

Mário Bittencourt

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (BA) O governo da Bahia deve publicar, nos próximos dias, em meio à crise climática, uma portaria que flexibiliza as normas para captação de água para irrigação de áreas agrícolas no oeste do estado.

O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa (PT), durante visita à Bahia Farm Show, uma das principais feiras do agronegócio no Brasil, realizada entre os dias 1º e 4.

As alterações no volume de captação de água e na distância entre poços artesianos têm como base estudo feito por universidades do Brasil e dos EUA, durante quase cinco anos, com custo de R$ 5 milhões, financiado pelos agricultores.

Será permitido, por exemplo, abrir poços artesianos para captação de água em menor distância uns dos outros —dos atuais 2.500 metros para 1.000 metros.

Também haverá alterações nas outorgas para captação, cujos volumes vão variar conforme a época do ano ou a disponibilidade de água superficial (volume dos rios) e subterrânea.

"Ficou comprovado que algum nível de flexibilidade pode ser feito, sem prejudicar o ambiente e a reposição do manancial hídrico da região", disse Costa.

A irrigação no oeste do estado é feita em parte com águas do aquífero Urucuia. A outra parte da captação é dos rios Grande e Corrente, afluentes do rio São Francisco.

Segundo a Aiba (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia), a flexibilização permitirá ampliar em mais 500 mil hectares a área irrigada, a depender ainda do aumento da oferta de energia.

O oeste da Bahia tem atualmente 2,3 milhões de hectares de área plantada, sendo 200 mil hectares irrigados. As principais culturas são soja, milho e algodão.

Para o geógrafo Valney Dias Rigonato, da Universidade Federal do Oeste da Bahia, a medida "é um desastre anunciado com aval do governo" do estado.

"Ao menos 500 famílias, de oito comunidades, somente da área que realizo pesquisas há mais de dez anos, passam por problemas sérios de falta de água, e a que tem é de baixa qualidade, para consumo humano ou animal."

Para ele, o estado está mais preocupado "com marketing ambiental e político" do que com uma gestão ambiental.

O agrometeorologista Marcos Heil Costa, por sua vez, alerta para o fato de que as vazões dos rios vêm caindo e que a região apresenta queda de 12% nos índices pluviais desde os anos de 1980, devido às mudanças climáticas. Para os próximos anos, a previsão é de escassez de chuvas.

"É preciso muita cautela com o uso da água na irrigação. Desde que feita de forma racional, a irrigação pode ser uma ótima opção para uma agricultura mais resiliente às mudanças climáticas."

Procurado, o governo baiano não se manifestou sobre as críticas de ambientalistas.

Odacil Ranzi, presidente da Aiba, afirma que estão sendo feitos investimentos em projetos de reflorestamento.

"Esse estudo provou que a água pode ser retirada ainda por muito tempo, e que boa parte dela pode ser devolvida pelas chuvas", diz.

A Aiba afirma que a ampliação da irrigação será acompanhada pelo lançamento do Sima (Sistema Integrado de Monitoramento Agrícola), que vai coletar dados sobre índices de pluviosidade, umidade do solo e nível do aquífero Urucuia, entre outros.

O jornalista viajou a convite da Bahia Farm Show

Não há combate indolor à inflação

Escalada dos juros para conter o atual surto inflacionário é um remédio amargo, mas essencial para a retomada do crescimento sustentado

Ana Paula Vescovi
Economista-chefe do Santander Brasil

A estabilidade de preços é essencial para sustentar o máximo nível de emprego e atividade econômica. Contudo, não existe combate à inflação sem alta relevante de taxas de juros e, portanto, sem indesejáveis efeitos colaterais: contração na atividade e aumento temporário de desemprego.

Essa foi a conduta adotada pelo Federal Reserve (o banco central dos Estados Unidos) sob o comando de Paul Volcker (1979 a 1987), e ainda hoje sabemos que a melhor escolha social ao longo do tempo é o controle permanente da inflação. O combate aos surtos traz custos sociais, ainda que temporários. Não o fazer implica aceitar a estagflação, com o agravante de acentuar a desigualdade de renda, perder coesão social e, no limite, alimentar regimes políticos autoritários.

Não há meio-termo no combate à inflação; é essencial não deixar dúvidas sobre o engajamento da autoridade monetária. Nos anos 1980, depois de dois choques nos preços do petróleo e de uma sucessão de apertos monetários pouco convincentes, Volcker impôs um choque de juros nos EUA pelo tempo necessário para quebrar a inércia inflacionária.

Obviamente, o custo foi gigantesco —recessão entre 1981 e 1982, além da quebradeira nos países com alta dívida em dólares, caso típico na América Latina. Entretanto, abriu espaço para duas décadas de crescimento global sustentado.

O surto inflacionário atual teve como causa choques concomitantes, decorrentes da pandemia e, agora, da guerra entre Rússia e Ucrânia. A média dos preços internacionais de commodities subiu 50% em dólares desde 2020; mais de 80% em reais. Além da inédita injeção de estímulos, que provocou desvios de demanda, tem havido interrupções de cadeias produtivas e logísticas por lockdowns e questões geopolíticas. A combinação desse descasamento entre oferta e demanda com o excesso de liquidez global e com aumento do risco nos mercados de ativos traz maior complexidade para o trabalho das autoridades monetárias.

Os bancos centrais vêm fazendo seu papel, embora claramente atrasados no processo. Passada a fase inicial de crença de que a inflação seria temporária, ficou evidente que a alta dos preços se disseminou para salários e serviços.

Não faltam instrumentos de combate, mas estes são brutos. Como a desorganização das cadeias globais demora para ser corrigida, o remédio é conter a demanda por meio do aumento dos juros. Se as autoridades demonstrarem temer os custos sociais de uma política monetária fortemente contracionista, em vez de evitados, esses custos só serão prolongados e implicarão ainda mais sacrifícios sociais.

Nos últimos 12 meses, a inflação ao consumidor acumulou alta de 8,3% nos Estados Unidos, 8,1% na Europa; 9,7% na América Latina e 12,1% no Brasil. Para muitos, trata-se da primeira experiência de convívio com inflação próxima a dois dígitos. E, para os que a experimentaram, o nível atual de inflação traz à memória duas décadas de crescimento baixo, errático, poucas oportunidades e aumento de desigualdade. Só depois disso o mundo colheu um período de crescimento sustentado.

A fortíssima liquidez injetada desde 2020 (14% do PIB global) ajudou a construir riqueza monetária artificial, que tende a ser destruída com a normalização monetária. Isso já começa a ocorrer em mercados de maior risco, como ações de tecnologia e criptoativos. Para os governos, no primeiro momento, a inflação ajuda a aumentar receitas públicas automaticamente e, ao contrário da desinflação, ofusca a dura realidade dos desequilíbrios fiscais estruturais.

Assim, os riscos do processo de desinflação global são imensos e dizem respeito à estabilidade dos mercados financeiros. Os bancos centrais têm conseguido convergir na tese do necessário combate à deterioração das expectativas inflacionárias. A evidência empírica sinaliza que os juros e a atividade são mais sensíveis às expectativas do que à inflação corrente. É pelo canal das expectativas que os produtores e trabalhadores buscam recompor preços e salários.

No Brasil, o BC começou mais cedo a subir juros, porque a inflação começou a pegar mais cedo. Se, de um lado, a taxa Selic, que chegou à mínima histórica de 2% ao ano, chegará a 13,5% ao ano na nossa visão, de outro, serão 13 meses com inflação em dois dígitos. Há medidas paliativas de desoneração em itens essenciais com preços regulados (combustíveis e energia elétrica), o que eleva o risco sobre as contas públicas e, em alguns casos, sobre o ambiente de negócios. Nesse ínterim, os preços de alimentos já acumulam alta de 30% desde agosto de 2020, atacando frontalmente o poder de compra da população de baixa renda.

Se acreditarmos na atuação firme da política monetária, será possível haver recessão no Brasil a partir do fim deste ano até meados do próximo. E ainda estaremos suscetíveis aos impactos do processo incerto de desinflação global.

Contudo, a recessão será tão menos aguda e mais passageira quanto mais convencidos estivermos de que não há combate à inflação sem dor. É papel dos governos optar sabiamente por políticas que amenizem o sofrimento da parcela mais vulnerável da população, mas sem remar contra a política monetária. Evitar uma correção da inflação ainda mais custosa do ponto de vista social depende essencialmente das escolhas públicas.

Movimento quer decrescimento econômico

Adeptos do 'degrowth' defendem que retração é o único caminho para salvar o planeta da catástrofe climática

SÃO PAULO "Quem acredita que o crescimento exponencial pode durar para sempre num mundo finito ou é louco ou é um economista." A autoria da frase do americano Kenneth Boulding está na essência de um movimento que quer rivalizar com o atual paradigma econômico global: o degrowth.

O termo —que em português significa decrescimento— é autoexplicativo. Para os adeptos, é preciso abandonar a expansão da economia como um objetivo político e aceitar que a retração é a única forma de salvar o planeta de uma catástrofe climática.

O modelo guarda certa proximidade com o ecossocialismo e vem ganhando espaço no debate ambiental.

Em 2019, mais de 11 mil cientistas assinaram uma carta pública alertando sobre os desafios do clima e defendendo uma mudança de paradigma. "Nossas metas precisam mudar do crescimento do PIB e da busca da riqueza para sustentar os ecossistemas e melhorar o bem-estar humano, priorizando as necessidades básicas e reduzindo a desigualdade", diz o texto.

Figuras políticas também já declararam apoio às ideias do degrowth, como o ministro do Consumo da Espanha, Alberto Garzón, e alguns partidos verdes da Europa.

Atualmente, um dos principais pensadores desse movimento é o antropólogo Jason Hickel, autor do livro "Less Is More: How Degrowth Will Save the World" (menos é mais: como o decrescimento vai salvar o mundo).

Segundo ele, não é possível conciliar expansão econômica e o fim das mudanças climáticas. Nem mesmo uma rápida guinada verde —com empresas e governos adotando princípios ambientais e sociais rigorosos— seria capaz de impedir um destino trágico para a humanidade.

"A evidência empírica é clara de que não é viável descarbonizar rápido o suficiente para ficar abaixo de 1,5°C se os países ricos continuarem buscando o crescimento", diz, em entrevista à Folha.

Numa era de emergência ecológica, ele diz que não podemos nos dar ao luxo de construir políticas em torno de fantasias.

Para o antropólogo, a recente febre ESG (ambiental, social e governança, na sigla em inglês) tampouco tem sido impactante.

"[O ESG] trouxe algumas pequenas mudanças aqui e ali, mas esse tipo de ajuste nas bordas não vai resolver realmente. Nos piores casos, é apenas greenwashing."

Hickel define o degrowth como uma redução planejada do uso de energia e de recursos em países de alta renda, como estratégia para rebalancear a economia e reduzir desigualdades.

"Trata-se de reduzir as formas de produção menos necessárias e concentrar a economia em atender às necessidades humanas e ao bem-estar, em vez da acumulação de capital", afirma.

> Trata-se de reduzir as formas de produção menos necessárias e concentrar a economia em atender às necessidades humanas e ao bem-estar, em vez da acumulação de capital
>
> **Jason Hickel**
> antropólogo

Segundo ele, o foco são as nações ricas, principalmente Estados Unidos e Europa.

Na prática, o antropólogo defende diminuir as indústrias que considera ecologicamente destrutivas e socialmente menos necessárias, como combustíveis fósseis, fast fashion e até as SUVs. A obsolescência programada deveria ser proibida, e a publicidade, limitada.

Em contrapartida, o degrowth é a favor da expansão de setores como energias renováveis, saúde pública, agricultura regenerativa e serviços essenciais.

"Temos que transformar ativamente o sistema econômico para torná-lo mais ecológico e mais justo. Isso requer políticas fortes", diz.

Uma das críticas ao movimento é que, embora bem-intencionado, ele acabaria prejudicando ainda mais os países pobres. No entanto, na visão de economistas que defendem o degrowth, isso não aconteceria necessariamente.

Hickel, por exemplo, questiona o atual arranjo econômico mundial, onde nações emergentes e menos desenvolvidas se dedicam a produzir o que os países ricos consomem. Segundo ele, esse "perfil exploratório" seria alterado.

A redução na produção das grandes potências criaria espaço no "orçamento global de carbono" permitindo que os países mais pobres continuem crescendo.

O antropólogo Jason Hickel, autor do livro "Less Is More: How Degrowth Will Save the World" Divulgação

De acordo com o antropólogo, o decrescimento econômico tampouco seria um entrave para garantir a alimentação e sobrevivência de uma população crescente.

Na visão dele, é possível proporcionar bons padrões de vida para 10 bilhões de pessoas com menos energia que o mundo atualmente usa. A questão está em organizar a produção de bens em torno das necessidades humanas, não do lucro corporativo.

O questionamento do movimento ao crescimento econômico tem um embasamento histórico. Durante os últimos 200 anos, o mundo ficou consideravelmente mais rico. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o crescimento foi ainda mais intenso —especialmente na Europa, EUA, Austrália e Nova Zelândia.

No entanto, apesar de avanços na mortalidade infantil, saneamento e alimentação, a maior parte do planeta continua pobre, com milhões de pessoas passando fome e sem acesso a recursos básicos.

Segundo os "degrowthers", o crescimento econômico foi capturado por uma pequena elite, tornando-se pouco eficiente, injusto e antiecológico.

Além disso, uma grande parte dos recursos que a humanidade usa e depende é baseada em serviços ecossistêmicos limitados. Sendo assim, o crescimento econômico infinito num mundo finito seria, materialmente, impossível.

Assim, não é por acaso que o conceito tenha ganhado força com a crise climática.

Thiago Bethônico

O ministro durante entrevista em seu gabinete em Brasília Pedro Ladeira/Folhapress

Marcelo Queiroga, 56
Ministro da Saúde desde março de 2021, é médico cardiologista. Presidiu a Sociedade Brasileira de Cardiologia e a Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista. Formou-se em medicina pela Universidade Federal da Paraíba e fez residência médica em cardiologia no Hospital Adventista Silvestre do Rio de Janeiro

Marcelo Queiroga

Gastamos uma fortuna com campanha de vacinação, quem está reclamando?

Ministro afirma que secretários 'só pedem', contorna negacionismo de Bolsonaro e diz que desabastecimento de remédios 'inspira atenção'

ENTREVISTA

Mateus Vargas e Thaisa Oliveira

BRASÍLIA O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, 56, diz que o governo já gastou uma "fortuna" para promover a imunização contra a Covid-19 no Brasil e minimiza a estagnação da cobertura vacinal.

Em entrevista à **Folha**, o cardiologista desafia secretários locais, a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e especialistas a fazerem uma campanha de vacinação contra o vírus melhor do que a realizada pela atual gestão. Mas poupa de críticas o presidente Jair Bolsonaro (PL), vetor de desinformação sobre a imunização e cuidados na pandemia.

Queiroga assumiu o Ministério da Saúde em março de 2021, prometendo tornar o país uma "pátria de máscaras". Desde então, modulou o discurso e passou a alternar elogios ao trabalho do governo federal na compra de vacinas com acenos à ala negacionista do bolsonarismo.

Qual o grau de preocupação do ministério com a varíola dos macacos e a hepatite misteriosa? [Sobre a varíola dos macacos] É uma situação de monitoramento, não de preocupação. Não é algo que seja grave. Naturalmente, os mais vulneráveis, crianças pequenas, idosos, podem ter uma repercussão [forma mais grave da doença].

São poucas as vacinas. Não é considerado um problema de saúde pública. Estamos com a Opas [Organização Pan-Americana de Saúde], buscando contatos para ter a vacina.

Se for necessário comprar, será para um grupo restrito. Aqueles profissionais que estiverem lidando diretamente com esses casos, os que vivem em regiões de fronteira.

Sobre a hepatite, ainda não sabemos a causa. São poucos casos, graves. A área técnica discute esse assunto com o pessoal da infectologia.

É certo que a varíola dos macacos chegará ao Brasil? Muito possível. É uma doença que também pode ser transmitida por partículas respiratórias, mas, até onde discuti na OMS [Organização Mundial da Saúde], não tem a mesma contagiosidade da Covid-19.

Pode chegar, mas, se chegar, depois que enfrentamos uma avalanche de óbitos pela Covid-19, estamos preparados para enfrentar 'monkeypox', hepatite de crianças, o que for.

Existe a necessidade do controle de fronteiras? No momento, não.

O informe do ministério fala que uma forma de prevenção é o uso de máscaras. A gente agora vai criar uma lei para obrigar a usar máscara por conta do 'monkeypox'? Não tem elementos. Hoje, temos que ter mais cuidado com a questão da síndrome respiratória aguda nas crianças, que a Covid não é a principal causa, do que com o 'monkeypox'.

Máscara é funcional. Uma barreira, em tese. Mas que máscara? Para que atinjam o objetivo, têm de ser usadas corretamente. O que a gente viu na pandemia, a pessoa usava o dia todo uma máscara de tecido. No dia seguinte estava com a mesma máscara. No fim das contas a efetividade é baixa, embora útil.

Às vezes, serve até como posicionamento político.

> Nenhum desses especialistas que ficam na televisão foi vacinar indígenas na aldeia Zoé. Duvido. Se foram lá fazer isso, peço para sair [do ministério]

O Brasil tem testes para diagnóstico da varíola? Está se falando em teste rápido até. Estamos prospectando. Todos os dias, o pessoal da Secretaria de Vigilância em Saúde discute isso.

O sr. cita a Covid-19 como um ativo do Brasil para enfrentar essas outras doenças, mas há críticas sobre a resposta do governo federal na pandemia. Crítica tem em todo lugar. Se for lá nos Estados Unidos, vê lá: crítica pesada. Quem está aqui, no meu lugar, é para receber críticas mesmo.

O sistema de saúde do Brasil é uma conquista, mas tínhamos condição plena de respostas [à Covid]? Veja as notícias de antes de 2018 sobre UTIs. Lotadas, falta de vaga, falta de medicamentos. Isso era o que tinha.

A Fiocruz apontou recentemente que a campanha de vacinação contra a Covid está estagnada. Por que a Fiocruz não faz essa campanha de vacinação? Eu mando dinheiro para burro para ela.

Não é hora de atualizar a campanha? Ser mais assertivo. A gente gastou uma fortuna com campanha de vacinação. Quem é que está reclamando da [falta de] campanha de vacinação? Eu mesmo já vacinei criança lá no Acre. Em Santarém (PA), na aldeia Zoé. Nenhum desses especialistas que ficam na televisão foi vacinar indígenas na aldeia Zoé. Duvido. Se foram lá fazer isso, peço para sair [do ministério].

O ministério faz campanhas. Quem é que está pedindo para fazer? Clínica de vacinação privada. Querem que eu faça campanha para ganharem dinheiro vendendo vacinas? Por que não fazem?

Secretários de saúde também pedem novas campanhas. Só fazem pedir. O que eles têm que fazer é executar a política pública na ponta. Porque dinheiro na ponta para eles foi em quantidade suficiente, e boa parte deles fizeram mau uso do recurso público.

Da forma como o sr. fala, parece que a campanha de comunicação do governo federal foi a ideal. Foi a maior campanha de vacinação, gastamos mais de R$ 400 milhões [a promoção da vacinação custou R$ 311 milhões, segundo a assessoria de comunicação da Saúde].

Mas uma das faces mais visíveis do movimento antivacina no Brasil é o presidente Bolsonaro. Imagina se o presidente Bolsonaro fosse pró-vacina. A gente tinha gastado quanto? R$ 100 bilhões em vacinas.

Ou teria gastado menos, mas vacinado mais, por eficiência da campanha. Não, o que o presidente sempre me disse é que ele é contra forçar as pessoas a tomarem a vacina.

Mas o sr. não acha que, da forma que ele [Bolsonaro] falou, desestimulou as pessoas a se vacinarem? Não cabe a mim julgar as falas do presidente. Nem fazer conjecturas sobre se as pessoas quiseram ou não tomar a vacina.

O maior defensor do presidente na área de saúde sou eu. E sou o maior defensor da vacina. E o presidente nunca disse que eu não fizesse isso. Apenas disse: 'Queiroga, não vamos forçar as pessoas a tomarem a vacina'. E eu concordo com ele. Não vamos forçar, vamos chamar a se vacinar.

Essa é uma pauta vencida, 80% da população brasileira já tomou o esquema vacinal primário. Avançamos na dose de reforço [cerca de 43,5% da população recebeu o reforço].

A campanha de vacinação contra a Covid-19 pode ser menor no ano que vem por uma questão orçamentária? Depende do cenário epidemiológico. Na campanha da influenza vacinamos 80 milhões. O custo dessa campanha é R$ 1,2 bilhão. Com a vacina da Covid, a orientação foi vacinar em massa, de 5 anos até os mais idosos. Gastamos R$ 38 bilhões. Valeu a pena? Valeu. Mas em um cenário onde tivermos média de óbitos baixa, doença sazonal, será que é necessário esse valor? Não posso responder isso agora. Nem eu sei, nem ninguém sabe.

Se tudo se mantiver como agora e não surgir uma variante nova, pode ser que a gente circunscreva. Idosos, profissionais de saúde, [pessoas com] comorbidades. É possível. Não digo que é isso.

Em breve o ministério terá que enviar a previsão orçamentária para o ano que vem. Tem de enviar. Imagina se eu chegar lá na Economia e falar que é R$ 30 bilhões para vacinas?

O que eu penso? Tenho Astrazeneca. Investi R$ 1,9 bilhão [na transferência de tecnologia para produção na Fiocruz] e consigo vacina a menos de US$ 4 a dose. Essa é a principal vacina. Essa é a aposta que o governo fez. Em quem não usamos Astrazeneca? Em gestantes, pessoas com maior risco de eventos trombóticos, crianças.

Qual é a tendência para 2023? Astrazeneca como primeira opção e Pfizer para esses públicos que não podem tomar Astrazeneca.

Há uma série de medicamentos em falta. O cenário deste ano é diferente? No ano anterior foi pior, faltava kit de intubação. Quando assumi, minha maior preocupação era oxigênio e kit intubação.

Agora, falta IFA [insumo farmacêutico ativo] para dipirona injetável. É uma doença do complexo industrial de saúde. Não é de hoje, isso vem de uma política adotada de maneira errada lá atrás.

Há uma década se instituiu as PDPs [parcerias entre laboratórios públicos e privados]. Você viu alguma parceria para fazer IFA de dipirona?

O sr. avalia que o cenário é grave? Há relatos de dificuldades com medicamentos. Há também concorrência do [mercado] privado, que faz estoque. Algo que inspira atenção do ministério. Não é para estar havendo desabastecimento de insumos como soro fisiológico.

Vacinação contra Covid em farmácias começa com baixa procura em São Paulo

Karina Matias e Ana Luiza Albuquerque

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO No primeiro dia de vacinação contra Covid em farmácias na capital paulista, o movimento foi tranquilo nas duas unidades da Drogaria São Paulo que começaram a aplicar as doses neste sábado (4).

A imunização na rede privada segue a regra da rede pública: só pode pagar pelo imunizante quem já é contemplado pela vacina também nos postos de saúde, de forma gratuita.

Até 15h20, quatro pessoas haviam recebido a vacina na loja da avenida Paulista. Segundo a administração, outras três tinham feito agendamento.

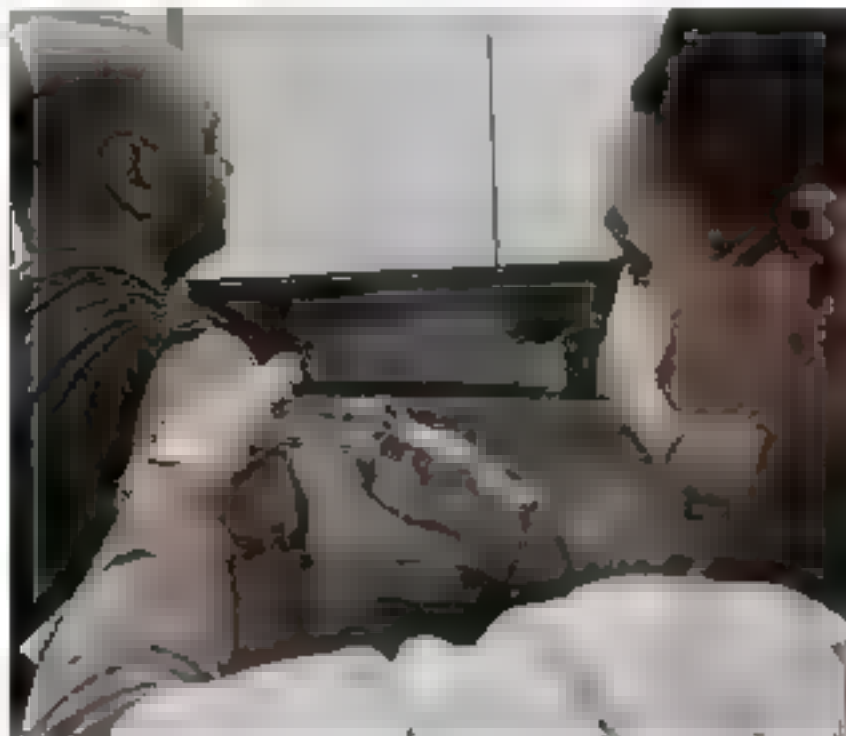
No momento, além da quarta dose para pessoas com 60 anos ou mais, a rede de farmácias aplica segunda ou terceira doses em pessoas de 18 a 59.

A vacina disponível é a da AstraZeneca, importada.

O publicitário Marcos Zapater, 40, buscou a farmácia para a terceira dose. Ele disse que preferiu pagar R$ 229 pela "praticidade e agilidade".

Na cidade do Rio de Janeiro, a rede Drogarias Pacheco, parte do mesmo grupo da Drogaria São Paulo, também anunciou que a vacina seria aplicada neste sábado (4), na unidade da Barra da Tijuca.

Isso, porém, não ocorreu. Em visita ao local à tarde, a Folha foi informada que a imunização começará na segunda.

Em nota, a drogaria afirmou que a vacinação ocorre por agendamentos, que são concentrados em horários próximos para evitar desperdício, já que são frascos multidose.

O publicitário Marcos Zapater, 40, recebeu a terceira dose na Drogaria São Paulo, na avenida Paulista Mathilde Gomes/Folhapress

Saúde autoriza quarta dose para pessoas com 50 anos ou mais

O Ministério da Saúde liberou neste sábado (4) a quarta dose contra Covid para pessoas com 50 anos ou mais e trabalhadores de saúde de todas as idades. Ela deve ser aplicada quatro meses após a terceira dose. Para isso, os municípios poderão usar os imunizantes da Pfizer, Janssen ou AstraZeneca, independentemente das vacinas que a pessoa tenha tomado antes. O estado de São Paulo anunciou que vai começar a dar a quarta dose nesse novo público nesta segunda-feira (6).

cotidiano

Mônica Zonta, professora da rede municipal de São Paulo, fez durante o curso um vídeo que foi premiado no Brasil e no exterior Fotos: Karime Xavier/Folhapress

Professores aprendem técnicas de cinema para usar em sala de aula

Gratuito, curso do Minuto Escola transforma o celular em aliado e já formou 2.600 docentes

VIDA PÚBLICA

Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO Em um vídeo de 60 segundos, com música dramática ao fundo, a professora de ensino fundamental Mônica Zonta, 34, mostra diversas pessoas trancadas em seus apartamentos durante o isolamento social tendo que lidar com as emoções e angústias que a pandemia trouxe. Enquanto isso, o tempo passa freneticamente. Os lares foram construídos com caixas de papelão, o cenário foi montado com massinha de modelar e os bonecos ganharam vida com animação digital.

Esse filme curto, "A Caixa", é resultado do trabalho de conclusão de Mônica do curso de edição audiovisual do Minuto Escola, projeto oriundo do Festival do Minuto e oferecido gratuitamente a professores de escolas públicas para que eles ganhem instrumentos para tornar suas aulas mais criativas e atraentes.

O objetivo da iniciativa também é transformar o celular, aparelho com o qual os professores disputam a atenção dos jovens, em um aliado para o aprendizado em sala de aula.

"Foi uma grande novidade para mim. Eu fui fazendo meu vídeo depois que colocava meus dois filhos para dormir. Tirei 1.301 fotos para obter o efeito com o stop motion [quadro a quadro] e depois usei outros programas para a finalização", conta Mônica.

Ela teve o trabalho premiado no próprio Festival do Minuto, em 2019, e obteve reconhecimento em outras competições no Brasil, na América Latina e até mesmo na Croácia, lugares onde sua obra ficou entre as melhores.

Mônica contou com a ajuda do marido para desenvolver digitalmente os personagens do vídeo e teve que refazer o trabalho diversas vezes até chegar ao resultado que buscava. "Isso me ajudou a trabalhar minhas próprias frustrações e o meu emocional", diz ela, que é professora da rede municipal de São Paulo.

As aulas de audiovisual passaram a ser virtuais em 2020, na pandemia, o que permitiu oferecer 10 mil vagas por ano a professores de qualquer estado, com atendimento individualizado para dúvidas.

O curso nasceu presencial em São Paulo, em 2010, e nos anos seguintes teve outras edições na região e também em Tocantins. Desde então, 2.600 professores já ganharam o diploma Minuto Escola.

Atualmente, as aulas virtuais chegam a dez estados do país, incluindo São Paulo e Tocantins, por meio das secretarias de educação. Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Ceará, Santa Catarina e Espírito Santo completam a lista.

As aulas exigem bastante dos participantes, de acordo com o cineasta e criador do Festival do Minuto, Marcelo Masagão, um dos três docentes do programa. Para obter o diploma, os alunos precisam fazer prova, ter 75% de frequência e produzir um vídeo de um minuto. Ele diz que o professor vira aluno e passa a se compreender no contexto do tempo e do espaço.

"Não estamos formando cineastas, mas educadores. Damos o recurso do audiovisual para se expressarem em sala de aula. É para usar o celular, geralmente motivo de distração, de uma forma legal", afirma o cineasta.

Para Masagão, essas vozes, em especial as da periferia, muitas vezes são desprezadas. "Mas, com o curso, eles se empoderam, saem da escola e vão para toda a cidade. É um trabalho coletivo em que cabem todas as inteligências."

Mônica, a professora do município, começou a falar sobre o mosquito Aedes aegypti em sala de aula. A turma vai se utilizar de um dos recursos mais conhecidos do cinema, o chroma key (fundo verde), para realizar um trabalho.

"Em vez de fazer leitura de texto, que poderia ser mais monótono, vamos a campo para aprender com mais dinamismo. Faremos um vídeo-notícia", afirma Mônica.

Professora de artes do ensino fundamental da rede estadual de São Paulo, Michele Gesteira, 37, fez o curso e afirma que as aulas a estimularam a pegar a câmera e fazer "Um Verso, Universo", vídeo em que mostra a passagem do tempo da janela de um apartamento com telas de proteção. A ferramenta passou a ser usada em sala de aula.

"Muitas vezes a disciplina de arte acaba indo para o lado técnico, mas o que esse curso ajudou nas minhas aulas foi na construção de narrativas. É um recurso que estimula a criatividade e traz repertório. Os alunos do 5º ano são os mais empolgados", conta Michele.

Educador, professor e um dos coordenadores do Minuto Escola, Moura Toledo afirma que uma das intenções é fazer com que o professor domine a linguagem do minuto.

"Eles aprendem que dá para misturar palavras com metáforas visuais. Daí vamos para exercícios práticos. O professor faz vídeo de um minuto e tem feedback individualizado. Nossa ideia é fazer com que eles repliquem esse conhecimento. As crianças se envolvem e toda essa rede se torna um curto-circuito do bem."

Toledo afirma que alunos que pareciam ter desistido da escola são os que se transformam. "Eles aprendem a lidar com idiossincrasias, a ouvir e a fazer críticas de forma respeitosa. Há um aprendizado mais no âmbito emocional do que técnico. É o poder do audiovisual."

De acordo com dados da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em 2020, na primeira versão do curso 100% online, houve 2.080 inscritos, mas, desses, 1.278 não fizeram as aulas. No total, apenas 104 foram aprovados.

O que explica essa baixa adesão é o aumento da oferta de cursos virtuais durante a pandemia, oferecidos inclusive pelo estado, avalia Rodrigo Guergolet, diretor do centro de formação da Efape (Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo).

Em 2012, quando era professor de artes em Mauá (ABC paulista), Guergolet fez o curso do Minuto Escola e afirma que usou essas ferramentas por dois anos em sala de aula. Ele lembra que hoje em dia é possível fazer vídeos curtos nas redes sociais.

"Os alunos se empolgavam. Aprender hoje em dia não é apenas fazer anotações no caderno. Com o audiovisual, você traz uma forma lúdica de aprender. Trata-se de um vídeo que você faz e vai querer mostrar para todo mundo, tem um aprendizado na prática", afirma o diretor.

O Minuto Escola tem um custo anual de R$ 1,5 milhão bancado via Lei Rouanet. Novas turmas serão abertas no começo de julho, com início em agosto, e vão incluir Bahia, Goiás e Maranhão, de acordo com os organizadores.

Morre, aos 78 anos, Teixeira Coelho, que dirigiu o Masp em fase crítica

ILUSTRADA

SÃO PAULO José Teixeira Coelho Netto, que liderou o Masp em fase crítica e foi aguerrido pensador da arte, morreu aos 78 anos, em São Paulo, nesta sexta-feira.

A causa foi uma série de complicações de uma mielodisplasia, doença semelhante à leucemia. Teixeira Coelho recebeu o diagnóstico em outubro do ano passado. Ele passou por sessões de quimioterapia e recebeu um transplante de medula, doado por sua filha, Bruna, em fevereiro.

Mas sua saúde voltou a piorar, e ele foi internado novamente. A alta estava programada para esta sexta, mas seu quadro piorou, e ele morreu durante a tarde do mesmo dia. Ele deixa a filha e um neto de dois anos.

Teixeira Coelho nasceu em 31 de janeiro de 1944, em São Paulo. Com longa trajetória acadêmica, foi especialista em políticas culturais, curador, escritor, crítico de arte e professor titular e emérito da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Entre 2006 e 2014, esteve à frente da direção artística do Masp, época em que a instituição era presidida pelo arquiteto Júlio Neves e atravessava uma de suas maiores crises financeiras.

Sua gestão foi criticada por se distanciar do pensamento de Lina Bo Bardi, a arquiteta do museu na avenida Paulista. No lugar dos famosos cavaletes de vidro, resgatados pela atual gestão, Teixeira Coelho preferiu cenografias coloridas para dispor o acervo.

Ele também foi diretor do MAC, o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, entre 1998 e 2002, onde fez mudanças importantes na administração e no acervo.

No âmbito da política cultural, o professor da USP contribuiu para a construção do Observatório Itaú Cultural e coordenou cursos na instituição, além de produzir livros e fazer curadorias de exposições.

Em nota, o presidente da instituição, Alfredo Setubal, lamentou a morte de Teixeira Coelho. "Era um curador singular e estudioso. O Brasil perde muito com a sua partida", disse.

O curador e crítico Teixeira Coelho

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Dona de um otimismo contagiante, amava plantas

NEUSA FIGUEIREDO MEI (1926-2022)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Para a professora Neusa Figueiredo Mei, as plantas que amava guardavam um poder medicinal. Em Nuporanga (a 373 km da capital paulista), onde morou grande parte da vida, ela compartilhava seu conhecimento para ajudar a população.

A aposentada Maria José Figueiredo Mei, 69, acredita que sua mãe tinha mais de cem espécies de plantas no quintal de casa. "Era desejo de minha mãe que as faculdades ensinassem as pessoas a usarem as ervas com fins medicinais", conta.

Aos 80 anos de idade, Neusa começou a reunir suas experiências com as plantas por incentivo da sobrinha Ana Cláudia. Doze anos depois, ela lançou o livro "As Plantas do Nosso Quintal".

Neusa nasceu na fazenda Rio Verde, em Guará (a 400 km da capital). Estudou no internato Colégio Sagrado Coração de Jesus em Jardinópolis, também no interior paulista, e formou-se normalista, o que permitiu que ela desse aulas no antigo primário (atualmente a primeira parte do ensino fundamental).

Neusa deu aulas por muitos anos, estudou pedagogia e virou professora de artes.

"Ela foi a primeira professora de jardim da infância de Nuporanga e no Grupo Escolar Maria Carolina de Lima montou uma das primeiras classes adaptadas para jardim da infância, com prédio arejado e amplo, cadeiras, pias e banheiros apropriados para crianças. Até piscina havia no local", conta a filha.

A especialista em plantas também dominava as técnicas de tricô e crochê, além de outros trabalhos manuais.

Quem a conheceu diz que ela tinha um otimismo contagiante e muita vontade de aprender. Lia jornais diariamente, estava sempre por dentro das novidades e se comunicava com familiares e amigos pelo WhatsApp.

"Ela foi uma mulher que conquistou tudo o que queria, mas na humildade, no respeito e no amor. Quando não em palavras, transformava seu amor na comida, que gostava de fazer, ou na planta que adorava. A conversa com ela me ajudava a enfrentar as dificuldades. Ela dizia que a vida era curta demais", afirma a amiga Marluce de Souza Silva, 41.

Neusa Figueiredo Mei morreu no dia 24 de maio, aos 95 anos, após sofrer um infarto. Viúva de José Mei Filho, com quem se casou em 1947, deixa quatro filhos, sete netos e três bisnetas.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo
tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Acolhimento familiar emperra com a falta de candidatos em São Paulo

Somente 63 famílias estão aptas para exercer a guarda provisória de uma criança ou adolescente

Carlos Petrocilo

SÃO PAULO A sala da advogada Patrícia Rodrigues de Andrade, depois de anos, voltou a ser decorada por brinquedos quando ela e o marido, Paulo, decidiram entrar em um programa para acolher crianças em casa —desde fevereiro, o casal cuida de uma dupla de irmãos de 6 e 8 anos.

Acolhimento é o nome dado para a guarda temporária de crianças e adolescentes que estão afastados do convívio com os pais biológicos por algum motivo, como abandono ou negligência. É diferente, portanto, da adoção, que tem um caráter permanente.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) prevê, desde 2009, que o acolhimento familiar é preferível ao encaminhamento para instituições.

Apesar disso, a modalidade é tímida no país. Dados do Tribunal de Justiça de São Paulo apontam que, mês passado, 59 crianças/adolescentes foram abrigados por famílias, e 858, encaminhados às instituições.

Na capital, a prefeitura deu início a um programa para a área em 2019, em convênio com organizações da sociedade civil que preparam e dão suporte à família acolhedora. O processo é criterioso e leva, em média, seis meses.

Uma das principais preocupações de quem atua no setor é observar se o candidato consegue distinguir a guarda provisória da adoção. Como regra, a pessoa não pode estar inserida no Cadastro Nacional da Adoção.

"O afastamento dos pais, ainda que diante de uma ação de negligência, é muito doloroso para a criança. Por isso, a família acolhedora, além de ser uma guardiã, tem que respeitar a história de vida daquela criança ou adolescente", diz a psicóloga Márcia Machado Wightman Lopes, com quase 30 anos de experiência na Vara da Infância e Juventude.

Para especialistas, a transformação da criança depois do acolhimento é perceptível. "A criança acolhida tem um desenvolvimento psicomotor melhor em razão do afeto, a relação pessoal é muito importante", diz a juíza Maria Silvia Gomes Sterman, que atuou na Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro.

A falta de publicidade e de políticas públicas que estimulem a prática, além do desafio de acolher uma criança ou adolescente e, meses depois, ter que se separar, ameaçam a modalidade. Sara Maria Soares Luvisotto, coordenadora do serviço no instituto Fazendo História, diz que 353 famílias se inscreveram no último processo seletivo e apenas 12 delas foram certificadas.

"A avaliação para habilitar essas famílias é a cereja do bolo. Uma pessoa que tem dificuldades com o luto e o término de um relacionamento ou com preconceitos não conseguirá acolher", diz Sara.

Em São Paulo, atualmente 2.950 crianças e adolescentes convivem em unidades do Saica (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes), enquanto 32 (1%) estão em acolhimento familiar, de acordo com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Somente 63 famílias estão aptas na capital a exercer a guarda provisória. O tempo de permanência, previsto pelo ECA, é de 18 meses, mas pode ser renovado pela Justiça.

No período, tenta-se restabelecer o vínculo da criança com os pais e, em último caso, com a família extensa —avós, tios, primos. Caso nenhuma tentativa tenha êxito, ela vai para o Cadastro Nacional da Adoção.

"A primeira tentativa é promover retorno à família biológica. O acolhedor deve, inclusive, fazer esforços para ajudar a restabelecer o vínculo entre a criança e os pais", afirma Iberê de Castro Dias, juiz assessor da Corregedoria Geral da Justiça em assuntos da Infância e da Juventude.

Na prática, essa convivência dura, em média, um ano. Nesse período, a prefeitura oferece para o voluntário um salário mínimo por mês para cada criança atendida.

"Estudos mostram que o acolhimento institucional acarreta defasagem à formação psíquica, no desenvolvimento de habilidades socioemocionais e, a partir disso, a ideia de criar uma família acolhedora", explica Dias. "Em um abrigo com até 15 crianças nem sempre são os mesmos cuidadores. Por mais que façam um trabalho bem-feito, o acolhimento familiar faz a diferença."

Após o fim do acolhimento, cada voluntário passa por um período de descanso, o que reforça ainda mais a necessidade de ampliar essa rede. "A família ganha um recesso de dois a seis meses para se recuperar, é um processo de luto", afirma Delton Hochstedler, responsável pelo serviço no Instituto Pérolas.

Para tentar expandir o número de voluntários, um projeto de lei do vereador Gilberto Nascimento Júnior (PSC), propõe que a Prefeitura de São Paulo passe a promover campanhas na TV, jornais e rádios.

Os irmãos acolhidos por Patrícia e Paulo têm colecionado avaliações positivas na escola. Toda a família, diz ela, envolveu-se no processo.

"Meu filho expôs a situação em um grupo e precisou fazer três viagens de carro para buscar doações de roupas, calçados e brinquedos. Minha mãe ligo para convidá-los a comer o bolo de que gostam", conta.

Diferentemente de Patrícia, que preferiu acolher crianças mais novas, o casal Jeferson Fernandes Bezerra e Silvanei de Almeida Farias decidiu procurar uma adolescente depois que a filha, de 16 anos, pediu para ter a companhia de uma garota da mesma idade.

Desde outubro, Ana (nome fictício), 16, passou a morar com a família na zona sul de São Paulo, após três anos em abrigos. O seu perfil, negra e adolescente, não é dos mais procurados para adoção e até mesmo para o acolhimento temporário.

"Ela chegou com muito medo de que, ao completar 18 anos, deverá ter garantido um emprego para poder pagar uma moradia. Mostramos que não estará sozinha, vamos juntos até conseguir o seu cantinho", conta Silvanei.

A família de Jeferson e Silvanei acolheu Ana, 16, em São Paulo Fotos Carlos Petrocilo/Folhapress

Silvanei e Jeferson, que cumprem o primeiro acolhimento, pretendem continuar no programa

Família acolhedora

O que é
Medida protetiva que garante a guarda temporária de crianças e adolescentes que estão afastados do convívio com os parentes

O que diz a lei
O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) prioriza o acolhimento familiar em vez da inserção em abrigos, até que seja restabelecida a relação da criança com a família de origem ou seja encaminhada para adoção

Quem pode acolher
Pessoas maiores de 18 anos, independentemente do gênero ou estado civil. É preciso estar em boas condições de saúde física e mental, livre de dependência química, não apresentar antecedentes criminais e ter situação financeira estável

Diferença em relação à adoção
O acolhimento familiar é temporário, e por isso o acolhedor não pode estar inserido no Cadastro Nacional de Adoção. Além disso, o acolhedor pode ajudar a criança a preservar o vínculo com os pais enquanto sua guarda é discutida judicialmente

Como participar
Os interessados devem entrar em contato com o Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)

Fontes: Prefeitura de São Paulo e CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

cotidiano

Adams Carvalho

Choque de antirracismo

Nessa triste mamata chamada Brasil, há um elemento central, inescapável, incontornável, óbvio e ululante: a questão racial

Antonio Prata

Escritor e roteirista, autor de "Nu, de Botas"

Mário Covas (1930-2001) disse que o Brasil precisava de um "choque de capitalismo". Covas, um social-democrata, obviamente não entendia por "capitalismo" este velho oeste dos dias atuais: liberar a Amazônia para o extrativismo ilegal, rifar o governo para os lobbies do centrão, acabar com o Iphan para soterrar o nosso passado sob estátuas da liberdade (sic) da Havan.

Penso que ele jamais imaginaria um imbecil a favor da tortura e do extermínio de pobres/negros pela polícia levado à presidência —no colo da maioria dos "liberais" brasileiros. E haja aspas nesses ""liberais"".

Creio que o ex-governador se referia, com "choque de capitalismo", a acabar com os conchavos, o fisiologismo, os privilégios. Trocar o "homem cordial", do Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), pelo cidadão com direitos e deveres iguais de uma democracia liberal. Mas "democracia liberal", entre nós, é tapume sobre a barbárie, com um adesivinho "ESG".

Há uma confusão recorrente sobre o conceito de "homem cordial". "Cordial" não é gentil, mas quem age guiado pelo coração, não pela razão. Abrir a porta para alguém é cordial, pedir a cabeça de alguém numa bandeja, também. "Homem cordial" é aquele juiz, garçom, promotor ou guarda de trânsito que tem uma lei pro desconhecido, outra pro vizinho. No país do "homem cordial" a frase "as instituições estão funcionando" é sempre falsa.

Nessa triste mamata chamada Brasil, há um elemento central, inescapável, incontornável, óbvio e ululante que incompreensivelmente não é o cerne de todas as discussões e campanhas, matérias e manifestações: a questão racial. Joaquim Nabuco (1849-1910) escreveu e o Caetano cantou: "a escravidão permanecerá por muitos anos como a característica nacional do Brasil". No entanto, por um delírio coletivo, fingimos não sofrer desse chaga. Racismo? Onde?

Minha filha me perguntou, aos cinco anos: por que os pobres são negros? A resposta correta seria "porque brancos como nós sequestramos 5 milhões de africanos e os escravizamos por três séculos, daí os libertamos ao Deus dará, logo aprovamos leis para persegui-los e montamos uma incrível estrutura de exclusão que funcionou perfeitamente por um século". Não foi o que eu disse pra minha filha. Contei a parte da escravidão, pus a culpa nos portugueses. Do que rolou depois, tentei fugir.

O Brasil é um horror. Ouvi de um intelectual negro, professor da USP, aos 70 anos, que ele dorme apavorado toda noite achando que os filhos de 30 podem ser assassinados pela polícia. Qualquer homem preto, na rua, de noite, no Brasil, pode ser assassinado pela polícia.

Sob o manto da democracia racial, o Brasil mata milhares de jovens negros por ano e impede que tantos outros tenham chances. Nós, brancos, temos que acordar pra essa questão urgentemente. Ela diz respeito à metade da população. Às duas metades, na verdade.

A quem estiver interessado a lutar contra o fosso racial brasileiro, vai rolar segunda-feira (6) o evento Quilombo nos Parlamentos, na Ocupação 9 de Julho, rua Álvaro de Carvalho, 427, em São Paulo, pra promover candidaturas negras ao Legislativo.

DOM. Antonio Prata | SEG. Maria Homem | ... Tati Bernardi | ... Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

ciência

Victor Hespanha se torna segundo brasileiro a voar para o espaço

Mineiro ganhou viagem na Blue Origin em sorteio: 'Foi como se eu estivesse saindo do meu corpo'

Phillippe Watanabe

Partida do New Shepard, da Blue Origin, na missão NS-21; voo decolou de base em West Texas, nos EUA Divulgação/Blue Origin

SÃO PAULO O brasileiro Victor Correa Hespanha, 28, tornou-se, na manhã de sábado (4), o segundo brasileiro a ir ao espaço. O engenheiro mineiro fez parte da missão NS-21, da Blue Origin, empresa do bilionário Jeff Bezos.

Antes, o único brasileiro a ir ao espaço era Marcos Pontes, astronauta que ocupou o cargo de ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações de 2019 a 2022. Ele, a trabalho pela Agência Espacial Brasileira, partiu da Terra em 30 de março de 2006 e ficou no espaço por dez dias — oito deles na Estação Espacial Internacional.

Pouco tempo antes da decolagem, em West Texas (EUA), os participantes da NS-21 tiveram uma surpresa. Na cabine de comando estava o astronauta Charles Duke, um dos homens a pisar na Lua durante as missões Apollo, da Nasa.

"Sei que vocês terão uma experiência excitante, assim como eu tive há 50 anos", disse Duke aos membros da NS-21.

Em um vídeo exibido antes da decolagem, o brasileiro disse que olhava para estrelas e sonhava em ser um astronauta. "Eu represento esse sonho para mais de 200 milhões de brasileiros", disse ele, que levou ao espaço uma bandeira do Brasil.

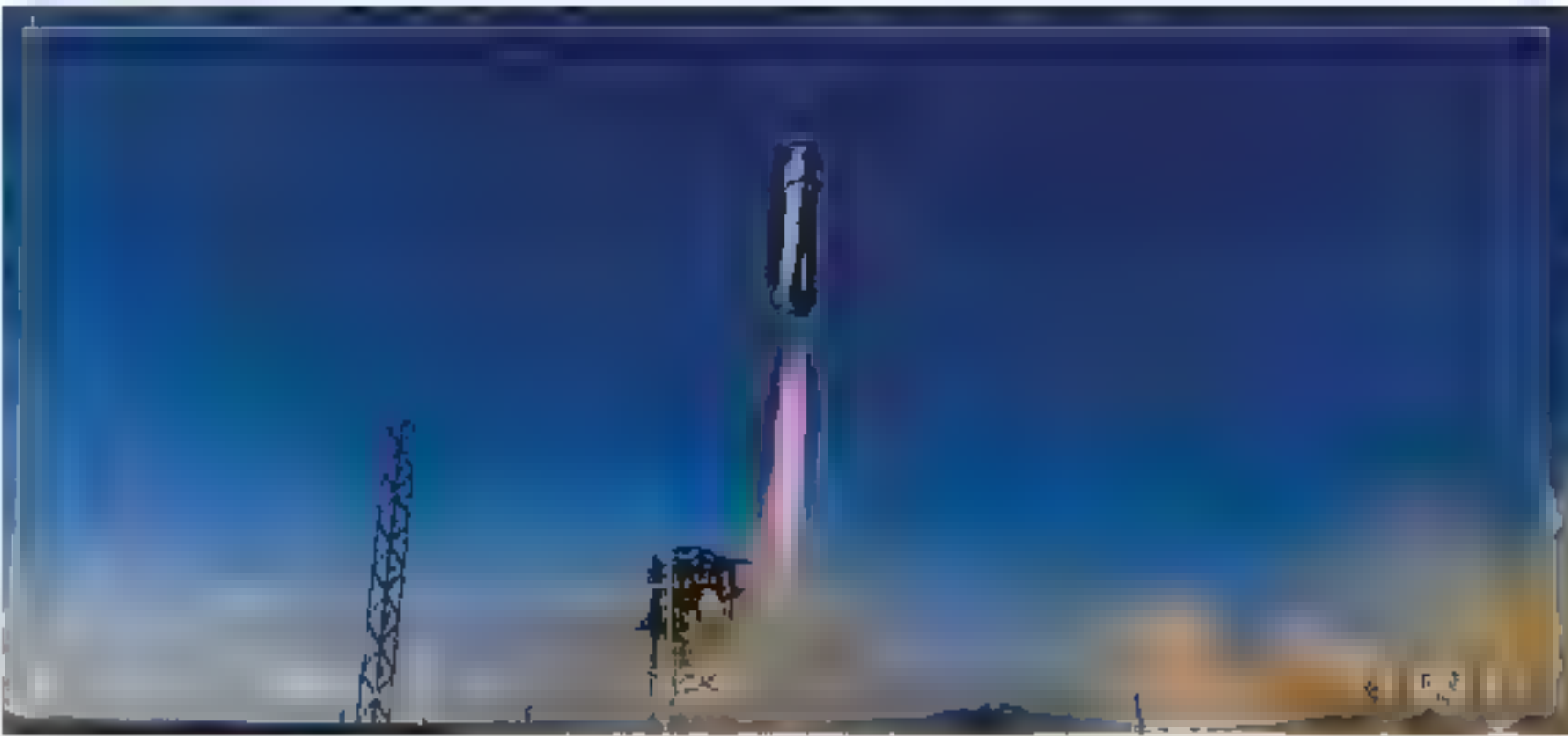
Durante coletiva de imprensa depois da missão, Hespanha, com uma camiseta verde e amarela sob o uniforme de voo da Blue Origin, afirmou que talvez tenha vivido o dia mais feliz de sua vida.

"Eu não tenho palavras. Lá em cima foi como se eu estivesse saindo do meu corpo", afirmou o brasileiro.

Hespanha afirmou querer compartilhar o que viveu com os brasileiros e, de alguma forma, ajudar e inspirar. "Não sei qual vai ser o método, mas isso queima no meu coração."

O segundo brasileiro no espaço disse que ainda não conversou com Marcos Pontes, mas que já há discussões para um encontro.

O voo estava programado, originalmente, para 20 de maio, mas foi adiado por questões técnicas. Neste sábado, após um pequeno atraso, a missão decolou, às 10h26.

Quando a missão completava quase 3 minutos, a cápsula se separou do foguete. Os membros da missão passaram a experimentar a sensação de microgravidade. Na cápsula, era possível ouvir gritos de comemoração.

Com pouco mais de sete minutos de missão, o foguete já estava de volta à Terra, pousando com sucesso e com possibilidade de ser, mais uma vez, reutilizado.

A cápsula voltou em seguida. Com cerca de 8 minutos, os paraquedas já estavam abertos para trazer os astronautas em segurança de volta ao solo. Com 10 minutos e 5 segundos, Hespanha e os outros tocaram o chão.

Só às 10h47 todos saíram da cápsula, com ajuda de uma equipe da Blue Origin. Em seguida, foi a hora das fotos.

A viagem ao espaço — histórica e breve — de Hespanha ocorre graças a um sorteio entre investidores da Crypto Space Agency, que adquiriu a passagem. A companhia comercializa NFTs (sigla para Non-Fungible Tokens), algo como uma propriedade única que só existe no mundo virtual.

Hespanha comprou três NFTs da empresa e gastou cerca de R$ 22 mil, segundo disse em entrevista ao Tilt, do UOL. Ele já sabia do sorteio da passagem e viu isso como um investimento para aproveitar uma possível valorização dos NFTs após a viagem da Blue Origin na qual a Crypto Space Agency havia comprado o assento.

No fim, ele acabou sorteado. Segundo Hespanha, havia menos de 200 pessoas disputando a vaga na disputa.

A Missão NS-21

Trata-se do quinto voo tripulado do sistema New Shepard, da empresa Blue Origin. Decolagem ocorreu no sábado (4), às 10h26, no sítio da Blue Origin em West Texas (EUA)

*Horário de Brasília Fontes: Blue Origin e Graphic News

Além do lugar de Hespanha, outro assento foi destinado a um passageiro que não bancou o próprio voo: a engenheira Katya Echazarreta. Esse lugar foi adquirido pela ONG Space for Humanity. Echazarreta já trabalhou em missões da Nasa e agora é a primeira mulher nascida no México a deixar a Terra.

A tripulação fica completa com o investidor Evan Dick (em seu segundo passeio de New Shepard), o empresário de aviação Hamish Harding, o empreendedor imobiliário Jaison Robinson e o investidor Victor Vescovo.

A Blue Origin, assim como a Virgin Galactic, faz voos suborbitais, no qual as pessoas vão um pouquinho fora da atmosfera terrestre, a ponto de experimentarem a microgravidade e verem a Terra.

Além dessas duas empresas, a SpaceX também já fez um mais complexo e histórico voo de turismo espacial, realizando o feito de colocar em órbita da Terra a primeira missão composta somente por civis, a Inspiration4.

Mais em conta, turismo espacial ainda é inacessível

SÃO PAULO Apesar de estarem se tornado mais frequentes, as viagens turísticas para o espaço ainda estão longe de serem algo barato ou acessível para a maior parte da população mundial.

A Blue Origin não anuncia por quanto vende cada passagem. Mas, no ano passado, ela organizou um leilão para vender seu primeiro bilhete, que foi arrematado por US$ 28 milhões (R$ 133,7 milhões, em valores atuais).

O alto valor pode ser relacionado ao ineditismo da ação. Em 2022, em outro leilão da Blue Origin, um assento ficou por US$ 8 milhões (R$ 38,2 milhões).

Na Virgin Galactic, as reservas saem menos em conta — para os padrões atuais de turismo espacial. Por US$ 450 mil (R$ 2,1 milhões) é possível reservar uma poltrona para o voo suborbital. Até o momento, a empresa só fez um voo com a cabine completa, em 11 de julho de 2021. A previsão para o próximo voo é 2023.

O turismo espacial tem aumentado devido a uma mudança tecnológica. Antes, as naves espaciais costumavam ser descartadas depois de um voo, o que aumentava muito os custos da empreitada.

Com a possibilidade de reutilização, as empresas podem recuperar os investimentos feitos no desenvolvimento do veículo, e a tendência é que os preços continuem a cair.

Dia Mundial do Ambiente em chamas

Planeta está pior e não há o que comemorar na data criada pela ONU em 1972

Marcelo Leite

Jornalista de ciência e ambiente, autor de "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (ed. Fósforo)

Este domingo (5) marca meio século do Dia Mundial do Meio Ambiente (leia mais no caderno especial sobre o tema). A data foi instituída pela ONU na primeira conferência internacional sobre o tema, em Estocolmo, no ano de 1972.

Também neste mês faz aniversário a cúpula Rio-92, que após duas décadas de esforços logrou um tratado de combate ao aquecimento global. Mas não há nada para comemorar, 30 anos depois do evento carioca — certamente não no Brasil.

O recém-encerrado mês de maio acarretou recordes de queimadas por aqui. Foram 2.287 focos de incêndio no bioma amazônico, segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), aumento de 96% sobre o mesmo período de 2021 e o maior registro desde maio de 2004.

Não é só a disparada que causa alarme, mas o fato de que a temporada mais seca e propícia para tocar fogo no mato está mal começando em maio. Recaímos no padrão perverso do tempo em que anos eleitorais sempre turbinavam a devastação.

Não seria o primeiro nem o último retrocesso civilizatório do governo Jair Bolsonaro, por certo. Estão aí as cifras de desmatamento da floresta amazônica, em alta nos três primeiros anos do capitão que tomou o Planalto e assedia o STF com a cumplicidade dos vendilhões do Congresso.

A tendência não desponta só nos sensores de satélites usados pelo Programa Queimadas do Inpe, mas também nas imagens de seu sistema Deter. Elas haviam gerado já em abril um recorde de alertas de desmatamento, ultrapassando pela primeira vez mil quilômetros quadrados, quase o dobro do mesmo mês em 2021.

Tampouco se trata apenas da Amazônia. O cerrado, que tem metade da extensão do bioma mais úmido ao norte, está igualmente em chamas. O Inpe detectou nada menos que 3.578 pontos de incêndio em maio na nossa savana.

Em outros números, a quantidade de queimadas no Brasil central subiu 35% no ano passado. É o maior registro para o mês de maio desde 1998, indício preocupante de que proprietários rurais, muitos armados até os dentes, se sentem confiantes na impunidade e na reeleição de Bolsonaro.

Muitos ambientalistas se queixam do catastrofismo climático, pois o prognóstico ruim sugerido pelas três décadas desde a Rio-92, uma vez reconhecido, levaria ao desânimo e à paralisia. Não é o caso desta coluna: ninguém consegue tirar o pé do lodo se não admitir que ele está preso.

Cerca de 400 mil quilômetros quadrados de floresta amazônica foram ao chão desde a Cúpula da Terra na capital fluminense. Mais da metade do cerrado virou cinzas, a maior parte após 1992, sob o trator dos sojeiros e a pata do boi.

O agronegócio se reagrupou na bancada ruralista, espinha dorsal do centrão. Modernizou a "narrativa" (eca), alistou um fabricante de dados da Embrapa (Evaristo de Miranda) para encorpar o mimimi, ocupou o latifúndio da Rede Globo com o cultivo perene do "agro é pop", passou o correntão no Código Florestal, ajudou a desferir o golpe do impeachment e a eleger Bolsonaro.

Adeus Ibama, ICMBio, Fundo Amazônia, Conama e Funai. Nenhum centímetro de terras indígenas para homologação. Garimpeiros, grileiros e madeireiros recebidos como heróis no Planalto.

Rezam o Acordo de Paris (2015) e o sexto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (AR6/IPCC) que o aumento da temperatura média da atmosfera precisa ficar abaixo de 1,5°C até o fim do século, sob pena de eventos extremos devastadores. Para isso, há que reduzir emissões de carbono pela metade até 2030 e neutralizá-las em 2050.

O planeta caminha na direção oposta e já se aqueceu 1,1°C. O lançamento de gases do efeito estufa aumentou 55% nas três décadas após 1990. A concentração de CO2 na atmosfera está em 410 ppm, contra 280 ppm antes da era industrial.

DOM. Reinaldo José Lopes, Marcelo Leite QUA. Atila Iamarino, Esper Kallas

esporte

ESPORTE AO VIVO

- 10h **R. Nadal x C. Ruud (final)** Roland Garros, ESPN 2/SPORTV 3
- 16h **Palmeiras x Atlético-MG** Brasileiro, GLOBO SP/MG/PREMIERE
- 21h **Warriors x Celtics** NBA, ESPN 2/STAR+

Torcedores festejam vitória da Ucrânia sobre a Escócia e pedem o fim da guerra em seu país; seleção pega País de Gales para ir ao Mundial Lee Smith - 1º.jun.22/Reuters

Ucrânia, no 102º dia da guerra, joga para ganhar vaga na Copa do Mundo

Com futebol paralisado desde dezembro, seleção fez viagem de 37 horas de ônibus para treinar

PAÍS DE GALES
UCRÂNIA
Às 13h, em Cardiff (País de Gales)
Na TV: TNT Sports

Alex Sabino

SÃO PAULO Com o sonho da Copa do Mundo em campo, os escoceses no Hampden Park não vaiaram o hino da seleção adversária. Aplaudiram. Vários ensaiaram cantá-lo.

A jornada da Ucrânia representa uma das surradas frases do futebol. É muito mais do que um jogo. O país foi invadido pela Rússia há 102 dias e está em guerra desde então.

"Eu sou escocês e fui capitão desta seleção. Cada partida que disputei quis vencer desesperadamente. O que está acontecendo agora na Ucrânia transcende o futebol. É vida ou morte. A Fifa tem de mandar a Ucrânia para a Copa do Mundo, não importa o que aconteça. Coloque cinco seleções em um dos grupos, não me interessa. A Ucrânia tem de ir para a Copa do Mundo", disse, emocionado, o ex-volante Graeme Souness, integrante da equipe nos mundiais de 1978, 1982 e 1986.

> Não é apenas um jogo de futebol. Nós recebemos mensagens dos nossos soldados, e eles têm apenas um pedido: que nós façamos tudo para ir à Copa do Mundo. Para o país e para eles, é um momento de esperança
>
> **Taras Stepanenko**
> meio-campista da Ucrânia

Os ucranianos venceram a Escócia, na quarta-feira (1º), por 3 a 1. Neste domingo (5) enfrentam o País de Gales, em Cardiff, na final da repescagem da Europa. Estão a 90 minutos da vaga no torneio no Qatar.

"Todo o mundo está na torcida pela Ucrânia. Se o jogo não fosse contra nós, eu também estaria", definiu o técnico de Gales, Rob Page.

Se ganhar, a Ucrânia será (caso o conflito continue até novembro) o primeiro país em guerra declarada a disputar a Copa desde o Iraque em 1986.

Por causa da invasão, o futebol no país está paralisado. O último jogo disputado na liga nacional ocorreu em 12 de dezembro de 2021. A competição foi interrompida por causa do inverno e seria retomada em fevereiro, o que não foi possível. Sem perspectiva de retomada, o encerramento foi decretado no final de abril.

Da lista de 23 jogadores convocados para a repescagem, 15 atuam na Ucrânia. O meia Taras Stepanenko, do Shakhtar Donetsk, mudou-se com a mulher e três filhos para um abrigo de guerra em Kiev. O goleiro Georgiy Buschan foi fotografado em uma estação de metrô, em busca de proteção contra bombardeios. Serhiy Sydorchuk, capitão do Dínamo da capital, dormiu em seu carro com os filhos e a mulher grávida em um estacionamento.

> As crianças ucranianas têm apenas um sonho: parar essa guerra. Mas, no futebol, nós temos o nosso próprio sonho: queremos ir para a Copa do Mundo. Queremos dar essa emoção para os ucranianos, porque merecem muito
>
> **Oleksandr Zinchenko**
> lateral da Ucrânia

Mesmo jogadores que atuam no exterior se disseram ansiosos por causa da espera por notícias de familiares que vivem na Ucrânia. É o caso dos laterais Oleksandr Zinchenko, do Manchester City e Vitaliy Mykolenko, do Everton, e do atacante Andriy Yarmolenko, do West Ham (todos os times da Inglaterra).

Após a vitória sobre a Escócia, apareceram diferentes fotos e vídeos de soldados a comemorar o resultado.

"Não é apenas um jogo de futebol. Nós recebemos mensagens dos nossos soldados, e eles têm apenas um pedido: que nós façamos tudo para ir à Copa do Mundo. Para o país e para eles, é um momento de esperança", definiu Taras Stepanenko.

Para ter alguma preparação antes da repescagem, o técnico Oleksandr Petrakov levou seus jogadores a um centro de treinamento nos alpes da Eslovênia. Foi uma viagem de ônibus, que durou 37 horas, por uma rota considerada segura. A equipe fez amistosos contra Borussia Mönchengladbach (ALE), Empoli (ITA) e Rijeka (CRO).

"Eu tenho conversado com pessoas em todo o mundo, tenho falado com crianças ucranianas que não entendem o que está acontecendo e têm apenas um sonho: parar essa guerra. Mas, no futebol, nós temos o nosso próprio sonho: queremos ir para a Copa do Mundo. Queremos dar essa incrível emoção para os ucranianos porque eles merecem muito", disse Zinchenko, antes da partida diante dos escoceses.

A Ucrânia precisa também superar torcidas rivais, já que o caminho para o Qatar é de duas partidas fora de casa, contra seleções também desesperadas pela classificação.

A Escócia não disputa a Copa desde 1998. O último jogo de Gales no torneio foi nas quartas de final de 1958, contra o Brasil, quando Pelé fez seu primeiro gol em mundiais.

A disputa da repescagem e a guerra acirraram ainda mais o nacionalismo da seleção ucraniana. Os jogadores não falam mais russo, a primeira língua que vários deles aprenderam. Yaremchuk se desculpou por ter publicado foto nas redes sociais ao lado de um rapper que no passado fez show na Crimeia, território ocupado pela Rússia. Agora os atletas escutam apenas música de artistas ucranianos.

"O mundo precisa saber a verdade. Esta é a minha missão. Você não pode descrever este sentimento a não ser que esteja na mesma posição em que estamos hoje. As coisas que acontecem no nosso país não são aceitáveis", completou Zinchenko.

O novo e o antigo

Não deveríamos ser saudosistas nem modernosos

Tostão
Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

O Brasil fez uma excelente partida, individual e coletiva, na goleada por 5 a 1, facilitada pelas deficiências técnicas e pela passividade e gentileza da Coreia do Sul, que olhava o Brasil jogar. Neymar, livre, mostrou um amplo repertório. Prefiro, contra fortes adversários, que marcam muito e que fazem muitas faltas, vê-lo atuar mais à frente, mais perto do gol.

A Argentina, na vitória por 3 a 0 sobre a Itália, teve também uma excelente atuação, individual e coletiva. Ao contrário do que aconteceu durante muito tempo, Messi joga hoje muito melhor na seleção do que no clube. Os companheiros, pelo comportamento dentro e fora de campo e pelo carinho e admiração que têm por Messi, demonstram um compromisso velado e silencioso de ajudá-lo a ganhar títulos, especialmente o Mundial.

Argentina e Brasil estão entre umas oito seleções candidatas ao título. As duas, quando perdem a bola e não conseguem pressionar, recuam e marcam com duas linhas de quatro, com os jogadores dos lados próximos aos volantes. A diferença é que os pontas brasileiros são rápidos, dribladores e atuam abertos, enquanto na Argentina os dois jogadores pelos lados, Di María e Lo Celso, são meias que se aproximam de Messi e dos companheiros, para trocar passes e envolver o adversário.

O Brasil tem mais opções táticas e individuais do que a Argentina. Os dois jogam um futebol moderno, de compactação, de muita intensidade, diferente do futebol do passado. Isso é um fato. Por outro lado, muitos jovens, por desconhecimento, baseados em uma imagem de Gerson andando com a bola no meio-campo, na Copa de 1970, exageram e pensam que isso ocorria durante a maior parte do jogo. Os adversários inferiores, como se dá também no futebol moderno, costumavam recuar para fechar os espaços e, com isso, deixavam os meio-campistas do outro time livres com a bola.

No passado, excepcionais meio-campistas atuavam também de uma intermediária à outra, de acordo com as próprias características e as da época, como Gerson, Rivellino, Ademir da Guia, Dirceu Lopes, Toninho Cerezo, Falcão e outros. Posteriormente, os técnicos brasileiros dividiram o meio-campo entre os volantes que marcam e os meias ofensivos que atacam, o que acabou com os grandes meio-campistas. Isso começou a mudar lentamente.

Gerson voltava para receber a bola do goleiro, como é hoje frequente, tocava, avançava, recebia, até chegar ao campo adversário, como no gol contra a Itália, na final da Copa de 1970. Ademir da Guia, com suas passadas largas, deslizava de uma área à outra. Era o falso lento. Dirceu Lopes estava em todas as partes do gramado. Falcão e Cerezo eram volantes e meias.

Na Copa de 1970, Jairzinho voltava ao próprio campo para desarmar, tocava e recebia a bola na intermediária do outro time, como no segundo gol contra o Uruguai. Assim costumam fazer Vinicius Junior e Mbappé.

Ganso se tornou o símbolo do jogador do passado, lento e sem intensidade. Se tivesse sido formado em outra época, teria chance de se tornar um grande meio-campista, para jogar de uma área à outra.

No passado, o futebol era lento, mas nem tanto. Não deveríamos ser saudosistas, achar que tudo era melhor e que a solução atual seria voltar ao futebol raiz, nem ser como um modernoso, que acha que tudo o que acontecia antes está ultrapassado, que a vida e o futebol começaram com a internet e que dizer palavras e expressões modernas é um atestado de conhecimento e de sabedoria.

Cade solicita dados sobre vendas das SAFs

Conselho analisa se transações concretizadas por Botafogo e Cruzeiro precisavam de aval prévio do órgão antitruste

Camila Mattoso e Julianna Sofia

BRASÍLIA O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) solicitou ao Cruzeiro e ao Botafogo informações sobre a venda dos clubes e poderá multá-los em até R$ 60 milhões por eles terem realizado a operação sem notificar previamente o órgão antitruste.

Ao Vasco também foi encaminhado pedido de esclarecimentos, embora a transação envolvendo o time carioca ainda não tenha sido sacramentada. Os três clubes precisam apresentar as informações até o início da próxima semana.

De acordo com a legislação de defesa da concorrência, devem ser submetidos ao crivo prévio do conselho os chamados atos de concentração (fusão, aquisição, incorporação, contratos associativos e outras operações) em que pelo menos um dos grupos envolvidos tenha faturamento bruto anual ou volume de negócios no país igual ou superior a R$ 750 milhões. Além disso, a outra parte no negócio precisa ter registrado faturamento ou movimentação igual ou maior do que R$ 75 milhões.

O descumprimento da exigência de notificação prévia implica penalidades como multas, que variam de R$ 60 mil a R$ 60 milhões. Um processo administrativo para apuração de infração à ordem econômica também pode ser instaurado, e a operação corre risco de ser anulada.

Apesar de a lei ser aplicada a empresas, há uma discussão se os clubes seriam obrigados a se submeter a essa regra.

Atualmente, os times em sua maioria são associações sem fins lucrativos. Uma lei aprovada no ano passado pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), no entanto, passou a permitir a conversão de um clube em Sociedade Anônima do Futebol (SAF) —conhecida como clube-empresa.

No processo de migração, as SAFs passam a ter donos ou sócios investidores. O Cruzeiro e o Botafogo já adotaram o modelo, o que permitiu a venda do controle dos times.

O empresário americano John Textor comprou 90% da SAF do Botafogo. O Cruzeiro vendeu a SAF a grupo comandado pelo ex-jogador Ronaldo.

No caso do Vasco, o clube fechou nos Estados Unidos um acordo para venda de 70% de sua futura SAF. A transformação ainda não está fechada. Por R$ 700 milhões, a porcentagem deve ser negociada com o fundo 777 Partners.

No entendimento de autoridades da concorrência ouvidas reservadamente pela Folha, uma interpretação literal da lei poderia excluir os clubes das regras antitruste. No entanto, o Cade pode fazer uma análise mais elástica do direito concorrencial.

Preliminarmente, pode-se avaliar que, ao se tornar uma SAF, um clube passa a ser automaticamente notificável pelo Cade. Mas, como se trata de um tema novo, a questão ainda precisa ser analisada para um entendimento no órgão.

De acordo com uma das autoridades, é preciso levar em conta que os clubes exploram uma atividade econômica importante para a sociedade. Embora a lei da SAF tenha um dispositivo que impeça o acionista controlador do clube-empresa de ter participação em outro clube-empresa, afirma essa autoridade, o risco para a concorrência não estaria completamente afastado.

O questionamento central é: e se o controle de uma SAF é vendido a um grupo empresarial que já tem ações de outro time? Nesse caso, assessores do Cade avaliam, podem ser criados entraves concorrenciais no mercado, diminuindo a competição e trazendo prejuízos ao consumidor.

Há também uma preocupação sobre patrocínios cruzados entre clubes.

Aos três clubes o Cade solicitou cópias dos contratos e informações detalhadas da operação, tais como quem são os compradores e a estrutura societária da SAF. O órgão também quer a lista de acionistas e cotistas. Entre outros dados, ainda foi requerida a relação de empresas em que a SAF tenha participação acima de 20% no Brasil e o faturamento bruto de todos os envolvidos no país.

A recusa, omissão ou retardamento dos dados solicitados pelo Cade pode gerar punição com multa diária de R$ 5 mil, podendo o valor ser aumentado em até 20 vezes.

Questionado pela reportagem, o Botafogo afirmou que foi procurado pelo Cade e que apresentará as respostas no prazo estabelecido. O Cruzeiro também disse que vai atender ao pedido do órgão.

O Vasco declarou que ainda está no prazo para responder e que a negociação para a venda de sua SAF ainda está em andamento.

A polonesa Iga Swiatek com o troféu de campeã de Roland Garros após bater a americana Coco Gauff Anne-Christine Poujoulat/AFP

Swiatek é bi em Roland Garros e obtém recorde de vitórias seguidas

SÃO PAULO Iga Swiatek, 21, número um do mundo, é a campeã de Roland Garros. A polonesa venceu a americana Coco Gauff, 18, 23ª colocada no ranking, por 2 sets a 0, parciais de 6/1 e 6/3, em uma partida que durou uma hora e oito minutos.

É o segundo título de Swiatek no Aberto da França. Em 2020, aos 19 anos, ela havia se tornado a mais jovem vencedora no saibro francês desde o triunfo do espanhol Rafael Nadal, com a mesma idade, em 2005 —na ocasião, virou a mulher mais nova a levar um Grand Slam desde a russa Maria Sharapova em Wimbledon, em 2004, aos 17.

Alçada ao primeiro lugar na lista da WTA (associação das tenistas profissionais) em abril deste ano —quando a australiana Ashleigh Barty, então líder, anunciou abruptamente sua aposentadoria aos 25—, a polonesa é a primeira pessoa de seu país na história a ocupar o topo na modalidade. E vem comprovando que merece o posto.

Depois de um 2021 errático, em que ganhou apenas dois títulos, Swiatek faz campanha excepcional em 2022. Venceu os últimos seis torneios que disputou (Doha, Indian Wells, Miami, Stuttgart, Roma e, agora, Roland Garros) e alcançou, na final em Paris, 35 vitórias seguidas.

Trata-se da maior sequência do século sem derrotas no circuito feminino. Ficou para trás a marca obtida pela norte-americana Serena Williams, em 2013, com 34 partidas de invencibilidade.

Para obter esse sucesso, a jovem tenista tem feito um intenso trabalho de preparo psicológico.

No WTA Finals do ano passado, que reuniu as melhores da temporada em Guadalajara, no México, Swiatek chorou em quadra durante a derrota para a grega Maria Sakkari. Ela era a mais jovem do campeonato, com 20 anos, e desde então passou a dar um cuidado maior à saúde mental.

Sua psicóloga não mais a aguarda no consultório que tem em Varsóvia. A profissional acompanha a atleta nas viagens e adota medidas como impedi-la de ler livros cujo final possa deixá-la abalada antes de jogos importantes.

Iga é uma devoradora de livros. Em texto escrito na BBC, ela contou ter ganhado, em seu aniversário de 20 anos, 20 livros de sua equipe técnica. Ela terminou de ler "Assassinato no Expresso Oriente", de Agatha Christie, 40 minutos antes de um duelo com a norte-americana Alison Riske.

"Ler é uma das minhas grandes paixões fora das quadras. É um grande fator para me manter relaxada e focada no objetivo de ganhar jogos e jogar bom tênis", escreveu.

Futebol, basquete e cerveja

Seleção vai bem, atrapalha Brasileiro, e Boston surpreende São Francisco

Juca Kfouri

Jornalista, autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

"Como espero não haver nenhuma rara leitora ou raro leitor que torçam pelo Boston Celtics, comunico minha torcida por Curry, Kerr, Green e Thompson. Pelo basquete —e pelas atitudes. Go, Warriors, go.", foi o fecho da coluna da quinta-feira (2).

E não é que não apenas há um raro leitor da coluna torcedor do Boston como é vizinho dela ao dar o ar de sua graça, e criatividade, às sextas-feiras, nesta mesma Folha?

Sandro Macedo, você sabe, é o nome dele.

Feliz torcedor do Boston, o time que beirou o sobrenatural no primeiro jogo da decisão da NBA, ao vencer São Francisco no último quarto por 40 a 16 e o jogo, que perdeu durante quase o tempo todo, por 120 a 108.

Neste domingo (5) tem mais, outra vez na casa de Stephen Curry, cestinha com 34 pontos na derrota, provavelmente tão surpreso como todo e qualquer adepto dos Warriors.

Preferir a cerveja de Boston, a deliciosa ruiva Samuel Adams, ao quinteto de basquete da cidade não desmerece ninguém, muito menos o time, digno de todas as homenagens pela façanha da vitória extraordinária.

E, como Macedo também entende de cerveja, e muito, quem sabe explique por que ninguém mais fabrica a bock no Brasil, tão adequada ao friozinho que nos assola.

A quinta-feira começou radiante para o torcedor brasileiro e terminou mal para o californiano.

Contrapor à velocidade sul-coreana a rapidez organizada da seleção brasileira é mais difícil do que aparenta.

O time de Tite fez tão bem que enfiou 5 a 1 nos asiáticos para não deixar dúvida sobre quem é quem na fila da Copa do Mundo, talvez último objeto de desejo de Neymar, certamente o de Lionel Messi, hoje muito mais jogador de seleção que de clube, como bem sabe o PSG e bem soube a Azzurra, arrasada com direito a olé nos impiedosos 3 a 0 da chamada Finalíssima entre os campeões da Copa América e da Eurocopa, em Wembley.

Tite, aliás, minimizou o pecado original da convocação sem cabimento de Weverton ao escalá-lo em Seul.

Deverá repetir o acerto se Danilo e Guilherme Arana jogarem contra o Japão, na segunda-feira (6), em Tóquio.

Absolvido não será por ninguém de bom senso, muito menos por palmeirenses e atleticanos, ao retirar os três do clássico deste domingo entre Palmeiras e Atlético Mineiro, crime que comete com a cumplicidade da CBF contra o Campeonato Brasileiro.

OK, digamos que ele queira ver mais Arana e Danilo, que ele até pense em levar o garoto palmeirense para o Qatar, mas Weverton? O que mais alguém precisa saber sobre o campeão olímpico, bicampeão da Libertadores, campeão brasileiro, da Copa do Brasil etc. etc.?

Todos sabemos, e Weverton também, que irá à Copa do Mundo e será o terceiro goleiro, porque há dois monstros imbatíveis chamados Alisson, 29, e Ederson, 28, cuja escolha só se dá por ordem alfabética ou idade.

Até a Premier League, que há quatro temporadas escolhe um ou outro para receber a Luva de Ouro, neste ano dividiu o prêmio entre os dois.

Mais inexplicável que a convocação de Weverton só a insistência com Daniel Alves, 39, mas Xavi concorda.

Digressões à parte, o grande jogo da rodada do Campeonato Brasileiro, o repeteco das semifinais da Libertadores de 2021, deveria merecer melhor tratamento por parte de quem organiza o torneio, como estamos roucos de tanto dizer.

Que ao menos Stephen Curry tenha uma boa noite dominical.

NOSSO ESTRANHO AMOR

Chico Felitti
folha.com/nossoestranhoamor

Victoria, Ricardo e a vacina do amor

Quando a aluna de medicina Victoria Guedes foi aplicar a primeira dose da vacina contra a Covid-19 no seu veterano de curso Ricardo Pizarro, em maio de 2020, ela fez uma piadinha. Mirou a agulha em uma tatuagem que ele tinha no braço e mandou um: "Vai bem no olho do Buda". A piada era de caso pensado.

Victoria já estava de olho no ex-surfista há anos. Ele estava um semestre acima dela no curso, mas aquela era sua primeira interação. "Eu não tinha contato com ele, mas achava lindo." Em 2020, uma amiga dela estava de papo com um amigo dele. E Victoria foi ligeira. Perguntou para o crush da amiga qual era a de Ricardo. O amigo dele respondeu em um áudio de Whatsapp: "Surfista da Barra, só pensa em academia e em vida saudável. Não vai pra festa. E é muito seletivo". Victoria pegou mal com a última parte da mensagem. Pensou "Ah, vá pra pqp, seletivo" e seguiu em frente. Um ano depois, os dois calharam de estar no mesmo lugar: o Sambódromo do Rio de Janeiro. Era lá que estudantes de medicina voluntários ajudavam em uma das primeiras levas da campanha de vacinação. Victoria era uma das pessoas que chefiava os alunos. Colocou Ricardo para ficar em pé, sob o sol, ajudando a coordenar as filas. E, no fim do dia, era chegada a hora de ele tomar a vacina. Quando o viu esperando para tomar a primeira dose, ela intercedeu. Tirou da frente o amigo que ia aplicar nele a imunização. E tinha um motivo justo para isso: "Espera aí, peraí, eu vou perder a chance de pegar no braço do menino bonito?" Não perdeu.

Foi ela que aplicou a dose. E, depois da piada da tatuagem, ainda conseguiu meter um segundo galanteio. Disse: "Se todos os velhinhos que vêm vacinar tivessem esses músculos, tava tudo bem". Ele riu e brincou de volta que ele tinha sido alocado no trabalho mais ingrato daquele ponto de vacinação: "Você me deixou duas horas no sol". Ela riu.

Na hora de ir embora do Sambódromo, Victoria pediu carona para um colega. O amigo explicou que estava com o carro de outra pessoa. Que calhou de ser Ricardo. E os dois foram embora juntos, num carro cheio. Durante o trajeto, pintou a ideia de marcarem uma trilha para o fim de semana. Todos toparam.

Quando ela chegou em casa, se deparou com uma mensagem de um número desconhecido no Whatsapp: "Vamos fazer aquela trilha!". O perfil que mandou não tinha foto, então ela nem se incomodou de responder. Na mesma noite, ela foi no date com um rapaz.

O fim de semana veio e ela descobriu que o número da mensagem desconhecida era de Ricardo. Fizeram em turma a tal trilha, no Parque Nacional da Tijuca. Enquanto andavam pela natureza, houve um momento em que ficaram sozinhos. E ela começou a reclamar da vida sentimental. "Eu tava reclamando que meu passado amoroso era uma merda, daí ele virou e disse 'Mas comigo não vai ser'." E veio o primeiro beijo.

Seria o primeiro de muitos beijos. Nos próximos dias, Victória desmarcou compromissos para sair com o menino. E começaram a namorar.

"Eu brinco que nós somos dois reabilitados. Eu era uma adolescente que aprontou tudo o que tinha para aprontar. Cheguei na faculdade, já não era muito de ir em festa, sabe?" Por mais que ela tenha 24 anos e ele 25, os dois se consideram veteranos. "A gente ficou meio mala, meio chato."

Em 2022, ela está no nono período do curso. Ele está no décimo. Mas os dois não se cruzam mais com frequência no campus Città da faculdade Estácio de Sá, porque chegaram na altura do curso em que têm de fazer internato em hospital. E cada um deles caiu em uma região diferente da cidade. Ricardo, desde que se apaixonou por Victória, começou a brincar com os amigos que ela colocou uma poção do amor na vacina. "Ele é a primeira pessoa que eu tive vontade de me casar. Quando eu contei isso para a minha terapeuta, ela pirou", ela ri. E o que começou com uma picada pode em breve acabar no altar.

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Lindo pássaro canoro de plumagem predominantemente amarela **2.** A cantora Rodrigues (1920-1999), do fado / Renato Aragão, humorista **3.** Morte (na linguagem estilística) / O valor do C, em romanos **4.** (Pop.) Pessoa que palpita num jogo sem dele participar / O do Everest fica a quase 9.000 metros de altitude **5.** Pedir ajuda, defesa **6.** Instrumento de sopro usado em bandas de música **7.** Lya Luft (1938-2021), escritora de "A Sentinela" / Cidade do Piauí, no sudeste do estado **8.** Entrançado com uma tela de arames / Egberto Gismonti, músico fluminense **9.** Prover (uma casa) de terraço coberto **10.** Deixar careca / A primeira parte da viagem **11.** Grave sentimento de aversão e inimizade / (Ingl.) Uma lente do fotógrafo **12.** De + os / A partida que desempata o jogo **13.** A substância que respiramos / Categoria de certos esportistas, como lutadores e halterofilistas

VERTICAIS

1. Muita desordem e confusão / (Pop.) A classe social dos ricos e proeminentes **2.** De cor entre o acastanhado e o amarelado / Aquele que conduz ou transporta **3.** As marcas que distinguem as cartas de jogar / Peça usada para escrever ou desenhar **4.** Cidade mineira na divisa com o ES **5.** Um curso de água como o Tietê / Combinar com o oxigênio / O neônio, em química **6.** Vogais em fila / Sigla do órgão governamental que luta pelos direitos do consumidor / São dois na pizza **7.** Um tipo de nuvem / O sambista carioca Nogueira **8.** Aquele que faz o levantamento do número de habitantes **9.** Rio que, junto com o Beni, forma o Madeira / Plantar com a erva rasteira que cobre o campo de futebol

HORIZONTAIS: 1. Canário 2. Amália, RA 3. Óbito, Cem 4. Sapo, Pico 5. Recorrer 6. Saxofone 7. Lya, Picos 8. Telado, Eg 9. Avarandar 10. Rapar, Ida 11. Ódio, Zoom 12. Dos, Negra 13. Ar, Peso **VERTICAIS:** 1. Caos, Alta-roda 2. Ambar, Levador 3. Naipes, Lápis 4. Alto Caparaó 5. Rio, Oxidar, Ne 6. Ia, Procon, Azes 7. Cirro, Diogo 8. Recenseador 9. Mamoré, Gramar

SUDOKU

[illegible]

DIFÍCIL

					2	4		
9				5		3	1	
	7		1	4				5
		5		8	1			
2			3		4			8
			2	7		1		
3				1	8		4	
	6	8		3				1
		4	7					

O Sudoku é um tipo de desafio lógico que surgiu ... e foi popularizado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

IMAGEM DA SEMANA

Clauber Cleber Caetano/Presidência/AFP

Fortes chuvas causaram alagamentos e deslizamentos de terra em Pernambuco nesta semana. Mais de 128 vítimas foram contabilizadas além de 9.000 desabrigados. A tragédia supera, em número de mortos, as cheias de 1975, quando 107 pessoas morreram no estado. A enchente de maio de 1966 matou 175 pessoas e continua como o maior desastre da história de Pernambuco. O governo decretou situação de emergência.

FRASES DA SEMANA

RACISMO

Demarise de Jesus Santos

Irmã de Genivaldo, homem negro morto asfixiado por policiais dentro de uma viatura na quarta-feira (25) em Umbaúba (100 km de Aracaju), diz considerar que o racismo contribuiu para uma ação truculenta da Polícia Rodoviária Federal e foi determinante para a sua morte

"São uns marginais, uns assassinos a sangue frio. O que eles fizeram ali foi só para fazer a crueldade. Eu não sei se foi porque o meu irmão é pobre e negro, entendeu? Depois eu vendo aqueles vídeos eu achei que ali foi um preconceito total. Se fosse um branco não aconteceria aquilo ali."

CHUVA

Adriana Lyra de Souza

Moradora do Jardim Monte Verde, no Grande Recife, foi uma das muitas pessoas que perderam parentes nas chuvas que atingiram o estado de Pernambuco nas últimas semanas. Calcula-se que mais de 100 pessoas tenham morrido apenas na capital e os desabrigados já ultrapassam 5 mil

"Até hoje não consegui dormir, sem ventilador, sem energia. Comer é assim, de doação"

ESCOLTA

Agente da Polícia Militar de Minas Gerais

Policiais da corporação entraram no camarim de Gusttavo Lima em Divinópolis, cidade mineira a 124 quilômetros de Belo Horizonte, para prestar apoio, cantar e presentear o cantor, que tem shows cancelados e investigados pelo Ministério Público por receber cachês milionários de prefeituras

"Nossa casaca parda está contigo"

A VOZ DE DEUS

Papa Francisco

Pontífice fez um apelo nesta quarta-feira (1º) para que seja suspenso o bloqueio às exportações de trigo da Ucrânia. O líder católico, no entanto, não se referiu diretamente a nenhuma autoridade ou à Rússia, acusada pelo Ocidente de usar o bloqueio como uma chantagem

"O bloqueio das exportações de trigo da Ucrânia é muito preocupante porque a vida de milhões de pessoas depende disso, especialmente nos países mais pobres. Não usem o trigo, um alimento básico, como arma de guerra"

#METOO?

Amber Heard

Atriz se manifestou sobre o veredito favorável a seu ex-marido Johnny Depp, definido na quarta (1º). Ele a acusou de difamá-lo em um artigo de jornal em que ela relata ter sido vítima de violência doméstica

"Estou com o coração partido que uma montanha de evidências ainda não tenha sido suficiente para resistir ao poder e influência do meu ex. Estou ainda mais desapontada pelo que este veredito significa para outras mulheres. É um revés"

DIPLOMATA

Pelé

Ex-jogador de futebol aproveitou jogo da Ucrânia contra a Escócia por vaga na Copa, conquistada pelo país em guerra, para apelar a Vladimir Putin e pedir, em carta divulgada nas redes, que pare a invasão. Em 1969, o Santos de Pelé foi convidado a jogar na Nigéria, então em guerra. A vontade de ver o jogador era tanta que causou um cessar-fogo no conflito.

"Eu quero utilizar a partida de hoje como uma oportunidade de fazer um pedido: pare com essa invasão. Não existem argumentos que justifiquem a violência. Este conflito, assim como todos os outros, é perverso, injustificável e não traz nada além de dor, medo, terror e angústia"

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **5.jun.1922**

Primeira travessia aérea do Atlântico Sul termina em Recife

A cidade de Recife ficou em festa nesta segunda-feira (5), com a chegada dos aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho, que saíram de Fernando de Noronha e venceram mais uma etapa da viagem que realizam entre Lisboa e Rio de Janeiro.

Assim, completou-se a tarefa de cruzar o oceano na empreitada dos aviadores de fazer a primeira travessia aérea do Atlântico Sul.

Na capital pernambucana, os dois foram recebidos com grandes manifestações de simpatia feitas pelo povo, que os aclamaram delirantemente, com foguetes e bandas de música. Todas as fábricas e as lojas fecharam.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

ilustríssima ilustrada

Diderot nos trópicos

Crítico veemente da colonização e escravidão europeias na América, filósofo francês defendeu miscigenação racial no Brasil, teve influência decisiva sobre Machado de Assis e previu crise ambiental dos nossos tempos C4 e C5

- Guardiões do mito da Semana de 22 apagaram cultura popular, diz pesquisador C6

- Por que investir em educação não é suficiente para reduzir desigualdade C9

- Podcast mostra como lobbies detonam floresta, envenenam clima e sustentam Bolsonaro C2

Daniel Lannes

MÔNICA BERGAMO | monica.bergamo@grupofolha.com.br

Luciene Adami
Torci muito por esse remake da novela 'Pantanal'

[RESUMO] Guta na primeira versão da trama, a atriz tem feito sucesso nas redes sociais ao publicar vídeos com trechos de cenas da história original de 1990, longe das novelas desde 2006, ela mora atualmente em Porto Alegre, de onde conversou com a coluna. Relembrou curiosidades das gravações e de como até hoje as pessoas ainda a reconhecem pela personagem. "É uma novela que entrou no coração mesmo"

Por **Karina Matias**

A atriz Luciene Adami mostra foto de quando interpretou a personagem Guta, na primeira versão de "Pantanal" Marcus Nagelstein/Folhapress

A atriz Luciene Adami, 58, estava em um velório quando a viúva a viu e disse: "Guta, você veio". Confundirem a artista com a personagem de "Pantanal" que ela interpretou há 32 anos não é incomum —e pode acontecer até nos locais mais inusitados. "Já estou acostumada", afirma ela, aos risos.

★

"É uma coisa impressionante o tamanho, o alcance que essa novela teve. E o jeito que ela não abandona as pessoas. Parece que entrou no coração mesmo. Como é que pode, depois de 30 anos, as pessoas lembrarem nome de personagem?", reflete.

★

Desde que a Globo passou a exibir o remake de "Pantanal" no fim de março, Luciene também exibe a "sua novelinha particular". Diariamente, em seu Instagram, ela publica vídeos com trechos da versão original da trama. "Eu nunca fui muito de redes sociais. Foi meio no impulso que decidi fazer isso. Era um jeito de expor um trabalho do qual eu tenho muita honra de ter participado", diz.

★

A intenção era também homenagear as pessoas que trabalharam na trama, além de matar a saudade dos fãs da história escrita por Benedito Ruy Barbosa e que arrebatou o Brasil no início dos anos 1990.

★

Desde então, a atriz viu a sua popularidade na rede social aumentar de cerca de 5.000 seguidores para 32,9 mil até a última sexta (3). Nem era esse o objetivo, diz. "Sempre que falavam 'eu tenho tantos mil seguidores', eu pensava: 'Gente, pelo amor de Deus, eu não quero muita gente me seguindo'", afirma.

★

Mas Luciene tem gostado da repercussão. "As pessoas são tão amorosas e carinhosas comigo". Também há entre as mensagens muitos pedidos para que ela volte a atuar. "Mas eu nunca parei", rebate.

★

Sua última aparição em novelas foi em "Cristal", do SBT, exibida em 2006. Ela afirma ter atuado também no teatro e em séries como "171: Negócio de Família", de 2016, exibida no canal Universal. Além disso, se dedicou a dar aulas de teatro, ofício que pretende voltar a exercer em breve.

★

Afirma ter parado, de fato, com a pandemia. Pouco antes, no final de 2019, Luciene se mudou de São Paulo para Porto Alegre, cidade em que nasceu. "Os meus pais estão com muita idade e precisavam de apoio", explica. No ano passado, voltou a atuar ao gravar a série "Centro Liberdade", da Prima Fames, na qual faz a vilã Helena. A produção ainda não tem previsão de estreia.

★

Foi do seu apartamento, onde mora com o marido, o português Ricardo Silva, e duas gatas, que ela conversou com a coluna por vídeo.

★

"Eu estou achando linda, linda demais a versão atual da novela", diz ela logo no início da entrevista. "É difícil fazer um 'Pantanal' ruim, porque a história é muito envolvente. Eu costumo brincar que o Benedito [Ruy Barbosa] é quase um Nelson Rodrigues light, porque ele aborda situações que acontecem na vida das famílias, mas de uma forma delicada", afirma.

★

Como exemplo, a atriz cita a trama de sua personagem Guta, que se apaixona pelo meio-irmão Marcelo, interpretado por Tarcísio Filho.

★

Luciene diz que é um "alívio" ver a história de "Pantanal" ser recontada agora na Globo em "todo o seu esplendor", já que as imagens da versão de 1990 se deterioraram ao longo dos anos. "É um aconchego ao coração."

★

Gostaria de fazer uma participação no remake?, questiona a coluna. "Se me chamassem, eu ia. Mas já foi, né?" Luciene diz que se pega imaginando que o elenco atual da trama tem se divertido tanto quanto ela e seus colegas, há três décadas. "Fico pensando que eles são todos amigos e se gostam."

★

A atriz lembra que gravar no Pantanal era "mágico". "Era como se a gente tivesse vivendo uma grande aventura em um lugar incrível. Não parecia trabalho."

★

Das muitas lembranças, ela cita as noites jogando gamão com o ator Cláudio Marzo (1940-2015), as rodas de viola com Almir Sater e Sérgio Reis e a Tuiuiú Dance, como eles nomearam uma "boate improvisada" que criaram na casa em que ficaram hospedados. "Fazíamos umas noitadas lá de música e dança. A gente se divertia muito, muito, muito."

★

As belezas naturais também se destacam nas recordações da atriz, como quando ela foi gravar com Tarcísio Filho e eles encontraram um ovo de jacaré recém-chocado. "Era a coisa mais linda."

★

A sua entrada em "Pantanal" aconteceu por indicação da atriz Carolina Ferraz, sua amiga e que fez o papel de Irma na primeira fase da trama. Na época, Luciene apresentava o programa Revistinha, na TV Cultura, em São Paulo. Carolina foi quem falou da atriz para o diretor Jayme Monjardim. Ele a conheceu e, dias depois, Luciene foi chamada para o papel.

★

"Acho que de alguma forma ele me enxergou na Guta. Eu já usava aquele cabelo curtinho e tinha essa coisa bem urbana e bem moderninha da Guta."

★

A primeira viagem para a região pantaneira já foi uma aventura, segundo lembra. Os atores seguiam até Campo Grande e lá eram recepcionados por Luiz Henrique Sant'Agostinho, chamado de Lilique ou "Indiana Jones do Pantanal" por conhecer tudo do local —ele também fez uma ponta na trama, como o operador de rádio e piloto Ari.

★

Era ele quem pilotava o monomotor de Campo Grande até o local das gravações. "Na viagem, eu pedi para pilotar o avião", conta a atriz. "Eu perguntei para ele: É fácil? Ele respondeu que sim e me entregou. Eu pilotei por uma meia hora. Quando chegamos na fazenda, ele disse: 'Quer pousar?' Aí eu disse que não."

★

"Eu realmente tinha uma coisa Guta de impetuosidade, coragem", relata. Apesar desse momento de audácia, Luciene revela que um dos seus grandes desafios para fazer a Guta foi ter de andar a cavalo. "Eu nunca tinha montado. Pensei: 'Estou ferrada, e agora? Vou ser demitida no ato'." Mas Monjardim a tranquilizou dizendo que não tinha problema, que ela aprenderia, o que de fato aconteceu.

★

Outro desafio da personagem eram as cenas de nudez, um dos maiores atrativos da versão da Manchete e que ficaram de fora no remake da Globo. Luciene pondera que as gravações desse tipo tinham um cuidado maior de Monjardim, que reduzia a equipe ao mínimo para que os atores ficassem mais confortáveis. "Óbvio que, mesmo assim, não é fácil."

★

A atriz afirma, porém, que logo que começava a filmagem, ela esquecia que pessoas a observavam e se concentrava no momento da personagem. "Eu achava que tinha de encarar porque fazia sentido. Nunca era uma coisa gratuita. Eram sempre cenas artísticas, nus artísticos", defende.

Da Guta atual, vivida pela atriz Julia Dalavia, ela afirma que vê muitas coisas em comum —está lá a curiosidade, a coragem, a 'boquinha dura'— mas avalia que elas são bem diferentes. "E está tudo certo. São outras visões", analisa.

"Eu construí uma personagem que era super ligada e amorosa com a mãe [Maria Bruaca, interpretada por Angela Leal], e isso justificava toda a defesa que ela fazia da mãe e das mulheres", explica. "E até com o pai, que ela enfrenta, mas ela gosta dele."

★

"Eu não vi ainda nos planos dela [da atual Guta] construir alguma coisa nesse sentido, mas está tudo bem", avalia.

★

Depois de "Pantanal", a atriz fez parte do elenco de outro sucesso na Manchete, a novela "Ana Raio e Zé Trovão" (1991). Dois anos depois, em janeiro de 1993, ela sofreu um grave acidente de carro em que correu o risco de perder a perna. Foram oito cirurgias e tratamento intensivo por um ano para se recuperar.

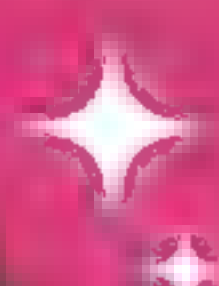
★

"O sucesso é cruel, né, o sucesso tira a gente do prumo com uma facilidade muito grande. Eu usei esse momento [da recuperação do acidente] como uma oportunidade de olhar com mais carinho para tudo, de olhar com mais gratidão para a vida, para as pessoas."

★

Assim que terminou o tratamento, em dezembro daquele mesmo ano, ela foi convidada para participar da novela "Éramos Seis", no SBT. Luciene integrou o elenco de outras tramas na emissora, na Record e na Globo, mas nunca com a mesma repercussão da Guta. Ela afirma que deverá gravar uma comédia neste ano e que está aberta para trabalhos na TV, no cinema e no teatro.

★

"Torci muito por esse remake de 'Pantanal' porque a gente foi tão feliz fazendo e acho que a gente fez tanta gente feliz. E isso acontecer mais uma vez, nesse momento tão conturbado da nossa vida, da vida desse país, e trazer um pouco de leveza, alegria e conforto para a casa das pessoas, é muito bom", diz.

O profeta do livre pensar

[RESUMO] Ícone da liberdade de pensamento, influência marcante para nomes como Marx e Machado de Assis, o francês Denis Diderot (1713-1784) desafiou dogmas políticos e sociais de seu tempo, foi crítico veemente da escravidão e previu com espantosa exatidão temas hoje em voga, como a crise ambiental e a polarização política

Por **Andrew Curran e Kenneth David Jackson**
Curran é professor de humanidades na Universidade Wesleyan, em Connecticut (EUA), e autor de "Diderot e a Arte de Pensar Livremente" (Todavia)
Jackson é professor de português na Universidade Yale e autor de "Machado de Assis: a Literary Life"

O escritor francês Denis Diderot (1713-1784) provavelmente não é conhecido por muitos no Brasil. Os que já ouviram falar dele devem associá-lo, sobretudo, ao trabalho como editor da primeira enciclopédia verdadeiramente abrangente, um projeto maciço para o qual escreveu espantosos 7.000 artigos. Diderot, porém, continua a ser pertinente ao Brasil de maneiras que transcendem de longe seu papel de simples compilador de palavras e conceitos.

Os amigos de Diderot não o descreviam como filósofo, mas como "o filósofo". Parte disso se devia à sua legendária fome de conhecimento. Voltaire (1694-1778) o considerou um "pantófilo", um pensador que se apaixona desesperadamente por cada tema que estuda. No caso de Diderot, isso significava matemática, ciência, medicina, filosofia, política, antiguidade clássica, teatro, literatura, musicologia e as belas-artes.

Parece um interesse sobre-humano, mas ele ainda ia além. Diderot foi o maior proponente do poder emancipador da filosofia e literatura, da arte de pensar livremente. "Se você me proibir de falar sobre religião ou o governo", ele disse certa vez, "não terei mais nada a dizer".

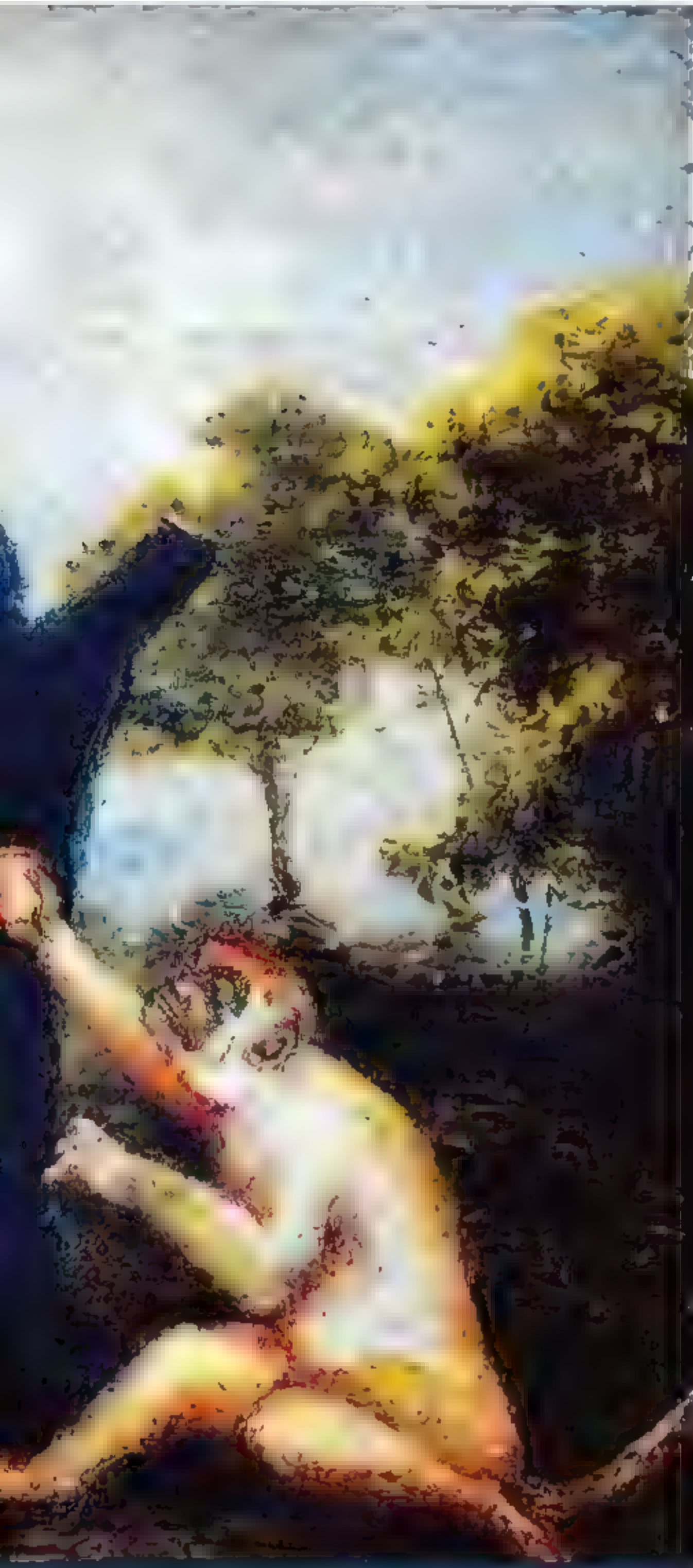
Algumas de suas ideias mais ousadas podem ser encontradas em sua "Enciclopédia". Em uma época, o século 18, em que questionar a monarquia era um delito passível de punição, Diderot declarou sem rodeios: "Homem algum recebeu da natureza o direito de comandar outros homens. A liberdade é uma dádiva dos céus, e cada indivíduo da espécie tem o direito de desfrutá-la tão logo seja capaz de raciocinar".

Ele também questionou crenças sagradas cristãs. Veja, por exemplo, as referências cruzadas irônicas oferecidas para a palavra antropofagia ou canibalismo: elas direcionam o leitor aos verbetes eucaristia, comunhão e altar. Não surpreende que a publicação da "Enciclopédia" tenha sido proibida duas vezes.

Perseguição e vigilância foram constantes na vida de Diderot. Algumas de suas primeiras obras não chegaram a ajudar. Em 1748, para vencer uma aposta, ele publicou "As Joias Indiscretas", um texto de pornografia leve em que um anel mágico persuade as "joias" das mulheres a relatar suas aventuras eróticas.

No ano seguinte, lançou uma obra de filosofia muito mais séria e provocativa, "Carta sobre os Cegos", em que refutou a existência de Deus. Este livro lhe valeu três meses de prisão.

Quando foi libertado, Diderot optou por esconder seus textos em um baú para as gerações futuras; para nós, na verdade. Fato que não chega a surpreender, seu legado mudou radicalmente depois que seu tesouro de escritos começou a vazar. O célebre escritor alemão Goethe (1749-1832), que encontrou um desses manuscritos, previu que as opiniões e inovações literárias de Diderot explodiriam como bombas. Não se equivocou.

Continua na pág. C5

'Macacos de Diderot' (2017), do artista ucraniano Alexander Roitburd
Wikiart/Reprodução

Continuação da pág. C4

Os leitores de Diderot, então e hoje, nunca deixam de se espantar com sua modernidade. "A Religiosa" (1796, publicado postumamente) é um pseudolivro de memórias de uma jovem forçada a tornar-se freira que Diderot escreveu no intuito de chamar a atenção para os abusos físicos e sexuais que, a seu ver, eram frutos inevitáveis do celibato religioso e das vocações impostas.

Em "Jacques, o Fatalista" (1796, também póstumo), antirromance digressivo inspirado em Cervantes e Laurence Sterne, Diderot produziu reflexão hilária sobre o problema do livre-arbítrio. Lendo o livro, sentimos nitidamente sua alegria por encarar um dos maiores quebra-cabeças filosóficos da humanidade.

Diderot também deixou tratados políticos inéditos e secretos, escritos para Catarina, a Grande, grossos cadernos de crítica de arte e uma obra presciente de ficção científica, "O Sonho de D'Alembert" (1769), que 90 anos antes de Charles Darwin e seu "A Origem das Espécies" (1859) imagina um mundo sem Deus, feito de manipulação "genética" especulativa e teoria protoevolucionária.

Finalmente, deixou sua obra-prima, "O Sobrinho de Rameau", cujo manuscrito tido como definitivo só foi localizado em 1891, um século depois da morte de Diderot. Nesse diálogo filosófico envolvente, o escritor francês apresenta um dos excêntricos mais memoráveis de toda a literatura: Jean-François Rameau, hedonista impenitente que prega a beleza do mal, as alegrias do parasitismo social e o direito de ser um indivíduo que defende seus próprios interesses.

É também nesse livro que Diderot declara, em tom de brincadeira, que se deixássemos um menino crescer totalmente sem educação, "ele com o tempo passaria a unir o raciocínio de uma criança às paixões do homem adulto. Estrangularia seu pai e dormiria com sua mãe". Não surpreende que Freud tenha virado seu fã.

À medida que foram descobertos, os textos de Diderot inspiraram pensadores notáveis como Hegel, Nietzsche e Marx — este o citou em duas ocasiões distintas como seu escritor favorito. No Brasil, Machado de Assis foi seu maior devoto.

Algumas das inovações mais radicais de Machado na ficção —usar o "delírio" de seus personagens para "revelar a verdade", entregar o palco ao anti-herói e criar um narrador que fala do além-túmulo— tiveram origem no escritor francês. Machado chegou a adotar a ideia da "Enciclopédia" de Diderot para produzir o inventário de autores mundiais citados ao longo de sua ficção.

Em sua advertência à coletânea de contos "Papéis Avulsos" (1882), Machado também ecoou as razões do filósofo francês para criar suas histórias: "É que quando se faz um conto, o espírito fica alegre, o tempo escoa-se, e o conto da vida acaba, sem a gente dar por isso".

Ao citar na introdução de seu livro esse elogio enganoso da narrativa de histórias, Machado também parece ter seguido o exemplo de Diderot, ocultando o teor crítico e subversivo de seus contos. Tendo possivelmente notado as consequências da franqueza do escritor francês —ou seja, a prisão—, Machado, como ele, converteu sua avaliação impiedosa dos valores da época em ficção, de modo que apenas os leitores mais perspicazes se dessem conta.

O que mais despertou o interesse de Machado por Diderot foi o modo como o francês se permitiu questionar os dois grandes ícones do próprio projeto iluminista: a razão e o progresso. Inspirado em "O Sobrinho de Rameau", Machado criou uma série de personagens-narradores que desprezam os padrões morais e sociais.

Os humanos frequentemente subversivos e irracionais que enchem a ficção machadiana também revelam ser produtos de uma sociedade brasileira iludida, patriarcal, gananciosa; remetem, sem dúvida, a alguns dos personagens de Diderot.

Em "Quincas Borba" temos Rubião, o professor do interior que fracassa no papel de grande capitalista, Cristiano Palha, capitalista verdadeiramente ávido que devora a fortuna de Rubião; e o próprio Quincas, cuja grande síntese de todo o conhecimento na teoria Humanitas é sua grande ilusão. E há, sobretudo, Brás Cubas, narrador do além-túmulo que se gaba de sua vida marginal e parasitária, e o herdeiro mimado Bento Santiago, de "Dom Casmurro", que escreve suas memórias para ocultar seus crimes e suas inadequações.

Uma das coisas que Machado não sabia sobre Diderot era que o escritor francês acabou sendo o crítico setecentista mais veemente da colonização e escravidão europeias no Novo Mundo, incluindo no Brasil. Como neto de escravos alforriados, Machado certamente teria se surpreendido com esse aspecto importante do pensamento de Diderot.

Era impossível saber disso, contudo, apenas pela leitura dos [illegible] artigos sobre o Brasil colonial que Diderot publicou na "Enciclopédia". Ao lê-los, Machado provavelmente teria suposto que o filósofo era um homem de seu tempo, um criador de dicionários sobrecarregado de trabalho que reproduzira algumas das ideias mais comuns da época.

Tome-se, por exemplo, o texto profundamente redutivo e recheado de estereótipos que Diderot escreveu com o título de "Brasil": "O interior do Brasil é habitado por povos selvagens e idólatras que desfiguram seus rostos para parecer mais assustadores a seus inimigos; as pessoas dizem que são canibais. Os mais conhecidos são os Topinambous, Margagas e Onetadcas. Essa parte do Novo Mundo é muito rica".

Ele foi ainda mais longe no artigo "Homem", em que citou uma fonte que alegava que as mulheres brasileiras eram capazes de conceber filhos sem serem sujeitas à menstruação.

Mas eis o que Machado ignorava sobre o filósofo francês; aliás, todos ignoravam. Vinte anos depois de ter reciclado esses mitos e estereótipos para a "Enciclopédia", em cuja fase de produção redigia mil artigos por ano, Diderot apresentou uma visão muito mais crítica das ações da Europa no mundo colonial.

No quase um terço que escreveu do livro "História das Duas Índias" —elaborado por vários autores, mas publicado anonimamente em 1770 e atribuído apenas ao abade Guillaume Thomas Raynal (1713-1796) anos depois—, Diderot não apenas criticou os europeus amargamente pelos pecados que cometeram em suas colônias no ultramar como defendeu os direitos dos oprimidos.

Mais memoravelmente, deu a palavra no livro a um imaginário africano escravizado que afirmou o direito de ser livre e previu o dia em que escravos caribenhos se ergueriam em armas contra seus senhores.

Esse texto, redigido em [illegible], uma década antes dos acontecimentos em São Domingos (atual Haiti) que lhe dariam razão, é um dos momentos mais notáveis na história "pós-colonial" do século 18. Como de costume, Diderot não experimentou o reconhecimento público por isso —sua colaboração crucial na "História das Duas Índias" só foi constatada quase 200 anos depois, por volta de 1950.

Neste livro —enciclopédia sobre o comércio entre Europa, América, África e Índia Oriental, espécie de best-seller na época—, Diderot também tem várias questões específicas a dizer sobre a colonização do Brasil. Na verdade, foi nele que escreveu mais detidamente sobre o país.

Ele declarou que os europeus que chegaram a essa parte enorme da América do Sul pouco passavam de "tigres domesticados" com sede de sangue e ouro. Em parágrafo espantoso, argumentou que a única maneira de colonizar um território como o do Brasil seria pela miscigenação racial, enviando "algumas centenas de rapazes e moças" a essa região para se casarem com membros dos povos indígenas, uma vez que o parentesco consanguíneo faria de europeus e indígenas "uma mesma e única família". Desnecessário dizer que poucas pessoas na Paris do século 18 acreditavam que uma política coordenada de miscigenação pudesse ser a solução de qualquer problema.

Diderot especulou sobre questões como essas no Novo Mundo sem jamais deixar sua sala de trabalho em Paris. Mesmo assim, não se sabe como, conseguiu prever as consequências e os desafios do avanço europeu nas Américas.

Em 1780, pouco após a independência dos EUA, lançou um alerta a seus líderes. Disse a eles que a maior ameaça ao país não viria de sua antiga senhora, a Inglaterra. Anteviu que o verdadeiro desafio resultaria do sucesso futuro norte-americano e de sua consequente riqueza.

"Habitantes da América do Norte, que o exemplo de todas as nações que os precederam, e especialmente o de sua pátria de origem [a Inglaterra], lhes sirvam de lição. Cuidado com a fartura de ouro que traz em sua esteira a corrupção da moral e o desprezo pelas leis; cuidado com uma distribuição desequilibrada da riqueza que dê lugar a um número pequeno de cidadãos opulentos e uma multidão de cidadãos na pobreza, uma situação que engendrará a insolência de alguns e a miséria de outros", escreveu.

O aviso lançado por Diderot a esses pioneiros democráticos de que uma abundância de dinheiro poderia enfraquecer a moral e o respeito pelas leis, sem falar em dividir o país, parece hoje tremendamente presciente.

Ele previu que a riqueza ilimitada inevitavelmente resultaria não apenas em conflitos de classe e corrupção política, mas também na ascensão de um autocrata cínico que daria as costas aos valores democráticos do país. Palavras mais verdadeiras que essas nunca foram proferidas.

Diderot frequentemente parece um profeta de nossa era. Perto do final de sua vida, ele também profetizou a chegada de um dia em que a população mundial, cada vez maior, suscitaria sua própria derrocada. As cidades enormes do mundo, ele acreditava, estavam se convertendo em "monstros na natureza" colossos cujo ar, água e terras inevitavelmente ficariam cada vez mais infectados e poluídos.

A única maneira de a raça humana sobreviver e prosperar, ele disse, seria se criássemos um exército de trabalhadores ambientais, uma parcela significativa da sociedade que se dedicasse a "conservar" o mundo à nossa volta. Se isso não acontecer, previu, "a expectativa de vida diminuirá, a felicidade na vida deixará de ser sentida, os horrores da fome serão generalizados" e sofreremos com "doenças paridas por epidemias".

Diderot tem ainda uma última e importante mensagem crítica que pode nos orientar no ambiente político e social instável e caótico de hoje, uma era em que as redes sociais e as fake news tomaram o lugar de vozes de mérito reconhecido, como sua própria "Enciclopédia".

É bom dar ouvidos às palavras que ele disse em múltiplas ocasiões ao longo de sua carreira — e que proferiu pela última vez na noite antes de morrer: "O ceticismo é o primeiro passo em direção à verdade". ←

Tradução de Clara Allain

Denis Diderot (1713-1784)

Filósofo e escritor francês, se tornou célebre por escrever milhares de verbetes e coordenar a edição da 'Enciclopédia', uma das obras fundamentais do Iluminismo, que expressava posições contrárias à monarquia e aos dogmas católicos. Publicou em vida livros em que criticou a moral dominante do seu tempo e se debruçou sobre a biologia e a química, antecipando ideias da teoria da evolução. Boa parte da sua obra, porém, só veio a público postumamente, como o romance 'A Religiosa' e o diálogo satírico 'O Sobrinho de Rameau'.

Hora de passar a palavra

[RESUMO] A disputa bairrista entre Rio e São Paulo, que marcou o centenário da Semana de 1922, desvia a atenção do elitismo da historiografia sobre o modernismo, que consagrou expressões eruditas e apagou a cultura popular e artistas afrodescendentes. Guardiões do mito da Semana insistem em promover patrulha do que deve ser considerado modernista, sem conseguir disfarçar que as promessas do movimento nunca foram concretizadas no país

Por **Rafael Cardoso**
Doutor em história da arte pelo Instituto Courtauld, da Universidade de Londres, e colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Autor, entre outros livros, de "Modernidade em Preto e Branco: Arte e Imagem, Raça e Identidade no Brasil, 1890-1945"

As discussões recentes em torno do centenário da Semana de Arte Moderna degeneraram, em boa parte, para um bate-boca raso a respeito da precedência de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Essa dicotomia é falsa.

A Semana de 1922 representa o momento em que as forças culturais das duas cidades começaram a se aglutinar para formar o que hoje entendemos por eixo Rio-São Paulo, constructo que serviu ao longo do século 20 para marginalizar o que acontecia no resto do país.

A Semana teria sido impensável sem a colaboração de um forte contingente vindo do Rio: Di Cavalcanti, Guiomar Novaes, Heitor Villa-Lobos, Ronald de Carvalho, entre outros. A parceria entre Graça Aranha e Paulo Prado, unidos por amizade e negócios desde o início do século, é emblemática da ponte que viabilizou a Semana e permitiu compor seu elenco.

Em 1922, fazia algum tempo que artistas peregrinavam do Rio, então capital federal, para São Paulo com o intuito de monetizar seu capital cultural. Nos anos seguintes, as trocas modernistas inverteram de mão, com os paulistas indo ao Rio em busca da consagração nacional.

Quando Oswald de Andrade publicou seu "Manifesto da Poesia Pau-Brasil", em 1924, optou por fazê-lo no diário carioca Correio da Manhã. No ano seguinte, quem coroou Mário de Andrade "o papa do futurismo" foi A Noite, principal vespertino do Rio. Tarsila do Amaral, ao realizar sua primeira exposição individual no Brasil, em 1929, escolheu como local o Palace Hotel, na avenida Rio Branco. Sem o apoio de Álvaro Moreyra, editor da influente revista Para Todos, a antropofagia talvez nunca tivesse repercutido para além da igrejinha dos iniciados. São apenas alguns exemplos que desmontam a contraposição maniqueísta entre as duas cidades.

Ressuscitar a disputa bairrista entre Rio e São Paulo desvia a atenção de outra questão premente. No centenário da Semana, a pergunta realmente necessária é: por que motivo os relatos do modernismo brasileiro continuam a girar quase exclusivamente em torno de expressões eruditas, como literatura, pintura de cavalete, música sinfônica, e a ignorar o Carnaval e o samba, o cinema e a fotografia, as revistas ilustradas e as artes gráficas? Por que privilegiar as discussões entre alguns poucos intelectuais e fazer ouvidos moucos para a vida cultural da maioria? Em uma sociedade com a desigualdade extrema do Brasil, é necessário enfiar o dedo na ferida do elitismo.

Ensina-se com reverência que Villa-Lobos modernizou a música brasileira ao introduzir elementos do folclore no repertório erudito. Já o fato de o conjunto Oito Batutas ter lotado casas noturnas em Paris costuma ser visto como menos portentoso para os rumos da nossa modernização cultural.

A estreia francesa dos Batutas ocorreu praticamente no mesmo momento em que a Semana era realizada em São Paulo. Pixinguinha, com seu saxofone, mostrando o samba para o mundo no palco da boate Schéhérazade, é uma imagem decididamente mais arrojada que Villa-Lobos na coxia do Theatro Municipal fiscalizando o allegro moderato de um trio para violino, violoncelo e piano. Pixinguinha, no entanto, não é tido como moderno, muito menos modernista.

Teses e ensaios não cansam de se encantar com o olhar etnográfico que Mário de Andrade deitou sobre a cultura popular em "Macunaíma" (1928), mas poucos se recordam do pioneirismo de João do Rio com "As Religiões no Rio" (1904), livro que inaugurou no Brasil a reportagem baseada em pesquisa de campo.

"Ah, mas Mário inovou ao renovar a sintaxe, aproximou a literatura da língua que se falava nas ruas!", argumenta-se. "Eu amo a rua", principia "A Alma Encantadora das Ruas" (1908), livro publicado quando Mário mal contava 15 anos. "A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento", prossegue o texto de João do Rio. Quem pode negar a modernidade tanto do sentimento quanto da sua forma de expressão?

Partindo do âmbito das individualidades para os fenômenos culturais, celebra-se a revista Klaxon, cujos nove números circularam entre poucos, e ignora-se o semanário Fon-Fon!, fundado em 1907 e com ampla difusão nacional. O fato de Klaxon ter publicado um ou outro anúncio, incluindo um a partir de brincadeira tipográfica, costuma ser destacado como prova de modernidade.

Nas décadas de 1910 e 1920, um número típico da Fon-Fon! veiculava dezenas de páginas de publicidade, com as mais variadas tipografias, layouts sofisticados, fotogravuras e fotomontagens. Entre 1910 e 1915, sob a direção artística do ilustrador e carnavalesco K. Lixto, Fon-Fon! realizou capas originalíssimas e experimentações gráficas ousadas até por padrões internacionais. Nenhuma é tão conhecida quanto a singela capa da Klaxon.

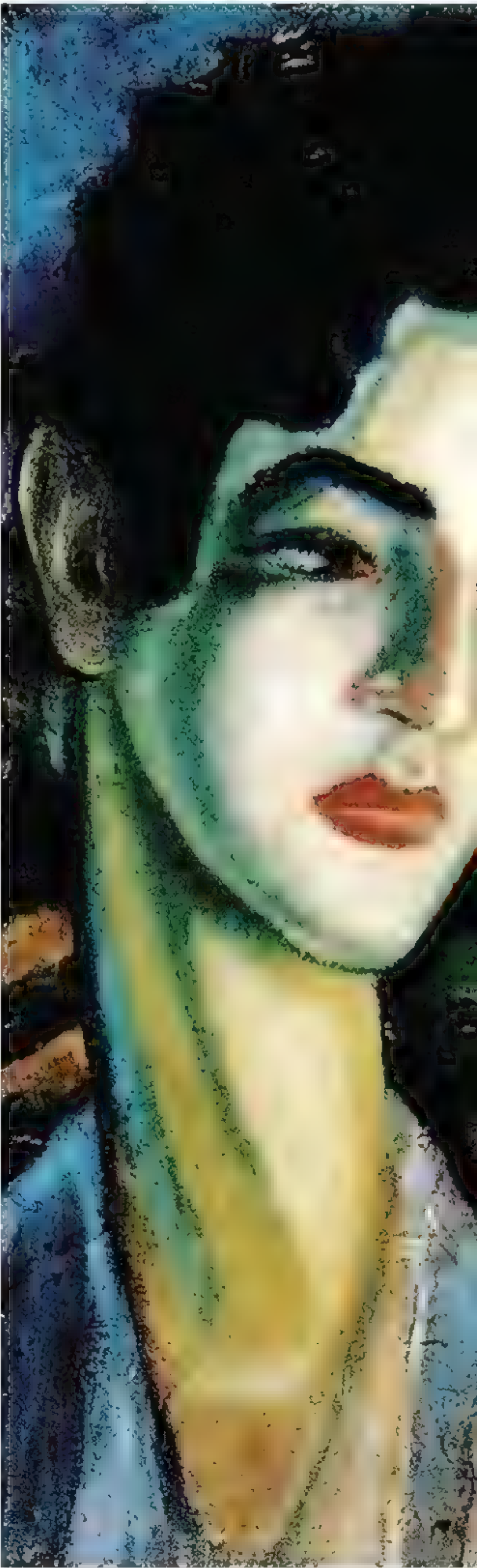
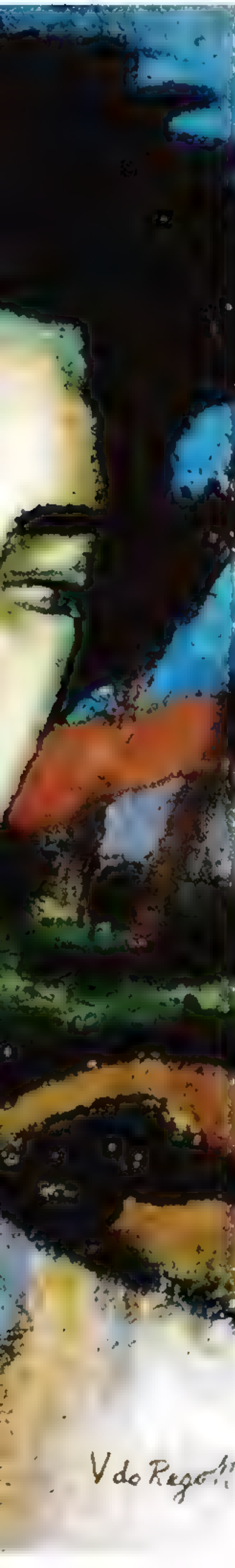
Não faz sentido ficar arrolando o desequilíbrio da historiografia cultural em privilegiar a produção erudita às expensas da comercial e midiática. É direito dos críticos preferirem uma à outra. O que não se pode admitir é que o façam com base na lorota de que o modernismo paulista teria recuperado a cultura popular, o indígena e a negritude do esquecimento.

Não por acaso, os três exemplos citados acima — Pixinguinha, João do Rio e K. Lixto — são artistas afrodescendentes, assim como o escritor Lima Barreto e o pintor Arthur Timotheo da Costa, mais dois nomes varridos para debaixo do tapete esfarrapado do pré-modernismo. Para cada suposto resgate da brasilidade profunda por uma obra modernista, a análise detida revela o apagamento de um expoente menos conhecido, geralmente de origem humilde.

> O holofote da consagração crítica, direcionado há mais de cinco décadas para o palco do Municipal de São Paulo, acabou deixando todo o resto na penumbra. Na briga de claques entre a metade da plateia que ataca a Semana e a outra que a defende, prevalece uma recusa a enxergar o que ocorre do lado de fora do teatro

O holofote da consagração crítica, direcionado há mais de cinco décadas para o palco do Municipal de São Paulo, acabou deixando todo o resto na penumbra. Na briga de claques entre a metade da plateia que ataca a Semana e a outra que a defende, prevalece uma recusa a enxergar o que ocorre do lado de fora do teatro. Por ironia, os discursos que sustentam a argumentação de ambos os lados fundam-se em premissas vagamente sociológicas.

Quando Ruy Castro diz que o Rio não precisava ser modernista porque já era moderno, emprega um sofisma que confunde estrategicamente circunstância com proposição. Modernismo não é o desejo de ser moderno, mas antes uma resposta à condição da modernidade, frequentemente crítica. Paris e Berlim também já eram modernas quando alguns de seus artistas se empenharam em produzir uma arte de vanguarda.

Continua na pág. C7

'Retrato de Joaquim do Rego Monteiro' (1920), de Vicente do Rego Monteiro Reprodução

Continuação da pág. C6

Por outro lado, quando José Miguel Wisnik repete o postulado marioandradiano de que o movimento modernista só poderia ter irrompido em São Paulo, incorre no determinismo histórico e reforça o modo tautológico como se emprega o termo modernismo no Brasil. É mais ou menos análogo a argumentar que o futurismo só poderia ter ocorrido na Itália ou o construtivismo na Rússia, atribuindo causalidade às decorrências e linearidade a fatos mais ou menos dispersos.

A boa metodologia histórica recomenda não interpretar o passado pelo crivo do que veio depois; isso se chama historicismo. Conforme ensinou Walter Benjamin, a tarefa do historiador é antes de escavar os fragmentos esquecidos para construir aquilo que ainda pode vir a ser. A única inevitabilidade é aquela que os vencedores tentam impingir a posteriori.

As discussões em torno da Semana de 1922 são atravessadas por uma compreensão equivocada e, muitas vezes, equivocada, dos conceitos modernidade e modernismo.

Resumindo de modo esquemático, modernidade é uma condição histórica resultante de grandes transformações técnicas, demográficas, econômicas, sociais e políticas entre os séculos 16 e 19, que abarcam capitalismo e colonialismo, industrialização e urbanização, consolidação dos Estados-nação e de novos sistemas de transporte, comunicação e informação.

Modernismo, por sua vez, é um termo surgido entre o final do século 19 e meados do século 20 para designar reações artísticas, estéticas e até religiosas às circunstâncias da vida moderna. Embora a modernidade seja uma e unificadora, são diversas as respostas possíveis a ela. Por isso, entre especialistas, fala-se em modernismos, no plural, pois o termo corresponde a uma pluralidade de manifestações.

Mesmo no âmbito restrito daquilo que entendemos por movimentos modernistas na arte e na arquitetura, na música e na literatura, há diferentes vertentes. A palavra modernismo não significou o mesmo para Mário de Andrade que para o poeta nicaraguense Rubén Darío, que a cunhou em 1888. O que o escritor francês Joris-Karl Huysmans designou arte moderna em 1883 era bem diferente do que foi historiado com esse nome, em 1904, pelo crítico de arte alemão Julius Meier-Graefe. A visão de ambos, por sua vez, fica distante do que Amedée Ozenfant e Le Corbusier definiram como a pintura moderna no livro homônimo de 1925.

Existem tantas correntes modernistas quanto cabem no espaço ideológico entre um futurismo de inclinação fascista e um construtivismo engajado na revolução comunista. Há tantos entendimentos do fazer modernista na arte quanto as discrepâncias que separam o abstracionismo do figurativismo, o geométrico do informal, o racional do onírico, a plástica do gesto. Modernismo é tudo, menos um estilo.

A concepção do modernismo como movimento unificado desenvolveu-se entre as décadas de 1930 e 1960, propagandeada por agentes históricos que queriam se posicionar como herdeiros de um legado disputadíssimo. Talvez o exemplo mais notório seja o diagrama — produzido em 1936 por Alfred H. Barr Jr., diretor do MoMA, de Nova York — que mostra um emaranhado de nomes e datas, movimentos e setas, todos culminando em uma exposição do museu.

Essa visão teleológica do modernismo como uma genealogia que inclui uns e exclui muitos outros prosperou sob a égide de críticos como Clement Greenberg, autor do influente ensaio "Vanguarda e Kitsch", publicado em 1939 na revista nova-iorquina Partisan Review. A interpretação greenberguiana do modernismo como processo de depuração e autonomização da linguagem arrebanhou gerações de críticos e continua a exercer, ainda hoje no Brasil, um apelo exclusivista.

Não existe argumento histórico válido que justifique eleger qualquer uma das várias correntes modernistas como o modernismo e relegar as demais ao segundo plano. O crítico cultural Raymond Williams avisou, ainda na década de 1980, que toda tentativa de calcar as discussões sobre arte moderna em definições programáticas parte de pressupostos arbitrários, tendendo a se constituir como argumentação em causa própria.

É evidente a atração desse tipo de lógica excludente no país da panelinha. Com suas disputas doutrinárias e seu pendor pela consagração institucional, os guardiões da Semana de Arte Moderna têm sido persistentes em patrulhar os limites do que é tido como modernista. Por mais que reciclem o mito de 1922, contudo, não conseguem disfarçar que as promessas do modernismo nunca foram cumpridas entre nós.

O antropólogo Néstor García Canclini teorizou, nos anos 1990, que o modernismo cultural serviu, na América Latina, para disfarçar a falta de modernidade social e política. Devidamente cooptado e oficializado, ele tende a se tornar lustro para ditadores.

Essa verdade ecoa a crítica incisiva feita por Florestan Fernandes na esteira dos celebratórios do cinquentenário da Semana de 1922, no livro "A Condição de Sociólogo" (1978): "Penso que os modernistas, de uma maneira geral, ficaram aquém do papel que lhes cabia. Eles tinham de ser necessariamente críticos da sociedade brasileira. E não o foram". É mais ou menos o que afirmou Mário de Andrade em seu notório mea-culpa de 1942, a palestra "O movimento modernista".

Para Florestan, a causa da omissão seria a complacência: "Mais do que qualquer outro grupo intelectual posterior, os modernistas cederam ao que deveriam se opor, sucumbindo a uma condição intelectual que pretendiam renunciar, mas à qual não renunciaram".

Os que hoje sustentam o mito da Semana seguem na recusa de renunciar aos seus privilégios. Ao insistir em na narrativa única, aceitam tacitamente que as vozes excluídas continuem a ser abafadas. Cem anos depois, está na hora de passar a palavra. ◆

É evidente a atração da lógica excludente no país da panelinha. Com suas disputas doutrinárias, os guardiões da Semana têm sido persistentes em patrulhar os limites do que é tido como modernista. Por mais que reciclem o mito de 1922, contudo, não conseguem disfarçar que as promessas do modernismo nunca foram cumpridas entre nós

V do Rego!!

O banco está nu

Ao trocar de banco, cometi erro atrás de erro, confundida pela tecnologia e solitária a ponto de chorar

Marilene Felinto

Escritora e tradutora, autora de 'As Mulheres de Tijucopapo'
Email: [illegible]@gmail.com

Trocar de banco, na tentativa de diminuir cobranças de taxas e fugir do fictício rendimento da poupança, da falsa correção monetária, da ilusão do crédito, é como trocar de monstruosidades.

No processo de troca de banco, cometi erro atrás de erro, confundida pela tecnologia avançada, solitária demais na minha rudimentar capacitação para operar no mundo informatizado: tão solitária a ponto de chorar.

O banco humilha. O banco está nu e oculto pela arquitetura do aplicativo, por trás do processamento dos dados da virtual cliente. Como se encabulado, e para não chocar, ele se esconde, nu. E age como um voyeur: exigiu um autorretrato da selfie-cliente, um de frente e outro de perfil. Não quer saber da existência física da pessoa. Relaciona-se à distância, na realidade apenas hermético-digital, codificada em senhas e confirmações em mais de uma etapa.

Não está nem aí para a pessoa em carne e osso — pelo contrário, recomenda privacidade e criptografias no relacionamento com o token-usuário, preservação em pastas secretas, para que ninguém descubra. Instalado na intimidade dos aparelhos celulares, o banco é pornográfico-seguro, uma arapuca online, um software que se finge de suave, mas que, na verdade, paga ("remunera") o quanto quer, cobrando taxas e juros extorsivos, como um cafetão explorador.

Altamente tecnológico, valoriza a inovação, o risco, a agilidade, a velocidade, o protagonismo — ignora os sem-tecnologia da informação, a lentidão das gerações mais velhas, o desconhecimento e a inacessibilidade dos pobres, dos sem-nada.

Na sua sanha acumuladora de lucros sobre lucros, na sua usura exacerbada, e dizendo, na sua linguagem financista, que o capital não tem pátria, o banco vai extorquindo o salário, este que, sim, é nacional brasileiro, pauperizado até a miséria.

Na sua frieza de engrenagem, na sua hostilidade de máquina sequestradora de cartão de crédito e com sua inteligência artificial, o banco vai traçando o design da distopia, robotizada, aposta no individualismo, na não pessoa por trás do link, no androide replicante sem alma humana.

O banco inflaciona a epidemia de solidão deste "século solitário", como diz a economista britânica Noreena Hertz, século do distanciamento, dos smartphones, da economia sem contato.

As raízes mais profundas de nossa atual crise de solidão, afirma Noreena, estão na revolução neoliberal dos anos 1980 e nos princípios implacáveis do livre mercado, que, ao dar licença à ganância e ao egoísmo, reformulou fundamentalmente não apenas as relações econômicas como também nossas relações uns com os outros.

O banco é amoral — não age para construir um país habitável, para implantar uma sociedade solidária. Pelo contrário, é insaciável, está empanzinado de lucro e fortuna (enriqueceu até o fastio, como dizia Darcy Ribeiro) à custa do trabalho do povo.

Trocar de banco foi um verdadeiro tormento, um mergulho cego numa plataforma de identificação, autenticação e captura à distância, na virtualidade alucinante de uma "tech" monstruosa. Não sei em que caixa-preta o banco jogou minha selfie de frente e de perfil.

Para onde foi meu autorretrato? Para qual arquivo digital? Quem é o banco? O que é um token e, mais ainda, um token não fungível? Onde foram parar meus dados? Eles são fungíveis? Como processaram meus documentos? O nome da minha mãe, por exemplo, como escreveram? O banco escreve? O banco insensível teria ouvido meu choro?

Como um homem nu, pronto para dar o bote, na sua voragem por mais e mais carteiras do mercado, e usando de todas as suas técnicas de camuflagem e marketing, o banco me construiu artificialmente (virei um autômato que tira fotos de si mesmo), estudou as condições materiais da minha existência, minha liquidez, minha capacidade monetária, de investimento, de empréstimo. E me catalogou no perfil final dos sem-riqueza, daqueles para quem a prosperidade é inalcançável.

Não se vê, mas o banco é macho — atua à vontade no terreno do falocentrismo, da violência típica do masculino que agride, rouba, assalta, assedia, provoca guerras e mata. O banco é feio e cresceu para cima de mim como um macho grosseiro, de barriga abaulada de tanto que se empanturrou de cifras bilionárias. O banco é central e incontrolável monopólio, de um gigantismo tal que o país se apequena, encolhe submisso frente a ele.

O banco é um macho nu, pronto para dar o bote e que, no que se refere a mim, uma infeliz como eu, sem dinheiro nem criptomoeda, sem valores na bolsa e que, portanto, não é ninguém neste Sul Global — quanto a mim, uma selfie-mulher usuária desajeitada e pobretona, o que o banco faz é especular diariamente sobre o modo mais automático de me estuprar todo mês.

DOM. Bernardo Carvalho, Itamar Vieira Junior
Marilene Felinto. **Wilson Gomes**

A rainha republicana

Não fazemos ideia nenhuma do que Elizabeth 2ª pensa

Ricardo Araujo Pereira

Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de "Boca do Inferno"

A propósito dos 70 anos do reinado de Elizabeth 2ª, pus-me a pensar em todas as suas obras. Como não me ocorreu nenhuma, fui ver se algum jornal tinha publicado uma lista completa das suas façanhas.

Concluí que, ao longo de sete décadas, Elizabeth 2ª foi uma senhora que, basicamente, existiu. Pelo que faz sentido estarmos, no fundo, a celebrar o fato de continuar viva.

Todas as notas biográficas indicam, como pontos altos do seu reinado, o fato de ter casado, ter sido coroada, ter tido filhos, netos e bisnetos, ter tido vários outros jubileus antes deste.

O resto é descrito com verbos tais como "testemunhou", "visitou", "conheceu". Testemunhou vários acontecimentos que mudaram o curso do mundo, visitou mais de 90 países, conheceu 14 primeiros-ministros britânicos e 13 presidentes americanos.

Em 70 anos, contemplou, viajou e conviveu. Viveu adotando exatamente o mesmo comportamento que, segundo creio, se exige a quem visita o palácio de Buckingham: não mexer em nada, para não estragar.

Qualquer trabalhador que apresente este índice de produtividade não dura 70 minutos no seu posto de trabalho, quanto mais 70 anos.

"O que é que você fez este ano, Machado?"

"Gerei descendência, chefe."

"E no ano passado?"

"Fui ao México, aos Estados Unidos e à Suécia."

"Rua."

O sindicato dos monarcas deve ser muito forte.

Ainda mais impressionante do que a sua capacidade para não fazer nada é o talento para não dizer nada.

Não fazemos ideia nenhuma do que Elizabeth 2ª pensa sobre a política interna, ou sobre o brexit, ou até sobre feijoada.

Poder-se-ia pensar que talvez a rainha não tivesse muito tempo para influenciar os destinos do país por estar demasiado investida na família.

No entanto, o filho mais velho casou com uma mulher de que não gostava, e o caso acabou em tragédia.

Outro filho tinha amigos estranhos e protagonizou um escândalo relacionado com agressão sexual.

E um dos netos acusa a família de racismo. Tudo somado, tem sido um reinado excelente. Sobretudo, creio eu, para os partidários da república.

DOM. Ricardo Araujo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Filme sobre jóquei em fim de carreira estreia no sob demanda

Jockey
Para compra ou aluguel no Now e no Google Play, 16 anos
O ator Clifton Collins Junior foi cotado para o Oscar pelo papel de um jóquei veterano, que sonha em encerrar a carreira vencendo um último campeonato. Mas eis que surge um jovem estreante que afirma ser seu filho. Inédito nos cinemas brasileiros, o filme chega por aqui diretamente no serviço sob demanda.

The Boys
Amazon Prime Video, 18 anos
Na terceira temporada da série, o grupo de sete super-heróis enfrenta uma nova ameaça, uma misteriosa arma capaz de destruir todos eles.

Memórias de uma Gueixa
Netflix, 14 anos
Lançado em 2005, o filme de Rob Marshall, diretor de "Chicago", traz gueixas japonesas feitas por atrizes chinesas, como Zhang Ziyi, Gong Li e Michelle Yeoh.

Maratona Bruce Willis
Telecine Action, a partir de 16h35
O canal exibe quatro filmes do astro de Hollywood recém-aposentado — "G.I. Joe: Retaliação" (16h35, 12 anos), "Fogo Contra Fogo" (18h30, 18 anos), "Ameaça no Espaço" (20h15, 16 anos) e "Red: Aposentados e Perigosos" (22h, 14 anos).

S.O.S. Casas Históricas
HGTV, 21h10, e Discovery+, livre
Neste novo reality show, a designer Nicole Curtis reforma imóveis condenados à demolição e devolve a eles toda a sua glória original.

Iron Chef America: Os Lendários
Food Network, 21h15, e Discovery+, livre
Sete cozinheiros profissionais se enfrentam na segunda temporada desta competição culinária na televisão.

CNN Soft Business
CNN Brasil, 23h15, livre
Fernando Nakagawa e Phelipe Siani conversam com especialistas e empresários sobre a possibilidade de faltar chocolate no mundo, já que o consumo só cresce enquanto a produção de cacau segue estável.

Canal Livre
Band, 23h30, livre
Gustavo Montezano, diretor do BNDES, discute as prioridades do banco e o processo de reestruturação que a instituição atravessa.

QUADRÃO | Laerte

DOM. Jan Limpens, Luiz Gê, Ricardo Coimbra, Angeli, Laerte

Anitta vira estátua e quer dar sentido ao verde e amarelo

SÃO PAULO Não é de hoje que Anitta vem se tornando um símbolo no exterior. Mas, neste ano, ela deu mais alguns passos no sentido de se tornar ainda mais conhecida em outras partes do mundo. O movimento mais recente foi ganhar estátua no Madame Tussauds, famoso museu que replica imagens de celebridades em esculturas de cera.

"Estou bem feliz com a homenagem", ela diz, por email. "O Madame Tussauds costuma eternizar figuras que tiveram grandes impactos na cultura, então ocupar espaço junto a esses ícones me enche de orgulho."

A figura da cantora vai ficar exposta em Nova York. Ela aparece usando uma camiseta com os dizeres "garota do Rio", tradução em português de seu single recente, "Girl from Rio".

"Acredito muito na ressignificação do verde e amarelo da nossa bandeira, que é tão linda, como um movimento do povo para o povo, sabe?", diz Anitta, que no festival Coachella deste ano cantou usando roupas com as cores do Brasil. "Achei importante." **Lucas Brêda**

Gusttavo Lima tem show na BA de R$ 700 mil vetado

SÃO PAULO O Tribunal de Justiça da Bahia cancelou nesta sexta-feira um show de Gusttavo Lima com cachê de R$ 704 mil pago pela Prefeitura de Teolândia, cidade baiana a 278 quilômetros de Salvador, durante a Festa da Banana, uma comemoração tradicional da cidade.

A reportagem procurou a Prefeitura de Teolândia para comentar o caso, mas não houve resposta até a conclusão desta edição. Gusttavo Lima diz que "não pactua com ilegalidades" e que não é seu papel "fiscalizar as contas públicas".

Enquanto isso, agentes da Polícia Militar entraram no camarim do sertanejo em Divinópolis, cidade mineira a 124 quilômetros de Belo Horizonte, para prestar apoio, cantar e presentear o cantor — que tem shows cancelados e investigados pelo Ministério Público por receber cachês milionários dos cofres de prefeituras Brasil afora. O encontro foi compartilhado no perfil da corporação no Instagram. Um dos agentes diz que queria levar "a solidariedade e o carinho" da PM. **Pedro Martins**

Alunos da escola municipal Remo Rinaldi Naddeo, em Perus, São Paulo

Necessária, mas insuficiente

[RESUMO] Pesquisador afirma que a educação é insuficiente para reduzir a desigualdade a curto e médio prazo. Investimentos na área levam décadas para surtir efeitos expressivos na sociedade e, ainda assim, a igualdade de oportunidades depende sobretudo de uma expansão maciça do ensino superior, o que nenhum país no mundo conseguiu promover plenamente até hoje

Por **Marcelo Medeiros**
Professor visitante na Universidade Columbia. Autor, entre outros livros, de "O que Faz os Ricos Ricos: o Outro Lado da Desigualdade Brasileira"

Quase todo o mundo que quer reduzir desigualdades de renda aposta na educação. O caminho é o da igualdade de oportunidades, a partir da lógica de que a educação determina os rendimentos do trabalho.

Desse ponto de vista, uma queda na desigualdade educacional reduziria a desigualdade de renda — primeiro, diretamente, ao equalizar a produtividade dos trabalhadores; segundo, indiretamente, ao desvalorizar a educação à medida que ela se torne mais comum. Uma médica ganha mais que uma analfabeta, mas muitas médicas no país fazem o preço da medicina cair em geral.

Essa ideia se limita à renda do trabalho, deixa de lado a renda do capital, mas é bem fundamentada. No abstrato, combater a desigualdade por essa lógica é politicamente fácil de aceitar: ela é compatível com ideais meritocráticos e transfere a maior parte do conflito distributivo para o futuro.

No entanto, os limites de aceitação aparecem quando os custos de equalização radical de oportunidades pela via educacional começam a ser computados, pois esses custos trazem o conflito distributivo para o presente: alguém vai ter que pagar a conta da educação, e essa conta vai ser cara.

A educação deve ser a principal aposta da sociedade para a redução das desigualdades em um prazo razoável de tempo? O que para alguns é uma resposta óbvia, para muitos é uma surpresa: não, não deve; educação é necessária, mas insuficiente.

Por trás dessa negativa estão duas questões fundamentais: quanto tempo leva para educar uma força de trabalho inteira e quanta educação é preciso para reduzir aceitavelmente a desigualdade. Por isso, a negativa precisa ser mais bem-qualificada. A aposta na educação deve ser feita, mas terá efeitos lentos e apenas em casos de mudanças educacionais muito expressivas, além de que tudo depende de como será o trabalho no futuro distante.

Imagine que você vivesse na segunda metade da década de 1950. Era a época do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek. O Brasil tinha 54 milhões de habitantes e era um país muito rural. Metade da população era completamente analfabeta. Não chegava a 100 mil o número de alunos matriculados no ensino superior.

Não havia um volume aceitável de escolas, capacidade administrativa para gerir uma expansão, nem uma quantidade razoável de professores qualificados. Tampouco havia infraestrutura de comunicações, transporte e energia em volume suficiente para garantir grandes mudanças.

Quanto você apostaria na educação para reduzir a desigualdade nas duas décadas seguintes? O que você faria para essa massa imensa de população enquanto um novo sistema educacional não chegasse?

A inércia do passado é muito grande. Em 2010, ainda havia na força de trabalho pessoas que estudaram ou que deixaram de estudar nesse ambiente. Até 2040, uma massa de adultos será filha desses trabalhadores, carregando em sua história tudo o que isso significa para a mobilidade social. A baixa educação das famílias dificulta a educação de novas gerações.

Tenha isso em mente quando decidir o que precisa ser feito para reduzir a desigualdade nas próximas duas décadas e para imaginar o que fazer enquanto essas décadas não chegam.

De todos os fatores relacionados à capacidade de a educação reduzir desigualdades, o mais importante é o tempo. Nenhuma súplica corrompe o tempo. Se uma expansão educacional for de fato capaz de produzir efeitos relevantes sobre a desigualdade, o processo levará anos para começar e décadas para ser concluído. Várias décadas.

É possível melhorar radicalmente um sistema de ensino em um período relativamente curto, especialmente quando esse sistema é muito ruim. Todavia, isso não é simples, pois envolve alterar práticas administrativas e pedagógicas de um quadro de professores que já opera de uma forma específica e que não pode, e talvez não deva, ser substituído facilmente.

É difícil dizer quanto tempo seria necessário para uma melhora dessas, mas o Brasil deu um salto educacional muito grande entre as décadas de 1990 e 2010, e a experiência recente do Ceará sugere que é viável fazer uma mudança dessas em uma década ou pouco mais que isso.

Educação é um investimento de longo prazo de maturação. Leva mais de uma década para formar um jovem na escola e isso na ausência de evasão e repetência, duas coisas ainda muito comuns. Ou seja, na hipótese otimista de

A aposta na educação deve ser feita, mas terá efeitos lentos e apenas em casos de mudanças educacionais muito expressivas, além de que tudo depende de como será o trabalho no futuro distante

Se tivesse havido uma reforma educacional radical no país em 1994, ano do Plano Real, de tal modo que nenhuma criança saísse da escola com menos que o ensino médio, muito pouco teria mudado em 2010: a desigualdade de salários seria apenas 2% menor. Se essa mesma reforma tivesse ocorrido em 1988, ano da Constituição, a queda seria de 3%. Isso é muito pouco

melhorar radicalmente toda a educação brasileira em uma década, levará outra década até que a primeira geração de alunos seja formada nesse sistema aperfeiçoado e entre no mercado de trabalho.

Essa geração, porém, será uma pequena minoria em uma força de trabalho de adultos pouco qualificados que não podem ser educados facilmente. Serão décadas até que as novas gerações qualificadas dominem o mercado de trabalho. Um trabalhador passa mais de dez anos na escola e mais de 40 na força de trabalho.

O estudo "Educação, desigualdade e redução da pobreza no Brasil" calcula que, se tivesse havido uma reforma educacional radical no país em 1994, ano do Plano Real, de tal modo que nenhuma criança saísse da escola com menos que o ensino médio, muito pouco teria mudado em 2010: a desigualdade de salários seria apenas 2% menor. Se essa mesma reforma tivesse ocorrido em 1988, ano da Constituição, a queda seria de 3%. Isso é muito pouco.

Voltando ainda mais no tempo, uma reforma educacional desse tipo implementada em 1974, ano final de um ciclo de elevado crescimento do PIB e da desigualdade erroneamente chamado de milagre econômico, traria redução de desigualdade de 6%. Em 1956, ano do Plano de Metas, queda de 7%. Ou seja, mesmo que desde a década de 1950 houvesse um sistema educacional já melhor que o atual, que garantisse ensino médio para todas as pessoas, isso não bastaria para alcançar a meta "desigualdade 10% menor".

O problema não é só o tempo: é quanta educação é necessária. Sim, mais educação está correlacionada a salários mais altos, mas o que realmente faz diferença é educação superior.

Uma parte muito grande da diferença de salários está associada não ao fato de algumas pessoas terem ensino básico e outras, ensino médio, e sim ao fato de elas terem ou não ensino superior. Ou seja, ensino médio é pouco.

Combater a desigualdade pela via educacional vai exigir a massificação do ensino superior, inclusive com expansão também maciça dos cursos de elite. Melhorar a educação da força de trabalho brasileira de modo a que todos tenham ensino médio, pelo menos, é ótimo, e começar a fazer isso nas novas gerações já seria uma meta ambiciosa para a década de 2030, mas é pouco.

Garantir que todos os jovens do Brasil concluam, no mínimo, o nível superior em cursos com remuneração equivalente à dos diplomados em um dos cursos superiores mais comuns do Brasil, o de formação de professores, já é extremamente audacioso hoje. No entanto, o problema não desapareceria.

Para se ter uma ideia, se essa reforma radical tivesse sido implementada em 1994, a redução da desigualdade seria de apenas 4%; em 1988, 6%; em 1974, 11%; em 1956, 14%. Uma meta "desigualdade salarial 20% menor" não seria atingida nem mesmo se todos os trabalhadores tivessem o equivalente a um doutorado. Isso, vale lembrar, não leva em consideração desigualdades nas rendas de capital, que são muito maiores.

Até o momento, país nenhum no mundo conseguiu realmente expandir seu ensino superior ao ponto de igualar oportunidades. Essa massificação, nos dias atuais, irá custar muito caro. Por mais que o sistema de ensino superior tenha se tornado mais inclusivo nas últimas décadas, será preciso gastar muito mais em educação do que se gasta atualmente para garantir a expansão, e levará muitos anos para que os novos trabalhadores mais educados sejam maioria na população. Educação pode soar inicialmente como uma solução fácil e elegante, mas, quando se fazem as contas, a coisa muda de figura.

Ninguém sabe como será o futuro daqui a meio século. Talvez educação seja mais importante para evitar aumentos futuros da desigualdade decorrentes de novas exigências no mundo do trabalho que para efetivamente reduzir a desigualdade existente. De toda forma, sempre vale esse investimento. Parte do ensino é preparação para a vida profissional, mas o sistema educacional faz muito mais do que produzir trabalhadores.

Educação é um meio para o trabalho, mas também é um fim em si mesma. Pessoas devem ser educadas para que tomem decisões mais bem-informadas sobre suas vidas e as dos outros, para que tenham mais opções de lazer e cultura, para que entendam melhor como o mundo funciona e possam agir sobre ele e para que ajudem a formar as gerações futuras, apenas para citar alguns exemplos.

Há muitas limitações para o efeito que a educação pode ter como mecanismo de redução da desigualdade. Educação no ensino médio nunca foi tão necessária, mas também nunca foi tão insuficiente.

É necessária porque o ensino médio é pré-requisito para a educação superior. É insuficiente porque, para reduzir substantivamente a desigualdade pela via educacional, precisamos expandir expressivamente a cobertura educacional universitária, inclusive nos cursos de elite. ◆

O agro é punk

[RESUMO] 'Tempo Quente', podcast da Rádio Novelo que estreia na terça (7), trata da mudança climática de forma precisa e didática, com muita reportagem, mostrando como lobbies do setor ruralista e do carvão detonam a floresta, envenenam o clima e sustentam Bolsonaro

Por **Marcelo Leite**
Jornalista de ciência e ambiente, autor de 'Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira'

'Homenagem a JMW Turner' (2002), de Thiago Rocha Pitta Divulgação

Mudança climática: pense em uma coisa que não é pop no Brasil. Um podcast inteiro sobre isso, com oito capítulos, teria tudo para entrar em uma fria, mas "Tempo Quente", da Rádio Novelo, consegue passar ao largo das armadilhas que o tema complexo prepara para quem se aventura a explicá-lo.

Não poucos jornalistas de ciência veteranos desistiram da empreitada. Não Giovana Girardi, que leva duas décadas nessa cobertura. Seu programa estreia na terça-feira (7), mesclando precisão com muita reportagem e linguagem leve.

A Folha ouviu os dois primeiros capítulos do podcast. Eles entrarão no ar, um por semana, sempre às terças-feiras.

O primeiro acerto do produto está na dose adequada de didatismo. Girardi explica apenas o necessário para seguir adiante, sem pretensão de expor toda a ciência por trás do aquecimento global. Pretender dizer tudo é o caminho reto para aborrecer.

Um ouvinte familiarizado com o assunto esperaria encontrar já no primeiro episódio uma longa explicação sobre o desmatamento da floresta amazônica, principal fonte de gases do efeito estufa emitidos no Brasil. Nada disso. O podcast surpreende ao dedicar o capítulo de estreia ao carvão.

A apresentadora se permite esclarecer, com humor, que não se trata da variedade vegetal dos churrascos, mas do combustível fóssil das usinas termelétricas, extraído em Santa Catarina. Escolha ousada, porque o carvão mineral responde por apenas 3,1% da matriz elétrica nacional, contra 36,8% na média mundial.

Com participação tão diminuta na geração de eletricidade, não espanta que esse minério represente mero 0,3% de todas as emissões de carbono do país. Comparado ao desmatamento (46%) e à agropecuária (27%), é fichinha, mas sustenta 20 mil empregos na região de Criciúma (SC) e um poderoso lobby em Brasília.

Projetar o foco inicial de luz sobre o setor tem o mérito de pôr em evidência personagens obscuros como Fernando Luiz Zancan, presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral. O leitor pode não conhecê-lo, mas pagará ainda por muitos anos, na conta de luz, o custo das vitórias conquistadas pelo lobista.

É fascinante ouvir a lábia do homem, enchendo a boca para falar de "carvão sustentável" e "transição justa". Ficções em torno de um combustível fóssil e poluente, condenado no mundo todo, mas que no Brasil ganhou sobrevida até 2040 com compras mínimas de energia termelétrica fixadas em projeto de lei que tramitava em novembro de 2021 e terminaria sancionado por Jair Bolsonaro em janeiro.

O podcast ainda estava em apuração, a cidade escocesa de Glasgow sediava a 26ª cúpula do clima, e Girardi achava que o absurdo de lesa-atmosfera não vingaria. Bastaram três semanas para o Congresso aprovar. "A ingênua era eu", desabafa a jornalista.

Poucos brasileiros sabem da extração de carvão mineral em Santa Catarina, e menos ainda são velhos o bastante para se lembrar do acidente na mina em Urussanga que matou 31 trabalhadores. Outros aconteceram, nenhum tão grave, mas o alto risco da operação não combina com a retórica de preservação de empregos.

"Tempo Quente" dá voz para quem sofreu e ainda sofre os impactos da "transição justa" para o "carvão sustentável" de Zancan. Um deles é Giovani Felipe, historiador que na juventude sonhava em trabalhar nas minas, atraído por jornadas de seis horas, bons salários e aposentadoria após 15 anos.

O sonho se realizou, mas virou pesadelo. Um choque elétrico no maquinário arrancou-o do chão e lhe custou duas paradas cardíacas. Viu colegas feridos ou mortos em outros acidentes. Abandonou o ramo e hoje se dedica a registrar a saga dos mineiros catarinenses.

Girardi visitou o buraco alagado e abandonado no meio do mato onde ocorreram as mortes de 1984. Também desceu em uma mina para conhecer as condições de trabalho, espantando-se com a ausência de picaretas e a onipresença das máquinas no local escolhido a dedo para impressionar a repórter —que se impressionou mesmo foi com o cheiro de enxofre exalado do carvão.

O tema do episódio, no fundo, não é o carvão por si só, mas a força dos lobbies. Ela aparece com todo peso no segundo capítulo, em que o poder do setor ruralista e o dano que causa à Amazônia se mostram sem disfarces, como na melhor tirada de Girardi: "O agro não é pop, é punk".

Projetar o foco inicial de luz sobre o setor do carvão tem o mérito de pôr em evidência personagens obscuros como Fernando Luiz Zancan, presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral. O leitor pode não conhecê-lo, mas pagará ainda por muitos anos, na conta de luz, o custo das vitórias conquistadas pelo lobista

A apresentadora se cerca de três especialistas para retraçar a gênese da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) e sua ligação umbilical com o centrão e o bolsonarismo. São eles: Suely Araújo, ex-presidente do Ibama e consultora parlamentar por três décadas, Raoni Rajão, pesquisador da UFMG, e Caio Pompeia, antropólogo da USP.

Com ajuda do trio ela remonta a organização da FPA após a introdução de medidas eficazes, pela ministra Marina Silva (governo Lula), para fazer cumprir as regras do Código Florestal sempre desobedecidas até ali, sem consequências.

Com o corte de crédito para desmatadores, o agrocentrão ergueu o Instituto Pensar Agropecuária e organizou a "narrativa" de que a legislação ambiental impedia o setor de produzir alimentos.

Se Zancan comanda às claras o lobby do carvão, no caso da cruzada agro-ogra há uma eminência parda acoitada na Embrapa: Evaristo de Miranda. Desde os tempos de José Sarney presidente, o pesquisador, que se negou a dar entrevista para o podcast, se especializou em fabricar estatísticas duvidosas para acomodar os ruralistas no papel de vítimas.

Segundo Miranda, a legislação ambiental e indigenista brasileira, supostamente draconiana, deixava só 29% do território nacional disponível para produtores rurais. Pesquisadores mais sérios e reconhecidos corrigiram os números: 45% do Brasil estavam disponíveis para ruralistas, e propriedades rurais já ocupavam 36% — além de responder por mais da metade do desmatamento.

Foi com os dados oportunistas que Aldo Rebelo, na Câmara, e Kátia Abreu, no Senado, passaram com o trator sobre o Código Florestal em 2012, garantindo anistia para desmatamentos ilegais até 2008.

Foi a primeira grande derrota de Dilma Rousseff no Congresso. Apesar disso, Rebelo e Abreu se tornaram ministros da presidente reeleita, respectivamente da Ciência e da Agricultura, entronizando o negacionismo no Planalto.

As patranhas de Miranda motivam um dos momentos mais hilários do podcast, quando a ex-ministra do Ambiente Izabella Teixeira diz nunca ter visto pessoalmente o especialista da Embrapa, cujos dados qualifica como "perversos". "Se encontrar esse homem, sou capaz de lhe dar um murro na cara."

Fato é que a mudança de narrativa promovida pelo agronegócio não se apoiou só nos números criativos da Embrapa, mas também em campanhas de relações públicas. A mais visível é a série de publicidade institucional da Rede Globo "Agro é pop, agro é tech, agro é tudo".

A iniciativa do setor agropecuário para minimizar a mudança do clima e a imperativa contenção do desmatamento equivale ao que Rajão chama em "Tempo Quente" de agrossuicídio. O proverbial tiro no pé dificulta acesso a mercados externos e a financiadores, já ressabiados com o aquecimento global, que por sua vez prejudica a própria produção ao perturbar o clima e o regime hídrico.

O próprio Rajão, entretanto, explica a origem dessa cegueira voluntária: "Objetivamente, nunca ganharam tanto dinheiro", diz. "Evaristo Miranda está tocando a flauta em direção ao precipício."

Os episódios 3 e 4 de "Tempo Quente" tratarão de como o precipício amazônico se alargou com a abertura e a pavimentação das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica.

Depois virão o caminho virtuoso traçado e nunca seguido no Projeto Brasil 2040, o erro colossal de Belo Monte, as crises gêmeas hídrica e energética e a consagração do negacionismo no governo Bolsonaro. ◆

FOLHA DE S.PAULO ★★★
DOMINGO, 5 DE JUNHO DE 2022

Mulheres xavantes durante caminhada para coleta de sementes do cerrado perto da serra do Roncador, na Terra Indígena Pimentel Barbosa, em Mato Grosso

Xavantes semeiam a restauração do cerrado

Projeto em terra indígena de Mato Grosso vende espécies para reflorestamento do bioma, que enfrenta desmate; cerca de 12% dessa vegetação no estado deu lugar a pastagens e monocultura nas últimas décadas Continua nas págs. 6 e 7

Indira Gandhi (na tribuna), primeira-ministra da Índia, durante discurso na Conferência de Estocolmo, em 1972 Yutaka Nagata/UN Photo

Há 50 anos, diplomacia ambiental estreava sob resistência brasileira

Conferência de Estocolmo, que originou o Dia Mundial do Meio Ambiente, opôs países ricos e em desenvolvimento

Ana Carolina Amaral

SÃO PAULO Palco de estreia da diplomacia ambiental, há 50 anos, a Conferência de Estocolmo alavancou a relevância do meio ambiente para um patamar estratégico nas relações internacionais.

Na capital sueca, a ONU reuniu representantes de 113 países dos dias 5 (que viria a se tornar a partir dali o Dia Mundial do Meio Ambiente) a 16 de junho de 1972. O evento criou o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e aprovou uma declaração com 26 princípios — entre eles, prevenir a poluição, reduzir o lançamento de metais pesados na natureza e controlar pesticidas agrícolas.

O impulso para a mobilização global vinha de desastres ecológicos das últimas décadas, principalmente em países desenvolvidos, como a contaminação por mercúrio na cidade japonesa de Minamata.

A bandeira levantada pelos países desenvolvidos, porém, causou desconfiança no bloco dos países em desenvolvimento, que almejavam agendas de cooperação econômica.

Grupo de ambientalistas em protesto perto do edifício do Parlamento sueco, em Estocolmo Yutaka Nagata/UN Photo

A conferência buscou traçar uma rota de união entre o meio ambiente e o desenvolvimento, discutidos conjuntamente até os dias atuais. A conexão entre as agendas foi uma exigência do Brasil — que ainda hoje reforça essa posição.

"A longo prazo, os próprios objetivos do desenvolvimento tornam-se ambientais por natureza", disse o diplomata brasileiro Miguel Ozório em um seminário regional em 1971.

A posição ganhou o apoio dos países em desenvolvimento e foi levada adiante nas reuniões preparatórias de Estocolmo, como condição para que o evento contasse com participação global.

Sob o governo militar, o Brasil temia que um tratado ambiental impusesse limitações à sua soberania, à exploração do território e ao crescimento econômico — pungente naquele período a partir da expansão agrícola e industrial. Outros países em crescimento acelerado, como África do Sul e Coreia do Sul, compartilhavam desse receio.

"Houve uma negação da realidade impressionante. O Brasil foi campeão. Liderava a concepção de que essa era uma agenda dos países ricos para manter na pobreza os países pobres", afirma Eduardo Viola, professor de relações internacionais na Universidade de Brasília e pesquisador do IEA USP.

"Essa concepção era parte de um grupo que estava contra a agenda de Estocolmo. Hoje é diferente: o Brasil está em um extremo do negacionismo no mundo."

Pressionado por manter regime autoritário e questionado sobre direitos humanos e proteção a terras indígenas, o país também buscava uma saída diplomática.

"Existia, também, a percepção de que favorecer o crescimento econômico de países totalitários agravava ainda mais os problemas nas áreas dos direitos humanos e ambiental", afirma o embaixador André Corrêa do Lago no livro "Conferências de Desenvolvimento Sustentável".

O autor — que chefiou a delegação brasileira em negociações do clima entre 2011 e 2013 — narra que havia receio dos países desenvolvidos sobre um possível bloqueio brasileiro à conferência, mas sustenta que a intenção do Itamaraty era de fazer propostas.

A resistência brasileira à agenda ambiental trazida pelos países desenvolvidos é avaliada como um erro histórico por setores ambientalistas. No entanto, o entrelaçamento da pauta ambiental com a agenda do desenvolvimento prevaleceu na discussão internacional nas décadas seguintes, o que é visto pela diplomacia como um acerto histórico.

"A posição defendida pelo Brasil durante um regime autoritário provaria ser adequada a um país democrático", afirma Do Lago.

"Toda vez que a perspectiva de um investimento na melhoria ambiental não possa ser direta ou indiretamente ligado a um aumento da produção ou da produtividade e se o aumento não for igual ou maior do que a produtividade média obtida em outras iniciativas econômicas, o investimento em meio ambiente não se justificará neste estágio específico de desenvolvimento econômico", resumia Miguel Ozório em documento preparatório para Estocolmo.

Pautada pela percepção de que as questões ambientais teriam alcance local ou regional, a conferência de Estocolmo teve como principal desdobramento, já nos anos seguintes, a criação de políticas nacionais de proteção ambiental e órgãos de controle em dezenas de países.

Em 1974, o Brasil criou a Secretaria Especial de Meio Ambiente, precursora do Ministério do Meio Ambiente. Em 1981, passou a contar com um conjunto de órgãos públicos para administrar a proteção ambiental, por meio do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Em 1988, os princípios de proteção ambiental e o direito ao meio ambiente equilibrado foram expressos na então nova Constituição.

"A questão ambiental penetrou praticamente em todos os países de renda média ou alta. Em países pobres, de acordo com a classificação do Banco Mundial, a penetração da questão ambiental ainda é muito baixa", avalia Viola.

Em 1987, o relatório da Comissão Brundtland selou a união entre as agendas do meio ambiente e o desenvolvimento ao cunhar o termo "desenvolvimento sustentável", que permanece atual e dá nome à Agenda 2030 da ONU. Ela trata da busca global e voluntária de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, abarcando desde o combate à fome até a implementação de energias renováveis.

Contudo, a dimensão global das questões ambientais ainda viria à tona com o desenvolvimento das evidências científicas sobre as mudanças climáticas e a criação do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima da ONU), em 1988.

Diferente de contaminações e desastres ecológicos que se limitam a um território, os gases-estufa emitidos em qualquer lugar têm impacto geral na soma de emissões que causam as mudanças climáticas. A conta — com responsabilidades diferenciadas entre países pobres e ricos — passou a ser planetária.

Em 1992, o Rio de Janeiro sediou a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92 (leia mais na pág. 16). Ela consolidou um lugar estratégico para a pauta ambiental nas relações internacionais, com a criação de convenções para negociar acordos sobre mudanças climáticas e biodiversidade.

Após 50 anos de Estocolmo, a capital sueca voltou a receber representantes de todo o mundo para o evento de celebração na última semana. A implicação da pauta ambiental na agenda econômica foi explicitada pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, que defendeu uma reforma na medição do progresso econômico.

"Parte da solução está em dispensar o PIB (Produto Interno Bruto) como um indicador da influência econômica dos países", disse. "Não esqueçamos que quando destruímos uma floresta, estamos aumentando o PIB. Quando pescamos em excesso, estamos aumentando o PIB. O PIB não é uma forma de medir a riqueza na situação atual do mundo", completou.

1956 - Desastre de Minamata
Contaminação em massa por mercúrio descartado por uma indústria na cidade japonesa de Minamata, provoca milhares de casos de doenças neurológicas

1962 - 'Primavera Silenciosa'
O livro da bióloga marinha americana Rachel Carson denuncia os impactos dos pesticidas e a desinformação espalhada pela indústria química, impulsionando o movimento ambientalista

1968 - Clube de Roma
O empresário italiano Aurelio Peccei, presidente da Fiat, reúne-se com cientistas e políticos para discutir o futuro da condição humana no planeta. Em 1972, o grupo publica o relatório "Os Limites do Crescimento"

1972 - Conferência de Estocolmo
Pela primeira vez países reconhecem a responsabilidade de proteger o meio ambiente. ONU cria o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)

1986 - Acidente de Chernobyl
A explosão de um reator da usina nuclear de Chernobyl no norte da Ucrânia leva à morte milhares de pessoas em decorrência do contato com a radiação

1987 - Relatório 'Nosso Futuro Comum'
A Comissão Brundtland propõe o conceito de desenvolvimento sustentável: "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades"

1987 - Protocolo de Montreal
Países se comprometem a eliminar a emissão de gases que destroem a camada de ozônio da atmosfera

1988 - Painel do Clima
ONU cria o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, na sigla em inglês).

1992 - Rio-92
Primeira conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, no Rio, publica a Carta da Terra e cria as convenções do clima.

1997 - Protocolo de Kyoto
Primeiro acordo sobre mudança do clima é assinado e impõe metas de redução de emissões de gases-estufa aos países desenvolvidos. O acordo cria regras para mercados de carbono

2005 - Acordo insuficiente
Protocolo de Kyoto finalmente entra em vigor, sem contar com a ratificação dos EUA, maior emissor histórico de gases-estufa

2009 - COP15 em Copenhague
Conferência busca criar novo acordo para substituir Kyoto, mas fracassa. Países ricos prometem US$ 100 bilhões ao bloco em desenvolvimento para ações climáticas até 2020 — o valor não foi completado até hoje

2011 - Protocolo de Nagoya
Fruto da Convenção de Diversidade Biológica criada na Rio-92, o acordo cria regras para a repartição de benefícios do uso econômico de recursos genéticos da biodiversidade

2015 - Acordo de Paris
Acordo tem metas climáticas determinadas livremente por cada país. O objetivo é conter o aquecimento global em até 2°C, preferencialmente perto de 1,5°C. O mundo já aqueceu 1°C

2017 - Novo recuo
Os EUA desembarcam do Acordo de Paris, causando nova onda de apreensão internacional sobre os compromissos ambientais

2018 - IPCC impõe prazo
Em relatório sobre o limite de aquecimento global de 1,5°C, painel climático da ONU estabelece que o mundo deve cortar 55% das emissões de gases-estufa até 2030 para evitar danos catastróficos do clima.

2021 - Livro de regras de Paris
Na COP 26, países concluem regulamentação do Acordo de Paris, definindo regras para monitorar redução das emissões. Sob novo governo, os EUA retomam ao acordo. Países em desenvolvimento seguem cobrando financiamento para ações climáticas

2022 - Recordes catastróficos
Medições mostram que os últimos sete anos foram os mais quentes da história. No Brasil, inundações causam mortes e deixam desabrigados, enquanto secas no Sul ocasionaram perdas agrícolas

Samela no Acampamento Terra Livre, em Brasília

Samela Sateré Mawé, 25
Compõe o quadro brasileiro do Fridays For Future (movimento fundado pela sueca Greta Thunberg), faz parte da equipe de comunicação da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e da Anmiga (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade). É estudante de biologia da UEA (Universidade do Estado do Amazonas)

Samela Sateré Mawé

A luta dos nossos pais e avós agora conta com novas armas, os celulares

Líder indígena conecta mudança climática à insegurança alimentar e defende desenvolvimento a partir da participação dos povos

> Por muito tempo, tivemos muitas pessoas falando por nós: o que elas acham, o que elas pensam. Mas a gente acredita que nada é por nós sem nós

> Nós dominamos uma ferramenta que nossos antigos não dominam ainda. E é uma ferramenta eficiente dentro do movimento indígena, a gente viu isso durante a pandemia. A internet mobilizou muitas pessoas para ajudar os povos indígenas

> Quando se tem uma presidência que declara guerra aos povos indígenas, outras pessoas se sentem também livres para ameaçar nossos territórios, porque acham que são impunes

ENTREVISTA

Ana Carolina Amaral

SÃO PAULO Há uma desordem no clima. Um ano de cheia exacerbada, outro de seca severa. "Ou a raiz seca e não dá mandioca, ou encharca, apodrece e não dá mandioca do mesmo jeito", conta a líder indígena e estudante de biologia Samela Sateré Mawé.

A explicação acompanha uma exigência: se os povos indígenas estão entre os mais afetados pela mudança do clima, devem ter lugar nas mesas onde se tomam decisões.

Como uma das representantes da iniciativa Uma Concertação pela Amazônia, que reúne membros de diversos setores da sociedade para repensar o desenvolvimento da região, Samela foi a Estocolmo, na Suécia, na última semana, para levar uma visão indígena aos debates que celebram os 50 anos da primeira conferência ambiental da ONU.

À Folha, a manauense conta sobre a busca de representação indígena, responde a visões preconceituosas e avalia os desafios para o protagonismo jovem e feminino, dentro e fora das aldeias. "Só as mulheres que estão fora do território têm vez e voz."

Qual mensagem você buscou levar à conferência Estocolmo+50? A gente busca levar uma visão decolonial do que é desenvolvimento, que é a proposta do envolvimento. A gente quer o envolvimento dos povos indígenas em tudo que tange nosso bioma. Se grandes empresas e investidores querem ter algum trabalho aqui na Amazônia, a gente quer ser consultado, quer estar nos espaços de tomada de decisão.

A gente vê [nessas conferências globais] pessoas ricas, com grande poder aquisitivo. É como se nós fôssemos moeda de troca. Como se estivéssemos ali para eles negociarem por nós.

Por muito tempo, tivemos muitas pessoas falando por nós: o que elas acham, o que elas pensam. Mas a gente acredita que nada é por nós sem nós.

As pessoas que estão lá debatendo não sofrem com as mudanças climáticas no dia a dia, não dependem do rio e da terra para sobreviver. Já os indígenas são um dos principais afetados pelos efeitos das mudanças climáticas.

Com quais efeitos vocês já lidam? A gente mora no Norte, no Amazonas. A gente nunca viu tantas cheias como agora. Um ano de cheia, outro de seca severa. Quando a chuva é pouca, não dá tempo de a roça germinar. As raízes secam, não dá mandioca suficiente para fazer farinha. Quando chove muito, apodrece tudo, fica muito encharcado, não dá para fazer a farinha da mesma forma.

Esse período maluco também influencia na reprodução de animais bioindicadores, como as minhocas, os besouros, que a gente usa tanto para a fertilidade do solo quanto para a pesca. Quando esses ciclos se alteram, ou eles não conseguem se reproduzir, ou se reproduzem demais, com muito calor. Acaba tendo uma desordem no clima.

Quais as consequências sociais dessa desordem? Fome. Ela é muito grande nos territórios indígenas, trazida pelas mudanças climáticas e também por invasões, desmatamento e queimadas, que também causam as mudanças climáticas.

Mas isso não é debatido nos grandes eventos de mudanças climáticas. O que é debatido lá é crédito de carbono, grandes empresas, grandes lucros, compensações ambientais. E as pequenas populações que dependem do clima?

Na COP26, última conferência do clima da ONU, o mundo conheceu a voz da liderança indígena Txai Suruí. Vocês estavam juntas lá e agora na Estocolmo+50. Na sua avaliação, o que impulsionou o protagonismo dos jovens indígenas? A ascensão da internet. Nós dominamos uma ferramenta que nossos antigos não dominam ainda. E é uma ferramenta eficiente dentro do movimento indígena, a gente viu isso durante a pandemia.

A internet mobilizou muitas pessoas para ajudar os povos indígenas. E está ajudando com as denúncias sobre o que acontece no nosso território. Estamos protagonizando a luta dos nossos pais e avós com as nossas novas armas, que são os celulares e a internet.

Como começou o seu engajamento no movimento indígena? Nasci dentro do movimento indígena, na Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé. Minha avó foi a fundadora e, quando ela faleceu, minha mãe passou a ser a coordenadora.

Minhas primeiras lembranças do movimento indígena são de estar pintando, porque minha mãe pegava papéis que ela ganhava na reunião e me dava para que eu pintasse e ficasse quieta durante a reunião.

Quando entrei na universidade, através da política de cotas, em 2015, passei a ter um lugar de vez e voz dentro da universidade. Porque lá a gente via que entrava estudante indígena todo ano, mas não via ninguém se autoafirmando. Então a gente fez um movimento de autoafirmação dentro das universidades. E como eu sempre estava no movimento, passei a ser convidada para falar nas reuniões. Fui desenvolvendo a fala, as pronúncias.

Esse protagonismo feminino é recente no movimento indígena? Como se desenvolveu? É um movimento novo, mas a associação não é nova. Só as mulheres que estão fora do território têm vez e voz.

A gente só conseguiu isso porque elas foram tiradas do território na década de 1970 pela atual Funai. Teve todo o impacto social de ir para Manaus, trabalhar em casa de família, não conseguir estudar. Então elas se organizaram em uma associação para poder sobreviver na cidade. Como eram todas mulheres, o protagonismo foi feminino. Mas no território ele ainda é masculino, porque o povo é patriarcal.

No movimento indígena nacional, existem poucas organizações de mulheres. Ano passado, organizamos a Anmiga (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade).

Agora, quando a gente pensa em lideranças indígenas, a gente pensa em nomes de mulheres. Isso para mim é muito bom, porque elas são minha inspiração, como a Sonia Guajajara, a Alessandra Munduruku e outras que sofreram grandes dificuldades também dentro dos seus territórios, com violações e homens olhando torto. É bem difícil que as mulheres se levantem. Principalmente a juventude.

Como avalia o tratamento dado aos povos indígenas pelo atual governo? Quando se tem uma Presidência que declara guerra aos povos indígenas, outras pessoas se sentem também livres para ameaçar nossos territórios, porque acham que são impunes.

A gente vê um desmonte dos órgãos de proteção ambiental e também os cortes na educação. A gente está sendo podado para não poder responder às ações contra a gente.

Já não havia demarcação de terras indígenas há muitos anos, desde governos anteriores. Mas neste governo isso se acentuou, porque foi falado escancaradamente que não haveria demarcação e foi anunciado um preconceito exacerbado contra os povos indígenas.

Qual é a sua resposta às falas preconceituosas? Não adianta falarem que os indígenas são empecilhos ao desenvolvimento, porque nossos territórios são os menores que temos desde a invasão. Só temos 13% de terras indígenas demarcadas. A gente era um país de 100% de terras indígenas. E nesses 13% é onde tem a maior conservação da biodiversidade.

Quando as pessoas desmatam, grilam as terras, não é para melhorar a economia do país. Não é para acabar com a fome do país. Nada disso fica no país. A produção de soja e do gado é para exportação e esse dinheiro vai para o bolso de poucas pessoas.

Embora a disputa presidencial chame mais atenção, boa parte dos retrocessos ambientais e de direitos indígenas são articulados no Congresso. Como pretendem influenciar essa configuração, agora no contexto eleitoral? Nós estamos investindo em mais representatividade indígena na política. Nós só temos uma representante indígena que é a Joenia Wapichana (Rede-RR). E com a entrada dela, muita coisa já virou o jogo para a gente.

No Acampamento Terra Livre, lançamos a bancada do cocar, com candidaturas de mulheres indígenas nos estados. A gente precisa estar nos espaços em que as leis são votadas.

Xavantes semeiam a restauração do cerrado

Continuação da pág.

DIAS MELHORES

Dado Galdieri e Daniel Grossman

ALDEIA RIPÁ (MT) E BOSTON Em uma manhã abafada de dezembro passado, oito mulheres e seu cacique deixaram a aldeia indígena xavante Ripá, na Terra Indígena Pimentel Barbosa, a bordo de um caminhão. Depois de alguns quilômetros, ao fim da estrada, começaram uma caminhada em fila indiana por trilhas escondidas abaixo da grama que lhes chegava ao joelho.

A sombra, pouca, vinha das árvores finas, baixas e retorcidas. "É o amor que sentimos pelas plantas, por seus frutos e sementes que nos faz caminhar sob o sol sem reclamar", afirma Neusa Rehum'Wotsi'ö Xavante, filha do cacique.

A maioria dos cerca de 20 mil xavantes vive no cerrado em Mato Grosso, um mosaico de conservação e desmatamento, que cobre 40% do estado. Apesar de mais seco e menos denso do que a floresta amazônica, conta com fauna e flora exuberantes e únicas.

Por isso, biólogos costumam chamá-la de a savana mais biodiversa do mundo e estimam que 5% das espécies de plantas e animais do planeta vivam nesse bioma.

Nas últimas décadas, porém, aproximadamente 12% do cerrado em Mato Grosso passou a dar lugar a pastagens e monocultura de grãos.

Há sete anos, membros da aldeia Ripá trabalham para restaurar parte da vegetação do cerrado. O objetivo é proteger seu território e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade de vida dos moradores, vendendo sementes coletadas na região.

Desde que tem memória, o povo xavante faz viagens frequentes para a coleta de sementes. Elas são conhecidas como "dzomoris". Essas expedições, durante as quais homens caçam e mulheres colhem frutas e raízes, são parte de seu calendário cultural.

Na aldeia Ripá, muitas vezes as mulheres acompanhadas de guias masculinos, que conhecem melhor a geografia pela sua relação com a caça, fazem essas viagens especificamente para coletar sementes.

"Com estas sementes, vamos reflorestar", afirma o cacique José Serenhomo Sumene Xavante. Ironicamente, os compradores das sementes muitas vezes são os mesmos indivíduos e empresas responsáveis por projetos que causam desmatamento e levam à necessidade de replantio.

Um dia após a expedição de coleta, o cacique levantou cedo para pintar seu corpo com tinta de guerra vermelha e preta. Aplicou a mistura de urucum e cinzas de raízes nas costas, no peito e no cabelo.

Sob um céu nublado, na clareira onde as crianças da aldeia costumam jogar futebol, seus guerreiros mais saudáveis, também pintados, se reuniram ao redor dele, cantando e golpeando a terra batida com suas bordunas e arcos.

O chefe fez então um discurso curto e eloquente, dizendo que já era chegada a hora de expulsar os forasteiros que haviam cavado uma mina de cal no limite sul de sua reserva. Imitando um pássaro, ele chamou os homens com gritos curtos e agudos, e eles se amontoaram na traseira da velha caminhonete da aldeia.

Poucas horas depois, os guerreiros estavam cara a cara com o mineiro e sua família. Ele exibiu documentos que sua esposa trouxe às pressas. Afirmou que mostravam que a mina não estava em território indígena. Os indígenas, tentando decifrar os papéis, falavam entre si em xavante, o que irritou o garimpeiro.

Os ânimos se alteraram e os indígenas continuaram insistindo em saber quem autorizou a operação. O homem disse que um outro chefe xavante havia dado permissão.

Os líderes indígenas não têm autoridade para permitir que pessoas de fora desmatem e usem a terra ou seus recursos minerais. Mas, na prática, isso acontece, e o cacique José Sumene está ciente. Não havia mais nada a fazer. Ele e seus guerreiros voltaram para o caminhão e foram embora.

A maior parte das áreas desmatadas do cerrado são, porém, terras privadas, fora dos limites das reservas. O agronegócio ocupa áreas com monoculturas industrializadas de soja, milho e algodão. No governo Jair Bolsonaro (PL), esse processo se acelerou.

Foi para ajudar a restaurar as florestas devastadas de Mato Grosso, mesmo que simbolicamente, que o cacique participou da expedição de coleta de sementes no dia anterior.

Essa expedição, aliás, teve um início assustador. Logo que as coletoras saíram do caminhão, uma cascavel bloqueou o caminho. As mulheres gritaram e a serpente deslizou rapidamente para atrás de uma árvore. O líder correu em seu encalço e a matou com golpes de borduna.

Como se nada houvesse acontecido, a expedição se reagrupou e continuou subindo a elevação suave em direção às encostas da serra do Roncador, formação rochosa sagrada para o povo xavante, de acordo com o cacique. Quanto mais perto das chapadas, mais altas e próximas as árvores crescem — e o ar abafado finalmente esfria.

Continua na pág. 7

1 Xavantes cuidam de estufa com mudas de plantas nativas 2 Indígenas são transportados em caçamba de caminhão para área de coleta das sementes 3 Coleta de frutas de murici nas proximidades da aldeia Ripá Fotos Dado Galdieri/Hilaea Media

Continuação da pág. 6

A expedição fez uma pausa em uma área pantanosa que cobre um pequeno vale entre chapadas. As mulheres se espalharam por um labirinto de riachos, colhendo punhados de buriti do chão encharcado, colocando-os nas cestas que teceram com a fibra das folhas da mesma palmeira. As palmeiras de buriti prosperam onde o solo está encharcado e costumam ser indicadores de seu bom funcionamento.

O povo xavante sabe que há mercado para essa fruta em outros lugares. Mas as mulheres da aldeia Ripá estavam também colhendo para consumo próprio, planejando vender as sementes depois.

O lucro com a venda de sementes, para toda a comunidade, é de cerca de R$ 6.000 por ano. Isso complementa sua renda com a venda de artesanato e subsídios governamentais que recebem, mas é insuficiente para manter o grupo em condições de proteger um território tão vasto.

No entanto, não é a renda a principal razão para esse trabalho, afirmam os xavantes: cada "dzomori" ajuda a curar a floresta danificada. "Os não indígenas estão destruindo o cerrado e não entendem a natureza", avalia Neusa.

Na jornada acompanhada pela reportagem, a procura deu resultados para além do buriti. Ao todo, cada mulher conseguiu coletar mais de dez quilos de frutos e sementes.

Uma mulher da equipe escalou a copa retorcida e atarracada de uma árvore de murici, sacudindo com força alguns galhos. A árvore vibrou, e uma chuva de frutas firmes e amarelas cobriu o chão.

Outras mulheres apanharam frutas pálidas caídas ao redor de um angelim.

As sementes recolhidas pelo povo da aldeia Ripá encontram mercado entre proprietários da região em razão das leis que preveem a manutenção da vegetação nativa.

Em Mato Grosso, entre 35% e 80% da floresta devem ser protegidos, embora a realidade seja que as fazendas muitas vezes reservem menos espaço do que deveriam.

Quando há desmate além do limite — e a sua fiscalização — os donos precisam replantar árvores nativas e podem, assim, recorrer às sementes.

Os moradores de Ripá e de outros 24 grupos indígenas em Mato Grosso vendem sua coleta para uma rede que funciona como um intermediário. A chamada Rede de Sementes do Xingu é a maior fornecedora de sementes nativas do Brasil.

Em 2007, uma coalizão de indígenas e não indígenas a fundou como forma de reflorestar a orla do rio Xingu, e a rede tem crescido desde então.

A rede não vende apenas sementes para agricultores e outros clientes — também se oferece para ajudar a plantá-las. Coletores dentro e fora dos territórios indígenas, até mesmo em áreas urbanas, contribuem para o estoque. Em seus 15 anos, a rede calcula ter vendido mais de 300 toneladas de 220 espécies de sementes, quase tudo apenas para Mato Grosso.

A área replantada é estimada em 74 km², quantidade que não chega nem perto, contudo, de equilibrar o que foi desmatado. Somente em 2021 a perda de vegetação foi 35 vezes maior (cerca de 2.600 km²) do que a replantada nos 15 anos da rede.

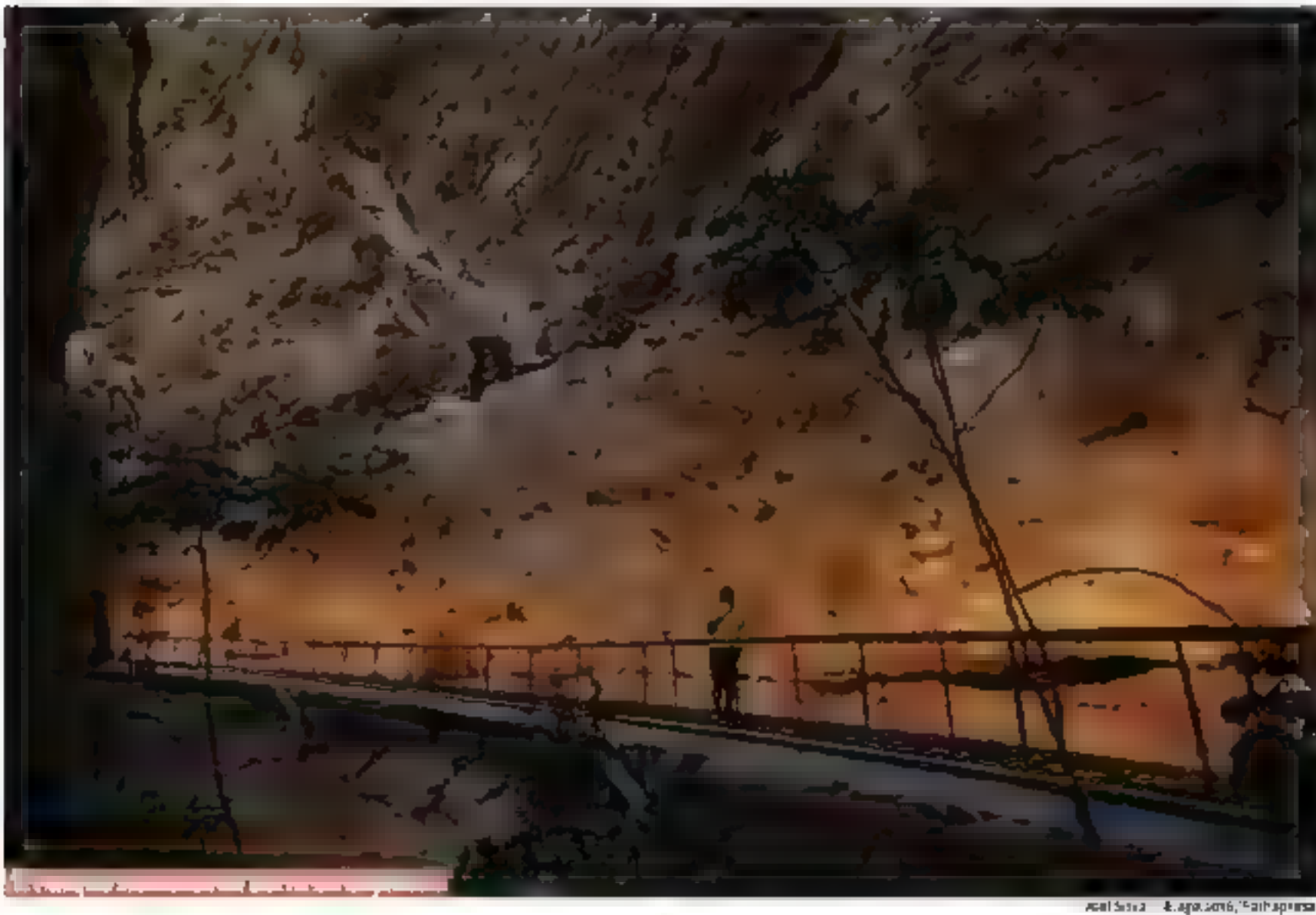
Depois que o cacique, sua filha e as outras mulheres voltaram para a aldeia, havia mais trabalho a fazer. Dzaura Pe Wei Xavante catou as frutas de murici que trouxe, escolhendo as melhores para comer e retirando caules e terra das outras, em um balde d'água.

Após descascar as frutas, colocou as sementes para secar. Os futuros compradores, assim como os indígenas fazem às vezes, utilizarão essas sementes misturadas a dezenas de outras espécies, numa técnica chamada muvuca.

Ela consiste em combinar as espécies de acordo com a sua capacidade de coexistência e lançar as sementes ao ar em direção a pequenas valas. A ideia é que assim, em uma década, o local consiga imitar a floresta nativa.

Bruna Ferreira, diretora da Rede de Sementes do Xingu, admite que a tarefa de recuperar o cerrado diante do desmatamento "às vezes parece desalentadora".

Ela pondera, no entanto, que as conquistas não devem ser julgadas só pela quantidade de terras restauradas com a dedicação dos envolvidos na rede. O esforço é "um trabalho de resistência, fortalecendo essas comunidades".

Os jornalistas Dado Galdieri e Daniel Grossman fizeram a reportagem com apoio do Pulitzer Center

Parques nacionais ampliam estrutura de acessibilidade

Trilhas suspensas, elevadores e bosques sensoriais estão entre os recursos

VIDA PÚBLICA

Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO Logo após ficar cego, há cerca de quatro anos, o dedetizador Leandro de Queirós Vieira, 45, visitou o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro. Graças a uma trilha sensorial recém-instalada ali pôde experimentar com autonomia a variedade de fauna e flora que a mata atlântica oferece ao andar descalço pelo caminho verde, apoiado em corrimão de madeira.

Leandro sentiu o cheiro da natureza, tocou um espécime de pau-brasil, pisou na areia, em pedras, na grama, em folhas e em pétalas. "Parecia um tapete de veludo", descreve.

A ação inclusiva faz parte de um movimento nacional para tornar a natureza brasileira um lugar mais acessível para públicos diversos, como crianças, pessoas mais velhas, pais com carrinhos de bebês e pessoas com deficiência sensorial, física e intelectual.

Parques naturais não podem sofrer alterações que modifiquem características do meio ambiente, então os gestores precisam promover as mudanças de forma sustentável e criativa.

1 Plataforma no Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí

2 Rampa leva até o mar no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha Divulgação

3 e 4 Trilha sensorial com plantas e rochas no Parque Nacional do Itatiaia; Leandro Vieira foi uma das primeiras pessoas com deficiência visual a conhecer o bosque sensorial do lugar Divulgação

"Por isso são realizadas intervenções com impacto mínimo, sempre pensando na proteção tanto da natureza quanto dos visitantes. Conseguimos manter a experiência mais primitiva, próxima da natureza e, claro, mais acessível", afirma Roberta Barbosa, coordenadora de planejamento, estruturação da visitação e do ecoturismo do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

A coordenadora cita alguns parques nacionais que contam com estruturas acessíveis modelos, como o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE), tombado como patrimônio mundial da humanidade pela Unesco, o Parque Nacional da Tijuca (RJ), que abriga a estátua do Cristo Redentor, a Chapada dos Veadeiros (GO), a Serra dos Órgãos (em Teresópolis, RJ) e o próprio Itatiaia, o primeiro parque nacional do país, que completa 85 anos.

"São pontes e trilhas suspensas, bosques sensoriais, rampas, veículos, elevadores, cadeiras adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida para a prática de montanhismo e passeios por trilhas, anfíbias (para serem usadas na água), e placas em braile, entre outros", afirma ela.

Outra atração inclusiva do parque Itatiaia é a calçada da fauna, onde as pegadas de animais como onças, capivaras e antas são cravadas em placas numa trilha. Assim crianças, adultos e idosos podem ter a dimensão do tamanho dos animais apenas com o toque.

"É uma forma de as pessoas cegas sentirem a profundidade da pata de uma onça-pintada ou de um gato-do-mato. Foi uma experiência emocionante, muito interessante", conta Vieira, uma das primeiras pessoas com deficiência visual a visitar o bosque sensorial do Itatiaia.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2019, o Brasil tem 17,3 milhões de brasileiros com algum tipo de dificuldade para ver, ouvir ou se locomover, ou seja, 8,4% da população do país.

Essas pessoas podem e devem ter os mesmos direitos de estar na natureza que qualquer outra, reforça Joice Tolentino, gerente de relações institucionais do Instituto Semeia, organização que busca valorização dos parques brasileiros.

"Se pensarmos que a acessibilidade ainda está engatinhando no Brasil, esse dado do IBGE mostra um número elevado de pessoas do país que têm um contato limitado com a natureza ou, ainda, têm negada a oportunidade de visitar parques naturais e não passam do portão de entrada", diz Tolentino.

"Sem isso, elas perdem uma chance de desenvolver uma consciência dessa riqueza natural para preservá-la", completa a gerente.

Tolentino diz acreditar que o turismo sustentável pode ajudar a preservar os parques e também a angariar investimento para ampliar ainda mais a acessibilidade sem danificar a natureza.

"Os parques devem ser espaços para promover a diversidade e o encontro da comunidade. Ainda há um longo caminho a percorrer, mas muitos avanços de inclusão já são notados", avalia ela.

Mas o potencial de turismo é subaproveitado atualmente, segundo Tolentino. "O turismo sustentável poderia ser mais explorado, isso iria beneficiar não só os usuários, como os próprios parques. Todo mundo sai ganhando."

Ela diz, contudo, que é muito importante pensar na preservação da natureza para garantir o acesso a todas as pessoas de forma segura. Esse turismo, ressalta, deve ser adaptado tanto para ter estruturas que atendam a pessoas com mobilidade reduzida quanto a pais que levam seus filhos pequenos, que adoram correr livremente pelo espaço.

"Independentemente do público-alvo, é preciso olhar para exemplos do exterior, como Chile e Estados Unidos, para mostrar que tudo isso é possível. Faltam recursos para o desenvolvimento do turismo sustentável, mas tem uma máxima que diz: 'Conhecer para preservar'. Então, precisamos levar esse movimento adiante", afirma Tolentino.

O Brasil, país conhecido mundialmente pelas belezas naturais, tem um espaço verde acessível que atrai muitos turistas todos os anos, o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, conhecido por ter uma das mais belas cataratas do mundo, e também reconhecido como patrimônio mundial natural pela Unesco.

Barbosa, do ICMBio, explica que, para admirar as famosas quedas d'água, o parque oferece um sistema de transporte acessível. Esses ônibus saem do centro de visitantes e levam os turistas até a passarela da chamada Garganta do Diabo. "É uma experiência sensorial muito próxima da natureza em ação", explica Tolentino.

No Piauí, o Parque Nacional Serra da Capivara conta com 172 sítios arqueológicos, sendo 16 deles acessíveis a turistas com alguma deficiência. Eles possuem rampas, passarelas, corrimãos, áreas de descanso, sinalização indicativa e interpretativa dos principais circuitos do parque.

"Um dos pontos que oferece acessibilidade nesse parque do Piauí é o Sítio do Meio e o Boqueirão da Pedra Furada", exemplifica a profissional do ICMBio.

Novo livro destaca as conexões surpreendentes da natureza

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS (SP) Nos últimos anos, o engenheiro florestal alemão Peter Wohlleben se transformou numa espécie de bardo pop das conexões ocultas da biodiversidade.

"A natureza é como o mecanismo de um imenso relógio. Tudo funciona de forma perfeitamente organizada e interconectada", escreve ele na abertura de seu livro "A Sabedoria Secreta da Natureza", que acaba de chegar ao Brasil.

A obra é a terceira parte de uma trilogia de best-sellers. Nos livros anteriores, Wohlleben analisou a complexidade comportamental de árvores e animais. Não, o leitor que ainda não conhece o trabalho dele não leu errado: para Wohlleben, árvores também têm "comportamentos", mesmo que suas ações pareçam muito lentas aos olhos de mamíferos apressados como nós.

Afinal de contas, elas também trocam informações e nutrientes entre si, usando a rede de fungos que costuma conectar as raízes. Empregam ainda mecanismos engenhosos para proteger "filhotes" (as mudas) que crescem por perto ou mandar mensagens químicas que alertam quanto à presença de "predadores" (animais herbívoros).

"As florestas em todo o mundo operam de acordo com as mesmas regras", disse à Folha. Quando comento que a tendência dos brasileiros é enxergar as florestas da Europa como versões simplificadas das que existem na Amazônia, ele ri e pede: "Não diga isso na Alemanha."

Em seguida, explica que, apesar da biodiversidade muito maior na floresta tropical, diversos efeitos são os mesmos nos dois lugares.

"Tanto aqui como aí, sabemos que as florestas produzem nuvens, por exemplo. As pessoas achavam que as florestas tropicais eram úmidas porque chove muito nelas, mas hoje está claro que é o contrário: a chuva é gerada justamente pela presença da floresta."

No novo livro, em vez de analisar apenas um tipo de criatura florestal, Wohlleben esmiuça as conexões inesperadas entre os diferentes membros da trama da vida, em especial quando a ausência de algum deles desencadeia todo tipo de efeito dominó.

Um dos casos emblemáticos é o do retorno dos lobos ao Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA. Tal como aconteceu em quase todos os países desenvolvidos ao longo dos séculos 18 e 19, os lobos foram ferozmente caçados no interior americano e quase desapareceram. Assim, quando o parque foi criado, os grandes herbívoros, como os alces, ficaram protegidos dentro de uma área sem esse predador.

Resultado: uma superpopulação de alces. Os bichos rapidamente devoraram as árvores jovens de Yellowstone. Isso desencadeou não apenas o sumiço dos castores (que dependem da madeira e de outros materiais vegetais para se alimentar e construir suas represas) como a erosão das margens dos rios, já que as árvores davam estabilidade aos barrancos.

Bastou que os lobos fossem reintroduzidos por lá, na segunda metade dos anos 1990, para que todos esses efeitos começassem a ser revertidos.

Esse é um dos motivos pelos quais Wohlleben se tornou um dos principais críticos do manejo florestal intensivo ao qual as florestas alemãs e europeias têm sido submetidas. O processo impede que as árvores mais características, como as faias e os carvalhos, alcancem a maturidade, ao mesmo tempo em que estimula a superpopulação de espécies.

"Nós conseguimos produzir madeira com eficiência, mas isso não é a mesma coisa que cuidar bem das florestas", afirma. "Meu medo é que as gerações futuras passem a achar que as florestas da Alemanha são desertos verdes. E, quando falamos em ampliar a cobertura florestal, as pessoas aqui sempre respondem: 'Ah, sim, vamos fazer isso... No Brasil, no Quênia etc.' Minha reação sempre é dizer: podemos fazer isso aqui mesmo na Alemanha também!"

Apesar da grande quantidade de informações que a ciência já obteve sobre as interconexões de espécies de um ecossistema, Wohlleben diz que os mistérios ainda predominam.

"Quando entramos numa floresta, é como se fôssemos cegos", compara. "Mesmo assim, alguns dados simples são úteis para nos mostrar se aquele ambiente está saudável, como a temperatura e a umidade ali dentro."

Para Wohlleben, o melhor caminho para enfrentar o pessimismo diante dos problemas ambientais é ter em mente que é possível modificar situações negativas em muitos casos. "No caso das florestas, o melhor que podemos fazer é colocar as nossas mãos no bolso, evitar ao máximo mexer nelas. Mas há muitas coisas que podemos fazer. Uma delas é diminuir o consumo de carne", defende.

"Aqui na Alemanha, a carne é como as armas nos EUA: ninguém quer saber de mexer no assunto. Eu sou vegetariano, mas não vejo problema nenhum no fato de as pessoas quererem comer carne. O problema é a quantidade, e também o fato de querermos criticar o desmatamento em países como o Brasil quando continuamos a consumir essa quantidade. Vamos ter de escolher: mais florestas ou mais carne."

A Sabedoria Secreta da Natureza

★★★★

Autor: Peter Wohlleben. Trad.: Carolina Simmer. Ed.: Sextante. R$ 49,90 (em papel; 230 págs.), R$ 29,99 (ebook)

Sessão plenária da Rio-92, também conhecida como Eco-92, no dia da sua abertura, no Riocentro Luciano Whitaker - 3.jun.1992/Folhapress

Rio-92 serviu de impulso para ONGs e movimento ambientalista no Brasil

Conferência, que completa 30 anos, apresentou à população agenda de preservação do planeta

Andrea Vialli

SÃO PAULO Até 1992, poucos brasileiros sabiam o que era uma ONG. A sigla para organização não governamental entrou de vez para o vocabulário nacional por causa da Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que tomou conta do centro de convenções Riocentro, no Rio de Janeiro, há 30 anos, entre 3 e 14 de junho de 1992.

Na cúpula, enquanto representantes de mais de 170 países discutiam um novo modelo de desenvolvimento, menos predatório para a natureza, as ONGs emprestavam um colorido diferente ao evento, em um encontro paralelo no Aterro do Flamengo com ares de Woodstock ambientalista.

A Rio-92, ou Eco-92, como também ficou conhecida, apresentou a agenda ambiental aos brasileiros e criou uma espécie de caldo de cultura para que os movimentos da sociedade civil pela preservação do meio ambiente, antes dispersos, mostrassem sua cara.

"O país que sediava a Eco-92 era o que detinha a maior floresta tropical do mundo, que vinha de três décadas de destruição provocada pela exploração predatória de madeira, expansão da fronteira agrícola e mineral e abertura de grandes estradas", relembra Paulo Adario, 71, um dos fundadores do Greenpeace Brasil e atual estrategista sênior de florestas da ONG.

Fundado em 1971 em Vancouver, no Canadá, por um grupo de 12 pessoas entre hippies, ecologistas e jornalistas, o Greenpeace aportou no Brasil em abril de 1992, poucos meses antes da Rio-92. Carregava na bagagem uma forte pauta antinuclear, que aqui reverberou contra a construção do complexo de usinas nucleares em Angra dos Reis (RJ).

O primeiro protesto da ONG no Brasil foi ocupar o pátio da usina nuclear, onde os ativistas estenderam uma faixa com os dizeres "Nuclear Não".

Adário conta que, na época, a agenda internacional do Greenpeace, além da questão nuclear, incluía a proteção das baleias, alvo de navios baleeiros japoneses e noruegueses, o combate aos agrotóxicos e a conservação das florestas, que viria a ganhar mais destaque à medida que a pauta das mudanças climáticas entrou em ação — fruto também da Rio-92, que lançou a Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas. Assim, a Amazônia e os povos indígenas se tornaram pautas centrais da atuação do Greenpeace no Brasil, que seguem até os dias atuais.

A Amazônia também foi a causa que trouxe a ONG TNC (The Nature Conservancy) ao país. Ela começou a atuar com projetos na Amazônia brasileira em 1988, pouco antes da Rio-92. A organização, criada na década de 1950 para fomentar a criação de parques nacionais e áreas protegidas nos EUA, expandiu para a América do Sul com esse objetivo e hoje atua em mais de 70 países.

No Brasil, foca em projetos na Amazônia, cerrado e mata atlântica, e abraça outros temas, como restauração florestal, agricultura sustentável, infraestrutura, segurança alimentar e recursos hídricos.

Karen Oliveira, diretora para políticas públicas e relações governamentais da TNC, tinha 20 anos e era estudante de geologia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) quando participou do encontro das ONGs na Rio-92, no Aterro do Flamengo.

Para ela, a conferência foi o mais importante dos encontros da ONU no pós-guerra e um marco para tirar a temática ambiental de um nicho. "A partir dali, deixamos de falar de meio ambiente como algo distante, sem relação direta com o dia a dia das pessoas, para colocar a questão no eixo do desenvolvimento, da economia, da sociedade e da cultura", diz Karen.

Outro legado da Rio-92, segundo ela, foi a criação das convenções para tratar de mudanças climáticas, florestas e biodiversidade, que resultaram em compromissos internacionais. "Se hoje temos um Acordo de Paris, um mercado de carbono e regras para proteção da biodiversidade, a semente foi plantada ali."

Carro blindado do Exército no entorno da favela da Rocinha, na zona sul do Rio, ponto tido como estratégico no esquema de segurança da conferência Luciano Whitaker - 1º.jun.1992/Folhapress

Rosane Collor e Fernando Collor, ao centro, em jantar oferecido a George Bush, presidente dos Estados Unidos, e Barbara Bush, primeira-dama, durante a Rio-92 Jorge Araújo - 12.jun.1992/Folhapress

As discussões sobre o novo modelo de desenvolvimento econômico haviam iniciado 20 anos antes, na conferência de Estocolmo, na Suécia (leia mais na pág. 2). O evento em 1972 discutiu pela primeira vez, em escala mundial, o impacto da atividade humana sobre o planeta. Mas, na ocasião, o Brasil havia defendido o "direito de poluir" para se desenvolver.

A Rio-92 assinalou revisão de posição por parte do país e também fomentou mudança de postura das empresas, que sentiam o efeito da cobrança pelo cumprimento da legislação ambiental, construída a partir dos anos 1980 e reforçada na Constituição de 1988.

"Na Rio-92, as ONGs foram consideradas as vedetes e as empresas, vilãs. Mas houve, pela primeira vez, o reconhecimento de que era preciso uma mudança de postura, de se trabalhar em conjunto", diz Marina Grossi, presidente do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável).

Formado por 93 grandes empresas, entre nacionais e multinacionais, o CEBDS foi criado cinco anos após a conferência, dentro do espírito de que as companhias deveriam passar do "compliance" (cumprimento estrito das leis) para uma agenda de soluções para questões sociais, de clima e biodiversidade, explica Marina.

Foi também em 1992 que nasceu o IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas) no Pontal do Paranapanema, extremo oeste paulista. Ali o instituto iniciou seu primeiro projeto de pesquisa para salvar da extinção uma espécie endêmica, o mico-leão-preto, no final dos anos 1980, e expandiu as atividades para o desenvolvimento sustentável na região — foi a primeira ONG a trabalhar com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em projetos de reflorestamento, educação ambiental e geração de renda.

"Na Rio-92, era vibrante a sensação de que mudar o mundo era possível. E era: estávamos plantando árvores com o MST e mostrando que as questões sociais estavam vinculadas ao valor da natureza", diz Suzana Padua, fundadora do IPÊ. A parceria entre ONG, MST e grandes proprietários de terra perdura até hoje e permitiu recuperar, segundo o IPÊ, 2.200 hectares de mata nativa com o plantio de 2,4 milhões de árvores.

Código Florestal completa dez anos com pacto quebrado e sob nova luz

Lei foi criticada em 2012; ex-ministra diz que bancada ambiental não tinha força suficiente à época

Phillippe Watanabe

SÃO PAULO Dez anos depois, o Código Florestal mostrou potencial de trazer informações sobre o país e também suas limitações, algumas das quais já tinham sido apontadas no momento de sua constituição.

A lei —inicialmente muito contestada nas esferas ambientais— agora é defendida em meio a tentativas de ampliar pontos criticados.

O código de 2012 surge em um contexto de anos consecutivos de quedas no desmatamento da Amazônia e de crescente poder político e de influência do agronegócio.

Segundo Raoni Rajão, pesquisador da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), já existia o alerta de que o documento, da forma como entrou em vigor, promoveria uma grande anistia.

O pesquisador lembra que, no momento da aprovação, houve um racha na sociedade civil ambientalista. Enquanto uma parte defendia que o código não poderia avançar da forma que estava, a outra aceitava a ideia de "passar uma régua" no passado.

Segundo Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente à época da construção e aprovação do código, o contexto tem início no fim do governo FHC, já com sinalizações de polarização entre a área ambiental e a agricultura.

Teixeira diz que não existia uma bancada ambientalista robusta em comparação à do agro. Acordos políticos foram negociados, além do gerenciamento da disputa interna entre Ministério do Meio Ambiente e o da Agricultura. Houve ainda pressões de lobbies.

"Os ambientalistas não gostam de falar nisso, mas a gente não tinha voto para fazer frente. E eu tive que fazer alianças, com o Palácio do Planalto [governo Dilma Rousseff] ajudando a conduzir isso", afirma a ex-ministra. "Obviamente a lei tem imperfeições. É do processo de negociação, do que é possível."

Rajão concorda com a ideia do pacto em torno do código. "A pergunta é: esse pacto foi cumprido? Não foi, e aconteceu exatamente o que a sociedade civil e a comunidade científica estavam alertando [sobre anistias]."

Nos anos que se seguiram à entrada em vigor do novo código, a Amazônia, especialmente, começou a apresentar tendências de desmatamento crescente até explodir, recentemente, sob o governo Jair Bolsonaro (PL) e chegar aos mais de 13 mil km² devastados na última medição feita pelo Inpe (período de agosto de 2020 até julho de 2021).

Roberta Del Giudice, secretária-executiva do Observatório do Código Florestal, diz que, no momento em que se construiu o novo código, parecia ser possível garantir maior proteção ambiental. Ela dá como exemplo a regra da "escadinha", segundo a qual o tamanho da APP (Áreas de Preservação Permanente) varia com o tamanho da propriedade.

"Hoje a gente tem área de preservação permanente de cinco metros, que não traz uma proteção efetiva para qualidade de água nem para formação dos corredores ecológicos, é muito pouco."

Houve ainda um enfraquecimento no pacto, diz Teixeira. Um dos pontos que teria levado a isso seria a ação no STF (Supremo Tribunal Federal), de organizações da sociedade civil questionando a constitucionalidade do código.

A ex-ministra diz que um segundo ponto de fragilização do código atual ocorreu quando, no início do governo Bolsonaro, o Serviço Florestal Brasileiro —e, consequentemente, o CAR (Cadastro Ambiental Rural)— passou do Ministério do Meio Ambiente para o da Agricultura.

Nos últimos anos, Jair Bolsonaro tem apostado em discursos que questionam a destruição crescente na Amazônia. Além disso, defende abertamente exploração mineral em terras indígenas.

"O código realmente mudou de perspectiva", diz Del Giudice. "Mas o discurso antiambiental dos últimos anos faz com que seja a melhor peça possível nesse cenário."

O documento também gerou muitas informações sobre o país, em grande parte graças ao CAR. Apesar de já existirem iniciativas antigas envolvendo o cadastro rural, a ideia só foi universalizada com o Código Florestal, diz Rajão. "Não podemos ignorar que surgiu uma base com 6,5 milhões de produtores."

Procurado pela **Folha**, o Ministério da Agricultura também destaca o potencial informativo do CAR.

O pesquisador da UFMG, porém, aponta que houve uma estagnação, inclusive tecnológica, dos processos relacionados ao CAR. Há, por exemplo, uma grande demora para validação dos registros feitos, o que dificulta a evolução para as próximas fases, como processos de regularização ambiental.

A pasta da Agricultura afirma que compete às unidades federativas a análise do CAR, mas também diz que o Serviço Florestal Brasileiro desenvolveu um módulo de análise dinamizada que é capaz de identificar problemas ao cruzar bases de dados de referência com a declaração feita pelo proprietário, "emitindo o diagnóstico da situação ambiental do imóvel rural".

Segundo Rajão, agora é necessário superar os problemas de regulamentação e implementação do código, além de alinhar com outras políticas. Uma delas é a de crédito bancário para uso no agronegócio, por exemplo.

"O produtor vai e desmata, e o banco não pergunta se ele tem licença para isso. Por que não? Eu não posso financiar algo ligado a um crime em potencial", afirma Rajão.

Movimentos sociais em protesto contra mudanças no Código Florestal Lula Marques - 7.mai.2012/Folhapress

SE **VOCÊ SONHA**
EM TER UM DIA UM DOS
MARAVILHOSOS **CARROS**
ELÉTRICOS OU PLUG-IN
DA **BMW**, VOCÊ PRECISA
MORAR NUM **PATRIANI**

A PATRIANI é a primeira construtora do Brasil a oferecer vaga para carro elétrico para todos os apartamentos, com medição individual.

Sustentabilidade, tecnologia e economia são preocupações constantes da PATRIANI, por isso todos os nossos prédios oferecem uma vaga na garagem, com ponto de recarga para carro elétrico para cada apartamento, com medição individual.
Isso mesmo. É uma vaga por apartamento e com medição individual.

Ligue
4318-0666
ou acesse
construtorapatriani
.com.br

Somos movidos pelo futuro

Pesquisa em campo no estado da Dakota do Norte; os Estados Unidos são o quarto maior exportador mundial de trigo

Safra de trigo dos EUA aumenta aperto global

Após um inverno seco e com uma primavera encharcada, produção é afetada em meio à crise alimentar internacional

MERCADO

Karl Plume

REUTERS O agricultor Dwight [illegible] te (EUA), queria plantar mais trigo nesta temporada para capitalizar os preços em alta desde que a invasão da Ucrâ- [illegible] portações de grãos e deixou o [illegible] de toneladas de trigo.

A chuva forte, porém, impediu Grotberg de plantar tan- [illegible]

[illegible] ta, a Dakota do Norte previa plantar a menor porcentagem já registrada de suas terras agrícolas, de acordo com dados do governo.

Os Estados Unidos são o quarto maior exportador [illegible] mas estão atingindo a produção num momento em que o mundo mal pode se dar ao luxo de perder mais suprimentos de grãos básicos em meio [illegible]

Os preços de referência do trigo Wv1 no Chicago Board of Trade subiram 50%, para mais de US$ [illegible] por bushel (35,2 litros), depois que a [illegible] embarques de quase um terço das exportações mundiais do produto. Desde então, a si- [illegible]

[illegible] bição de exportação pelo principal produtor, a Índia, aper- [illegible] as preocupações com o abastecimento alimentar global.

A Organização das Nações Unidas alertou que o impac- [illegible] os, combustíveis e fertilizan- [illegible] soas à fome e demorar anos para ser resolvido.

Washington tem pedido aos [illegible] se período. Mas a seca e o alto preço dos insumos agrícolas poderão limitar os ganhos de produção, dizem analistas.

Há duas culturas de trigo nos Estados Unidos: a de primavera no hemisfério norte [illegible] agora, e a de inverno, plantada no outono do hemisfério norte (setembro a dezembro), que será colhida em breve. Ambas estão em dificuldades.

[illegible] tio do trigo de primavera enfrentado por agricultores como Grotberg vêm após a seca atingir a colheita do trigo de inverno no Kansas (EUA), o [illegible]

[illegible] trigo de inverno caiu mais de 25% devido à seca severa.

Os fazendeiros do Kansas [illegible] pela seca.

De volta à Dakota do Norte [illegible] água. Uma nevasca histórica em abril deixou os extensos campos pontilhados de buracos do estado sob mais de [illegible] mas áreas, provocando inun- [illegible]

Grotberg só conseguiu plantar cerca de 200 hectares de trigo até agora —apenas um [illegible]

[illegible] crescer de forma desigual, enquanto as máquinas agrícolas pesadas podem quebrar em campos lamacentos, compactar o solo ou atolar na lama.

Agora, a janela de plantio de Grotberg está se fechando [illegible] do muito tarde na primavera [illegible] amadureça totalmente.

"Estamos empacados... Normalmente nesta época estaríamos encerrando o plantio de trigo", disse Grotberg.

O clima excessivamente úmido na primavera prati- [illegible] mado "cesto de pão" nas pla- [illegible] Unidos não produzirá uma colheita abundante este ano.

Os agricultores america- [illegible] Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

Na Dakota do Norte, que produz cerca de metade do trigo de primavera do país, os produtores plantaram apenas 27% de sua safra, o segun- [illegible] tro décadas.

> Estamos empacados... Normalmente nesta época estaríamos encerrando o plantio de trigo
>
> **Dwight Grotberg**
> agricultor na Dakota do Norte

[illegible] Dakota do Norte, Doug Goehring. "Se a Dakota do Norte [illegible] substancial, só vai causar mais estragos no mercado global."

Nas planícies do sul dos Estados Unidos, os agriculto- [illegible] beram muito pouca chuva e [illegible] manho da colheita —ou se as plantas murchas simplesmente precisarão ser derrubadas.

[illegible] pos poderá não ser colhida devido aos danos causados pela seca.

Cerca de 6% dos hectares plantados no estado seriam abandonados, de acordo com as últimas estimativas do De- [illegible] Mas, devido aos danos causados pela seca, o agrônomo do trigo da Universidade Estadual do Kansas Romulo Lollato acredita que a taxa de aban- [illegible]

"Eu não ficaria surpreso se [illegible] 10%" dos hectares plantados forem abandonados este ano, disse Lollato.

No vizinho Colorado, o [illegible] da Colorado Wheat, Brad Erker, aos participantes da visita.

"Os rendimentos de trigo [illegible] dência não é nossa amiga."

A produção de trigo no pa- [illegible] prazo, pois os agricultores favoreceram a produção de milho e soja, que são mais lucrativas devido à demanda dos [illegible] veis. A ciência das sementes [illegible] dimentos em 30% ou mais desde 2000, melhorando apenas 6% para o trigo.

[illegible] te da Dakota do Norte, incluindo uma da Archer-Daniels-Midland Company, que fornecerá óleo de soja à Marathon Petroleum Corporation para combustível diesel renovável.

À medida que a janela de [illegible] te se estreita, os agricultores da Dakota do Norte avaliam opções que incluem mudar para soja, que pode ser semeada mais tarde na prima- [illegible] sentar pedidos de seguro por plantio impedido.

"É muito tentador registrar esses pedidos", disse Grotberg. "Depois de entrarmos em ju- [illegible] custos tão altos fica difícil de suportar."

Colaborou [illegible]

LEIA TAMBÉM

Gustavo Petro discursa sob chuva em comício realizado em Medellín; sua candidatura recebeu mais de 8,5 milhões de votos no primeiro turno AFP

Dez reflexões sobre as eleições na Colômbia

Esquerda tem com Petro melhor resultado de sua história no 1º turno, e Hernández é a grande surpresa na disputa

Jerónimo Ríos Sierra
Cientista político e professor da Universidade Complutense de Madri

Um: A esquerda colombiana, liderada por Gustavo Petro, obteve o melhor resultado de sua história no primeiro turno eleitoral. Tanto que, em um contexto de alta participação para a Colômbia (55%), o Pacto Histórico, que aglutina todas as forças progressistas do país, obteve mais de 8,5 milhões de votos.

Um dado que supera inclusive o segundo turno das eleições presidenciais de 2018 e que consolida a máxima de que o ex-prefeito de Bogotá é o candidato a ser batido.

Dois: O uribismo consuma seu processo particular de decadência. Desde 2010, após duas presidências consecutivas de Álvaro Uribe, o candidato por ele nomeado garantia presença no segundo turno.

No entanto, há anos a imagem do principal proponente da Política de Segurança Democrática vem perdendo terreno. A imagem messiânica do passado deu lugar a uma figura desfocada por excesso, dogmatismo e manipulação.

A isso deve ser somado o descrédito de Iván Duque, sem agenda de governo nos quatro anos e com índices de aprovação que há apenas alguns meses mal chegavam a 25%.

Três: Sergio Fajardo, ex-prefeito de Medellín, é o grande derrotado. Há apenas quatro anos ele esteve a ponto de chegar ao segundo turno das eleições, sendo superado, por uma margem estreita, por Petro.

Se tivesse conseguido, dada a volatilidade eleitoral a seu favor, ao ocupar o espaço de moderação ideológica, possivelmente poderia chegar à Presidência da Colômbia.

Entretanto, sua candidatura surgiu de uma coalizão profundamente fraturada, com personalismos em confronto, e que desenvolveu uma campanha cinzenta, sem grandes propostas, com uma participação morna nos debates, como se em nenhum momento Fajardo acreditasse ser capaz de chegar ao segundo turno.

Quatro: Rodolfo Hernández é a grande surpresa. Suas intenções de voto nos últimos meses têm sido mais ou menos estáveis, entre 10 e 12%.

Sua condição de "outsider" e defensor da antipolítica frente ao tradicionalismo elitista desfruta de notável audiência.

Esse é um terreno melhor do que o esperado para um candidato que é uma espécie de Donald Trump à la "bumanguesa" que carece de programação de governo, que mantém um discurso de simplismos reducionistas a serviço da demagogia e que encontra eco nas redes sociais —especialmente Twitter e TikTok.

Cinco: Constata-se a libertação que o Acordo de Paz trouxe à esquerda. Durante décadas, a sobrevivência do conflito armado fez com que boa parte da estrutura político-partidarista gravitasse em torno da clivagem que alimentava a violência.

Assim, com a desmobilização das Farc-EP, a visibilidade e a politização de outros aspectos da agenda pública, como educação, saúde, moradia e emprego, ganharam importância.

Isso agitou a sociedade, provocando amplos cenários de mobilização e protesto e construindo a viabilidade, como alternativa, de uma esquerda democrática para assumir as rédeas do país.

Seis: A cultura política colombiana é uma soma de ingredientes que, de um modo ou de outro, assim como nos permitem entender o auge e popularidade de Petro, pode ajudar a entender como alguém como Hernández chegou ao segundo turno.

Em muitas partes da Colômbia ainda prevalece uma cultura política paroquial e conservadora, que o elitismo tradicionalista não soube, nem quis, entender.

Seus excessos na "patrimonialização" do Estado e a imagem de saque contínuo, produto de uma corrupção tão endêmica quanto clientelista, proporcionam um cenário idôneo para o discurso antiestabelecimento e anticorrupção que, demagogicamente, Hernández defende.

Sete: A conjuntura do segundo turno joga a favor de Hernández. O uribismo e o próprio Federico Gutiérrez já manifestaram sua adesão à candidatura do ex-prefeito de Bucaramanga.

Tudo isso sem negociações ou solicitações prévias, sabendo que qualquer possibilidade melhor que Petro é a única desejável para seus interesses.

O uribismo, a maquinaria partidária do Partido Liberal, do Partido Conservador ou do Cambio Radical, com grande ancoragem territorial, irá a favor de Hernández, assim como a maioria de um espectro midiático que continua considerando Petro a personificação do bolivarianismo na Colômbia.

Oito: Embora para Petro o candidato que melhor servisse a seus interesses tivesse sido Federico Gutiérrez, nem tudo está perdido.

Naturalmente, ele tem que evitar o discurso que figuras como Hernández motivam, na medida em que suas intervenções despertam impulso, improvisação, pouca viabilidade e insultos fáceis.

Frente à demagogia antidemocrática, as armas devem ser outras, como evidenciaram as campanhas no continente, dos EUA ao Brasil, passando por El Salvador.

Será importante atrair o voto do centro, o voto não mobilizado no primeiro turno, e priorizar os enclaves geográficos, majoritariamente periféricos, que junto a Bogotá têm respaldado a agenda progressista e de paz desde 2016.

Nove: Nos próximos dias, é de se esperar que os ex-presidentes César Gaviria, Andrés Pastrana e Uribe se posicionem com Hernández. Sobre Duque, sua presença na campanha possivelmente será mais astuta do que no primeiro turno, no qual se posicionou do lado de Gutiérrez.

Entre os ex-presidentes, Petro tem o apoio de Ernesto Samper, mas ainda falta ver o que fará Juan Manuel Santos.

É possível que um eventual endosso de sua parte, somado ao de outras figuras, como Fajardo, possa atenuar a projeção de Petro sobre parte do imaginário coletivo e atrair o eleitor moderado que inicialmente, em outras circunstâncias, jamais votaria em Petro.

Dez: É claro que a Colômbia tem muito em jogo nas eleições, e essa não é uma máxima recorrente.

Após quatro anos de inação, desgoverno e regressão em boa parte dos indicadores sociais ou de segurança, a chegada de Hernández à Presidência deve ser entendida como uma ameaça à institucionalidade.

Petro é o único que propõe uma agenda programática coerente com os desafios de uma Colômbia que demanda, entre muitas outras questões, maior gasto público, melhor redistribuição de recursos e oportunidades, maior capacidade institucional no território e o retorno a um caminho de paz, completamente desfocado após a desastrosa gestão de Duque.

Rodolfo Hernández cumprimenta seus apoiadores no aeroporto de Bucaramanga; o candidato tem se apresentado em uma condição de 'outsider' 21.mai.22/Reuters

Embalagens de alimento confundem famílias

Idec entrou com ação contra marcas por semelhança em rótulos de fórmula e compostos lácteos não aptos para bebês

SAÚDE

Phillippe Watanabe

SÃO PAULO A Nestlé, a Danone e a Mead Johnson Brasil são acusadas de, propositalmente, produzirem fórmulas infantis e compostos lácteos com nomes e embalagens muito semelhantes para confundirem pais e mães na compra dos produtos para bebês. O problema: compostos lácteos são ultraprocessados e não são recomendados para menores de dois anos.

O Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), que afirma que as empresas usam essas semelhanças como estratégia para enganar as famílias, entrou com uma ação civil pública contra as empresas e pede uma indenização coletiva de R$ 60 milhões. A ação foi recentemente apresentada no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Procuradas pela **Folha**, as empresas afirmam que ainda não foram notificadas e que respeitam padrões de ética e qualidade. Dizem também seguir a legislação brasileira.

Nan ou Neslac? Aptamil ou Milnutri? Enfamil ou Enfagrow? Esses são os nomes das fórmulas infantis e dos compostos lácteos das empresas citadas. O que todas têm em comum? Design de embalagens, cores, nomes e até tipografias que se assemelham.

A ação do Idec reúne depoimentos de pessoas que se confundiram por causa da semelhança das características dos produtos. "Esses produtos são muito confusos entre si e, na nossa visão, os fabricantes deles, Nestlé, Danone e Mead Johnson Brasil, no Brasil e fora do Brasil, fabricam intencionalmente para confundir as pessoas", afirma Igor Britto, diretor de relações institucionais do Idec, que afirma que as empresas já sofrem críticas quanto a isso há bastante tempo.

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), para que uma criança alcance os seus melhores potenciais de crescimento, desenvolvimento e saúde, o leite materno deve ser dado a partir de uma hora após o parto. Até os seis meses, a alimentação deve ser exclusivamente com leite materno e, após isso, além do aleitamento da mãe, os bebês devem receber alimentação segura e adequada.

Em alguns casos excepcionais, mães não podem amamentar ou estão com problemas para isso. É aí que entra a figura das fórmulas infantis (feitas, usualmente, a partir da modificação do leite de vaca), que, nessas situações, servem como um substituto (ainda que inferior)/complemento do leite materno. Ou seja, o uso das fórmulas, em si, já é/deve ser restrito, mas, às vezes, é necessário.

Segundo Laís Amaral, especialista em saúde pública do programa de alimentação saudável do Idec, as fórmulas têm uma legislação própria e composições nutricionais que precisam seguir determinados padrões.

Já os compostos lácteos ocupam uma outra categoria. São, segundo o Ministério da Saúde, produtos ultraprocessados. Curiosamente, o próprio "Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos", do ministério, alerta para a costumeira semelhança entre fórmulas e compostos.

"Os compostos lácteos têm embalagens e rótulos muito parecidos com os das fórmulas infantis ou leite de vaca, por isso leia o rótulo com atenção", diz o documento, de 2021.

Amaral ressalta que esse tipo de composto é regulado pelo Ministério da Agricultura e que deve ter, no mínimo, 51% de elementos lácteos.

O restante varia de empresa para empresa, mas, em diversos casos, é possível identificar açúcares —a oferta não é recomendada para os menores de dois anos— e aditivos alimentares que realçam sabor, por exemplo.

Mesmo sendo ultraprocessados, esses compostos lácteos são colocados como alimentos para a continuidade da alimentação de crianças.

Segundo o Idec, a semelhança e a acusada confusão criada entre os produtos tem a finalidade de estimular que o consumidor passe de um produto para o outro, o que é chamado de promoção cruzada.

Um dos pontos a se ressaltar é que é proibida a publicidade de fórmulas infantis —apesar disso, um estudo recente da OMS aponta que mães são alvos frequentes de marketing em redes sociais da indústria de fórmulas infantis.

Dessa forma, com propagandas referentes aos compostos lácteos, as empresas acabariam conseguindo, consequentemente, anunciar as suas fórmulas.

"A técnica de promoção cruzada é algo extremamente natural. O problema dessa promoção cruzada específica é quando ela realmente induz o consumidor ao erro e, mais grave ainda, quando a gente está falando de alimentação de bebês", afirma Britto.

Embalagens de composto lácteo e fórmula infantil da Nestlé Reprodução

Com nomes e marcas tão próximas, induz as pessoas a acreditar que um produto é a continuação do outro

Igor Britto
diretor de relações institucionais do Idec

Além disso, diz o representante do Idec, cria-se a ideia de uma continuidade de uso nos produtos. "Com nomes e marcas tão próximas, induz as pessoas a acreditar que um produto é a continuação do outro", diz Britto.

A advogada Cintia Morgado foi uma das mães que diz ter se sentido enganada pelas empresas. Ela teve seu filho em 2013 e, após alguns meses de amamentação, como a criança não conseguia ganhar peso, começou, com acompanhamento médico, a utilizar fórmula infantil. Depois, passou a dar o composto lácteo Milnutri, da Danone.

"Ele parece muito com a fórmula. O design é todo igual e eles estão um do lado do outro na prateleira", afirma Cintia. "Aí começa a introdução das outras coisas, vêm aquelas farinhas lácteas. Você fica se sentindo capturado porque está 'garantindo que o seu filho vai estar bem alimentado'."

Um agravante, segundo a advogada, é que ela ainda estudava e estava envolvida com o tema. "Mesmo quem tem uma preocupação com alimentação é enganado."

A ação do Idec pede que as empresas alterem as embalagens para melhorar a diferenciação entre os produtos e que evidenciem as diferenças. No meio tempo, pede que as embalagens apresentem um encarte adesivo alertando as diferenças.

Todas as empresas afirmam que ainda não foram notificadas da ação. A Nestlé afirma atuar com organizações de saúde pública e entidades setoriais na busca por iniciativas e soluções que tenham como objetivo melhorar o perfil nutricional de seus produtos.

"A Nestlé reforça ser uma empresa ética, que cumpre todos os requisitos das legislações em vigor, incluindo aquelas que se referem a composição e rotulagem de alimentos, bem como sua respectiva publicidade", diz, em nota, acrescentando que possui produtos que consideram diversos grupos de consumidores, de diferentes perfis etários "com necessidades nutricionais específicas, o que inclui sua linha de compostos lácteos".

A Danone diz não comentar processos judiciais em andamento. "A empresa reforça que possui altos padrões de ética e transparência em todas as suas práticas, que atua de maneira íntegra com todos os seus públicos de interesse e que não compactua com ações que não estejam de acordo com a legislação dos países em que está presente", afirma, em nota.

A Danone também diz defender a recomendação de amamentação exclusiva nos primeiros 6 meses de vida da criança e a continuidade até pelo menos os 2 anos. "Por isso, a Danone não estimula, de forma nenhuma, a substituição do leite materno sem expressa indicação de um profissional especializado."

A Mead Johnson, em nota, diz reforçar "seu compromisso com a saúde e nutrição e seu comprometimento com a legislação brasileira".

Valentina Fraiz/Instituto Serrapilheira

CIÊNCIA FUNDAMENTAL | Gabriela Cybis
folha.com/cienciafundamental

Genética permitiu ligar surgimento do sarampo às primeiras grandes cidades

O sarampo já foi daquelas enfermidades que todos conheciam de perto, uma das famigeradas doenças da infância. Até a década de 1960, estima-se que todo ano impressionantes 2,6 milhões de pessoas morriam no mundo por causa dela. Se hoje essa praga é um tanto desconhecida, isso se deve ao enorme sucesso da vacinação.

A vacina, desenvolvida em 1963, foi distribuída por meio de uma campanha global que atingiu mais de um bilhão de pessoas. Resultado: a mortalidade por sarampo no planeta foi reduzida a 73 mil óbitos em 2014. Desde então, porém, esse número tem subido devido à desaceleração da vacinação.

Mas, se a vacina é uma poderosa ferramenta com potencial de encerrar a história do sarampo, como foi seu início? O sarampo acompanha a humanidade há séculos.

Os primeiros relatos clínicos foram escritos pelo médico persa Rhazes no século 10 e a partir daí foram registradas epidemias devastadoras. O que o vírus *Measles morbillivirus* (MeV), causador da doença, pode nos dizer sobre seu passado?

Há tempos pesquisadores vêm contribuindo para pôr essa história de pé. O MeV é um dos agentes infecciosos mais transmissíveis que conhecemos, infecta comunidades inteiras num piscar de olhos.

Como essa infecção produz uma imunidade duradoura, o vírus se mantém na população sobretudo pelo nascimento de crianças suscetíveis. Nesse contexto, um dos estudos clássicos da modelagem epidemiológica mostrou que existe um tamanho crítico de comunidade, em torno de 250 mil-500 mil pessoas, abaixo do qual o MeV não consegue se manter endêmico na população. Em comunidades menores ele rapidamente infecta todo mundo e é extinto.

[...]

O vírus se mantém na população sobretudo pelo nascimento de crianças suscetíveis

Uma das fontes mais ricas de informação sobre a identidade do vírus está em sua sequência genética. Comparações dessa sequência às de outros vírus similares identificam como seu parente mais próximo o já erradicado *Rinderpest morbillivirus* (RPV), responsável por uma doença devastadora em bovinos.

É provável que em algum momento um ancestral do MeV tenha rompido a barreira das espécies, pulando de um bovino para um humano devido à proximidade trazida pela domesticação.

Mas quando esse evento fatídico teria ocorrido? A resposta também pode estar nas sequências genéticas, obtida por modelagem estatística de sua evolução molecular.

Datar o ancestral comum entre MeV e RPV, que corresponde a um vírus bovino que existiu antes da passagem entre as espécies, é um problema de calibração: comparar as sequências nos dá uma estimativa de quantas mutações ocorreram desde esse ancestral, mas como calibrar o que isso significa em termos de tempo?

Diversos vírus coletados em diferentes períodos são utilizados para essa calibração: métodos estatísticos contrastam as datas de amostragem com as diferenças entre as sequências da amostra para datar esses eventos ancestrais.

Entretanto, para uma calibração de qualidade é importante que as escalas temporais sejam compatíveis. Isso é um problema para o sarampo: queremos datar um evento que ocorreu há muitos séculos e a amostra é toda muito nova (com exceção da linhagem utilizada para a confecção da vacina, as sequências eram todas posteriores a 1990).

Em um estudo recente, examinando coleções antigas de amostras de pulmão preservadas em museus, pesquisadores buscaram por instâncias em que a pessoa teria morrido de sarampo.

Então aplicaram técnicas de extração de material genético na expectativa de encontrar sequências suficientemente preservadas. Bingo! Três novas sequências foram adicionadas à amostra, uma de 1912 e duas de 1960. Com essa adição e a utilização das técnicas estatísticas mais modernas, foi possível melhorar a datação. Enquanto antes se acreditava que o ancestral tivesse vivido no século 9, agora as estimativas apontam para o século 6 Antes da Era Comum (AEC).

Bem, como então se deu o início da história do sarampo? Ainda não temos uma resposta definitiva, e a ciência segue trazendo novos achados.

Mas uma das nossas melhores hipóteses é a seguinte: desde a domesticação, humanos antigos e bovinos viviam em proximidade. Diversas vezes ao longo dos séculos alguma linhagem de RPV cruzou a barreira das espécies e infectou humanos, mas esses surtos não se mantiveram por muito tempo. Por volta do século 4 AEC., em diversos locais do antigo mundo começaram a surgir cidades e comunidades com populações maiores que o tamanho crítico de 250 mil pessoas.

E foi só partir desse momento que um dos eventos de infecção de humanos pelo vírus bovino se estabeleceu permanentemente nas populações humanas como ancestral do sarampo. Foi então que teve origem nossa convivência com essa praga, em que tomara um dia a vacina possa nos ajudar a pôr um ponto final.

Gabriela Cybis é bióloga e professora de Estatística na UFRGS

Casais investem em festas para realizar pedidos de casamento

Propostas mais intimistas e à moda antiga foram abandonadas para dar lugar a eventos com conhecidos

EQUILÍBRIO

Abby Ellin

THE NEW YORK TIMES O promotor imobiliário Matt Singh queria fazer algo bem exagerado quando pediu em casamento sua namorada, Rubbani Singh (eles têm o mesmo sobrenome). O casal estava junto desde o ensino médio e era difícil um deles conseguir surpreender o outro.

Depois de comprar um anel de diamante de 2 quilates com lapidação de esmeralda, Matt Singh, 26, precisava descobrir onde e como entregá-lo a Rubbani. Ele se decidiu pelo Dear Irving on Hudson, um bar no topo do Aliz Hotel, no bairro de Manhattan, em Nova York. O espaço tinha dois lados separados com vistas magníficas da cidade.

Em 27 de novembro, Matt disse à namorada para se vestir para um evento de trabalho na cidade. No trajeto de Uber, ele não conseguia parar de verificar o telefone. Ela achou estranho. "Ela perguntou algo como: 'Por que você está tão tenso indo para esse evento de trabalho?'".

O que Rubbani não sabia era que não só ele a pediria em casamento, como 40 amigos e familiares estariam esperando para comemorar com os dois. Quando chegaram ao local, ele colocou uma venda nos olhos de Rubbani e a conduziu escada acima. Quando ele desatou a venda, ela engasgou. Havia pétalas de rosas espalhadas pela sala, junto com fotos do casal ao longo dos anos. Um violinista tocou uma música de Ed Sheeran e um fotógrafo bateu fotos.

Quando ele se ajoelhou, os convidados chegaram. Ele a pediu em casamento; ela disse sim. "Ele colocou o anel e todos aplaudiram muito", disse Rubbani. "Foi uma bela maneira de ter todos os que adoramos participando." O casal e seus convidados passaram as três horas e meia seguintes conversando, comendo canapés e bebendo coquetéis.

Muitas propostas de casamento evoluíram de algo entre um casal para algo que hoje inclui parentes e amigos. Não confunda com a festa de noivado, que acontece pós-pedido e pré-casamento; a festa do pedido ocorre junto com o mesmo, ou logo após.

Pode ser realizada em qualquer lugar e geralmente é organizada por quem faz o pedido, mas nos últimos anos surgiram vários cerimonialistas especializados nesse evento.

Pode ser complicado, é claro, especialmente se a pessoa que receber o pedido disser não. Mas, se isso acontecer, o noivo pode "ir sozinho à festa e informar gentilmente aos convidados", disse Kim Forrest, editor sênior do site WeddingWire.

"A maioria dos proponentes decide ter de 15 a 25 convidados presentes em sua proposta para comemorar depois e a maioria das pós-celebrações exige algum tipo de refeição, seja aperitivos servidos de bandeja para um ambiente mais casual ou um jantar sentado com um menu planejado", disse Megan Bicklein, planejadora de pedidos de casamento e chefe de relações com clientes do The Yes Girls, em Trabuco Canyon, na Califórnia.

De acordo com uma pesquisa recente do site de registro de casamentos Zola, cerca de 23% de 568 casais fizeram uma festa de pedido de casamento. O Estudo de Joias e Noivados de 2021 do The Knot descobriu que 33% dos casais convidaram familiares e amigos para testemunhar os pedidos, contra 27% em 2019.

Parte do fascínio tem a ver com a pandemia, que "mostrou às pessoas que não há tempo a perder", disse Tatiana Caicedo, que ajudou a planejar o evento de proposta de Matt Singh. "As pessoas querem se casar mais rápido e juntar o pedido de casamento e a festa de noivado em uma coisa só."

O brilho implacável do Instagram e do TikTok —e o desejo premente por conteúdo com "curadoria"— também são fatores importantes.

"Você está criando um ambiente especial para a proposta que também deve parecer muito bom nas redes sociais", disse Forrest.

Há também a simples alegria de compartilhar o momento com as pessoas mais próximas, como fez Will Beckham quando convidou uma dúzia de amigos para comemorar seu pedido de casamento a Josh Cole.

Beckham, 42, levou Cole a Fells Point, um bairro à beira-mar em Baltimore, onde ambos admitiram que eram apaixonados um pelo outro desde seu segundo encontro, em agosto de 2020. O casal, ambos vestidos com camisas e gravatas rosa e azul, caminhou até uma mesa montada em uma doca. "The Dock of the Bay", a música favorita deles, tocava suavemente.

Quando Beckham pediu Cole em casamento, um punhado de amigos e familiares os cercaram. "Foi uma ótima maneira de incluir pessoas que amamos em um momento que também foi íntimo", disse Cole, 36, analista de inteligência e estudante de pós-graduação em Belas Artes na Universidade de Baltimore.

Depois há aqueles que tiveram que criar um Plano B quando o Plano A desmoronou. Rachel Tucker e Andrew Bobbitt se mudaram de Dallas para Boston em 2020 e não tinham um grupo fixo de amigos. Originalmente, Bobbitt, estudante de direito na New England Law, queria voar para o Texas e fazer o pedido lá, mas era dezembro de 2020 e as taxas de Covid-19 estavam altas. Então, ele decidiu inventar outra coisa.

Enquanto Bobbitt propunha casamento em Harvard Yard, uma vizinha decorou o apartamento do casal em Jamaica Plain, em Massachusetts. "Chegamos em casa e ela estava saindo de lá, e eu falei algo tipo: 'O que você está fazendo aqui?'", disse Tucker, gerente de escritório em uma empresa de contabilidade.

A vizinha tinha ampliado fotos do casal, junto com serpentinas e balões. Então Bobbitt trouxe seu laptop para uma festa de pedido de casamento virtual para a família e amigos de Tucker. "Tivemos uma festinha gostosa no Zoom", disse ela. "Foi um momento brilhante muito bom em um 2020 bastante deprimente."

Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

Casamento realizado pela empresa Casa de Dois; empresas têm se especializado em pedidos também Ale Rigbo/Divulgação

Casamento intimista realizado em Cancún, restrito a familiares e amigos próximos Divulgação

Desistências fazem noivos preencherem lugares vazios com desconhecidos

Sara Clemence

THE NEW YORK TIMES Para o casamento deles, em 3 de janeiro, Dazzle Deal e Levi Dunn planejaram inicialmente comprar um pacote com o mínimo possível de convidados permitido pelo local onde iam se casar, Sunset Castle, em Henderson, Nevada.

Além da pandemia, o casal estava prevendo que poucas pessoas iam comparecer porque seus familiares são conhecidos por nem sempre cumprirem seus compromissos, contou Dazzle Dunn-Deal, que tem 42 anos e trabalha com atendimento ao consumidor.

Ela e seu marido, guia turístico de 30 anos, juntaram seus sobrenomes depois de se casar. "Dunn-Deal" soa como "done deal", ou "acordo fechado". Com o dinheiro que economizariam com um evento menor, os dois, que moram em Las Vegas, pretendiam passar a lua de mel no Egito.

Mas depois, com os convites já enviados, mais parentes do que eles previam disseram ao casal que pretendiam comparecer; alguns já haviam comprado passagens aéreas. Os Dunn-Deal decidiram cancelar seus planos de viagem, desistir de contratar um fotógrafo e, em vez disso, usar o dinheiro para fazer uma festa maior.

Mais perto da data do casamento, porém, alguns convidados começaram a dizer que não iriam. Alguns desistiram devido ao mau tempo, outros por razões diversas. O irmão de Dazzle, engenheiro num cassino em Laughlin, Nevada, não foi autorizado a faltar ao trabalho.

Quando perceberam que teriam um déficit sério de convidados, Dazzle e Levi recearam que teriam que pagar pelas pessoas que não iam comparecer. Perguntaram ao bufê se havia alguma flexibilidade em relação ao número de convidados. Mas, disse Dazzle, a resposta que receberam foi que "uma vez que vocês assinaram o contrato, não há mais como mudar".

Então ela compartilhou um convite aberto ao evento num grupo do Facebook para casamentos em Las Vegas. Oito pessoas que eles não conheciam acabaram comparecendo.

"Fiz novos amigos", disse Dazzle. Ela convidou alguns deles para o churrasco de aniversário de seu marido na semana seguinte.

As pessoas geralmente preferem que não haja desconhecidos presentes em seu casamento. Ninguém quer pagar pelo champanhe de um estranho, nem quer ver alguém que não conhece passando uma cantada numa das damas de honra. Mas uma confluência de fatores está mudando essa situação.

As listas de convidados a casamentos são fluidas por natureza, mas devido à pandemia ainda está mais difícil prever quantas pessoas estarão presentes. E a Covid não é a única razão da imprevisibilidade: num ano em que estão previstos 2,5 milhões de casamentos nos Estados Unidos, um número recorde, alguns convidados podem não ter espaço em suas agendas.

Além disso, estão aumentando os casamentos celebrados em dias úteis, aos quais a escola ou o trabalho podem dificultar o comparecimento.

Ao mesmo tempo, as firmas que organizam eventos, muitas das quais sofreram prejuízos grandes nos últimos dois anos, estão deixando suas regras sobre número de convidados mais claras e inflexíveis, comentou a advogada Leah Weinberg, proprietária da Color Pop Events, de Nova York.

"Praticamente todos os organizadores de casamentos alteraram seus contratos depois da Covid", disse ela, destacando que o número de convidados geralmente é definido quando o espaço é reservado, embora o pagamento seja feito mais perto da data do evento. "Eles dizem que você pode aumentar o número de convidados, mas não reduzi-lo."

Para evitar o constrangimento de mesas vazias ou impedir o desperdício de centenas ou até milhares de dólares quando convidados desistem de comparecer, mais casais agora vêm preenchendo os lugares vazios com pessoas que são apenas suas leve conhecidas, ou mesmo com desconhecidos —penetras bem-vindos, por assim dizer.

Em outubro passado Jessica e Anthony Fanara, ambos de 27 anos, foram ao casamento de uma mulher desconhecida perto da casa deles em Holtsville, Nova York. Jessica Fanara, que cuida de seu filho em casa, tomou conhecimento do evento realizado no Three Village Inn, em Stony Brook, Nova York, através de um convite aberto compartilhado num grupo no Facebook para casamentos em Long Island.

"As pessoas perguntaram 'como você conheceu a noiva?'. E eu falei 'pelo Facebook'", disse Jessica.

Ela e Anthony Fanara, que trabalha para a FedEx, gostaram de conhecer as pessoas com quem dividiram uma mesa, tanto que convidaram duas delas para preencher lugares no casamento deles, em janeiro.

No mesmo mês, semanas antes do casamento de Carla Marie Stehman e Mehul Doshi, em Chicago, uma festa que durou três dias, de 10 a 12 de fevereiro, a prefeitura de Chicago começou a exigir comprovantes de vacinação em espaços fechados. Um desses espaços era o Radisson Blu Aqua Hotel, onde a recepção deles ocorreria.

"Perdemos 25 pessoas por conta da exigência de vacina em Chicago", contou Stehman, 40 anos, que é oficiante profissional de casamentos.

Nas semanas antes do casamento, 45 dos 340 convidados previstos avisaram que não poderiam comparecer. Stehman e Doshi haviam acordado um número mínimo de 330 convidados, ao custo de US$150 por cabeça.

Devido à pandemia, eles já tinham adiado duas vezes o casamento, que combinou elementos das tradições dela, americana, e dele, indiana. E, como a data era no inverno, o casal, que vive em Chicago, não poderia facilmente fazer o evento ao ar livre.

"Falei: 'Não quero que isso seja desperdiçado. Aposto que há muita gente que curtiria ver como é um casamento 'fusion'", disse Stehman.

Além de chamar amigos que não constavam da lista original de convidados, Stehman e Doshi, arquiteto de 42 anos, postaram um convite num grupo particular no Facebook. Dezenas de desconhecidos se ofereceram para ir ao casamento e 30 de fato foram, enchendo mais de suas mesas na recepção.

"Diante do custo por prato", disse Stehman, "não podíamos deixar aqueles lugares desocupados. As pessoas não me conheciam, mas compareceram, participaram, conheceram nossos amigos e familiares e passaram a noite dançando conosco."

Desde então ela dividiu um brunch com alguns dos desconhecidos. Um deles até contratou Stehman, pastora da igreja Universal Life, para oficiar seu próprio casamento.

"E já fui convidada a dois casamentos dessas pessoas", contou. "Uma delas está com os lugares lotados, mas me pediu: 'Se alguém recusar, você vem?'"

Tradução Clara Allain

Cerimônia realizada apenas com equipe da Eva Assessoria & Cerimonial e os noivos Divulgação

O ator Ewan McGregor em sua casa, em Los Angeles Jake Michaels - 21.abr.21/The New York Times

Ewan McGregor volta como Obi-Wan; veja filmes com ele

Em pequenas ou superproduções, o que não muda é seu talento e carisma

ILUSTRADA

Sandro Macedo

SÃO PAULO Desde que surgiu para o cinema mundial como o jovem viciado em "Trainspotting - Sem Limites", em 1996, Ewan McGregor fez dezenas de longas nos mais variados personagens.

Seja em filmes pequenos ou superproduções, o que não muda é o carisma e talento do ator, poupado até de "Star Wars - Episódio 1" (1999) —em que pouca coisa foi poupada.

Infelizmente, alguns filmes do ator não foram incluídos em nenhum catálogo de streaming, como o antigo "Cova Rosa" (1994).

Ainda assim, há ótimas sugestões estreladas pelo escocês que você pode acompanhar, incluindo as séries "Fargo", na qual conheceu a atual mulher, Mary Elizabeth Winstead, e "Obi-Wan Kenobi", que marca seu retorno ao seu personagem mais famoso.

*

Obi-Wan Kenobi
Os acontecimentos da série se passam uma década depois do Episódio 3, "A Vingança dos Sith". Obi-Wan trabalha como açougueiro em Tatooine, assim pode vigiar à distância o crescimento de Luke —ele também não sabe que Anakin/Darth Vader sobreviveu após a luta entre eles.

No entanto, soldados do império que caçam os últimos jedi sequestram a princesa Leia para forçar Obi-Wan a se revelar. Por enquanto, o streaming disponibilizou três dos seis episódios da primeira temporada.
Disponível na Disney+ (3 de 6 episódios)

+ Dica bônus

Star Wars - Episódios 1 a 3
Obi-Wan Kenobi aparece pela primeira vez nas telas como um velho jedi, interpretado por Alec Guinness, que treina Luke Skywalker no Episódio 4, de 1977.

Ewan McGregor interpreta o Obi-Wan jovem, dos Episódios 1 a 3, filmados entre 1999 e 2005. No Episódio 1, Obi-Wan é o jovem aprendiz de Qui-Gon Jinn (Liam Neeson, que deixou de ser jedi, mas continua derrubando todo mundo em qualquer filme).

Nos demais episódios, Kenobi treina Anakin Skywalker sem conseguir evitar que ele seja seduzido pelo lado sombrio da força, até o grande embate no fim do Episódio 3, quando Anakin se transforma em Darth Vader após ser derrotado por Obi-Wan.
Disponível na Disney+

Trainspotting - Sem Limites (1996)
Filme britânico cult dos anos 1990 que catapultou a carreira do ator para Hollywood. O longa acompanha um grupo viciado em heroína em Edimburgo, Escócia. Enquanto tenta se livrar das drogas, Renton (McGregor) precisa lidar com os amigos, incluindo um desenhista fã de Sean Connery e um alcoólatra violento.
Disponível na HBO Max (93 min.)

Moulin Rouge - Amor em Vermelho (2001)
Entre um episódio e outro de "Star Wars", McGregor mostrou seus dotes vocais ao lado de Nicole Kidman neste musical de edição frenética, bem ao estilo do diretor Baz Luhrmann. Ele interpreta um escritor idealista, seduzido pelo glamour do clube noturno Moulin Rouge, em Paris.

Mas sua vida passa a correr risco quando ele se apaixona pela principal estrela da casa. Atenção para o solo de McGregor em "Your Song", de Elton John.
Disponível no Star+ (127 min.)

O Jovem Adam (2003)
O ator deixa o bom-mocismo de lado neste drama filmado na Escócia. Ele interpreta Joe, homem de moral duvidosa que deixa sua cultura de lado para aceitar um trabalho braçal no barco de um casal formado por Les (Peter Mullan) e Emma (Tilda Swinton), com quem tem um caso.

Os dois homens encontram o corpo de uma mulher seminua boiando no rio, chamam a polícia e viram testemunhas de um suposto homicídio. Em cenas de flashback, descobrimos aos poucos a relação de Joe com a mulher morta.
Disponível no Belas Artes à la Carte (97 min.)

Peixe Grande e suas Histórias Maravilhosas (2003)
Um jornalista (Billy Crudup) com uma relação conturbada com o pai volta à sua cidade natal quando sabe que está prestes a morrer.

Ele se ressente pelo fato de o pai sempre ter inventado histórias e monopolizado a atenção, e resolve tirar a limpo as coisas que ele contava.

Mistura de drama com realismo fantástico, é um dos melhores filmes de Tim Burton. McGregor e Albert Finney se revezam no papel do pai, no passado e no presente, respectivamente.
Disponível na HBO Max (125 min.)

Long Way Round (2004)
Esta série documental é basicamente o terror dos produtores de Hollywood. Imagine que o astro da trilogia de uma das principais franquias do cinema resolva documentar uma viagem na estrada por 12 países? E de moto? Pois é.

O barbudão McGregor e o chapa Charley Boorman embarcam numa jornada/desafio para percorrer 32 mil km (e 19 fusos diferentes) em 115 dias em volta do mundo.

A série acompanha desde os preparativos, quando eles recebem até aulas para evitar sequestro, e inclui uma passagem pela Ucrânia pré-destruição (no episódio 3), e uma visita a um orfanato, onde McGregor conhece um bebê que depois viria a adotar.
Disponível na Apple TV+ (10 episódios)

+ Dica bônus

Long Way...
Não satisfeito, McGregor e o amigo Charley Boorman fazem mais duas jornadas em duas rodas. No documentário "Long Way Down", em seis episódios, eles partem da Escócia e percorrem o continente africano até a África do Sul; em "Long Way Up", em 11 episódios, a dupla usa motos elétricas Harley Davidson e viaja pelo continente americano, saindo de Ushuaia, no extremo sul da Argentina, e subindo até Los Angeles, o destino final, um total de 21 mil km, incluindo paisagens com as montanhas da Patagônia e os vulcões da América Central, e deixando "Diários de Motocicleta" no chinelo.
Disponível na Apple TV+

O Sonho de Cassandra (2007)
As coisas aparentemente vão bem para dois irmãos: Ian (McGregor) investe em um restaurante e começa um relacionamento com uma atriz, Terry (Colin Farrell). Viciado em apostas, ele comprou um iate com um dinheiro que ganhou no hipódromo.

Ao serem cobrados por um agiota, o casal procura um tio rico para pedir um empréstimo. Só vão receber o dinheiro se, em troca, matarem uma pessoa. O drama foi um dos três longas que Woody Allen filmou em sequência no Reino Unido.
Disponível no Prime Video (110 min.)

Nosso Fiel Traidor (2016)
Neste filme de espionagem baseado em livro de John le Carré, um mafioso russo com ligações com o Kremlin usa um banco para lavar dinheiro e entrar em Londres como um novo milionário. Talvez você encontre algo de Roman Abramovich (ex-dono do Chelsea) aqui ou ali, mas é tudo coincidência.

Tem até uma sequência num estádio de futebol de Londres, mas não é do Chelsea, e sim do Arsenal. McGregor interpreta um professor universitário que passa férias no Marrocos com a mulher (Naomie Harris, a Moneypenny dos últimos filmes de James Bond).

Ele acaba se aproximando de um membro da máfia russa (Stellan Skarsgard) que cuida da contabilidade, e teme que será morto pelos chefes assim que o acordo com o banco for selado. Assim, o russo usa o professor para chegar ao serviço secreto inglês (na figura de Damian Lewis, o bilionário de "Billions") e tentar fazer um acordo para salvar sua família.
Disponível na HBO Max (107 min.)

Fargo - 3ª temporada (2017)
O excelente filme dos irmãos Coen originou uma série em quatro temporadas que não têm necessariamente relação com o filme (fora uma coisa ou outra) ou uma continuidade.

São histórias de crimes incomuns/investigação policial que aconteceram em uma determinada região do país. Ewan McGregor é o protagonista da terceira temporada, na qual interpreta dois gêmeos que andam meio distantes.

Um deles tornou-se um empresário bem-sucedido, e herdou uma valiosa coleção de selos; o outro é um oficial de condicional que se envolve com uma ex-criminosa, e se ressente por não ter os selos. Ao mesmo tempo, um peculiar e temido agiota (David Thewlis) aparece para cobrar uma dívida antiga.
Disponível na Netflix (3ª temporada, 10 episódios)

Doutor Sono (2019)
Não parecia que uma continuação do clássico de terror "O Iluminado" (1980), de Stanley Kubrick, poderia dar certo. Mas o resultado, também adaptado de uma obra de Stephen King, saiu bem melhor que a encomenda.

McGregor interpreta Danny na vida adulta (no filme original, o personagem era justamente o menino "iluminado" que precisou fugir do pai possuído —Jack Nicholson).

No presente, depois de hesitar, ele resolve ajudar uma menina que tem os mesmos dons que ele a escapar de um grupo que persegue e se alimenta de outros "iluminados".
Disponível no Telecine (151 min.)

Halston (2021)
A série de Ryan Murphy apresenta a história do ícone da moda nos anos 1970 Roy Halston, ou apenas Halston, como ele gostava de ser chamado.

O genial estilista (papel de McGregor) que influenciou uma geração também se deixou levar pelo glamour e os excessos da cena disco, ficou viciado em cocaína e fazia sexo sem proteção com diversos amantes em uma época em que a Aids era vista como uma sentença de morte.

Halston não tinha tanta aptidão para os negócios, o que também lhe causou problemas. A série rendeu a McGregor um Emmy de melhor ator, principal prêmio de sua carreira... por enquanto.
Disponível na Netflix (10 episódios)